DOLISSEMA REVISTA DE LETRAS DO ISCAP 2009 N.º 9

Polissema

Revista de Letras do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

2009 / Nº9

Comissão Científica:

Cristina Pinto da Silva e Luísa Benvinda Álvares

Referees Internos:

Alberto Couto Luísa Benvinda Paula Almeida Clara Sarmento Álvares Pedro Ruiz Cristina Pinto da Silva Luísa Langford Sandra Ribeiro Dalila Silva Lopes Manuela Veloso Sara Pascoal Lúcia Pedrosa Marco Furtado Suzana Cunha

Referees Externos: Gisela Soares (ESEIG)

Cristina Pinto (ESE – IPP)

Responsável pela Polissema on-line:

Ana Paula Afonso

Secretariado e Edição: Carla Carneiro Joana Dumas Sara Andrade

Direcção e Edição:

Polissema

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Rua Jaime Lopes Amorim

4465 - 111 S. Mamede de Infesta

Tel: 22 905 00 82 Fax: 22 902 58 99

Correio electrónico: polissema@iscap.ipp.pt Website: www.iscap.ipp.pt/~www_poli

Periodicidade: Anual (Novembro)

Solicita e responderá a permuta com outras publicações.

Depósito legal nº 166030/01

ISSN: 1645-1937 Tiragem: 500 ex.

Composição e paginação: Polissema

Execução: Uniarte Gráfica

Design gráfico da Capa: Steven Sarson

ÍNDICE

Voices in Search of a Reader: The polyphonic writing of Antóni Antunes Carla Ferreira de Castro Portugal	io Lobo 10
Invisible Cities: The table of contents and the labyrinths of reality Daniel Serravalle de Sá Reino Unido	24
Gestão de Projectos de Tradução e de Localização - do conceito ao n Helena Resende	nodelo
Manuel Silva Portugal	40
Should the U.S. adapt to the World? The first debate on a exceptionalism and its impact on the founding of the United States Jean-Marie Ruiz França	merican 56
Welcome to the New World Disorder: Conflict and transformation McEwan's Saturday João de Mancelos Portugal	n in Ian 72
D. João de Magalhães e Avelar e a Fundação da Real Biblioteca Municipal do Porto (1833)	
José António Oliveira Portugal	92
Literature, Translation and National Identity: Christina Rossetti and de Castro in the work of Plácido Castro Luisa Langford	Rosalía
Maria Helena Guimarães Portugal	136
Constructing Cultural Policies in Romania. A possible mo	del for

Constructing Cultural Policies in Romania. A possible model for communicating the national value system

polissema 9	2009	5
Mălina Ciocea Roménia		154
Formar Intérpretes à Distância: O ensi teleconferência no ISCAP Marco Mendes Furtado Paula Ramalho Almeida	no da interpretação	remota e de
Sara Cerqueira Pascoal Portugal		170
O Estudo da Personagem em O Mo	eu Mundo não é 1	Deste Reino:
Desconstruir para reconstruir Maria Luísa de Castro Soares Portugal		198
Uma Perspectiva Polissistémica sobr	e as Traduções d	de Friedrich
Dürrenmatt Micaela da Silva Marques Moura Portugal		222
La Médecine Indigène comme Instrume	ent Normatif Social:	l'exemple du
corps malade navajo. Nausica Zaballos França		234
Traduzir Cesário Verde - Cesário Verde In	traduzível	
Pedro Martins Itália		250
Alright: A distinctive pathway of change fi	rom the 18th century t	to the present
Pedro Ruiz Portugal		262
Recordações de Vandelli: Literatura e h Portugal pelo Brasil	nistória nas viagens f	filosóficas de
Teresinha Gema Lins Brandão Chaves		282

Brasil

282

6	<u>polissema 9</u>	<i>2009</i>
Alcipe, Nathercia e Tirse: Consideraç Portugal de Setecentos Vera Peixoto Países Baixos	ões sobre as luzes r	no feminino no 298
Traduções		
Tradução do Conto de Bertolt Brecht Medidas contra a Violência Diana Martins Isabel Santos	"Massnahmen Gege	n die Gewalt":
José Santos Rodolfo Lima Portugal		320
Tradução do Conto de Franz Kafka "De Diana Martins Isabel Santos	er Jäger Grachus": O	caçador Graco
José Santos Rodolfo Lima Portugal		322
Recensão		
Recensão de <i>A Viagem do Elefante</i> de J Dalila Lopes Portugal	osé Saramago	330

334

336

NORMAS DE APRESENTAÇÃO

GUIDELINES FOR CONTRIBUTORS

EDITORIAL

O volume nove da POLISSEMA - Revista de Letras do ISCAP rende-se aos novos tempos e aos novos termos, sem perder o norte ou a sua identidade. Assim, deslocaliza-se, mas mantém-se fiel à quieta reflexão; globaliza-se, mas não esquece que o local é fulcral; faz outsourcing, mas dá voz aos da casa, que muito têm para dizer.

Nesta aldeia que é o mundo, a POLISSEMA oferece invasões que são pacíficas: temos artigos de uma mão cheia de países, em várias línguas, sobre múltiplos temas, portugueses que escrevem sobre galegos, brasileiros sobre portugueses, franceses sobre o povo navajo; falamos de tradução e de interpretação, pois, para nós, até as palavras dos outros são sagradas. Aliás, proibidas, na POLISSEMA, só as fronteiras do espírito, que nos impedem de conhecer o mundo e de nos encontrarmos a nós próprios. Boas leituras.

Saudações polissémicas da Direcção da POLISSEMA. Cristina Pinto da Silva Luísa Benvinda Álvares

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da Presidência do ISCAP e da Presidência do Instituto Politécnico do Porto, assim como os contributos da Caixa Geral de Depósitos e da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

VOICES IN SEARCH OF A READER: THE POLYPHONIC WRITING OF ANTÓNIO LOBO ANTUNES¹

Carla Ferreira de Castro Universidade de Évora Portugal cfcastro@sapo.pt

Abstract

This paper aims at analysing the writing of the Portuguese author António Lobo Antunes, considered one of the major writers in European Literature with 26 books published, by focusing on the strategies deployed in his texts of creating micro-narratives within the main frame, and conveying the elements of individual and collective memory, past and present, the self and the others, using various voices and silences. Lobo Antunes incorporates in his writing his background as a psychiatrist at a Mental Hospital in Lisbon, until 1985 (when he decided to commit exclusively to writing), his experience as a doctor in the Portuguese Colonial War battlefield, but also the daily routines of the pre and post 25th of April 1974 (Portuguese Revolution) with subtle and ironic details of the life of the middle and upper class of Lisbon's society: from the traumas of the war to the simple story of the janitor, or the couple who struggles to keep their marriage functional, everything serves as material to develop and interweave a complex plot, that a lot of readers find too enwrapped and difficult to follow through. Some excerpts taken from his first three novels and books of Chronicles and his later novel – Ontem não te Vi em Babilónia (2006) – will be put forward to exemplify the complexity of the

¹ The following text was presented at the University of Aberdeen, in July 2008, as part of a panel concerning 'Memory, History, Narrative Time: War traumas'. For the sake of the audience, at the time, the quotations by Lobo Antunes were translated in English (my translation), although I have used the Portuguese versions which are cited in the Bibliography.

writing and the main difficulties of the reader, lost in a multitude of narrators' voices. Recently, Lobo Antunes has commented on his work stating: What I write can be read in the darkness. This paper aims at throwing some light by unfolding some of the strategies employed to defy new borders in the process of reading.

Sinopse

O presente artigo visa analisar a escrita do autor português António Lobo Antunes, considerado um dos maiores escritores da literatura europeia com 26 livros publicados, focando as estratégias empregues nos seus textos para a criação de micro-narrativas dentro do enquadramento principal, através de elementos retirados da memória individual e colectiva, passada e presente, o eu e o outro, servindo-se simultaneamente de várias vozes e silêncios. Lobo Antunes integra na sua escrita a sua formação enquanto psiquiatra no Hospital Júlio de Matos em Lisboa, até 1985 (altura em que decidiu dedicar-se em exclusividade à escrita), a sua experiência enquanto médico na Guerra Colonial Portuguesa, mas também as rotinas diárias do pré e pós 25 de Abril de 1974 com detalhes irónicos e subtis do quotidiano da classe média alta da sociedade lisboeta: dos traumas da Guerra, da história simples do porteiro, ou do casal que luta para manter intacto e funcional o seu casamento, tudo serve de material para desenvolver e tecer um enredo complexo, que muitos leitores consideram labiríntico e difícil de acompanhar. Alguns excertos retirados dos primeiros três romances e livros de crónicas e da obra Ontem não te Vi em Babilónia (2006) serão apresentados para exemplificar a complexidade da sua escrita e as dificuldades que esta coloca ao leitor, perdido numa multiplicidade de vozes de narradores.

Keywords: Voices, silence, colonial war, detachment, displacement, memory, history, narrative time, war traumas

12 *polissema 9* 2009

Palavras-chave: Vozes; Silêncio, Guerra Colonial, Indiferença, Deslocação; Memória; História; Tempo da Narrativa, Traumas de Guerra

"The only way to approach the novels I write is to catch them, as you catch a disease"

Lobo Antunes, in Segundo Livro de Crónicas

Lobo Antunes was born in Lisbon in 1942. He studied Medicine in Lisbon and become a psychiatrist at a mental hospital in the capital until 1985 (when he decided to commit exclusively to writing). In 1970 he got drafted to the army; the following year, on 6th January 1971 he was sent to Angola, where the colonial war was taking place. He stayed there until 1973. In 2005, with the author's permission, according to their mother's wishes, his daughters published *Cartas de Guerra*, a compilation of aerograms written by Lobo Antunes to his first wife, as a man of 28 years old, while he was writing *Memória de Elefante* (his first novel). The book is a compilation of love letters but, in most of them, there is a progress report concerning *Memória de Elefante* and brief descriptions of the plot and the characters. It reinforces the biographical aspect of the novel.

Six years after his return from Angola, in 1979, Lobo Antunes published *Memória de Elefante* and *Os Cus de Judas*, followed by the *O Conhecimento do Inferno* in 1980. These three books, deeply enrooted in the context of the war and, as referred previously, strongly biographical, helped him to become one of the most read and also one of the most controversial contemporary Portuguese authors.

In *Memória de Elefante* the reader gains access to a day in the life of a psychiatrist that has been in the war in Angola, from the hospital, to the street and, finally, to a bar. The novel is divided in titleless chapters and most of the times there is a third person narration, though we can also find a first person narration – For example the psychiatrist monologue, at night, in the car – that is summoned

<u>polissema 9</u> 2009 13

when the memory flux is so intense that the character feels the urge to interfere and tell his own tale. In *Memória de Elefante* the biographical details are striking (the profession, the daughters and the separation from the wife...) and Lobo Antunes, the author, is easily mistaken for the character fighting the battle of daily life once his commission in the War is completed.

The main element, which is going to have a constant presence in all Lobo Antunes' other novels is the feeling of detachment; the displacement of the character that leaves to fight a war he did not fully understand, to conclude, at the end of his commission, that he still was not enlightened on the true motives of the war and what is more, due to it, he could no longer fill in his place in society, and in life in general, because the experience left, apart from the trauma, a void, an immense disconnection with the world he prior knew. The narrator says:

Between the Angola he had lost and the Lisbon he did not regain the doctor felt twice orphan, and that condition of being 'countriless' continued to prolong itself painfully because a lot had changed during his absence.

The tone also mirrors the duality of being out of place since it changes between pure poetry and an elevated, cultured tone, to a slang mode, full of curse words.

Looking back at Os Cus de Judas, Lobo Antunes also creates a narrator that having returned from the war, no longer finds his place in the midst of his bourgeois family; the novel is divided in 23 chapters - each corresponding to the letters of the alphabet, from A to Z – is set at night, and consists of a dialogue between a nameless man and a nameless woman, who exchange voices, first in a Lisbon bar, later in the man's apartment and finally in the man's bed. It is as if this novel starts where Memória de Elefante had finished and the three different spatial axis deepen the notion of sadness, solitude and regrets that time cannot repair. From the enclosed but public area of the bar, to the most intimate space of the

14 <u>polissema 9 2009</u>

bed, the image of being removed from the world gains dramatic proportions. The strategy deployed to emphasise the narrator's solitude consists in the fact that the reader is only aware of the voice of the woman, through the man, when he asks direct questions or requests her to do something. In fact, the reader can be driven to conclude that this is a monologue between the officer who has arrived from Africa and the reader left behind, unaware of the full extent of his misery, his coming to terms with his own private demons in the presence of the woman/reader. There is a point in the novel, where the narrator says:

I am beginning to think that the million and a half Portuguese who passed through Africa never existed and I am narrating for you, a cheap implausible novel (...) (OCJ p.51)

Lobo Antunes through the voice of the man talks about the war, bluntly and violently to better exemplify the pointlessness of it all, and the side effects that the narrator carries for life. Mostly, it questions the human nature in terms of individual and collective identity, the unseen scars that are left in one's soul: to murder to avoid death, in the name of your country, without fully grasping the extent of the conflict in political terms, and then, when the commission is over, to be told that the job is finished, that this person is one of the fortunate ones who can go home, while others will now proceed doing the killing. *South of Nowhere*, in Portuguese, *Os Cús de Judas*, describes not only the war scars that are left in the character and the irreparable damages to the mind, but it shows a bloody wide open wound; it is a novel about Angola, but at the same time, it is about any war anywhere, and the effects it produces on the individual, on the ones that are regarded has the lucky ones who have survived.

In terms of writing and finding the author's distinct voice, *South of Nowhere* presents Lobo Antunes first attempt, though timid and yet experimental, in the dense language that is going to be a mark of the later novels: long paragraphs,

where the full stops take pages to appear, already tantalizing the boundaries of the Portuguese grammar.

His third novel that completes a series of books dedicated to his experience in the Portuguese colonial war was *O Conhecimento do Inferno* (1980): the plot describes a journey by car from the south of Portugal – the Algarve – towards the capital. It starts in the afternoon and finishes at night. Every place the narrator drives through corresponds approximately to a chapter of the book until the return to the parental home. As it has happened in the two previous novels, every image, every random word can trigger off memories of Lobo Antunes' favourite themes: the colonial war, the narrator's childhood and the family, sometimes in a brutal way. As in the first novels and in the ones to come, the memories which are unfolded come stained with strange episodes, terrifying images and details that contribute to expose the cruel mordacity of the narrator. In the beginning of the novel this bitter anger, tempered with humour and sarcasm, can be seen in the passage where he describes the Algarve, in the beginning of the 80s:

The sea at the Algarve is made of cardboard as in the theatre settings and the English don't get it (...)

It is also a novel where the author's experience as a psychiatrist at Miguel Bombarda's Mental Hospital in Lisbon is evoked, through the narrator who is himself a psychiatrist but could easily be a patient at his hospital as well, and at one point is, in fact, mistaken for one. The idea the narrator has of those who share his profession is not flattering and few of his colleagues would be in favour of his statements.

Lobo Antunes is not especially fond of these three books since they mark the dawns of his writing, the first sketches into what was to become the Lobo Antunes distinctive voice. However, it is undeniable that from the first books, his writing has always been a challenge to the reader who is set adrift in a multitude of 16 <u>polissema 9 2009</u>

voices and of different narrators that interweave their scattered memories without going to the trouble of making sense to the reader. The logic of Lobo Antunes' writing, its major dynamic, is the fragmentary nature of his discourse.

A Ordem Natural das Coisas and O Esplendor de Portugal go a step further and manage to use multiple voices of different narrators, creating the polyphonic voice of Lobo Antunes. In A Ordem Natural das Coisas the reader is introduced to a tale of two families and the secrets that they share. Again, the novel defies the everyday logic and moves at a nightmare like pace, from character to character, as the recent story of the country in the oppressive regime established by António Oliveira Salazar unfolds the misery of the people and most of all the protagonists. Oliveira Salazar's regime was overthrown by the Portuguese Revolution on 25th April 1974, and the book, published in 1992, mixes fiction and fact which serves as the perfect metaphor for the distortions inflicted upon the history of a country and its people when repression and concealment are in charge and manipulate the course of events. But most of all, this novel, like the ones that will follow, is a true challenge to the reader since it requires all the effort and attention as one is driven to the labyrinths of the narrators' minds, trying to put sense in nonsensical things.

In O Esplendor de Portugal (1997) the reader has to come to terms with the reports of four different narrators who retell the incidents and secrets of a family of Portuguese origin that moves to Angola. The narrators are, Isilda, and her three children Carlos, Rui and Clarisse. Each narration completes the other, by presenting four different points of view and exposing the lack of morals and the consequences of their mistakes. As in the previous novels, the characters are trapped in their own labyrinths and, though the war is over, the traumas left disrupt family life. It is a novel which is difficult to read due to its crudeness. The four narrators talk more or less about the same events but in a fragmented and personal way, without being preoccupied with full stops or other discursive markers that could help the reader. Without a language pattern the reader is left on his own in the difficult task of conveying meaning. It is as if while writing, Lobo Antunes

constructs the novel through the deconstruction of the meaning, the acquired notion that all that takes to understand a story is to read it through.

The use of irony and sarcasm is present, from the out start, in the antiphrastic title, O Esplendor de Portugal, which comes from a verse in the Portuguese national anthem that talks about the past glories and how the Portuguese people must raise that splendour again. The four narrators, in different ways, come to terms with the frailty of their condition: once the colonialists in a country that they 'ruled', suddenly the outcast, both in Portugal and in Angola, when the process of independence in Portugal's former colonies began. The double rejection is the common element of the four narrators. The daughter says:

My father used to explain that what we came after in Africa was not money, nor power, but blacks without money and power that would give us the illusion of money and power. (p. 255)

The lucid insights into the lives of the arrogant colonisers that are suddenly submitted to the frail condition of tenants in a country that is no longer theirs and the return to the continent at the mercy of the superiority of the ones who did not leave crosses all the narrative. In *OEP* the emphasis is no longer on the excombatent who was sent from the continent, but on the coloniser who was colonised in turn, and all the consequences of that in the following generations.

In Lobo Antunes' recent novels the problem is no longer that of the war and the revolution; however the traumas and the demons, the disintegration of the self that defies the borders of the novel due to the strong impact they have in the reading process, are more present than ever. The final words from the novel *Ontem não te vi em Babilónia* (2006) are: *because what I write can be read in the darkness* (p.479) and that is the best metaphor for the readers who attempt at understanding his later novels. Most readers of Lobo Antunes feel like they are entering the realm of a non ending therapy session, where the narrators collapse

18 <u>polissema 9</u> <u>2009</u>

words at the speed of their thoughts. In Ontem não te vi em Babilónia, a multitude of voices and a lot of extremely difficult words are put together. The author has come across this title on a wall in Jerusalem and immediately adopted it probably because, as the novel demonstrates, all the voices in the text live in the private Babylon of the author's mind: in this specific novel, eight narrators, each having his point of view and few names to identify them, simultaneously 'share' a night of insomnia, from midnight to 5:00 am; they reinvent their lives, and their illusions become part of a forged reality told on a sleepless night. In these stories of lives near the edge sometimes complex, other times embarrassingly simple – the chapters are divided according to the time of night and the most important thing the reader can devise through the words and the silences spoken is the eternal silence of the night and the loneliness that ultimately surrounds us all. In Ontem não te vi em Babilónia all the estrangement the Narrator and the reader suffer is present in the very format of the pages that is diffuse: the paragraphs change at the narrator's pace, without capital letter or full stops and are left indented at the narrator's will. There is a tendency to use repetitions (within brackets) of key sentences that describe each character and create an atmosphere of echoes, like phantoms loose in the night. None of the narrators relates an event in a chronological order, they freely get lost inside the strings of their memories and in the recurrent sentences that inhabit their tumultuous minds, which explains the constant repetition of a number of refrains until the breaking point.

It is not an enjoyable reading in the sense that one cannot find the beginning, the middle, and the end of the novel, but that is precisely the root of the challenge Lobo Antunes writing portrays. There is a Becketian, Joycean and even Pessoan quality in Lobo Antunes' novels: the alienation was always there from the first book, but the ageing and the maturity of his writing awarded the author the capacity of dealing with obsessions, solitude and silence in another level of reasoning. He seems to write no longer to tell a story, with a certain plot, but to orchestrate polyphonic voices made out of meticulously selected words. The

sarcasm has given room to subtle irony, the profuse and poetic tone is still there interrupted by marks of spoken discourse, but most of all the way to construct simple bare truths is to deconstruct all the demons that inhabit the minds of author, narrators and readers. As Professor Alzira Seixo has put it, referring to Exortação aos Crocodilos (written in 1999), Lobo Antunes narrates precisely that, which one cannot narrate²: He does not describe the facts concerning the colonial war, or the pre and post revolution period, he defies the memories of those nameless men and women who watched impotently the destruction of their marriages, their homes, their jobs, and ultimately their childhood dreams, as a consequence of the war and the dictatorship. From the traumas of the war to the simple story of the janitor, or the couple who struggles to keep their marriage functional, everything serves as material to develop and interweave a complex plot that a lot of readers find too enwrapped and difficult to follow through, since it appears to lead to a dead end in terms of solving a problem by finding a satisfactory solution for the ending.

One of his later novels, O Meu Nome é Legião (2007), starts as a police report, describing the activity of a gang in the suburbs of any big city, and was written throughout Lobo Antunes' disease (He was diagnosed with cancer and underwent severe surgery and treatments). If there is a message the novel tries to put forward is a vision that only the fearless escape; the fastest way to salvation is to forget and not being afraid of anything.

In an interview given to a Portuguese newspaper in 2003 Lobo Antunes has admitted:

Many things I do now were already in blossom in O Conhecimento do Inferno. In fact, though the topic is no longer that of ex-soldiers fighting a war in Africa and their daily routines after their return, there is a revision of the topic of evil and the modern crimes which are perpetrated in our society. If in 1980 the topic was the immense pain and violence suffered both at war and at a Mental hospital, 27 years later, in O Men Nome é Legião, the major atrocity is directly connected with our

² SEIXO, Maria Alzira (2001): Outros Erros: Ensaios de Literatura, Asa, Lisboa, p. 342

20 *polissema 9* 2009

times, with the urban violence that contemporary societies face, from carjacking, to paedophile and other sexual abuses, to multiple hate crimes. The name of the title is taken from the *New Testament* (Mark 5:9), when a man possessed by demons answers Jesus saying 'My name is Legion, for we are many' referring to all the forces that evil impersonates. The novel once again, in Lobo Antunes' universe, exposes the sores of people that live in permanent conflict shut inside themselves, fighting their personal anxieties and the excruciating ache of being unable to find their own happy ending. Lobo Antunes begins at the end, subverts the process of telling a plot, adverts from the very start that there is no such thing as the end. His novels reveal a post modern characteristic that is defined at its core by the subversion of the classical patterns of time, space and characters into hyperbolic, fragmented but massively human narratives.

Every Thursday, Lobo Antunes writes a column in the Portuguese magazine *Visão*. The Three Books of Chronicles that were published reproduce these weekly reports on different events of the author's daily life. On 19th June 2008, the story was about his meeting with his fellow soldiers. Referring to his *brothers in arms*, Lobo Antunes says:

None of them is a banker, of course. Nor a director. None of them plays golf. They played golf in a field with only one hole where it is not the ball that falls. It is a twenty years old boy. (In: Visão 19/06/2008)

The war is over, but the fight for the unfairness, the subtle humour, the poetic metaphors and the neglecting of the Portuguese grammar are still present and defiant in his writings, inviting new readers to cross new borders of understanding. In the same article, he starts by saying:

If only we could live with the simplest things instead of recalling the complicated ones. Return to the elementary

<u>polissema 9</u> 2009

poverty: light, water, stone.

But Lobo Antunes knows better than most the true meaning of an "If" clause that is why his writings keep tempting the limits of literature, writing simple silences and voices in an unique manner.

Bibliography

Complete works by António Lobo Antunes with first date of publication (until 2009):

Memória de Elefante (1979)

Os Cus de Judas (1979)

A Explicação dos Pássaros (1981)

Conhecimento do Inferno (1981)

Fado Alexandrino (1983)

Auto dos Danados (1985)

As Naus (1988)

Tratado das Paixões da Alma (1990)

A Ordem Natural das Coisas (1992)

A Morte de Carlos Gardel (1994)

Crónicas (1995)

Manual dos Inquisidores (1996)

O Esplendor de Portugal (1997)

Livro de Crónicas (1998)

História do Hidroavião (1998)

Olhares 1951-1998 (1999) (with Eduardo Gageiro)

Exortação aos Crocodilos (1999)

Não Entres Tão Depressa Nessa Noite Escura (2000)

Que farei quando tudo arde? (2001)

22 *polissema 9* 2009

Segundo Livro de Crónicas (2002)

Letrinhas das Cantigas (limited edition, 2002)

Boa Tarde às Coisas Aqui em Baixo (2003)

Eu Hei-de Amar Uma Pedra (2004)

D'este viver aqui neste papel descripto: cartas de guerra ("Cartas da Guerra", 2005)

Terceiro Livro de Crónicas (2006)

Ontem Não Te Vi Em Babilónia (2006)

O Meu Nome é Legião (2007)

O Arquipélago da Insónia (2008)

Que Cavalos São Aqueles Que Fazem Sombra no Mar? (2009)

Secondary Bibliography

CABRAL, Eunice; JORGE, Carlos J. F.; ZURBACH, Christine (2004): A Escrita e o Mundo em António Lobo Antunes: Actas do Colóquio Internacional da Universidade de Évora, Dom Quixote, Lisbon

SEIXO, Maria Alzira (2001): Outros Erros: Ensaios de Literatura, Asa, Lisbon

(2002): Os Romances de António Lobo Antunes, Dom

Quixote, Lisbon.

INVISIBLE CITIES: THE TABLE OF CONTENTS AND THE LABYRINTHS OF REALITY

Daniel Serravalle de Sá
The University of Manchester
Reino Unido
daniel.serravalle@manchester.ac.uk

Abstract

In *Imisible Cities* (1972), Italo Calvino contrasts a rigid outline structure with a flexible textual content. The tension comprised by the numerical structure proposed in the table of contents stands out against the set of polissemic texts which make up the subject matter of the book. The opposition between *form* and *content* point to a fruitful dichotomy in the conception of the novel linked to the theories of the open and closed work. This essay will investigate the structural construction of *Imisible Cities* by looking at its table of contents, seeking to discuss some models of formalistic representation proposed by the criticism and the specific contribution they may, or may not, provide. The objective is to analyse the pertinence of such theories in the light of historical and cultural approaches. Aiming to uncover possible meanings which arise from the debate, this essay will question to what extent structural complexities can be considered literary if they are not ultimately related to the culture in which a text is found.

Sinopse

Em As Cidades Invisíveis (1972), Italo Calvino contrasta uma estrutura rígida com um conteúdo textual maleável. A tensão se dá entre a estrutura numérica delineada no índice e os textos polissêmicos que formam a matéria-prima do livro.

<u>polissema 9</u> 2009

Essa oposição entre *forma* e *conteúdo* aponta para uma dicotomia na concepção do romance ligada a teorias da obra aberta e fechada. Este artigo vai investigar a concepção estrutural de *Cidades Invisíveis* através do índice buscando discutir a validade de alguns modelos formalistas de representação propostos pela crítica especializada. O objetivo é analisar a pertinência de tais leituras em face de teorias históricas e culturais. Almejando descobrir os possíveis significados o presente artigo vai questionar a que ponto tais complexidades formais podem ser consideradas literárias se, em última instância, elas não são relacionadas com a cultura que lê o texto.

Keywords: Italo Calvino, *Invisible Cities*, Concepts of open and closed works, Cultural theory.

Palavras-Chave: Italo Calvino, *As Cidades Invisíveis*, Conceito de obra aberta e fechada, Teoria cultural.

26 *polissema 9* 2009



"It is the desperate moment when we discover that this empire, which had seemed to us the sum of all wonders, is an endless formless ruin." Italo Calvino

The use of the table of contents as reading possibilities

The opposition between the closed and open texts has its origins in early forms of post-structuralism (ECO, 1989: 43). This opposition defines the former as the ideological text, which seeks to position the subject within ideology through narrative closure, and the latter as the avant-garde or deconstructive text, which exposes conflicts rather than resolves them. Open texts are claimed to be politically radical because they do not position themselves within ideology but instead disrupt the subject's sense of coherence and problematise the relationship between ideology and culture. This section of the article will look at *Invisible Cities*' table of contents and how critics have interpreted it as a system of signification linked to the theories of the closed text. By checking the table of contents, the reader will detect a total of nine chapters in the book. A more detailed inspection will reveal an

¹ Martin McLaughlin actually refers to the 'table of contents' as 'index', the critics states that "the complex index outlining the structure of the text appears at the beginning of the book and not, as it is more common in Italian fiction, at the end: this contents page is not only a list of chapters, but an integral part of the work's structure and meaning, the index and the individual sections of the book interacting on number of different levels with the text." (1998: 101).

interesting progression of titles and numbers. The observer will notice that this succession follows an orderly sequence and a keener eye will spot a principle of substitution in its organisation. The criterion employed by the author is surely no random coincidence. On the contrary, it indicates a method applied in the composition of the book. The numerical organisation observed in the table of contents is based on different combinations of the numbers 12345. Paradoxically, the numerical sequence opens up the reading possibilities, given that the reader may opt to explore the book in different ways. This non-linear reading could be done by examining the texts under specific topics (i.e. Cities & Desire, Cities & the Dead, etc.), or by analysing all the narratives which fall under the numerical sequences proposed in the table of contents (i.e. the reader could choose to read all the text listed under the number 5). All in all, the play with numbers in *Invisible Cities* table of contents unlocks a range of reading possibilities.

On the other hand, although the book has the potential to be read in many directions, a linear reading cannot be completely discarded. That is to say Calvino does not trespass all the fixed rules of narration and realistic conventions, as expected of an open text. This verisimilar compromise can be observed in the encounter between Marco Polo and Kublai Khan, which gives the book a solid foot in the historical realm. This dichotomy in the novel's composition makes it simultaneously an open and a closed work. In other words, Calvino conforms to a chronological past whilst simultaneously investing in different reading possibilities. Using Umberto Eco's book on the poetics of the open work as a stepping stone, Teresa de Laurentis refers to the "project" of the contemporary art work as being the use of "techniques of discontinuity and indetermination for the purpose of series of performances or interpretations by the generating open reader/listener/viewer" (De LAURENTIS, 2001: 37). Ultimately, the critic is saying that it is the reading process in itself that should be the focus of interest. The critic proposes that Invisible Cities' fragmentary and connective style may be thought of as a hypertext due to the way it multiplies the act of reading. Indeed, Calvino

28 *polissema 9* 2009

balances the real and the fantastic by creating an ever-changing narration of kaleidoscopic visions, although there are limitations to the text's potential of expansion.

The entrances to the book are many, as its fascicular disposition allows the blocks to be atomised without loss of its entirety. The table of contents certainly provides a good way in, leading the reader to many possible reading combinations connecting the chapters freely within the novel. But *Invisible cities* can not truly be called a hypertext if it does not make references to extra-textual universes. The novel alludes to the work of other writers such as Borges, Cortázar, Pávitch, who also invested in literary games pending towards the multiplicity of realities (LIESTøL, 1994: 87-120). However, these connections are more critical theorisations than textual mentions. Calvino's defence of the novel as a network in *Invisible Cities* seems to have been textually captured in the cities of Octavia, the spider-web city hanging over an abyss awaiting for its destruction; and in the city of Ersilia, a ghost-town where all that remains left are strings indicating the connections among the people who once dwelled there. Ersilia is "a spider-web of intricate relationships seeking a form" (CALVINO, 1997: 75 and 76, respectively).

In essence, Calvino's procedure consists in using a "framework" to bring together the fascicular narratives which form the book, giving them a sense of closure. At the same time the disposition of the table of contents corroborates to recombine the texts, and multiply the interpretations; it also restrains the digressions, giving the texts limits and a sense of a unified, closed system. Calvino's structural approach to the composition of *Invisible Cities* also constitutes an important characteristic of his other works. His interest in literary texts which are somehow subject to a mathematical order derives primarily from his associations with OULIPO group (*Ouvroir de Littérature Potentielle*), the influence of the structural theories of Vladimir Propp, and the early works of Roland Barthes.

Calvino became interested in experiments which dealt with narrative technique, structure and linguistics due to his involvement with Raymond Queneau

and Georges Perec, who were members of OULIPO, a group which applied the principles of mathematics and science to the generation of a new literature. In 1967, Calvino translated the experimental work of Queneau, *Les Fleurs Bleues*, to Italian, becoming, *I Fiori Blu* (MARKEY, 1999: 21). This association played an important part in his formation as a writer and, although he diverged from it later in life, it remained an influence for all his posterior output. Earlier in the 1960's the studies of Vladimir Propp, on the morphology of Russian folktale, were starting to become known among European and American scholars. Propp's analysis of the structure of the folklore genre, revealing common basic traces among them, had a great impact on several areas of study, making way for the development of new investigations in areas such as Anthropology, Linguistics, and Literary Theory. Calvino's own interest in Italian folktales had also alerted him to similarities in the structure of all stories, making the author realise the important part structure had in the construction of texts (McLAUGHLIN, 1998:34).

The author Alain Robbe-Grillet and the critic Roland Barthes, in their respective works with the *nouveau roman* and *Le Degré Zéro de l'écriture* (1953), advocated a fresh literary aesthetics, pursuing a fiction that did not spoon-feed the readers (i.e. writing based on verisimilitude and omniscient narration), but instead provided only the observable elements from which the experienced readers could draw their own interpretations. Calvino was also interested in the studies of Ferdinand Saussure, whose science of Semiology, or the language of signs, had an impact on his 60's texts. According to Markey, the author was later on influenced by Jacques Derrida's poststructuralist theories and its sceptical critique of language as holder of the ultimate truth (1999: 18).

Although the origins of Calvino's affinities with scientific models are well documented, critics have been divided over the significance of mixing the preciseness of mathematics with the imaginary spirit of literature in his work. In fact, explanations in that sense are frequently contradictory. For example, Angela M. Jeannet claims that "through the intricate pattern of numbers, words, lines, and blank

30 *polissema 9* 2009

spaces Calvino is hunting for the food that feeds another human hunger, the need to make sense of the world' (JEANNET, 2001: 34). The critic defends the presence of a methodical structure set up in the table of contents as the writer's attempt to support, interpret and explain what is visible in human expression. In other words, the mathematically organised text would be a celebration of the signs, symbols, and logic devised by humanity to read the world.

Kathryn Hume refutes this explanation, coming up with a different reason to explain why Calvino employs such artifice. She believes the pattern to be arbitrary, as it offers an "exceptionally orderly world", instead she asserts that such "seriality embodies no values of beauty or taste; it is post-humanist and denies the network of cause and effect upon which our normal sense of order depends" (HUME, 1992: 135). Hume claims the division/units proposed in the table of contents are just generic names and numbers, evidently interchangeable among themselves and without a sense of purpose. "The overt orderliness is deceptive", Hume states. Alternatively, she proposes the cities themselves are the bottom line of Calvino's system, claiming the existence of "minimal units" within the text, which correspond to the appearance of repeated ideas or images throughout the book. Quoting Baker, she reinforces her incredulity about the form being an attempt at miming the reality of human expression and communication. She concludes that "the precision of structure set down in the table of contents is itself a concise comment on the contradictory nature of any attempt to give meaning to the labyrinth of reality" (HUME, 1992:135).

Understanding the table of contents

When referring to the mathematical structure in *Invisible Cities* it is common to see remarks about the formula 5 (sections) x 11 (topics) = 55 (cities), this being the simplest way of illustrating the book's organisation. Other representations will interpret the numeric succession as it appears on the table of contents. The

<u>polissema 9 2009</u> 31

complete writing of this sequence would be: 1, 21, 321, 4321, 54321 (repeated seven times), 5432, 543, 54, 5. Such representation is a non-graphic or "flat" reproduction of how Calvino elaborated the structure. Another possibility for this representation consists of substituting the numbers on the table of contents with letters. The appearance of this representation would be: A, AB, ABC, ABCD, ABCDE, BCEDF, CDEFG, DEFGH, EFGHI, EFGHI, FGHIJ, GHIJK, HIJK, IJK, JK, K.

It can be noted that the numerical representation generates a regressive sequence, always moving from a high number to a lower one. Although it starts with 1 the build-up occurs regressively. This movement becomes particularly evident in the middle section when 5 is the highest number and 1 the lowest. In other words, the sequence works as a countdown (54321). In turn, the alphabetical representation produces a progressive sequence, moving forward from A to K, in a maximum of five letters at a time. These numerical and alphabetical progressions are "flat" attempts. They succeed at explaining the structure set in the table of contents of *Invisibles Cities*. However, a much more elaborate and visual representation can be found in McLaughlin (1998:102). This representation was firstly purported by Claudio Milanini (1990:130-131):

```
I
      1
              1
              2
                       1
                                                                                  c
                                                                                           d
II
                                                                                           d
                                                                                                    \mathbf{E}
Ш
                                        2
                                                                                                    \mathbf{E}
                                                 2
                                                                                           d
                                                                                                                     g
VI
                                                                 2
                                                                          1
VII
                                                                          2
VIII
                                                                                  2
                                                                                           1
IX
                                                                                  3
                                                                                           2
                                                                                                                                     i
                                                                                  4
                                                                                           3
                                                                                           4
                                                                                           5
```

32 <u>polissema 9 2009</u>

Above there are two different graphic representations of the table of contents, constituted either by numbers or letters. The chapters of the book are indicated by roman numerals on the left hand side. Take just one graph in consideration. Each number (or letter) accounts for a city described in the book. The first and the ninth chapters are the longest ones, containing the description of ten cities each. In the figure above they are represented by the first four and the last four rows, constituting the pointed parts, top and bottom, of the parallelogram. Between them, these chapters answer for the portrayal of 20 cities. The remaining chapters make up the middle section of the figure. There are seven chapters in the middle section holding the description of five cities each. They appear in turns of five by five, and jointly describe 35 cities. When added up the total number of cities described in the book is 55.

Calvino organizes the 55 cities descriptions under eleven topics, namely: 1) Cities & Desire, 2) Cities & Memories, 3) Cities & Signs, 4) Thin Cities, 5) Trading Cities, 6) Cities & Eyes, 7) Cities & Names, 8) Cities & the Dead, 9) Cities & the Sky, 10) Continuous Cities, 11) Hidden Cities. These topics can be thought as the columns for the graph above, intersecting with the rows (chapters) where the number of elements (city) does not exceed five.

The graph starts with the first city (Diomira), in chapter I, under the topic of Cities & Desire. On to the second row, another topic is added (Cities & Desire + Cities & Memories), and two different cities are described (Isidora + Dorothea). This development continues in every following row, recuperating the last topics and introducing a new one. No city is repeated during the process, only topics, until it gets to a total of five topics and five cities in a row. Then, in a movement that starts in the second chapter, the very first topic (Cities & Desire) is dropped after its fifth appearance, and a completely distinct topic is introduced, starting the process again. That substitution is the reason why the graph/figure runs sideways, as in a kite-shape, instead of straight down. As each row does not support more than five cities, with the introduction of a new topic, one has to be dropped,

making the figure slide.

McLaughlin's book, dedicated to the study of structure in the works of Calvino, represents the table of contents of *Imisible Cities* in a remarkable graphic way. He points out that a graph exactly alike was found among Calvino's posthumous drafts. The structural complexities of his critical study do not stop here; MacLaughlin links *Imisible Cities* to *Utopia* (1516), written by Thomas More, associating the number of cities present in both books. He also proposes that by adding the number of cities (55) to the number of chapters (9), the result obtained (64) corresponds to the exact number of squares on a chessboard, a preferential symbol of structural theories. The argument is explained by the presence of a chessboard in *Imisible Cities* (CALVINO, 1997, chapter VIII: 121), a famous passage in the book which I will return to later on. In another symbolic reference, the critic relates the geometric shape of the graphic to the mentioning of diamonds by Marco Polo and Kublai Khan.

It is absolutely believable that Calvino had that graphic model in mind when he wrote *Invisible Cities*. However, without discrediting the validity of McLaughlin's work, it should be pointed out that the symbolic relations attempted are rather farfetched. The shape is hardly a diamond and the addition created to arrive at the chessboard also seems quite problematic. Wondering how much we can read into the numbers I multiplied the number of italicised dialogues in the text by the number of cities, then added the number of topics to the result, producing the following equation: $18 \times 55 = 990 + 11 = 1001$. A point could be made here, relating Calvino's *Invisible Cities* to the classic Arab narrative *Thousand and One Nights* and still produce critical support to back up this arbitrary invention (McLAUGHLIN, 1998: 100; HUME, 1992: 163). The question I ask is how much can we (over)read into these mathematical models? Are not we here moving away from what should be the primary concern of studies in fiction: the text itself?

Critical books on the matter of the table of contents in *Invisible Cities* do not mention the significance of substituting numbers for letters, or the meaning of

34 <u>polissema 9 2009</u>

having a progressive sequence and a regressive one. These structural models also fail to account for the 18 italicised texts present in the book, which work as preface and epilogue for every chapter. These texts represent the conversations held between Marco Polo and Kublai Khan. Therefore, it could be claimed they are not cities (that being the reason they are not referred to) and so they can not be plotted in the table of contents or in the graph. But such an explanation is not convincing, as the italicised conversations are part of the book and together they describe the 55 cities in the book. Secondly, these conversations are materially present in the table of contents, represented by three dots (...). Furthermore, these italicised dialogues confer unity and stability, without them Invisible Cities would be a collection of loose texts without a sense of "plot". The dialogues function as a formalistic device, a kind of "cement" binding together the narrative blocks formed by the description of the cities. Calvino seems to employ a similar construction in If on a Winter's Night a Traveller... (2002), originally published in 1979. The 12 chapters, which address the Reader and tell the story of Ludmila, also operate as a frame to the 10 micro-novels, constituting its cohesive element. Despite the importance of the italicised conversations in *Invisible Cities*, structural criticism fails to comment on its function or attempts to find a place for them in the table of contents.

Nevertheless, the table of contents is a remarkable way of organising the text around a mathematical description. I do not believe Calvino ever intended it be taken too seriously, it was meant to be more of a fun game. The table of contents' significance has been rather overrated at times but exploring it as a reading tool may reveal amazing and amusing combinations. Whether or not Calvino was concerned about this particular question, the fact is that he demonstrates an understanding of the aporetical relation between the measurable and the incalculable, the palpable and the imperceptible. *Invisible Cities* amalgamates the quantifiable world with metaphysical elements. In part, this is a lesson he learned from his involvement with the Parisian structuralists. But the writer took it further

by making the structure a springboard from which a narrative could take off to higher grounds. While McLaughlin seems to derive most of his interpretations from the structural grid, therefore overlooking the textual evidence and turning the interpretation of the form into an end in itself, Calvino reaches beyond that in his composition. It is acceptable that the table of contents provides meaning in the form of symbols or mathematical charades, but the writer uses it as way of communicating the ideas in the text. Structural analysis is a powerful tool but, as its concepts evolved after Propp's first proposal, it becomes clear that a plain structural reading is rather sterile without a social-cultural background to relate it to.

Culture as a site of struggle

The configuration of the table of contents offers many reading directions, splitting nodes and possibilities of multiple interpretations. However, these reading combinations cannot be considered without the book's textual content. In the combined reading of *form* and *content* lies the key to the unmatched conception of *Invisible Cities*. There is a passage in the book which seems to aggregate the structural and the textual elements summarising the discussion. Marco Polo and Kublai Khan are playing chess. The passage is part of the italicised texts rather than a description. It is a nodal moment in the book that gives insight to Calvino's ideas about the dialectics of the open and closed work.

At checkmate, beneath the foot of the king, knocked aside by the winner's hand, a black or a white square remains. By disembodying his conquests to reduce them to the essential, Kublai had arrived at the extreme operation: the definitive conquest, of which the empire's multiform treasures were only illusory envelopes. It was reduced to a square of planed wood: nothingness... The Great Khan tried to concentrate on the game: but now it was the game's reason that eluded him. The end of every game is a gain or a loss: but of what? What were the real stakes? At checkmate, beneath the foot of the king, knocked aside by the winner's hand, nothingness remains: a black square, or a white one. By disembodying his conquests to reduce them to the essential, Kuhlai had arrived at the extreme operation: the definitive conquest, of which the empire's multiform treasures were only illusory envelopes; it was reduced to a square of planed wood.

Then Marco Polo spoke: "Your chessboard, sire, is inlaid with two woods: ehony and maple. The square on which your enlightened gaze is fixed was cut from the ring of a trunk that grew in a year of drought: you see how its fibers are arranged? Here a barely hinted knot can be made out: a bud tried to burgeon on a premature spring day, but the night's frost forced it to desist." Until then the Great Khan had not realized that the foreigner knew how to express himself fluently in his language, but it was not this fluency that amazed him.

"Here is a thicker pore: perhaps it was a larvum's nest; not a woodworm, because, once born, it would have begun to dig but a caterpillar that gnawed the leaves and was the cause of the tree's being chosen for chopping down . . . This edge was scored by the wood carrer with his gouge so that it would adhere to the next square, more protruding . . . " The quantity of things that could be read in a little piece of smooth and empty wood overwhelmed Kublai; Polo was already talking about ebony forests, about rafts laden with logs that come down the rivers, of docks, of women at the windows . . . (CALVINO, 1997: 131)

Symbolically, the chessboard and its mathematical possibilities epitomise the formal nature in *Invisible Cities*. On the other hand, in every textual unit there is the

potential to extrapolate the narrative and disperse the meanings. In the square in which Khan saw just an empty space Polo created a whole universe proposing a movement from structure to the texture. As a minimalist emblem of reality the chessboard provides logic, geometry and harmony. It also supplies a multitude of combinations and possibilities of reading the world.

Calvino seems to be suggesting that we live under a physically organised system, represented by the chessboard which, perhaps, could be read as Nature. However, there seems to be a rejection of structuralism's tendency to seek universal and hierarchical constructions. Instead Calvino argues for a numerous play of signifiers not attempting to impose or privilege one reading over another. The works of Roland Barthes negotiated this divide between structuralism and poststructuralism. In his essay From Work to Text (1971), Barthes puts forth the idea that a work contains meanings which can be traced back to the author, and in that sense it is closed. On the other hand, once emancipated from the authorial figure, new meanings emerge from what a reader can extract from the text. In that sense, all texts result from personal connections with other references and sources. In other words, meaning is brought to a cultural object by its audience and does not intrinsically reside in the object, being something that remains open. In this lies the idea presented by this article. Calvino provides a fictional account of how form can look at content without treating it as such. The rules of chess and limits of the board would represent the aspects we are submitted to in this life. For example, the edges of the board could correspond to our life span or our physical limitations, the black and white squares could stand for our dualistic nature and thinking processes. However, within that he insists there is an incalculable choice of moves, takeovers, or, like Khan, one can stare into the void. Interpretation is wide and Calvino's literature is the kind of material that lets the unconscious of the reader emerge, filtering and constructing its own explanations. This is how the cultural can explain and recontextualise what is structurally given.

The narratives in the book enter a territory of paradoxical explanations and

sensuous experiences imbedded in one of the most common human organizations: the cities. But none of them should be taken at face value. Calvino is not in search of mimetic cities. Calvino's cities definitely belong to the realm of the fabulous and possibly comprise allegorical dimensions. Like Voltaire's El Dorado and the sunken city of Atlantida his cities are untraceable territories. With this strategy Calvino escapes compromising with the verisimilar world and sets foot in the fantastic or legendary status. At the end of Invisible Cities Marco Polo talks about the possibilities of an ideal city that might be flourishing somewhere in the world. Not as a ready-made, totalising reality but rather as something scattered and fragmented. What matters, Polo says, is to look for this Promised Land visited only by the imagination, not known or founded. Faced with the Venetian's arguments Kublai Khan's reaction is to leaf though his maps and conclude: "It is all useless, if the last landing place can only be the infernal city, and it is there that, in ever-narrowing circles, the current is drawing us." (CALVINO, 1997:165). The Emperor destroys all hopes of utopia as he perceives something has been subtracted from his horizon of certainties. Playing against the authoritative man that decrees and generalizes, Marco Polo manages to put in a relativist counter-discourse: "The inferno of the living is not something that will be; if there is one, it is what is already here, the inferno where we live every day, that we form by being together" (CALVINO, 1997:165). As proposed by Marco Polo, the relations between the elements used to describe the cities, giving body to the narrative, are not exactly clear to the reader. His discourse is permeated by metaphors, causing the words and the meanings to break down in many ideas. The reader may feel tempted to enter into this labyrinth of symbols, hoping to find a way out somewhere along the written lines. Others like McLaughlin may try to assemble the secrete signs, as one would do with a jigsaw. It is suggested in the chess board passage that, perhaps, the best way to approach the book is with the eyes of the imagination, rather than with the rational, scrutinizing eye.

<u>polissema 9</u> 2009

Bibliography

BLOOM et al (2001) Modern Critical Views, Italo Calvino. Ed. Harold Bloom. Philadelphia: Chelsea House Publishers.

BORGES, J.L. (2000) Labyrinths. London: Penguin.

CALVINO, I. (1997) Invisible Cities. London: Vintage.

_____ (2002) If on a Winter's Night a Traveller. London: Vintage.

De LAURENTIS, T. (2001) "Semiotic Models, Invisible Cities". IN: BLOOM et al. Modern Critical Views, Italo Calvino. Ed. Harold Bloom. Philadelphia: Chelsea House Publishers.

ECO, U. (1989) *The Open Work* [Opera Aperta, 1962, 1976]. Translated by Ana Cancogni. Harvard University Press.

HUME, K. (1992) Calvino's Fictions: Cogito and Cosmos. Oxford: Clarendon Press.

JEANNET, A.M. (2001) "Italo Calvino's Invisible City". IN: BLOOM et al. Modern Critical Views, Italo Calvino. Ed. Harold Bloom. Philadelphia: Chelsea House Publishers.

LIESTøL, G. (1994) "Wittgestein, Genette, and the Reader's Narrative in Hypertext". IN: Landow, G. (Org.) *HyperText Theory*. Baltimore: John Hopkins (p. 87-120).

MARKEY, C. (1999) Italo Calvino: A Journey toward Postmodernism. Miami: Florida UP.

McLAUGHLIN, M.. (1998) *Italo Calvino*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

MILANINI, C. (1990) L'Utopia Discontinua. Saggio su Italo Calvino. Milan: Garzanti.

PROPP, V. (2000) *Morphology of the Folktale*. Translated by Laurence Scott. 2nd edition. Austin: Texas UP.

GESTÃO DE PROJECTOS DE TRADUÇÃO E DE LOCALIZAÇÃO - DO CONCEITO AO MODELO

Helena Resende
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
hel.resende@netcabo.pt
Manuel Silva
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
mdasilva@iscap.ipp.pt
Portugal

Resumo

O crescimento do mercado electrónico e o aumento das comunicações além-fronteiras, resultante sobretudo da difusão da Internet, repercutiu-se, de modo intenso, na indústria de tradução, particularmente, na exigência crescente da tradução de *websites*, e, sobretudo, na localização de *software*.

Para melhor perceber esta realidade e, de modo a contribuir para uma maior sistematização do conhecimento nesta área, o presente artigo inicia-se com uma breve análise sobre a evolução dos conceitos e dos mercados da tradução e da localização. Procura distinguir entre os diferentes prestadores de serviços de tradução, nomeadamente, empresas e agências e descreve o processo seguido na elaboração de projectos de localização, reconhecendo a tradução como elemento integrante do projecto de localização.

Com base na interpretação dos conceitos de projecto e de gestão de projectos descreve-se o processo de gestão de projectos de tradução. Sendo o gestor de projectos o elemento essencial deste processo, analisam-se as funções e competências do mesmo e descrevem-se as tarefas e processos usados por este

<u>polissema 9</u> 2009 41

profissional, tendo em conta o ciclo de vida e os elementos que compõem o processo de gestão de projectos.

A partir desta análise propõe-se um modelo de gestão de projectos de tradução/localização baseado na conjugação dos diferentes elementos afectos à gestão e ao gestor de projectos e que procura sintetizar todo o processo inerente à gestão de projectos de tradução/localização. O modelo resulta de dois pontos de vista que se interligam: o da análise e reflexão sobre o estado-da-arte e o da análise empírica dos dados recolhidos no dia-a-dia no universo de trabalho de uma empresa de tradução.

Com este modelo, que retrata um processo cíclico e dinâmico, pretende-se, por um lado, ilustrar a complexidade do processo da gestão de projectos e demonstrar a importância das funções do gestor de projectos no vasto universo que é o da tradução e, por outro, desenvolver e propor um modelo de gestão de projectos aplicável a empresas de tradução e de localização.

Abstract

The Internet expansion which has led to the development of the electronic market and to the ever-increasing cross borders communications has caused a remarkable impact in the translation industry, especially in what concerns the growing demand of website translations and, primarily, in the software localization.

In order to better understand this reality and to contribute to an enhancement of the systematization of the knowledge in this subject matter, this paper starts by providing a brief overview of the evolution of the concepts and of the translation and localization markets. As far as the market is concerned, it seeks to make a distinction between the several translation service providers, namely between companies and agencies, delineating as well the approach taken on the localization projects completion and recognizing the translation as an integral part of the localization process.

The translation project management process is described by analyzing concepts such as project and project management. Since the project manager is the key element of this process, the functions and competences, as well as the tasks and processes employed by this professional are described, bearing in mind the life cycle and the principles that comprises the project management process.

From this breakdown, a project management model of translation and localization is proposed based on the conjunction of divergent factors related not only to the project manager but also to the project management itself, all of which are mentioned throughout this paper. The suggested model tries to summarize the whole process concerning the translation/localization project management and results from two points of view that act together: one related to the analysis and reflection on the state-of-the-art and the other one resulting from the empirical analysis of the data collected on a daily basis in the authors' work environment.

This model, that reveals a cyclic and dynamic process, has the purpose, on the one hand, to illustrate the complexity of the project management process and also to demonstrate the relevance of the project manager functions in the translation wide universe and, on the other hand, it is intended to develop and to propose a project management model appropriated to translation and localization companies.

Palavras-chave: Localização; Tradução; Gestão de Projectos de Tradução; Gestor de Projectos; Modelo de Gestão de Projectos de Tradução

Keywords: Localization, Translation, Translation Project Management, Project Manager, Translation Project Management Model

Introdução

As transformações evidentes na tecnologia e na organização das economias e sociedades afectaram, em larga escala, a vivência humana a nível mundial, pelo que a actividade da tradução não ficou imune a esta remodelação.

Com a globalização deu-se a rápida internacionalização dos mercados, o que resultou na necessidade de aumento exponencial no mercado da tradução e localização dos bens e produtos que circulam à escala global. Esta necessidade de localização diz respeito não só a produtos, mas também aos métodos de delineamento, de produção, de marketing e de distribuição, pelo que funcionou como um catalisador verdadeiramente eficaz para a impulsão da tradução.

Estas alterações que o mundo empresarial e os processos de comunicação a nível internacional têm vindo a enfrentar são fortemente influenciadas pelo uso de meios modernos de tecnologia de informação e de comunicação, sendo que os computadores e os sistemas de comunicação constituem os factores principais para este desenvolvimento.

O brotar do mercado electrónico e o aumento das comunicações alémfronteiras repercutiu-se, de modo intenso, na indústria de tradução, particularmente, na exigência crescente da tradução de *websites* e de outras formas de texto multimédia. Evidentemente, a difusão da Internet proporcionou um grande contributo à expansão desta indústria. A localização de *software* tornou-se, igualmente, noutra das peças pivô na difusão da indústria de tradução.

Além das já referidas razões políticas e económicas, também contribui para a necessidade crescente da actividade de tradução o grau crescente de especialização técnica e de diversificação económica. Exemplos desta realidade são o número de revistas científicas editadas anualmente e a quantidade estonteante de dados que circulam diariamente na Internet.

Assim, no século XXI, a tradução requer um esforço adicional, mais pesquisa e mais conhecimento. A ideia que vigora é a da apreensão e entendimento

do que foi transmitido na língua de origem e a respectiva interpretação e adaptação na língua de destino, obedecendo a definições e padrões linguísticos pelos quais se regem a língua de chegada. Foi necessária a criação de um novo conceito que reflectisse esta realidade mais abrangente, adoptando-se assim o conceito de Localização, que é descrito por Austermühl (2003) como sendo o processo de adaptação de um produto a uma situação específica do seu mercado-alvo. Este autor menciona ainda que este processo inclui, não só a tradução de textos (e de gráficos) que acompanham o produto, mas também a adaptação dos mesmos às normas culturais do mercado local.

Face a este processo irreversível da globalização e da revolução da Internet que nivelou o terreno para as empresas e economias, oferecendo uma plataforma mundial de baixo custo para publicidade, marketing, vendas, distribuição e suporte, as empresas tiveram necessidade de modificar e adaptar os seus produtos e serviços às características e particularidades de produtos locais, o que envolve o recurso a uma ampla gama de aspectos linguísticos, culturais, técnicos e de conteúdo.

De acordo com a LISA (2005: 3), as empresas globalizadas só poderão ser globais se forem locais nos mercados em que actuam. Os produtos, serviços, documentação, atendimento ao consumidor, suporte técnico, marketing e outras actividades de uma empresa devem reflectir as necessidades do mercado local no que concerne à cultura, língua e exigências dos negócios.

Torna-se, portanto, necessária, a adaptação às convenções locais no que diz respeito à apresentação dos produtos (tamanho e forma, idioma, cores, gráficos, ícones, etc.) e às suas funcionalidades. Além do facto de a maioria da população mundial não compreender a informação redigida em inglês, factores como as diferenças das práticas de trabalho, legislação e em alguns casos até mesmo da anatomia humana, deverão ser tidos em consideração.

É neste contexto que a localização se desenvolve como um processo que gira em torno da combinação da língua e da tecnologia, de forma a produzir um produto que pode transpor as barreiras culturais e linguística (Esselink, 2003: 4).

A localização é hoje a peça-chave dos negócios globais que possibilita que as empresas actuem noutros mercados além do local. Quando correctamente implementada, ela intervém em todas as fases do projecto do produto: no desenvolvimento, nos testes, no controlo de qualidade, na comercialização, no suporte.

Por outras palavras, um projecto de localização envolve vários passos que vão para além do próprio processo de tradução. Abrange engenheiros, gestores de projectos, revisores e, obviamente, tradutores. Uma vez que estes intervenientes se podem encontrar geograficamente dispersos, deverá ser estabelecida uma miríade de redes de comunicação de modo a manter a fluidez eficiente dos dados e dos prazos a cumprir.

Importa salientar que a localização, concomitantemente com o uso de diferentes tipologias de ferramentas electrónicas de tradução, instiga a necessidade crescente de aquisição de gestores de projectos por parte dos prestadores de serviços de tradução, nomeadamente das empresas e agências de tradução.

De facto, face às alterações que a profissão de tradutor tem vindo a enfrentar, particularmente no que respeita ao crescimento do mercado e ao recurso a equipas que se formam no espaço virtual, torna-se, actualmente imprescindível a gestão de projectos no universo da tradução.

Devido ao incremento da indústria de localização, a necessidade de especialistas em localização torna-se mais evidente do que nunca. Os tradutores necessitam de um conhecimento lato em tecnologia e os engenheiros necessitam, cada vez mais, de possuir competências a nível linguístico. Diversas escolas de tradução e universidades reconhecem este potencial do mercado apostando, por conseguinte, em cursos de localização de software e de páginas Web.

1. Gestão de projecto: do conceito ao processo

No domínio da tradução, torna-se notório o facto de que a gestão de projectos é imprescindível. Além de se ter vindo a assistir a um aumento do mercado da tradução, constata-se, assim, que as condições de trabalho têm vindo a evoluir e a tecnologia apresenta-se como parte essencial do processo.

Quando a tradução é atribuída a equipas que comunicam através da Internet o gestor de projectos torna-se um factor essencial e, de forma a obter resultados positivos, áreas como o planeamento, a rastreabilidade e a análise do volume e da qualidade assumem papéis de relevo. É precisamente nestas áreas que a gestão de projectos actua oferecendo, assim, ferramentas (e competências) essenciais para os fornecedores de tradução (Pérez, 2002).

A reforçar este papel surge a Norma Europeia prEN 15038 de Setembro de 2004 (p. 11) em que se estabelece que cada projecto de tradução terá que ser supervisionado por um gestor de projectos que se responsabilizará pela realização do projecto de acordo com os procedimentos do Prestador de Serviços de Tradução e os termos acordados com o cliente.

O gestor de projectos (GP) de tradução e de localização é responsável pela coordenação global de projectos relacionados com tradução, operando como um elo de ligação entre o cliente e os diversos fornecedores.

Como refere Esselink (2000: 427):

"Project managers are key resources in any localization project. They serve as the central point of communication for people involved in a localization project. A project manager is generally responsible for scheduling and monitoring all project components and activities."

Assim, o GP estabelece as etapas e os procedimentos mais adequados ao

processo de tradução do projecto e, geralmente, possui um amplo leque de tarefas e de responsabilidades, as quais incluem a elaboração de orçamentos e de propostas para novos projectos, a análise inicial e planificação do projecto, a gestão de tempo e a monitorização das finanças, a contratação da equipa e supervisão dos membros constituintes da mesma, a gestão de riscos, a gestão da comunicação, da informação e das emoções e o controlo da qualidade.

O GP deve, sobretudo, focalizar-se no processo e nos requisitos do cliente com vista à conclusão projecto de um modo bem sucedido.

De referir que a tarefa do GP não se prende com a tradução. O conhecimento a nível linguístico e a experiência em tradução constituem, indubitavelmente, uma vantagem, dado que a informação adquirida em ambas as competências auxilia o GP a melhor compreender o processo, a instruir e a gerir o cliente. Será importante mencionar que o GP atribui a maioria do trabalho de tradução a tradutores/ linguistas *freelancer* qualificados. Num cenário ideal, o GP deveria ser proactivo e polivalente e deveria ainda prestar atenção aos mais ínfimos pormenores do projecto.

São inúmeras as responsabilidades do GP de tradução e /ou localização, que, por vezes, se encontram sobrepostas. Estas abrangem, pelo menos três áreas: administrativa, gestão, comercial

O GP tradução e de localização deve ter em mente que os seus clientes não possuem experiência em relação a determinadas línguas. Como tal, uma parte importante da gestão de projectos de tradução/localização incide sobre o cumprimento das expectativas do cliente. Um bom gestor de projectos deve ser paciente e envolver o cliente em todas as etapas do processo.

De forma a assegurar a satisfação do cliente, o GP terá que, na fase inicial do projecto, planear, definir e estipular o âmbito de aplicação do projecto. Este será o ponto de partida para um projecto bem-sucedido. Através do diálogo com o cliente, o GP deverá compreender os verdadeiros requisitos do mesmo, gerindo as suas expectativas no decurso do projecto, moderando o processo de revisão do

cliente e prestando-lhe assistência no que respeita à determinação dos lucros de investimentos da localização. Além disso, o GP necessita de um manancial de técnicas de gestão de projectos, de fortes competências comunicacionais e de liderança, de modo a cumprir todos os requisitos do cliente (Stoller, 2004: 3).

A gestão de projectos obriga à obtenção e à prática de um conjunto bastante específico de competências. A maioria dos fornecedores de tradução/localização esperam que os GP possuam, no mínimo, competências linguísticas, técnicas, comunicacionais e comportamentais.

O GP de tradução e de localização tem como principal responsabilidade a gestão de todo o ciclo de projectos de tradução/localização tendo em vista o alcance do mais alto nível de qualidade, eficiência e satisfação do cliente.

2. Modelo para a gestão de projectos de tradução e de localização

Da análise e conjugação dos diversos elementos que foram enunciados ao longo deste artigo e que respeitam à gestão e ao gestor de projectos resulta, então, um modelo (ilustrado na figura - Fig.1) que procura sintetizar todo o processo inerente à gestão de projectos de tradução e de localização.

<u>polissema 9</u> 2009 49

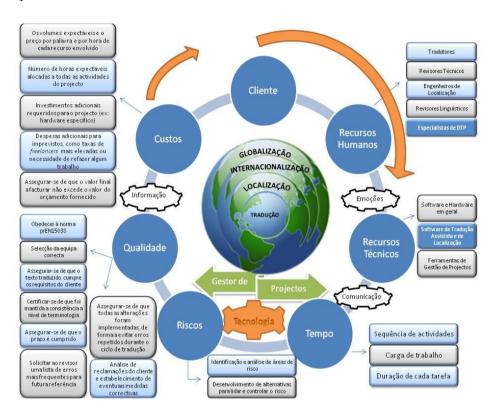


Figura 1 – Modelo de gestão de projectos de tradução e de localização

Como fica claro no modelo proposto, a globalização é o elemento englobador de todo o processo. Esta interdependência de ideias, pessoas, bens, serviços e capitais deu origem a uma rápida internacionalização dos mercados, o que resultou na necessidade de aumento exponencial no mercado de localização dos bens e produtos que circulam à escala global.

A tradução é parte integrante do processo de localização e, enquanto tal, prosperou e deu origem a uma nova profissão para apoiar e organizar o bom funcionamento de todo o processo: a do gestor de projectos.

Conforme ilustrado no modelo, o gestor de projectos encontra-se no centro de todo o processo, uma vez que se assume responsável pelo planeamento e

controlo de todos os componentes e actividades do projecto, funcionando como um elo de ligação entre os vários intervenientes envolvidos no mesmo.

A tecnologia exerce, juntamente com o gestor de projectos, um papel central, sendo ao mesmo tempo um componente intrínseco à economia global e um elemento imprescindível às funções desempenhadas pelo GP. Esta não só é parte integrante de todo o processo de tradução, visto que consiste num elemento presente em todas as fases da produção - desde a recepção do projecto, que normalmente é feita por *e-mail*, passando pela sua execução (através da utilização de ferramentas específicas), até à entrega final ao cliente; funciona, ela própria, também como um catalisador deveras eficaz para a expansão da tradução, isto porque se verifica uma exigência crescente de tradução de *websites*, de aplicações de *software* e de *hardware*.

Tal como se pode verificar através do modelo acima descrito, o cliente constitui o primeiro ponto de contacto. Seguidamente, no sentido de colocar em prática o plano de acção requisitado pelo cliente, o GP terá que canalizar todos os recursos necessários, não só humanos, como técnicos. Terão que ser mobilizados tradutores, revisores linguísticos e técnicos, especialistas de DTP e engenheiros de localização, bem como meios técnicos, como é o caso de *software* e de *hardware* em geral e ferramentas de tradução assistida e de localização.

De referir que as ferramentas de gestão de projectos revelam-se imprescindíveis e fundamentais para o desempenho das funções quotidianas do gestor de projectos de tradução/localização, uma vez que contribuem vivamente para a traceabilidade, controlo e uniformização das várias etapas constituintes do projecto e, por conseguinte, para o êxito do projecto gerido.

Além de recursos humanos e técnicos, o GP tem também que gerir tempo, custos, riscos e qualidade no sentido de assegurar um desempenho satisfatório na execução das suas funções. O GP necessita de estabelecer uma sequência de actividades, ter em conta a carga de trabalho envolvida e a duração de cada tarefa, bem como o preço praticado por cada colaborador envolvido, a necessidade de

despesas adicionais e a identificação e análise de áreas de risco, por forma a disponibilizar ao cliente uma avaliação abrangente e a facturar um valor final que não ultrapasse o valor do orçamento fornecido. Esta disponibilização revelar-se-á profícua tanto para o cliente como para o gestor de projectos, pois poucas surpresas ocorrerão à medida que o projecto for progredindo.

De salientar ainda que o GP não deverá descurar a necessidade de procedimentos formalizados de gestão de projectos e de controlo de qualidade, uma vez que este vector é fundamental, devendo estar, por esse motivo, presente em todas as fases do projecto.

Não será demais referir que a qualidade está relacionada não só com a satisfação dos *stakeholders*, nomeadamente do cliente, mas igualmente com a eficiência do trabalho, com a coesão da equipa envolvida e com as técnicas de controlo e de comunicação.

Aliás, todo o processo aqui enunciado não seria exequível sem a presença de vectores como a informação e a comunicação. O GP deverá certificar-se de que todos os outros intervenientes do projecto se encontram em sintonia em termos de expectativas. Como tal, a comunicação será um dos factores vitais para assegurar que o projecto decorra dentro da normalidade.

Em geral, a comunicação mantém os *stakeholders* informados, actualizados e concentrados, por isso, o GP deverá assegurar-se de que a mensagem foi bem recebida e compreendida e que o destinatário irá agir em conformidade. A premissa de que nada deverá ser tido como garantido, nada se deverá assumir, deve fazer parte do código de boa conduta do gestor de projectos. No entanto, dado o proliferar de informação que se manifesta no decorrer do projecto, o GP terá que ter um papel proactivo no sentido de verificar e filtrar a informação que é destinada a cada interveniente do projecto. Desta forma, precaver-se-á possíveis riscos e atrasos do projecto.

Um factor que se manifesta, igualmente, importante é a gestão de emoções. O GP tem que saber lidar com os sentimentos de forma a torná-los apropriados às situações e a tentar produzir reacções apropriadas, conforme as necessidades, de modo a aperfeiçoar os resultados.

Em suma, o modelo aqui apresentado representa um processo cíclico e dinâmico, onde o gestor de projectos assume um papel fundamental na coordenação, monitorização e controlo do projecto. O GP funciona como um elo entre o cliente e os fornecedores, necessitando, deste modo, de colocar em prática diversas aptidões que lhe permitam gerir o projecto de um modo eficaz, tendo que, para tal, adquirir e desenvolver competências específicas no sentido de ser capaz de enfrentar as exigências competitivas do mercado global em que está inserido.

Conclusão

Quase uma década após o eclodir de um novo século, consolida-se o facto evidente de que a economia tem vindo a enfrentar alterações dramáticas e os efeitos destas têm vindo a repercutir-se, de forma notória, na actividade da tradução, conduzindo à implementação de novas estratégias de mercado e a alterações paradigmáticas na metodologia da tradução.

Conjuntamente às alterações na metodologia do processo de tradução, verifica-se um incremento na contratação de gestores de projectos por parte das empresas e agências prestadoras de serviços de tradução.

O surgimento e o reforço do papel deste novo actor no processo de tradução denota que o gestor de projectos de tradução, enquanto mediador e elemento de conexão entre todos os intervenientes e fases do processo de tradução, terá que possuir um conjunto de competências que lhe permitam assegurar e tomar todas as providências para manter todos os intervenientes informados e satisfeitos, de forma a cumprir os preceitos impostos pelo(s) cliente(s).

A construção do modelo acima exposto foi, assim, alicerçada na análise e, simultaneamente, na conjugação dos diversos factores inerentes ao processo de gestão de projectos. A partir de um enquadramento teórico, traçou-se uma

configuração baseada na inclusão de elementos pragmáticos, mas funcionais e imprescindíveis ao objectivo a que o gestor de projectos de tradução se propõe a cumprir: o alcance do mais alto nível de qualidade, eficiência e satisfação do cliente.

O modelo definido ilustra, de modo claro, a complexidade do processo de gestão de projectos e comprova que o gestor de projectos de tradução desempenha uma função importante e central à optimização do processo de tradução, sendo, cada vez mais, imprescindível à eficácia e ao êxito do fluxo de trabalho inerente aos processos actuais de tradução e de localização.

Bibliografia

AUSTERMÜHL, Frank, *Electronic Tools for Translators*, Manchester, St. Jerome Publishing, 2001.

CASTELLS, Manuel, The Rise of the Network Society, Oxford, Blackwell, 1996.

COMITÉ EUROPEU DE NORMALIZAÇÃO, Norma Europeia prEN 15038 (versão portuguesa), Bruxelas, 2004.

CRONIN, Michael, Translation and Globalization, London, Routledge, 2004.

ESSELINK, Bert, "The evolution of localization", in *The Guide from Multilingual Computing & Technology: Localization*, No 57, Julho/Agosto 2003, [https://www.multilingual.com/downloads/screenSupp57.pdf], consultado em 11 de Outubro de 2008.

ESSELINK, Bert, A Practical Guide to Localization, Haarlem, John Benjamins B.V, 2000.

GALA – Globalization and Localization Association, [http://www.gala-global.org/who-we-are.html], consultado em 28 de Março de 2008.

KERZNER, Harold, Advanced Project Management: Best Practices on Implementation – 2ª Edição, New Jersey: John Wiley e Sons, Inc, 2004.

LISA - LOCALIZATION INDUSTRY STANDARDS ASSOCIATION, "Manual de Introdução à Localização", 2ª ed., 2005, [www.lisa.org], consultado em

05 de Outubro de 2008.

PEINE, Bia e NÓBREGA, Daltony, "Tower of Babel" in *GALA*, 2007, [http://www.gala-global.org/en/resources/CCapsArticleBiaDaltony_EN.pdf], consultado em 02 de Novembro de 2008.

PÉREZ, Celia Rico, "Translation and Project Management", in *Translation Journal*, vol. 6, N°4, 2002, [http://accurapid.com/journal/22project.htm], consultado em 23 de Dezembro de 2007.

PMI - PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, [http://www.pmi.org/Pages/default.aspx], consultado em 28 de Março de 2008.

PMI, A Guide to the Project Management Body of Knowledge (PMBOK Guide), Third Edition, Pennsylvania, 2004.

LISA, "Manual de Introdução à Localização", 2ª ed., 2005, [www.lisa.org], consultado em 05 de Outubro de 2008.

MLC RESEARCH, "Best Practices Build Solid Projects", in *The Guide from Multilingual Computing & Technology: Project Management*, No 63, Abril/Maio 2004, p. 19, [http://www.multilingual.com/guides.php], consultado em 10 de Julho de 2008.

PYM, Anthony, "Translation vs. localization: Anything new?", 2006., [www.tinet.org/~apym/on-line/talks/localization_copenhagen_2006.ppt], consultado em 12 de Novembro de 2008.

ROLDÃO, Victor Sequeira, Gestão de Projectos – Abordagem Instrumental ao Planeamento, Organização e Controlo, Lousã, Monitor, 2007.

STOELLER, Willem, "The Hub of the Wheel", in *The Guide from Multilingual Computing & Technology: Project Management*, No 63, Abril/Maio 2004, pp.3, 4, 6, [http://www.multilingual.com/guides.php], consultado em 10 de Julho de 2008.

SHOULD THE U.S. ADAPT TO THE WORLD? THE FIRST DEBATE ON AMERICAN EXCEPTIONALISM AND ITS IMPACT ON THE FOUNDING OF THE UNITED STATES

Jean-Marie Ruiz Université de Savoie França jean-marie.ruiz@univ-savoie.fr

Abstract

This paper aims at putting into perspective the recent, post 9/11 debate on the United States' alleged exceptionalism and its impact on the definition of American foreign policy. It reminds the readers that the United States was born as a result of a similar debate, at a time when a crucial choice for its future was to be made. Indeed, the Founding Fathers discarded the revolutionary idea that America was altogether different from other (European) nations and, as such, could succeed in saving republicanism and concentrate on domestic affairs. As Gordon Wood and Harvey Mansfield have shown, the 1787 version of republicanism stood as a departure from its earlier version, and such a change was necessary to the creation of a full-fledged federation, therefore paving the way to the current powerful Federal Republic. The early failure of the exceptionalist creed did not cause its disappearance, as the contemporary form of exceptionalism demonstrates, but created conditions that made an enduring and powerful influence very difficult.

Keywords: exceptionalism; republicanism; Founding fathers; Scottish enlightenment; 9/11; American foreign policy.

The idea that the United States is altogether different from other nations and should act accordingly in the international arena is as old as the Federal republic, and its roots go back to the very beginning of its colonial history. Indeed, in few countries has this question had such an enduring importance as in the United States. As is well known, the colonial history of British America in New England began with the puritan project of building a new Jerusalem, a model Christian society free of European corruption. To these days, almost 400 years after it was called forth, John Winthrop's description of Massachusetts as a "city upon a hill" still resonates. Neither time nor the contemporary claims of an American loss of "innocence" appear to have undermined the notion of an American exception. On the contrary, the end of the cold war and the advent of a unipolar world dominated by the United States seems to have revived it, as if the current hegemony vindicated the initial puritan vision. As critics have pointed out, the 2002 National Security Strategy of the United States of America and much of the foreign policy of George W. Bush during its first term relied on implicit recognition of America's difference¹. Yet, few Americans are aware that the Founding Fathers were the first to discard the already popular notion of an American exception, and probably even fewer realize the role that their initial rejection played in bringing about today's powerful Federal Republic. The aim of this paper is to remind the readers that, among the many debates generated by the claims of American exceptionalism, the earliest ones deserve careful scrutiny because they were crucial for the future of the U.S. Through them we can see the confrontation of diverging opinions on politics, society and men, the intertwining of classical and modern thoughts. Out of them emerged the modern United States, with its ambiguities and paradoxes, some of them related to the lingering conception of a God-chosen nation endowed with a

¹ More details on the most recent form of exceptionalism in the U.S may be found in Hoffmann, Stanley. "American Exceptionalism—The New Version: "The National Security Strategy of the United States of America', September 2002". Chaos and Violence. Ed. Stanley Hoffmann. New York: Rowman and Littlefield, 2006. 115-131. Other critics of the post 9/11 version of American exceptionalism include Francis Fukuyama (See America at the Crossroads. New Haven: Yale University Press, 2006. 95- 113) and Andrew Bacevich (See The Limits of Power. The End of American Exceptionalism. New York: Metropolitan Books, 2008.).

mission.

Independence as faith in American exceptionalism—and classical republicanism

The idea that America was different, that the peculiar American environment and the colonial history had combined to create a people entirely different from their forebears in old Europe was very common in the 18th century, on both sides of the Atlantic. In Europe, it was expressed by liberal intellectuals such as the French philosophes or the English radical Whigs, who saw in the New World what they thought was lacking in the Old. America was described as the place where "universal well-being was wisely distributed by the first land allotment", the sole example on earth of a country whose population "consisted of landowners, farmers, equal citizens"². To English radicals, Americans were immune to the corrupting refinement and selfishness that were causing the decline of their own country, being "all independent, and nearly upon a level" and "inspired by the noblest of all passions, the passion of being free"3. In America, these opinions helped dispel fears that the British colonies were also showing signs of decadence and reinforced the confidence that they would be up to the task of creating republics and meeting the high republican standards once independence was achieved. The history of republicanism was not encouraging: most republics of the past had been short-lived, not to mention the English one, which had ended in tyranny. Modern republics of the 18th century were all tiny and weak compared with the mighty monarchies surrounding them, and the much vaunted British model of mixed government seemed to confirm the final disrepute of

² First quotation from Raynal, Guillaume. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*. Vol.6. Amsterdam, 1772. 583; the second quote if from Champion de Cicé, in a Speech to the National Assembly, August 1, 1789. Both quotes (translated by the author of this article) are borrowed from Lacorne, Denis. *L'invention de la république. Le modèle américain*. Paris: Hachette, 1991. 182-183.

³ Richard Price, Observations on Civil liberty (1776), quoted by Wood, Gordon. *The Creation of the American Republic, 1776-1787*, Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1969. 99.

republicanism.

Only the sense that America was an exception, a "mirage in the West" as the French saw it⁴, could make North Americans believe that they could succeed where so many had failed, and prove the world that they could rescue republicanism. What made the difference was the belief that Americans were "natural republicans" as some argued at the time, and Alexis de Tocqueville confirmed later on.⁵ The lack of any established Church, aristocracy and of any great distinctions of wealth in America distinguished it from the ancient republics, which had to resort to artificial means destructive of personal freedom to achieve equality. Ancient republics were doomed, in other words, because they forced society into the procrustean bed of republican equality. "All this was done and suffered to obtain (which yet they could never obtain) that natural equal level basis on which Ye, American Citizens, stand", argued Thomas Pownall in a 1783 address celebrating independence⁶. In the century of the Enlightenment, being republican by nature guaranteed the success of republicanism, belied Montesquieu's maxim that it could only thrive in small, homogeneous societies, and strengthened Paine's bold assertion that it was a matter of common sense. For Paine however, remaining an exception meant breaking up with the irrational and corrupt system of government of the metropolis without delay, before the corrupting forces that had already doomed Britain to decadence set in America as well. Exceptionalism was synonymous with republicanism.

The belief in an American exception on the eve of the Revolution is thus related to what Gordon Wood has called the spirit of 1776, dominated as it was by the ideology of the radical Whigs and neo-classical political thought, particularly classical republicanism. Even Paine, who did not think that the extent of territory was an obstacle to republicanism and was not against representation, viewed the

⁴ See Echeverria, Dumond. Mirage in the West: A History of the French Image of American Society to 1815. Princeton: Princeton University Press, 1957.

⁵ Americans, wrote Tocqueville, "were born equals instead of becoming so". See Tocqueville, Alexis de. *De la Démocratie en Amérique*. Vol.2. Paris : Garnier-Flamarion, 1981. 130 (my translation)

⁶ Thomas Pownall, A Memorial Addressed to the Sovereigns of America (London, 1783), quoted by Wood, *The Creation of the American Republic, 1776-1787*, op. cit., p.99.

uniformity of interests as necessary and warned against the baneful influence of commerce upon patriotism and virtue. British and American radical Whigs saw the Glorious Revolution of 1688 as the first step towards liberty, which George III was committed to destroying. Britain being the only place where it could have flourished in Europe, but the British people being already too corrupt to save it, liberty was fleeing the Old continent and "seeking an asylum westward". In his celebrated *Letters from an American Farmer*, De Crèvecoeur defined Americans as "the western pilgrims, who are carrying along with them that great mass of arts, sciences, vigour, and industry, which began long since in the east". But Paine is the one who expressed the idea of American refuge of liberty most emphatically:

O! ye that love mankind! ye that dare oppose not only the tyranny but the tyrant, stand forth! Every spot of the old world is overrun with oppression. Freedom hath been hunted around the Globe. Asia and Africa have long expelled her. Europe regards her as a stranger, and England has given her warning to depart. O! receive the fugitive and prepare in time an asylum for mankind!

Only in America could liberty thrive and human progress develop, the Whigs argued, because the people was made of independent, virtuous, property-holding individuals who formed a homogeneous society. There, their representatives would not be the spokesmen for opposing factions, but would represent the "public good" of all citizens united by the understanding of their

⁷ William Hooper to James Iredell in 1776, quoted by Gordon Wood, ibid, p.43. For more details on the Whigs' view on republicanism and on America the "home" of liberty, see Wood, ibid, chapter II.

⁸ Crèvecoeut, Michel-Guillaume-Jean de, "What is an American", Letters from an American Farmer. Living Ideas in America. Ed. Henry S. Commager. New York: Harper and Bro., 1951. 20) For more information on the belief on a westward course of civilization, which will later be used by the proponents of territorial expansion, see Marienstras, Elise. Nous le peuple. Paris: Gallimard, 1988. 350. By adding "they will finish the great circle" to the sentence quoted, Paine himself suggests that the independent colonies will expand westward.

⁹ Thomas Paine, "Common Sense". Selected Work. New York: Modern Library, 1945.

<u>polissema 9</u> 2009 61

common interest. To be sure, not all Americans agreed and in the succeeding years less and less would; but in 1776 most of them did, as the impact of *Common sense*, the Declaration of independence, and the establishment of the 13 republics showed. Only atypical Americans such as John Adams were prepared to accept the inevitability of conflicting interests and a pluralistic American society, even though European societies were obviously divided into countless factions and social distinctions.¹⁰ The positive and sanguine vision of their society reflects the prevailing belief in an exceptional America, that is also noticeable in the first vision of an American foreign policy.

What Classical Republicanism Meant for Foreign Policy

The implication of the dominant ideology for foreign policy was obvious in *Common Sense*, and was even presented by Paine as a cogent reason why independence should be declared. As long as America remained part of the British empire, it would be involved in Britain's wars and more generally in the European state of war, he suggests. Protection was not to be regarded as an argument against independence because Britain "did not protect us from *our* enemies on *our account*; but from *her enemies* on *her own account*, from those who had no quarrel with us on any other account". "Let Britain waive her pretensions to the Continent, or the Continent throw off the dependence", he added, "and we should be at peace with France and Spain, were they at war with Britain" 11. Paine's underlying reasoning is based on Montesquieu's opinion that "the spirit of monarchies is war, while the spirit of republics is peace and moderation" 12. By separating itself from the power politics of the metropolis and refraining from any political relations with other

¹⁰ For references of Adam's early misgivings about American virtue and the homogeneous nature of its people, see *The Creation of the American Republic,* op. cit., p.59; 569-571.

¹¹ Thomas Paine, "Common Sense", op. cit.

¹² Montesquieu, L'esprit des lois, Book IX, chap.2 (my translation) The same idea is expressed in Common Sense, where Paine writes that "Europe is too thickly planted with Kingdoms to be long at peace" [...] "The Republics of Europe are all (and we may say always) in peace."

states, America would be at peace even with monarchies. "Our plan is commerce", he explained, "and that, well attended to, will secure us the peace and friendship of all Europe; because it is in the interest of all Europe to have America a free port"¹³. In short, separation from Britain would allow America to dispense altogether with foreign policy, move away from diplomacy and focus on commercial policy only. It would also allow the former colonies to create genuine republican institutions devoid of executive power, consisting of assemblies only, and "their business wholly domestic"¹⁴.

But what about relations between the new republics that would be created following independence? Was the plurality of American states likely to produce an American version of the European state of war? Paine discarded such a possibility provided three conditions were met. The first one is equality between the different American states, a situation that is inherent to republics, since "where there are no distinctions there can be no superiority" and "perfect equality affords no temptation". The second is to create a political system that truly reflects the people, i.e., based on legislative power, representation and frequent elections, "by which the world may know, that so far as we approve of monarchy, that in America the law is king". The third is dependent on "always remembering that our strength is Continental, not provincial", and on remaining united through continental institutions, like the existing Continental Congress. What Paine suggested, however, was not to create a full-fledged federation, which would not be compatible with the classical republican emphasis on small republics, but only the amount of union necessary to foster some cooperation and prevent absolute sovereignty from leading to war. Some ten years later, those who opposed the creation of a federation used very similar arguments, as the following words by Thomas Pinkney show:

13 Thomas Paine, "Common Sense", op. cit.

¹⁴ Ibid

Our true situation appears to me to be this—a new extensive Country containing within itself the materials for forming a Government capable of extending to its citizens all the blessings of civil and religious liberty, capable of making them happy at home. This is the great end of republican Establishments. We mistake the object of our government, if we hope or wish that it is to make us respectable abroad. Conquest or superiority among other powers is not or ought not ever to be the object of republican systems. If they are sufficiently active and energetic to rescue us from contempt and preserve our domestic happiness and security, it is all we can expect from them—it is more than almost any other Government ensures to its citizens. 15

For the early proponents of exceptionalism, republicanism and the primacy of domestic policy were interconnected, but in 1787 the idea that America could discard foreign policy altogether had declined. As Felix Gilbert has pointed out, the French-American alliance of 1778 was already a clear sign that American opinion on the subject had changed, less than two years after the Declaration of Independence¹⁶. The Model Treaty drafted by the Continental Congress (by John Adams) in August 1776, which stands as the first foreign policy act of the independent American republics, was in keeping with the principles expressed in *Common Sense*: the three American commissioners (Franklin, Silas Deane and Jefferson) who brought it with them to France were instructed to seek an alliance with France "that was entirely alien to the spirit of the diplomatic practice of the time" 17. The proposals they initially put forward, based on the Model Treaty, included no political or military alliance, "only a commercial connection" by which

¹⁵ Thomas Pinkney. The Records of the Federal Convention of 1787. Vol.1. Ed. Farrand, Max. New Haven: Yale University Press, 1937. 402.

¹⁶ Gilbert, Felix. To the Farewell Address. Ideas of Early American Foreign Policy. Princeton: Princeton University Press, 1961. See chapter III: Novus Ordo Seculorum

¹⁷ These words are Felix Gilbert's in To the Farewell Address p.54

France was to help the former American colonies on the sea in exchange for American commerce. But three months later, American leaders took the first step towards traditional diplomacy by empowering the three commissioners to offer the British West Indies to France in order to secure a much needed alliance¹⁸. When the Treaty of Amity and Commerce was eventually secured in February 1778, it included a "conditional and defensive alliance", by which the United States and France pledged to help each other militarily, that reflected at least partly traditional European diplomacy.

It is true that John Adams, the author of the Model Treaty, had never shared the radical Whigs' or the *philosophes*' belief in a new era and the advent of a new diplomacy based on commerce. As Walter McDougall observed, his effort to exclude what he called "political connections" should not be misinterpreted: "His purpose was not to reform world politics" but to secure France's assistance without the Americans becoming pawns of French imperialism, as they had previously been pawns of the British" Indeed, Adams's thoughts on interstate relations have always been very traditional, based on the European doctrine of interests. "I know of no better rule than this", he said to a British general who criticized the alliance with France, "when two nations have the same interests in general, they are natural allies; when they have opposite interests, they are natural enemies; but the habits of affection or enmity between nations are easily changed as circumstances vary, and as essential interests alter" 20. As the similarity of these words with Washington's "non entangling alliance" message suggests, such an opinion would become more and more common, particularly among the Founding Fathers.

¹⁸ See Gilbert, ibid, p.84.

¹⁹ McDougall, Walter. Promised Land, Crusader State. The American Encounter with the World Since 1776. New York: Houghton Mifflin, 1997. 25.

²⁰ See Gilbert, To the Farewell Address, op. cit., p.81-82

<u>polissema 9</u> 2009 65

Towards a Federal Republic: Exceptionalism Qualified

The institutions created in the wake of the Declaration of Independence belied the influence of "the Whig science of politics". Both the states' institutions and the confederate Congress were devoid of a genuine executive. The power of state governors was very limited and they were viewed as the creature of the legislative assemblies. The Articles of Confederation, ratified by all states by 1781, had created no executive power either, as if to act upon Paine's tenets and show the world that "in America the law is king". Until 1780, the Congress was dominated by radicals staunchly opposed to creating any executive independent from the legislative²¹.

Yet the assumptions behind the supremacy of the legislative were increasingly blamed for the political upheavals that America experienced during the Confederation era, particularly by those who were to become the Founding Fathers. Most of these were part of an economic, social and political elite, and some of them—and not the least influential—were Virginian planters who did not necessarily agreed with the idea that the people was always right and ought to rule²². They were well-read in history and knew that many republics of the past had disappeared as a result of the unchecked power of the people, which had resulted in political instability. Hence they could not agree with the radical Whigs when these claimed that America was an exception, that it could save republicanism because the American people was not divided into factions. Not only had they misgivings about the veracity of the Whigs's opinion on the American people, whose opinion they deemed as versatile, short term and unenlightened as those of the Europeans, but they also questioned the wisdom of granting the majority

²¹ See Gilbert, To the Farewell Address, op. cit., p.81-82

²² As John Nelson remarked, "Inculcated from birth with an awareness of the unending effort required to maintain hegemony over a hostile labor force, the planter class produced most of the early national leaders". Nelson, John R. *Liberty and Property. Political Economy and Policymaking in the New Nation, 1789-1812.* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987. 13

absolute power. To be sure, all Founders were republican, even those who, like Hamilton, had leaned toward monarchism had turned republicans by 1787²³. Yet they thought there was a need to invent a new form of "mixed republicanism", based on the British principle of mixed government but devoid its monarchical element, that would provide more stability and durability by checking the power of the people and its baneful effects.

To the Founders, and more generally to the moderate political leaders who controlled the Confederation Congress after 1780, the political upheavals that followed the onset of the economic crisis in 1785 were proof that unchecked popular power in America was paving the way to the same instability that had doomed previous republics. In Rhode Island, riots broke out when creditors refused to accept as payment the fiat money that the state legislature had created to relieve debt-ridden farmers. As John Nelson wrote, "without a senate, without an executive veto, and without judicial review the popular assembly of Rhode Island had passed and enforced a law repugnant to the sanctity of contract and security of property".²⁴ In Massachusetts, which had a two-house legislature and an executive with veto power, depression and money contraction had driven the government to the opposite direction under the creditors' pressure, i.e. retirement of paper money and tax increase. The result was the so-called Shays rebellion, the uprising of farmers under Daniel Shays's leadership to prevent debt collection and the sale of their farms. A former soldier in the revolutionary army, Shays acted on the same principles and used the same means as during the revolution, that is the right to oppose a tyrannical government and what he considered its illegitimate laws. But once English tyranny was defeated and independence achieved, it became obvious

²³ If needed, Hamilton's writings in the Federalist papers leave no doubt about it. See for example the last words of the The Federalist n°22: "The fabric of American empire ought to rest on the solid basis of THE CONSENT OF THE PEOPLE. The streams of national power ought to flow immediately from that pure, original fountain of all legitimate authority". On Hamilton and republicanism, see also Harper John L. American Machiavelli. Alexander Hamilton and the Origins of U.S. Foreign Policy. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 89; 174-5

²⁴ John R. Nelson, Liberty and Property, p.12.

that the maintenance of these principles was no longer appropriate and were wholly incompatible with other American intellectual trends, such as Lockean liberalism, based as it was on the sanctity of contract and private property.

These required some government authority for their protection, including institutional checks on popular rule, that the moderate members of the Confederation Congress, particularly the nationalists—thus the Founders--were eager to provide or strengthen. Madison interpreted the political instability he was witnessing as the result of a situation "in which the Government is the mere instrument of the major number of the constituents"; it amounted to an "abuse of power, by the majority trampling on the rights of the minority... which, in republics, have more frequently than any other cause, produced despotism"²⁵. In a private letter to George Washington in July 1787, Hamilton blamed the "anarchy and misery" on the "impudence of democracy" and on the weak governments which "had entirely given way to the people"26. Other nationalists, who would soon be among the state delegates at the Philadelphia convention, likewise criticized "the excess of democracy", "the levelling spirit", or the "follies of democracy", and shared the opinion that America was experiencing a political crisis due to the failure of the either the state governments or the Confederation Congress to prevent the tyranny of the majority from trampling on the rights of the minorities²⁷.

Similar views illustrate what Gordon Wood has characterized as the "spirit of 1787", as opposed to the "spirit of 1776", the former reflecting the ideology of the radical Whigs, whereas the latter was rather influenced by their British opponents, the representatives of the Scottish enlightenment. Building on Locke's assumption that private property was the cornerstone of civil societies, David Hume, Adam Smith, Adam Ferguson substituted the modern *homo oeconomicus* for

²⁵ James Madison in a letter to Jefferson (October 17, 1788) and in a speech before the Virginia Ratifying Convention (June 5, 1788) respectively, quoted by John R. Nelson, *Liberty and Property*, p.15.

²⁶ Hamilton to Washington, July 3, 1787, quoted by Nelson, ibid.

²⁷ The first two quotes are from Elbridge Gerry, the last from Edmund Randolph, both expressed on May 31, 1787 at the Federal Convention, and are also borrowed from Nelson, ibid, p.14.

the *homo civicus* of the Ancients, and legitimized self-interest rather than virtue. For Hume, "Ancient policy was violent and contrary to the more natural and usual course of things [...] And the less natural any set of principles are which support a particular society, the more difficulty will a legislator meet with in raising and cultivating them. It is his best policy to comply with the common bent of mankind and give it all the improvements of which it is susceptible" Politics and institutions had to be adapted to the ordinary man, with his shortcomings and his natural desire to promote his interest. In doing so, Adam Smith added, individuals work for the benefit of all, as if guided by an "invisible hand" 29.

Hume's conception of society and politics, based as it was on a universal vision of man, was increasingly influential in the 1780's and contributed to ruining the conception of America as a social and political exception. "As riches increase and accumulate in few hands", Hamilton declared before his state's assembly, "as luxury prevails in society, virtue will be in a greater degree considered as only a graceful appendage of wealth, and the tendency of things will be to depart from the republican standard. This is the real disposition in human nature: It is what neither the honourable member nor myself can correct. It is a common misfortune, that awaits our state constitution, as well as all others" On the eve of the Constitutional Convention, John Adams had lost any hopes that the Revolution and republicanism could foster the public virtue that was essential to a successful republic, and had come to the conclusion that there was "no special providence for Americans, and their nature is the same with that of others" Contrary to what the radicals had claimed, American society was not homogeneous and classless but divided into "the rich and the poor, the laborious and the idle, the learned and the

²⁸ Hume, David, Political Essays. New York: Charles Hendel, 1953. 133-134.

²⁹ Smith, Adam. An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations. New York: Modern Library, 1937.

³⁰ Hamilton, Alexander. The Papers of Alexander Hamilton. Vol.5. Ed. Harold Syrett and Jacob Cooke. New York: Columbia University Press, 1962. 42.

³¹ Adams, John. "Defence of the Constitutions". Works of John Adams. Vol.4. Ed. Charles Francis Adams. Boston: Little, Brown, 1851. 401.

ignorant". "All that we can say in America", he wrote in his *Defence of the Constitutions*, "is, that, legal distinctions, titles, powers, and privileges, are not hereditary".³² Many, the Founders included, shared both Adams's opinion on the lack of public virtue and Hume's opposition to artificially creating it. "This would be slavery, and not that liberty which the bill of rights has made inviolable", Jefferson observed in 1782. Nor was virtue deemed a prerequisite to republicanism. Noah Webster and Williams Vans Murray challenged Montesquieu's claim in this respect, and John Stevens was one of the first to suggest that good institutions could be a modern substitute for it.³³

Not surprisingly, these views were challenged by those who clung to classical republicanism and prompted the debate between the Federalists to the Anti-federalists at the Philadelphia Convention. The former went to Philadelphia with the desire to move away from the spirit of 1776 and from its offspring, the confederation. They wanted to build new institutions that would be based on a modern, and they thought more scientific, hence universal, assessment of human nature that contradicted the notion of American exceptionalism³⁴. More than any other Founders, Hamilton set out to undermine it at the Constitutional Convention and in the subsequent *Federalist papers*:

From this summary of what has taken place in other countries, whose situations have borne the nearest resemblance to our own, what reason can we have to confide in those reveries which would seduce us into an expectation of peace and cordiality between the members of the present confederacy, in a state of separation? Have we not already seen enough of the fallacy and extravagance of those idle theories which have amused us with the promises of an exemption from the imperfection, the weaknesses, and the evils incident to society in every shape?

³² Ibid, p.488.

³³ These quotes and their interpretation are borrowed from Wood, *The Creation of the American Republic, 1776-1787*, op. cit., p.610-11.

³⁴ For an analysis of the theory on human nature in the Federalist Papers, see Jean-marie Ruiz, "Publius et la nature humaine", Revue Française d'Etudes Américaines, 87-1 (2001): 7-16.

Is it not time to awake from the deceitful dream of a golden age and to adopt as a practical maxim for the direction of our political conduct that we, as well as the other inhabitants of the globe, are yet remote from the happy empire of perfect wisdom and perfect virtue³⁵?

If the American society was similar to the others, then it had similar needs and problems that had to be dealt with by somehow similar institutions. Since the legislative supremacy that characterized the Confederation was rooted in exceptionalism, the latter had to be refuted before a much needed federal executive power could be created. Which means that Madison's plan would probably not have prevailed over the Paterson plan (which included no independent executive and was much more congenial to the radical and anti-federalist political philosophy) if the American claim to uniqueness had not been qualified in the years that preceded the Philadelphia Convention. In fact, the decline of the first version of exceptionalism was both the cause and the consequence of the 1787 institutional reforms. Indeed, as Harvey Mansfield has argued, the creation of an independent and powerful federal executive amounted to adding a monarchical and Machiavellian element to the Federal republic, thus making it less different, more ordinary and more European³⁶. Saving republicanism meant that, from the very beginning, America had to adapt to the world, and it did so by providing what Hamilton called "energy" to the federal government.

The contemporary debate shows that, in spite of its early failure to prevail, exceptionalism is still "alive and kicking". Indeed, as Andrew Bacevich regretfully notes, "paying homage to, and therefore renewing, this tradition of American exceptionalism has long been one of the presidency's primary extraconstitutional obligations"³⁷. Yet, paradoxically enough, American exceptionalism is even less

³⁵ Alexander Hamilton, *The Federalist n°6 The Federalist Papers.* Ed. Clinton Rossiter. New York: Mentor Books, 1961. 59.

 $^{^{36}}$ Mansfield, Harvey. Taming the Prince. The Ambivalence of Modern Executive Power. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.

³⁷ Bacevich, The Limits of Power, p.18.

likely to prevail today than at the end of the 18th century, for today's world is too globalized and America's interests too global—a situation that, to a great extent, stems from the initial rejection of the first version of exceptionalism.

WELCOME TO THE NEW WORLD DISORDER: CONFLICT AND TRANSFORMATION IN IAN MCEWAN'S SATURDAY

João de Mancelos Universidade Católica Portuguesa Portugal mancelos@live.com.pt

Abstract

Ian McEwan's novel Saturday deals with the complex issues of conflict and transformation in the age of terrorism. The plot presents one internal dilemma and several interpersonal altercations that occur within a mere twenty-four hours: a) Perowne (the protagonist) vs. himself, in face of his ambivalent thoughts regarding British military participation in the war in the Middle East; b) The protagonist vs. Baxter, a ruffian from East End, in the context of a car accident; c) Perowne vs. a fellow anaesthetist, Jay Strauss, during a squash game; d) Perowne's daughter, Daisy vs. her grandfather, John Grammaticus, both poets and rivals; e) Perowne's family vs. Baxter, who intrudes the protagonist's house. In this paper, I exemplify, analyse and discuss how: a) Understanding the causes of what we call evil constitutes an important step towards mutual understanding; b) Both science and arts (which Perowne considers, at first, irrelevant) are important elements in the process of transformation; c) Both personal and interpersonal conflicts are intrinsic to human nature — but they also propitiate healthy changes in behaviour and opinion, through reflection. In order to do so, I resort to Saturday, and to the work of several specialists in the field of conflict management.

Resumo

O romance Saturday, de Ian McEwan, aborda as complexas questões do conflito e da transformação na era do terrorismo. O enredo apresenta um dilema interno e várias altercações interpessoais que ocorrem em apenas vinte e quatro horas: a) Perowne (o protagonista) vs. ele próprio, perante opiniões ambivalentes acerca da participação britânica na guerra do Médio Oriente; o protagonista vs. Baxter, um rufia de East End, no contexto de um acidente rodoviário; c) Perowne vs. um colega anestesista, Jay Strauss, no decorrer de uma partida de squash; d) Daisy, a filha de Perowne vs. o avô, John Grammaticus, ambos poetas e rivais; e) A família de Perowne vs. Baxter, que invade a residência do protagonista. Neste artigo, exemplifico, analiso e debato como: a) Compreender as causas daquilo a que chamamos o mal constitui um passo importante para uma compreensão mútua; b) Tanto a ciência como a arte (que Perowne considera, inicialmente, irrelevante) são elementos importantes no processo de transformação; c) Os conflitos pessoais e interpessoais são intrínsecos à natureza humana, mas também propiciam saudáveis mudanças de comportamento e ideias, através da reflexão. Para tanto, recorro ao romance Saturday e ao trabalho de vários especialistas no campo da gestão de conflitos.

Keywords: Ian McEwan, *Saturday*, conflict management, mediation, arbitration.

Palavras-chave: Ian McEwan, Saturday, gestão de conflito, mediação, arbitragem.

1. "The eternal note of sadness"1

We have seen it in Palestine, Israel, Bosnia, Rwanda, Afghanistan, Iraq, India or Darfur; we watch it on TV every night, imagining we are safe simply because we can switch to another channel and forget about it; we see it on the streets, in killing fields, and in the hidden shame of our homes; we perceive it in the silence of healthy minds, and in the roaring thoughts of psychopaths. Violence is omnipresent, and conflicts are intrinsic to human nature, as Walt Whitman notices in *Ah Poverties, Wincings, and Sulky Retreats*, "For what is my life, or any man's life, but a conflict with foes / — the old, the incessant war?" (Whitman, 1986: 489).

To be sure, all sorts of internal and interpersonal altercations pervade our world, are a constant part of anyone's existence, and require bargaining skills. The first type of conflict I mentioned (internal) constitutes a fight within oneself, a mental struggle, derived from problems of conscience, and/or moral, religious or political dilemmas. The second type (interpersonal) originates from a real or *imagined* opposition of needs, values, attitudes, interests or perceptions of reality; from antagonistic actions or projects; from an attempt to gain access to power, or to remain in power; and from the diverse political, ethnic, religious, professional, economic and sexual differences in our kaleidoscopic world (Giddens, 2002: 669, 681). These differences may and frequently *do* result in cleavages, which generate antagonism against a specific idea or ideology, consensus in favour of a cause and, ultimately, *transformation* (Cavalcanti, 1995: 231-232).

Conflict and transformation are, in fact, two keywords in Ian McEwan's Saturday, a novel thesis that deals with multifaceted issues of communication and disagreement. The plot of this impeccably structured narrative presents an internal dilemma and several interpersonal altercations, occurring within a mere twenty-four hours:

¹ The titles of some sections of this paper are taken from "Dover Beach", a poem by Matthew Arnold (1867), fully quoted by Ian McEwan in *Saturday*.

a) Perowne (the protagonist) vs. himself, in face of his ambivalent thoughts regarding British military participation in the war in the Middle East;

- b) The protagonist w. Baxter, a ruffian from East End, in the context of a car accident;
 - c) Perowne vs. Jay Strauss, a fellow anaesthetist, during a squash game;
- d) Perowne's daughter, Daisy vs. her grandfather, John Grammaticus, both poets and rivals;
 - e) Perowne's family vs. Baxter, who intrudes in the protagonist's house.

I argue these conflicts are juxtaposed in such a way that one incident worsens another, cascading in a crescendo of violent actions and reactions. In this paper, I exemplify and discuss how: a) Understanding the causes of what we call evil constitutes a step towards mutual understanding; b) Both science and arts (which Perowne considers, at first, irrelevant) are important elements in the process of transformation; c) Personal and interpersonal conflicts are intrinsic to human nature — but they also propitiate healthy changes in behaviour and opinion, through reflection.

I will address these issues by resorting not only to McEwan's novel *Saturday* and to excerpts from some interviews he granted along the years, but also to the work of specialists in the field of conflict management. I will use concepts like mediation, arbitration or promise, from a Sociological and Psychological perspective, in order to analyse the different altercations that occur in the novel.

2. "Come to the window, sweet is the night-air!"

It's 3.45 a.m., 15 February, 2003 — a day that will not change the world, but will definitely transform the lives of several individuals, through a series of accidents and coincidences; conflicts and disagreements; mistakes and choices. In the first lines of Ian McEwan's Saturday, Dr. Henry

76 *polissema 9* 2009

Perowne, a successful neurosurgeon, watches the night sky, through one of his bedroom windows. Suddenly, he beholds an airplane in flames blazing across the London skyline in the direction of the Heathrow airport. This sight can be interpreted as an ominous sign, like the comets which, in the Middle Ages and before, were thought to be harbingers of imminent disaster (Sagan, 1980: 64). In this specific case, the observer fears that it may be the result of a terrorist action perpetrated by radical Islamists, given the world "disorder" after September 11th with the attacks on the Pentagon and the World Trade Centre Towers. Unbeknown to the fact that it is simply a cargo plane, a Russian Tupolev on its way from Riga to Birmingham, with mechanical problems, Perowne returns to bed. (McEwan, 2006: 35)

This seemingly inconsequent retreat is not bereft of significance in the general context of the novel — much on the contrary. I argue that the three windows in Perowne's bedroom are symbolic, each representing a possible position towards reality. An individual can: a) Intervene in the world on an ethical and political level; b) Accept with indifference the tumultuous march of the human species; c) Opt for a strategic reclusion. Perowne chose to maintain a comfortable distance between him and the real world, where new conflicts emerge daily. He defines this life perspective by using the word *anosognosia*, "a useful psychiatric term for a lack of awareness of one's own condition" (McEwan, 2006: 74).

Even though Perowne is aware of the internal and interpersonal discrepancies that pervade our world, he thinks prosperity and status, social and scientific progress, protect him from the sordid reality of the daily life. Could it be he is wrong? Will he change his perspective, and adjust to the way society *really* is? If so, to what extent will he be transformed by the events that occur on February 15th? As a novel thesis, using the dialogical space of fiction, *Saturday* addresses these

and other interrelated issues, almost always in a successful manner.

3. Perowne vs. Perowne

The first conflict of the novel — of an internal nature — resides in Perowne's ambivalent feelings regarding the war. On one hand, he agrees with it, though reluctantly, as the only way to free the Iraqi people from a political regime of terror. His opinion is clearly influenced by a personal experience: the treatment of Taleb, a professor who had been imprisoned and tortured by the police of the dictator Saddam Hussein, simply because he declined to join the Ba'ath Party — or for some other reason never made explicit by the authorities (McEwan, 2006: 63-64). Therefore, Perowne disagrees with the 200,000 demonstrators who, during that Saturday, rally against the support given by Tony Blair to the military intervention in Iraq:

Opinions are a roll of the dice; by definition, none of the people now milling around Warren Street tube station happens to have been tortured by the regime, or knows and loves people who have, or even knows much about the place at all. It's likely most of them barely registered the massacres in Kurdish Iraq, or in the Shi'ite south, and now they find they care with a passion for Iraqi lives. (McEwan, 2006: 73)

On the other hand, Perowne thinks that though the marchers may have been manipulated by rhetoric, their arguments are not unreasonable: the impending invasion may present unpredictable results, and cause Al-Qaeda to seek revenge on the western allies, endangering our ways of life:

They [the demonstrators] have good reasons for their views,

78 *polissema 9* 2009

among which are concerns for their own safety. Al-Qaeda, it's said, which loathes both godless Saddam and the Shi'ite opposition, will be provoked by an attack on Iraq into revenge on the soft cities of the West. (McEwan, 2006: 73)

In an interview granted to Benedict Page, titled "A Happy Man in Wartime" (25 Nov. 2004), McEwan explains the artistic reasons that led him to the creation of this internal conflict:

I tried to give one man, Perowne, a kind of ambivalence that caught several people's view on the war in Iraq: he's for the war but against it; he senses it's going to be a disaster but he thinks it's also a humanitarian opportunity; he has some admiration for Tony Blair but also a profound scepticism. It seemed to me more useful novelistically to have that encapsulated within one mind, rather than have a lot of people within the novel take up positions. (Byrnes, 2006: 59)

Though this internal conflict preoccupies Perowne, he seeks refuge in his *anosognosian* attitude and, instead, concentrates on what he thinks will be a pleasant day — until he suffers a car accident, and the disturbing events of the day are set in motion.

4. Perowne vs. Baxter

A second type of conflict occurs shortly after Perowne leaves his luxury home. In a hurry to get to a squash game, he collides with another car, transporting three individuals, who return from a lap-dancing club. This slight accident, a result of the lack of attention of both drivers, symbolically occurs at the junction of two roads, and puts the neurosurgeon in direct confrontation with Baxter, a ruffian

(McEwan, 2006: 79). The two opponents diverge in personality and social background, a narrative strategy designed to increase tension: Perowne is cultivated and calm, while Baxter is edgy and provocative. Even the cars they drive — Perowne has a Mercedes, and Baxter a BMW, a vehicle the neurosurgeon associates with criminality — suggest the differences in their lifestyle.

Perowne is now involved in what Sociologists call a *bargaining situation*, described by Thomas C. Schelling, in his remarkable study *The Strategy of Conflict*, as:

(...) situations in which the ability of one participant to gain his ends is dependent to an important degree on the choices or decisions that the other participant will make. The bargaining may be explicit, as when one offers a concession; or it may be by tacit manoeuvre, as when one occupies or evacuates strategic territory. It may (...) seek arrangements that yield positive gains to both sides; or it may involve threats of damage, including mutual damage, as in a strike, boycott, or price war, or in extortion. (Schelling, 1997: 5)

In this bargaining situation, Perowne believes, beyond the shadow of a doubt, that he is right, and Baxter wrong, as it is implied in his claim that: "The rules of the road aren't suspended" (McEwan, 2006: 73). It seems that the power he feels does not originate only from road rules, but also from the conscience of his social and cultural status, visible in his attitude and discourse. For instances, Perowne turns down Baxter's offer for a cigarette, therefore missing an opportunity to create a friendly atmosphere of negotiation. Also, he states: "I am indeed sorry that you pulled out without looking". And immediately realizes that the "fussy, faintly archaic 'indeed' is not generally part of his lexicon. Deploying it entails decisions; he isn't going to pretend to the language of the street. He's standing on professional dignity" (McEwan, 2006: 87).

80 <u>polissema 9</u> <u>2009</u>

They cannot agree upon a satisfactory solution: the young man demands for money in compensation; in turn, Perowne suggests a legal way out. In cases like this, a useful strategy, known as *mediation* or *alternative dispute resolution*, can be applied: an impartial third party, committed to the effective management of issues, is invited to solve the problem (Ungerleider, 2008: 225). However, with the exception of Perowne, Baxter and his two friends (Nigel and Nark), the streets are desert — and no mediator can be found.

It becomes clear this dispute will not be easily or quickly solved, for another reason: Baxter's strange and violent behaviour borders on the pathological. He trembles, twitches, shouts and changes moods unexpectedly. Any faithful reader of McEwan's fiction will nod and smile at this character, for the author enjoys creating dangerous *personae*, who experience some sort of mental disorder. Using his wide experience as a neurosurgeon, Perowne suspects that Baxter suffers from Huntington's disease, also known as *chorea*. This is a serious genetic and degenerative neurological disorder, usually detected when the patient is in his/her mid-forties, with a series of physical, cognitive and psychiatric symptoms. It affects psycho-motor functions, abstract thinking, cognitive flexibility, memory and self-censorship, and despite the fact that symptoms can vary between individuals, aggressive behaviour is to be expected (Seymour, 1980: 288-89). In accordance to his medical condition, the ruffian reacts exaggeratedly to the accident:

Despite Baxter's impaired ocular fixation, and his chorea, those quick, jerky movements, that blow that's aimed at Perowne's heart and that he dodges only fractionally, lands on his sternum with colossal force, so that it seems to him, and perhaps it really is the case, that there surges throughout his body a sharp ridge, a shock wave, of high blood pressure, a concussive thrill that carries with not so much pain as an electric jolt of stupefaction and a brief deathly chill that has a

<u>polissema 9 2009</u> 81

visual component of blinding, snony whiteness. (McEwan, 2006: 92)

Baxter's companions grab Perowne and slam him against a door, far from the sight of any casual passer-by. Out-numbered and believing his life may be in danger, the neurosurgeon changes his strategy. Though he is no longer in control of the situation, he has the power of *knowledge* — and he uses it, like a magic charm, simply by saying: "Your father had it. Now you've got it too" (McEwan, 2006: 94). Perowne is, of course, referring to Baxter's disorder, in a clever move to surprise the opponent and buy the time needed to plan an escape.

While Nigel and Nark return to the car and give the now doctor and patient — a new form of hierarchy — some privacy, Perowne tricks Baxter into believing there is a possible treatment to his problem. Thanks to this promise, and to a distraction of the adversary, Perowne returns to his car and escapes, avoiding further injuries. (McEwan, 2006: 98). In most conflicts, making a promise like the one Perowne presented — with or without the intention of keeping it — is a common tactic in the mechanics of negotiation. As Thomas Schelling notices: "The promise is a commitment to the second party in the bargain and is required whenever the final action of one or of each is outside the other's control. It is required whenever an agreement leaves any incentive to cheat" (Schelling, 1997: 43).

In this context, critic Bernie Byrnes ingeniously draws a parallel between the incident that opposed Perowne to Baxter, and the first Gulf War:

Saddam Hussein invaded Kuwait with superior military strength. Baxter backed up by two of his henchmen, threatens Perowne with assault. Perowne uses his sophisticated professional knowledge against Baxter, humiliates him in front of his companions and withdraws, after making vague

promises that he has no intention to keep. The US, with the support of the International Law, used their vastly superior military technology and wealth to enforce Iraq's compliance. Having achieved a victory they withdrew after dropping vague hints of support for a popular rising of the Shiites and the Kurds, which proved as false as Perowne's promise of a new cure for Baxter's Huntington's disease. (Byrnes, 2006: 85-86)

5. Perowne vs. Strauss

After the accident, caught in a spiral of friction where there is little room for reason and wisdom, Perowne is searching for a way to reassert his dominance (Byrnes, 2006: 87). A squash match between him and his colleague Jay Strauss provides the ideal scenario, and results in the third conflict of the novel. Sportive activities present a clear example of positive or *functional* conflicts — as opposed to *destructive* confrontations, which involve physical and verbal violence. There are several reasons for this being a healthy conflict: rules are established prior to the game; there is an arbitration recognized by both parties; the emphasis is placed on fair play, team work or personal development. The clash derives, therefore, from the *competition* itself, and not from any disagreement or hatred between the teams (Brathwaite, 2004: 119).

This does not mean that sportive activities are exempt from violence — to the point of being comparable to wars, as Keith Wilcock notices:

Athletics provide expressions of the warrior archetype. Warriors must develop their strength through exercise, so they run, lift weights, and practise their evolved swordplay with various racquets, bats, golf clubs, and hockey sticks. Those who excel receive great praise and admiration from their

<u>polissema 9</u> 2009 83

tribes, whether they be schools, nations or cities. They are our modern gladiators. (...) The hours modern men and women spend watching modified war rituals such as football and soccer games on TV further emphasizes the point. How is it possible that an activity which provides no apparent survival advantage consumes so many millions of spectator hours? When one considers the wild headdresses and war painted faces on the more exuberant football fans, and the occasional brawls that break out between opposing spectators, the reality that major sports events are evolved tribal war rituals becomes clearer. (Wilcock, 2003: 42)

Perowne's squash game with Strauss can be read within the martial context described by Wilcock. The neurosurgeon transfers his road rage from the recent episode, into a match where winning acquires a paramount importance. On the court, Strauss and him battle, disagree, vent their anger, and even risk their lives, pushing their bodies to the limit:

Oblivious to their protesting hearts, they hurl themselves into every corner of the court. There are no unforced errors, every point is wrested, bludgeoned from the other. (...) There's only an irreducible urge to win, as biological as thirst. And it's pure, because no one's watching, no one cares, not their friends, their wives, their children. It isn't even enjoyable. It might become so in retrospect — and only to the winner. (McEwan, 2006: 113)

By the end of the match, the argument becomes heated, as each man claims victory, and there is no referee or, in conflict terms, *arbitration*, a third party with the authority given by the players to issue a decision concerning how the conflict can

be settled (Ellis and Anderson, 2005: 113). Unable to resolve this dispute, they play again, and Perowne, exhausted, loses that point and the next three. After having fled from a conflict with Baxter, he loses another, against Strauss — but the worst is yet to come.

6. Daisy vs. Grammaticus

At home, after having shopped for dinner, Perowne prepares himself for his daughter's return. What now worries him is the resolution of another conflict: a reconciliation between his daughter and her grandfather, "three years on from what Theo has named, in honour of various thrillers, The Newdigate Rebuff" (McEwan, 2006: 196).

Since she turned thirteen, John Grammaticus had been Daisy's literary tutor, suggesting authors, praising her talent, seeing himself as an example to be followed by the young poet. Nevertheless, when Daisy wins the Newdigate Prize — awarded to students of the University of Oxford —, her grandfather realizes he may have produced a rival poet. At dinner, nearly drunk, he attempts to reinstate his power, by harshly criticising his disciple's victorious poem. He dismisses it as too long, with a convoluted metaphor and, worse, argues it is a plagiarism of a Pat Jourdan's text, "Hampstead Laundresses" (McEwan, 2006: 137).

Daisy remains cold and remarkably in control: "Perowne was pleased to see that his daughter wasn't crushed. She was furious. He could see the pulse in her neck throbbing beneath the skin. But she was not going to relieve her grandfather with any sort of outburst" (McEwan, 2006: 137). By maintaining control, Daisy uses a sensible strategy to be followed in most conflicts, since losing it is the equivalent to losing power over the adversary. In fact, any disputant who does not bring old issues, is not rude, and presents himself as a reasonable person, increases exponentially his chances of winning the conflict (Potter, 1996: 156).

This unpleasant incident deteriorates Daisy's relationship with her

<u>polissema 9</u> 2009 85

grandfather, and the young lady presents excuses to avoid visiting him in the next two Summers, resorting to a form of silence treatment, that perpetuated the latent problem. As Lee Raffel states: "(...) Such an interminable breakdown in communication leads to a loss of contact for years on end. The incessant waiting tests the limits of our patience because there is no closure, making the ensuing grief extremely difficult to endure" (Raffel, 2008: 244).

After an initial discomfort, the conflict is solved in a symmetric (also called integrative) "win-win" approach — the ideal outcome of any dispute (Ellis and Anderson, 2005: 62). Daisy had dedicated her first collection of poems, titled *My Sancy Barks*, to John Grammaticus, acknowledging, therefore, his influence on her education; solving the long conflict that had separated them; and showing her moral fibre.

When Daisy wonders if she should have dedicated the book to her parents, instead, Perowne squeezes her arm, proud of her decision, and says: "He put you on the path, it makes perfect sense. He's going to be very happy. We all are. You did the right thing" (McEwan, 2006: 203).

7. The Perowne family vs. Baxter

At the climax of the novel, street violence invades the doctor's bourgeois comfort, in a scene full of adrenaline. Bent on vengeance because of the car accident, Baxter and a friend enter Perowne's home. He threatens the entire family with death; forces Daisy to strip, and breaks Grammaticus's proud nose, when he tries to intervene.

This step of the narrative illustrates McEwan's capacity to generate unique situations with a touch of the macabre. Ever since his first fictional work, *First love, Last Rites* (1975), the author has ventured through areas such as incest, obsession, or paedophilia. It is not about wanting to scare for scare sake, though. In an interview with Jonathan Noakes, McEwan asserts:

If violence is simply there to excite, then it's merely pornographic. I think treating it more seriously — which means doing it without sentimentality — you're always going to bring it to a certain quality of investigation, so it's not only the violence you show, you are writing about violence. (...) you are bound to place the reader in some form of critical attitude towards the circumstances. There is always a larger intent. (Reynolds and Noakes, 2002: 22)

I believe that if McEwan confronts the reader with certain situations, associated to our deepest fears and anxieties, it is to show the illusion of safety; the impossibility of indifference; but also the sovereignty of love.

In face of Baxter's medical condition, how can any member of the Perowne family alter the course of events, not by resorting to aggressiveness, but by communicating with him? Apparently, it is the magic of art that saves this defenceless group. In a moment which is so sensitive and yet so implausible, naked Daisy moves Baxter, by reciting by heart the poem *Dover Beach* written by Matthew Arnold (1822-1888), pretending it is hers:

Ah, love, let us be true

To one another! For the world, which seems

To lie before us like a land of dreams,

So various, so beautiful, so new,

Hath neither joy, nor love, nor light,

Nor certitude, nor peace, nor help for pain;

And we are here as on a darkling plain

Swept with confused alarms of struggle and flight,

Where ignorant armies clash by night.

(McEwan, 2006: 281)

Like the speaker of the poem, who is caught between two worlds — "a land of dreams" and the "struggle and fight" —, so Perowne balances his comfortable routine against the violent events that occur during that Saturday (Childs, 2006: 146). On the other hand, Baxter faces, for a few moments, a rupture between the opacity of his search for power and the fire of poetry, which enlightens his sensitive side.

He [Baxter] says again 'You wrote that.' And then, hurriedly, 'It's beautiful. You know that, don't you. It's beautiful. And you wrote it.'

She dares say nothing.

It makes me think about where I grew up.'

Baxter finds nothing extraordinary in the transformation of his role, from lord of terror to amazed admirer.

(McEwan, 2006: 222)

As I stated previously, one of the keywords of the novel is *transformation*: the recognition of the stimulating quality of the external reality, no matter how strenuous, in the case of Perowne; and of the variety of the internal world, energized by poetry, in the case of Baxter. The narrator of the novel asks: "Could it happen, is it within the bounds of real, that a mere poem of Daisy's could precipitate a mood swing?" (McEwan, 2006: 221). Of course, it is impossible to determine the precise cause of the ruffian's transformation. Was it Arnold's text? Could it have been the context: a fragile girl, in peril, reading a moving poem? Or was it simply one of Baxter's constant mood swings, a common symptom of Huntington's disease? I argue the ruffian's change of behaviour resulted from a mixture of all these external and internal circumstances: both the poem and the reader moved him, triggering a sudden reaction. If we accept this hypothesis, this

88 <u>polissema 9 2009</u>

transformation becomes not the work of a writer resorting to a *deus ex machina*, but an acceptable change, within the borders of a psychiatric condition.

To be fair, a transformation of some sort was not entirely unexpected in the course of the narrative. In the architecture of McEwan's literary work, there are no futile hints, and epiphanies both from poetry and from the violent streets are carefully planned. When Daisy was thirteen, her grandfather, Grammaticus, offered her the famous novella *Metamorphosis*, by Franz Kafka (1883-1924) (McEwan, 2006: 113). It was also the first book Daisy recommended her father — described as a "coarse, unredeemable materialist" — hoping to broaden his horizons as a person (McEwan, 2006: 134). Kafka's novella, first published in 1915, deals with the *transformation* of a salesman, Gregor Samsa, into a gigantic insect. Similarly, *Saturday* is a book about personal growth, involving the development of qualities such as empathy and mercy.

After dominating the intruder, Perowne shows his true power not only by rejecting any possibility of revenge, but also by operating him in the hospital where he works (McEwan, 2006: 278). After the surgical procedure, the narrator acknowledges a personal transformation close to an epiphany: "He feels calm, and spacious, fully qualified to exist. It's a feeling of clarified emptiness, of deep, muted joy. Back at work and, lovemaking and Theo's song aside, he's happier than at any other point of his day off, his valuable Saturday" (McEwan, 2006: 258).

By the end of the novel, closing the circle, in a symbolic denouement, Perowne watches, once again, the world through one of his bedroom windows. The observer has evolved, due to the disturbing events he and his family faced: he placed more faith in himself and in others; found the communicative and bewitching power of poetry; and realized that sometimes logic is not enough to face violence. In general terms, aware of the insecurity of the world, he became a *preoccupied* man, distant from his anosognosian approach. Therefore, the altercations of this almost endless day produced a positive outcome, proving that not all conflicts are entirely destructive. As Michelle LeBaron states:

<u>polissema 9</u> 2009 89

Conflicts are much more than bad or good, desirable or deniable. They are the stuff of our dreams, nudging us toward who we can become. They are the sand in our oysters, calling us to immediacy and exquisite attention to alignment—alignment with our purpose and with what breathes meaning into our lives. They are the insistent tapping of what we know but have forgotten or of what we do not know but need to imagine if we are to extricate ourselves from the knots that confine us. (LeBaron, 2002: 286)

8. "And we are here as on a darkling plain"

Like a neurosurgeon delicately dissecting a human brain, McEwan intelligently explored the complexity of conflicts, resorting to a careful work of research and to his literary imagination. He showed the difficulty in dealing with terror in a civilized fashion; he forced the reader to reflect on human frailty, and concomitantly to value love; finally, he proved that evil is not purposeless, but has logical causes, even if they are lodged in the most recondite regions of the mind.

In this context, indifference or reclusion can never improve our society, and do not provide more than an elusive security in "the darkling plain" — to quote Arnold's poem — where we live. No individual can exclude himself or herself from life and history, because, as American journalist Dorothy Thompson (1893-1961) once stated: "peace is not the absence of conflict, but the presence of creative alternatives for responding to conflict — alternatives to passive or aggressive responses, alternatives to violence" (Ungerleider, 2008: 211).

Works Cited

Brathwaite, Terrence. 2004. "Human in Sport". *The Business of Sport Management*. Ed. John Beech and Simon Chadwick. New York: Pearson Education. 93-127.

Byrnes, Bernie C. 2006. Ian McEwan's Atonement and Saturday: A Supplement to the Work of Ian McEwan: A Psychodynamic Approach. Nottingham: Paupers' Press.

Cavalcanti, Higuias Bezzera. 1995. "Conflict Theory". *International Encyclopaedia of Sociology*. Vol. 1. Ed. Frank N. Magill. London: Fitzroy Dearborn Publishers. 230-234.

Childs, Peter. 2006. The Fiction of Ian McEwan: A Reader's Guide to Essential Criticism. New York: Palgrave/Macmillan.

Ellis, Desmond, and Dawn Anderson. 2005. *Conflict Resolution: An Introductory Text.* Toronto: Emond Montgomery Publications.

Giddens, Anthony. 2002. Sociology. 4th ed. Oxford: Blackwell Publishers.

LeBaron, Michelle. 2002. Bridging Troubled Waters: Conflict Resolution from the Heart. San Francisco: Jossey-Bass.

McEwan, Ian. 2006. Saturday. London: Vintage Books.

Potter, Beverly A. 1996. From Conflict to Cooperation: How to Mediate a Dispute. Berkeley: Ronin Publishing.

Raffel, Lee. 2008. I Hate Conflict: Seven Steps to Resolving Differences with Anyone in Your Life. New York: McGraw Hill Professional.

Reynolds, Margaret, and Jonathan Noakes. 2002. *Ian McEwan: The Essential Guide*. London: Vintage.

Sagan, Carl. 1980. Cosmos. New York: Ballantine Books.

Schelling, Thomas C. 1997. *The Strategy of Conflict*. Cambridge: Harvard University Press.

Seymour, Salomon. 1980. "Clinical Neurology and Neuropathology". Comprehensive Textbook of Psychiatry III. Vol. 1. 3rd ed. Ed. Harold I. Kaplan, Alfred *polissema 9* 91

M. Freedman and Benjamin J. Sadock. London: Williams and Wilkins. 273-306.

Ungerleider, John. 2008. "Conflict". Effective Multicultural Teams: Theory and Practice. Ed. Claire B. Halverson and S. Aquel Tirmizi. New York: Springer. 211-238.

Whitman, Walt. 1986. *The Complete Poems*. 3rd ed. Ed. Francis Murphy. New York: Penguin.

Wilcock, Keith D. 2003. Hunting and Gathering in the Corporate Tribe: Archetypes of the Corporate Culture. New York: Algora Publishing.

D. JOÃO DE MAGALHÃES E AVELAR E A FUNDAÇÃO DA REAL BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO (1833)

José António Oliveira
Instituto Politécnico do Porto – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de
Felgueiras
Portugal
joliveira@estgf.ipp.pt

Resumo

D. João de Magalhães e Avelar (1754-1833) formou aquela que, ao tempo, era a maior biblioteca privada portuguesa. Com cerca de 36000 volumes, foi elogiada por personalidades nacionais e estrangeiras, por aliar à quantidade de volumes inúmeros e valiosíssimos manuscritos. Formada ao longo dos séculos XVIII e XIX, durante mais de 30 anos, originou, em 1833, o primeiro núcleo da actual Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Numa época em que possuir livros era sinónimo de prestígio social mas num período em que quase não havia tradição de bibliotecas públicas no nosso país, contrariamente ao que acontecia noutras realidades, a livraria privada de Avelar formou, com outras, a *Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto*.

Em 1833, aquando do primeiro aniversário da entrada do exército liberal no Porto, por decreto, criou-se a biblioteca portuense. Estabelecida na casa que servia de Hospício dos Religiosos de Santo António do Val da Piedade, à praça da Cordoaria, tinha como objectivo satisfazer a utilidade pública, estando aberta todos os dias, excepto domingos e feriados. Propriedade da cidade do Porto, ficava sujeita à administração da Câmara que se obrigava à sua guarda, manutenção, conservação, bem como à constante aquisição de espólio. Como veremos, tratou-se de um processo conflituoso mas o Porto obtinha, definitivamente, a sua biblioteca

pública.

Abstract

D. João de Magalhães e Avelar (1754-1833) created what was, at the time, the largest Portuguese private library. With around 36 000 volumes, it was praised by national and foreign authors for its combination of a vast number of volumes and its important manuscripts. Formed during the eighteenth and nineteenth century, for over 30 years, it originated, in 1833, the core of the current Oporto Municipal Public Library.

At a time when books were synonymous with social prestige and, unlike other situations there was almost no tradition of public libraries in our country, the private library of Avelar formed, with others, the Royal Public Library of Oporto.

In 1833, when the first anniversary of the entry of the liberal army in Porto was celebrated, the library Portuense was set up by decree. Established in the house that served as a Hospice of the Religious of the Val de Santo António da Piedade, in Cordoaria Square, its purpose was to serve the public and was open every day except Sundays and holidays. Property of the city of Oporto, it was administered by the Council, which was responsible for the maintenance and acquisition of new assets. As we shall see, this was cause for conflict, but Oporto obtained, finally, its first public library.

Palavras-chave: D. João de Magalhães e Avelar, Ilustração, Biblioteca, Livros, Biblioteca Pública Municipal do Porto

Keywords: D. João de Magalhães e Avelar, Illustration, Library, Books, Oporto Municipal Public Library

1. D. João de Magalhães e Avelar (1754 – 1833) – breve itinerário existencial.

João de Magalhães e Avelar, pelo facto de ter nascido na segunda metade do século XVIII e de ter prolongado a sua existência até 1833, visualizou, conheceu e constatou décadas de profundas alterações nos fundamentos da monarquia lusitana. Relembremos, rapidamente e em jeito exemplificativo, a época protagonizada por D. José e pelo seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, tempos de regalismo e de significativas alterações na forma de estruturar a política portuguesa, as várias reformas encetadas e executadas sob o auspício do Marquês, os tempos marianos e joaninos, predecessores das grandes mudanças a executar pelos liberais, na segunda e terceira décadas do século dezoito. Participou, igualmente, na tentativa de implantação de um novo regime, ideia que rapidamente vai abandonar para se tornar num defensor do sistema mais tradicional, vulgo miguelista, encabeçado pelo filho segundo de D. João VI. Assim, vai ser actor comprometido na reacção tradicionalista, personificada na figura de D. Miguel, deveras condicionado pela estratégia preconizada e adoptada por sua mãe - D. Carlota Joaquina. É presente na curta vigência dos dois diplomas constitucionais, o segundo dos quais lhe atribuía, por inerência do cargo de bispo, a função de Par do reino.

Tal como milhares de concidadãos, assistiu, talvez incrédulo, a tempos de crueldade e de fortes e graves divisões no seio da família portuguesa – anos de ditadura miguelista, da trágica guerra civil, encabeçada pelos dois irmãos Pedro e Miguel. Pelo meio, não ignorou a independência do Brasil, que teve incidências na sua diocese, assim como o estalar de vários movimentos de sublevação que deixaram marcas na sociedade e no tempo de então.

Foi nesta perspectiva de vida intensa, observando profundas mudanças político-religiosas, convulsões sociais, crise económica, saída do Rei da metrópole, que Magalhães e Avelar viveu. A segunda metade do século XVIII e os primeiros

trinta anos do seguinte são, para quem os observou, anos apaixonantes. Nesse tempo residiu Avelar; aí construiu a sua personalidade de homem da Igreja mas também de universitário de sucesso. Proveniente do interior – Lamego -, detentor de um *curriculum* vivencial repleto de honrarias e de êxitos que fez dele uma figura respeitada e admirada por aqueles que, de perto, com ele tiveram a possibilidade de privar. Um verdadeiro ilustrado.

Coimbra foi, por imperativos escolares primeiro e profissionais depois, a sua segunda casa; o futuro reservava-lhe um terceiro lar – o governo da diocese do Porto. Inicialmente cresceu para a Universidade, vivendo sempre no Colégio de S. Pedro. Académico prestigiado, é possuidor de um itinerário sem sobressaltos, atingindo o grau de Doutor e lente na ilustríssima Universidade de Coimbra. Êxitos reconhecidos potenciaram novas responsabilidades e novos projectos: sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, cónego de vários cabidos, membro do Tribunal do Santo Ofício, tudo partilha, sempre que para isso dispõe de tempo, com as suas grandes paixões – a primeira e a mais intensa, os seus livros, que paulatinamente vão compondo a sua imponente biblioteca. A segunda, o coleccionismo, especialmente de moedas e medalhas.

Homem calmo, ponderado, ouvido e respeitado, mestre insigne, buscava o sossego na companhia das suas leituras. Erudito, versado sobretudo em História e antiguidades, era dotado de uma memória prodigiosa que mereceu insuspeitos elogios dum viajante estrangeiro¹ e confirmados por autores posteriores².

Testemunha as invasões francesas e as dificuldades sentidas pela grei para,

¹ BALBI, Adrien - Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et D'Algarve, Comparé Aux Autres Etats de L'Europe... Paris: Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822, p. 87-88.

² ALMEIDA, Fortunato de - História da Igreja em Portugal, Nova Edição, Preparada e Dirigida por Damião Peres, vol. III, Livro IV, Desde o Princípio do Reinado de D. José I até à Proclamação da República (1750-1910). Barcelos: Livraria Civilização – Editora, 1970, p. 582. LEAL, Pinho - Portugal Antigo e Moderno, vol. I. Lisboa, 1873, p. 238 v. FERREIRA, J. Augusto - Memórias Archeologico-Historicas da Cidade do Porto, (Fastos Episcopais e Políticos), Séc. VI - Séc. XX, t. I. Braga: Cruz e Comp³ - Editores, 1923, p. 423. SILVA, Innocencio Francisco – Diccionario Bibliographico Portuguez, t. 3. Lisboa: Imprensa Nacional, MDCCCLIX, p. 404. AZEVEDO, D. Joaquim de - Historia Ecclesiastica da Cidade e Bispado de Lamego, continuada e Annotada por um cónego da Sé de Lamego. Porto: Typographia do Jornal do Porto, 1878, p. 247. PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme - Portugal – Dicionário, vol. V. Lisboa: João Romano Torres e C³ Editores, s.d., p. 750.

96 *polissema 9* 2009

pouco depois, ser indicado para ocupar o lugar vago no bispado portuense. Aí, um novo ciclo se abre na sua já longa vida de mais de sessenta anos de idade. Porto que o acolhe e onde deixa a sua marca indelével – as pastorais disso são exemplo factual. Numa cidade precursora de movimentos políticos que não cativaram Avelar, aí viveu entre os anos de 1816 e 1833. O fim chegará pelos anos dramáticos de 1833, em plena guerra civil. De volta a Lamego, sua terra natal, aí permaneceu até aos últimos suspiros.

1.1. Itinerário existencial – tempos de Lamego: as origens.

Arneirós, também designada por Vila Nova do Souto de El Rei, 14 de Dezembro de 1754. O dia seria, com toda a certeza, frio. D. Maria Leonarda Pinto, esposa do Dr. José de Barbedo Avelar, dava à luz um filho varão. Chamar-se-ia João, de família, Magalhães e Avelar.

Espaçou oito dias certos até à cerimónia do baptismo. Consta do livro de registo paroquial da freguesia que, no dia 22 de Dezembro de 1754, o reverendo José de Santa Maria Evangelista Taveira, reitor de Almacave, cidade de Lamego, baptizou João, filho de José de Magalhães Barbedo Avelar e de sua mulher D. Maria Leonarda Pinto, ambos moradores nesta paróquia. Era neto, pela parte paterna, do Dr. Manuel Rodrigues dos Santos e de Leonor Maria de Magalhães Lousada e, pelo lado materno, de José Monteiro Pinto e de Jerónima Luísa Pereira, também daquele lugar. Apadrinharam o acto os Drs. Domingos Manuel dos Santos e João Pinto Monteiro, este por procuração de sua irmã Francisca, de estado civil solteira. Fez o respectivo assento, para que conste, Manuel da Costa Guerreiro, vigário³. João era o primeiro de um total de 7 irmãos. José (1756), Manuel (1759),

³ A. D. L. – Livro de Registo Paroquial, Vila Nova de Souto de El Rei / Arneirós, 1726-1755, f. 146. I.A.N./T.T. – Habilitações do Santo Ofício, M.171, doc. 1506, João, f. 53. Alguns autores dedicaram já algum espaço a Avelar; todos eles, no entanto, muito sintéticos. Exemplos: CUNHA, Rosalinda Silva; COSTA, P. Manuel Gonçalves – Avelar, D. João de Magalhães e in Dicionário de História da Igreja em Portugal, Planeado e iniciado por António Banha de Andrade, Direcção de Fernando Jasmins Pereira, 2º vol. Lisboa: Editorial Resistência, 1981, p. 55-56. REIS, Henrique Duarte e Sousa – Apontamentos para a verdadeira história antiga e

Luís (1766)⁴, Bernardo (1767), Francisco (1768) e Agostinho compunham e completavam o grupo⁵. Lamego forneceu-lhe os primeiros estudos – humanidades – que mais tarde veio a consolidar e a desenvolver na cidade de Coimbra.

1.2. Coimbra e o percurso académico.

Desde a aprendizagem das humanidades, realizadas na sua terra natal, até à entrada na Universidade de Coimbra, onde obteve sistematicamente os graus desejados (bacharel, licenciado e doutor), foi clássica e sem incidentes de percurso a vida académica de Magalhães e Avelar.

Para os jovens oriundos de famílias favorecidas, a idade por excelência para a entrada na Universidade era os dezasseis anos. Para os outros, que ansiavam por uma formação superior, a idade de admissão era mais tardia, consequência de dificuldades sociais mais ou menos notórias⁶. Coimbra era, assim, e para aqueles que o conseguiam, destino de estudantes de diferentes origens geográficas e sociais. Unia-os a pretensão de obterem graus académicos superiores que, igualmente e não menos importante, permitissem a possibilidade de conquistar um estatuto social de referência. A formação de humanidades, que podia durar cerca de seis ou sete anos, incidia na aprendizagem do latim, da gramática latina, filosofia moral e racional,

moderna da Cidade do Porto, III vol. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1992, p. 236. COSTA, M. Gonçalves da - Bispos Naturais da Diocese de Lamego, Lamego, s.d., p. 11-12. COSTA, M. Gonçalves da - Lutas Liberais e Miguelistas em Lamego (documentos inéditos). Lamego, 1975, p. 149-150. COUTINHO, Dom António - Xavier da Gama Pereira - D. João de Magalhães e Avelar, Bispo do Porto, Separata do "Boletim Cultural" da Câmara Municipal do Porto, vol. III - fasc. III. Porto, 1940, p. 37.

^{4 &}quot;Luís de Magalhães e Avelar, irmão do Bispo do Porto, D. João de Magalhães e Avelar, presbítero secularizado dos Eremitas Calçados de S. Agostinho, natural de Lamego, tomou posse de mestre-escola em 13 de Fevereiro de 1826, dignidade vaga pela morte de José de Carvalho. Nascido e baptizado na freguesia de Almacave em 1766, era filho do Dr. José de Magalhães Avelar Barbedo e de D. Maria Leonarda, tinha diversos estudos nas ciências eclesiásticas e profanas, como consta do processo de colação. Morreu em 22 de Janeiro de 1843 e foi sepultado no claustro da Sé". Cf. PINTO, António Ferreira – Cabido da Sé do Porto. O Mestre Escola ou Mestre Escolado, Lumen, Revista de Cultura Para o Clero. Lisboa, 1939, p. 79-84.

⁵ COSTA, M. Gonçalves da - História do Bispado e Cidade de Lamego, vol. V. Lamego, 1986, p. 567-568. COUTINHO, Dom António - Xavier da Gama Pereira - D. João de Magalhães ..., p. 37. A. D. P. - Cartório da Mitra, ms. 1837, f. 180.

⁶ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos - *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1985, p. 71.

98 *polissema 9* 2009

aritmética, geometria, retórica e grego e consistia, para poucos, o início de uma vida escolar que os levaria, invariavelmente, à cidade do Mondego.

Por norma, a admissão na faculdade de Cânones exigia a idade de dezasseis anos. As habilitações necessárias prendiam-se com o latim, retórica, metafísica, ética e grego, de que fariam os candidatos exames de admissão. A duração do curso era de cinco anos, acrescida de mais um, para conclusão da licenciatura ou do doutoramento.

Avelar iniciou as matrículas em 1767; tinha, na altura, treze anos. No primeiro dia de Outubro de 1767, João inscreve-se em Instituta⁷ que significava o início da carreira discente, obrigando-se à frequência do curso para que pudesse, de seguida, ser admitido aos actos e graus e outros cursos subsequentes⁸. Seguir-se-ia Cânones em 1 de Outubro de 1770, agora já com os dezasseis anos de lei, Matemática – 20 de Outubro de 1773 – e Filosofia em 11 de Outubro de 1774⁹.

A entrada na faculdade de Cânones pressupunha a realização de um curso preparatório dividido em dois anos e que era composto por filosofia racional e moral, leccionadas na faculdade de Filosofia (primeiro ano), história natural (também na mesma faculdade de Filosofia) e geometria, exercida na faculdade de Matemática¹⁰. Em rigor, o curso de Cânones era constituído por dez cadeiras, distribuídas em cinco anos, dos quais os dois primeiros eram comuns ao curso de Leis. A sua composição anual era a que passamos a citar:

⁷ A. U. C. - Livro de Matriculas (Canones) 1770, f. 119.

⁸ ANTUNES, Maria do Carmo Garcia Faria Gaspar – O Ensino na Faculdade de Cânones in Universidade(s) História Memória Perspectivas. Actas do Congresso História da Universidade 7º Centenário, vol.1. Coimbra, 1991, p. 123-125.

⁹ RODRIGUES, Manuel Augusto - MEMORLA PROFESSORVM VNIVERSITATIS CONIMBRIGENSIS 1772-1937, vol. 2. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, p. 92.

¹⁰ CARVALHO, Rómulo de – *História do Ensino em Portugal Desde a Fundação da Nacionalidade Até o Fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 472-473.

<u>polissema 9</u> <u>2009</u> 99

1° ano:	Direito Natural Público Universal e das Gentes;
	História Civil dos Povos, Direito Romano e Direito Português;
	Instituições de Justiniano do Direito Civil (1ª parte).
2° ano:	História da Igreja Universal e Portuguesa e do Direito Canónico Comum e
	Pátrio;
	Instituições de Direito Canónico;
	Instituições de Direito Civil (2ª parte).
3° ano:	Decreto de Graciano.
4° ano:	Decretais de Gregório IX.
5° ano:	Direito Canónico;
	Direito Civil Pátrio, Público e Particular (comum ao curso de Leis).

Na estrutura do curso estavam estabelecidos exercícios, na forma escrita e oral, bem como cursos de férias onde os alunos, sem aprovação, repetiriam todas as matérias dos cursos leccionados podendo, depois, sujeitarem-se a novos exames. Ao longo do ano lectivo, ao fim da tarde e após as aulas ordinárias, havia «lições extraordinárias», leccionadas para um complemento de formação, aos estudantes interessados¹¹. Desta forma se estruturava o curso de Cânones, a segunda faculdade na hierarquia universitária e que segundo opinião avalizada, "constituía o melhor meio de acesso a uma condição sócio-profissional de maior prestígio"¹².

1.2.1. Bacharel.

25 de Maio de 1776 é a data da concessão do grau de bacharel a Magalhães e

¹¹ CARVALHO, Rómulo de – História do Ensino..., p. 472-473.

¹² TORGAL, Luís Reis – Universidade e Sociedade nos Primórdios do Liberalismo Português. Revolução, Reformismo e Continuidade in *Portugal da Revolução Francesa ao Liberalismo*. Braga: Universidade do Minho, 1987, p. 52.

100 polissema 9 2009

Avelar. Tinha, então, vinte e dois anos.

Ao pretender graduar-se neste nível, o aluno ficava obrigado, no quinto ano, a um acto de conclusões, o qual era composto por "nove conclusões que se tiravam do livro e materias ..." e presidido pelos "Doutores Lentes da Faculdade", com o qual provava a frequência de, pelo menos, quatro cursos de oito meses e que fora matriculado todos estes anos. Avelar apresentara a sua candidatura segundo o ritual: no dia 20 de Maio, dia de S. Benardino. A sua aula consistia em "uma lição de ponto de vinte e quatro horas" e foi apadrinhado pelo Reitor¹³. Era de tarde e na sala pública, sendo presidente o Dr. Sebastião Pitta e Castro e examinadores os lentes arguentes, quando João de Magalhães e Avelar realizou "o seu Exame dos Estudos do 4º anno de Canones que frequentou no presente". Tudo se fez conforme as regras estatutárias e "regulados os votos sobre o seu merecimento, sahio Approvado Nemine Discrepante e portanto prestando o Juramento da Conceicam, o dito Presidente lhe conferio o Grao de Bacharel pela Authoridade de que uza". Secretário: António José da Silva¹⁴. A duração da prova era de duas horas, sendo quarenta e cinco minutos utilizados na lição dada pelo candidato, versada sobre as Decretais¹⁵.

Esta vitória pressupunha um caminho imaculado: a 22 de Outubro de 1773 matricula-se na faculdade de Matemática¹⁶ e, a 11 de Outubro do ano seguinte, inscreve-se na faculdade de Filosofia¹⁷. 1755 é o ano da realização do exame do terceiro ano de Cânones: na manhã de 9 de Junho, Avelar executa o seu exame dos estudos do terceiro ano. A orgânica é a estatutária e vê-se aprovado *Nemine Discrepante*. Os examinadores e o presidente estão de acordo e tudo fica registado por António José da Silva¹⁸.

O grau de formatura, lição com a duração de uma hora, com a qual o

¹³ ANTUNES, Maria do Carmo Garcia Faria Gaspar – O Ensino na Faculdade..., p. 123-125.

¹⁴ A. U. C. - Canones, Actos e Grãos e Actos Grandes, f. 119.

¹⁵ ANTUNES, Maria do Carmo Garcia Faria Gaspar – O Ensino na Faculdade..., p. 123-125.

¹⁶ A. U. C. Livro de Matriculas (Matemática) 1773, f. 14 v.

¹⁷ A. U. C. - Livro de Matriculas (Filosofia) 1774.

¹⁸ A. U. C. - Canones, Actos e Grãos e Actos Grandes, f. 61.

candidato prova a frequência de, pelo menos, oito cursos de oito meses, dois dos quais em Leis¹⁹, foi realizado por Avelar na manhã de 21 de Junho de 1777, igualmente na sala pública perante o presidente Dr. José António Barbosa. O resultado foi aquele a que o candidato já nos habituou: aprovado *Nemine Discrepante*²⁰.

Obtido o bacharelato e a formatura, tinham os candidatos à licenciatura de apresentar perante a Congregação de Doutores, a 20 de Junho, uma certidão de nove cursos, para no ano seguinte tomarem o grau de licenciado²¹.

1.2.2. A licenciatura.

No intervalo de tempo que mediou entre a data do bacharelato (25 de Maio de 1776) e a obtenção da licenciatura (11 de Julho de 1778), segundo documentação em depósito no Arquivo da Universidade de Coimbra e que temos vindo a utilizar, Magalhães e Avelar fez o seu concurso para opositor à faculdade de Cânones. Em 15 de Dezembro de 1777 era afixado, na porta principal das Escolas Maiores, um edital, em cumprimento de deliberações régias de 10 de Novembro último, a fim de certificar e fazer saber, a todos em geral e "a cada hum em particular" que na Faculdade de Cânones se achavam, ao momento, cadeiras vagas, tais como: a Segunda cadeira de Analítica, a Primeira Analítica e as duas cadeiras de Sintética das Decretais. O concurso estava aberto durante um período de trinta dias, findos os quais, aos 12 de Janeiro de 1778, perante o Vice-Reitor, na ausência

¹⁹ ANTUNES, Maria do Carmo Garcia Faria Gaspar – O Ensino na Faculdade..., p. 123-125.

²⁰ A. U. C. - Canones, Actos e Grãos e Actos Grandes, f. 186 v.

^{21 &}quot;Mas, para que o aluno atingisse este grau académico passava, ainda por outras provas, a primeira das quais se compunha por duas lições de «uma hora de relogio de area», sobre as Decretais e Sexto, a que se chamava Suficiência e Aprovação. Assim como nos outros Actos, também nestes o estudante era interpelado pelos arguentes. Ficava, no entanto, dispensado da primeira lição, ou seja, da Suficiência se provasse ter feito um ano de leitura na sua Faculdade, ao contrário da última que era obrigatória. A prova seguinte prestada pelo aluno canonista era a repetição. Acto de grande rigor e exigência realizava-se na «Aula Grande», onde durante hora e meia o repetente lia «de memoria o texto que tiver escolhido, difficultãdoo, entendendoo e declarandoo » por todas as partes, e inferindo as várias questões da matéria. Finalmente, cumpridos os anos de permanência estabelecidos pelos Estatutos na Universidade e em especial na Faculdade a que pertencia, o aluno na última Terça do último ano fazia o seu Exame Privado e Grau de Licenciado e o Doutoramento". ANTUNES, Maria do Carmo Garcia Faria Gaspar – O Ensino na Faculdade..., p. 123-125.

102 *bolissema 9* 2009

do Reitor, foram apresentados os opositores às referidas cadeiras, então vagas. Entre vários candidatos, como António Henriques da Silveira e António Ribeiro dos Santos, estava João de Magalhães e Avelar, representado pelo seu procurador, Manuel de Magalhães Santo do Vale²².

O grau de licenciatura consistia na repetição de determinadas cadeiras durante um ano. Encerrava-o dois tipos de provas que constituíam os *Actos Grandes*. A primeira dessas provas consistia nas "repetições". Realizada na Sala Grande, num dia feriado, na presença de todos os doutores da Faculdade. Era, portanto, um acto de elevado simbolismo e solenidade e supunha a explanação de uma "dissertação" (escrita e entregue ao júri) e das "conclusões" (anteriormente impressas e afixadas em local público), versando temáticas chave do saber de cada faculdade. Tratava-se de uma prova argumentada por oito doutores que se sentavam nos seus respectivos lugares, segundo ordem previamente fixada²³.

A prova seguinte, denominada de exame privado, consistia em duas lições sobre temáticas indicadas pelo cancelário ao candidato, quatro dias antes do acto e que seriam arguidas por quatro doutores. Era indispensável a aprovação nestas provas, que eram apoiadas por um lente (o padrinho), para a obtenção do grau de licenciado. Este diploma seria entregue pelo cancelário, na capela da Universidade, em cerimonial parecido ao do doutoramento, do qual falaremos mais à frente²⁴. A duração da prova seria próxima das duas horas²⁵. Avelar formalizou-o a 11 de Julho de 1778.

O primeiro acto – o exame privado – realizado na Real Capela da Universidade, teve presente o Pe. D. António da Nossa Senhora da Boa Morte, cónego regular de Santo Agostinho e prior do Real Mosteiro de Santa Cruz, na qualidade de cancelário. Lentes da faculdade, secretário mestre das cerimónias,

²² A. U. C. - Canones, Actos e Grãos e Actos Grandes, f. 42-43 v. A. U. C. - Faculdade de Cânones, documentos diversos, sécs. XVIII-XIX, nº 214.

²³ TORGAL, Luís Reis – Quid Petis...? Os "Doutoramentos" na Universidade de Coimbra, Revista de História das Ideias, vol. 15. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 1993, p. 197.

²⁴ TORGAL, Luís Reis – Quid Petis ..., p. 198.

²⁵ ANTUNES, Maria do Carmo Garcia Faria Gaspar – O Ensino na Faculdade..., p. 123-125.

<u>polissema 9</u> 2009 103

bedéis, meirinho e demais oficiais compunham as entidades presentes. Como padrinho, o Dr. António Henriques da Silveira, lente de Decreto Graciano. Celebrada a missa do "Espírito Santo" foi o examinando para a "Aza dos Exames privados" onde repetiu a sua dissertação. Posto que finda, sujeitou-se à argumentação dos três lentes presentes, a saber: Vicente Roiz Ganhado, Sebastião Pitta de Castro e António Caetano Maciel. Passado um curto intervalo, Avelar regressou à sala onde repetiu a Segunda dissertação, elegendo "3 aberturas do Livro do Decreto de Graciano", sendo agora arguido pelos lentes Francisco Xavier de Sousa e Moura, Francisco Ribeiro dos Guimarães e Marcelino Pinto Ribeiro. No final, foi votado o merecimento e a qualificação do candidato e "destribuidos e regullados os Votos sahio *Approvado Nemine Discrepante*" A segunda parte do acto simbólico da licenciatura realizou-se aos 25 de Junho de 1778. Presidiu o Dr. António Henriques da Silveira e tudo decorreu de acordo com as expectativas do candidato. Aprovado²⁷.

1.2.3. O doutoramento.

O dia seria, naturalmente, intenso. O doutorando encaminhar-se-ia do terreiro de Santa Cruz até à Capela da Universidade. Aí celebraria missa e, depois, partiria rumo à sala grande dos Paços. A comitiva seria numerosa e vistosa: candidato, reitor, padrinho, lentes, doutores e mais pessoas da Universidade. Traje a rigor. A ocupação do espaço não é arbitrária: o candidato, usando capelo de veludo da côr da faculdade e com a cabeça descoberta, situar-se-á à esquerda do reitor e à direita do padrinho. Bedéis, pajem, lentes e doutores, segundo o grau de antiguidade, fecham o cortejo, devidamente acompanhados pelo mestre-decerimónias.

A sala do acto encontra-se com a gravidade que se exige e que é costume:

²⁶ A. U. C. - Canones, Actos e Grãos e Actos Grandes, f. 251.

²⁷ A. U. C. - Canones, Actos e Grãos e Actos Grandes, f. 205.

uma mesa com duas cadeiras (uma para o doutorando e outra para o acompanhante), situa-se defronte de outras duas onde se sentaram os doutores que iriam louvar o candidato. Este, ao sinal do cancelário, pediria o grau de doutor, numa oração que se queria breve, mas elegante. O mesmo cancelário solicitaria, de seguida, aos oradores para que estes recomendassem o merecimento do candidato. Posto isto, sairia o candidato do lugar e iria para a frente do cancelário, precedido do mestre-de-cerimónias e bedéis. De joelhos, tomaria o juramento do costume, sendo-lhe conferido o grau de doutor, bem como as respectivas insígnias. O padrinho, de seguida, faria uma breve alocução, também ela ritualizada e composta por três partes. Por fim, colocava-se na cabeça do novo doutor o barrete, entregava-se-lhe a Bíblia aberta, um anel e o ósculo da paz. Seguia-se a sessão de cumprimentos que concluía as cerimónias, com graças dadas pelo jovem doutor. A encerrar, o retorno a casa com o mesmo acompanhamento solene com que se havia iniciado o rito²⁸.

Tudo isto foi sentido e vivido por João de Magalhães e Avelar, precisamente aos 34 anos de idade. Para que conste, o cerimonial teve lugar no dia 28 de Julho de 1778 e apadrinhou-o o Dr. António Henriques da Silveira²⁹.

1.3. Actividades docentes.

Conseguidos, com êxito, os graus académicos necessários – em especial o de doutoramento - João e Avelar dedicar-se-á, subsequentemente, à vida académica, na função de docente.

Caracterizou-se por três categorias profissionais o trajecto universitário de

²⁸ TORGAL, Luís Reis – Quid Petis ... , p. 198 – 201. Adianta o autor que "é provável que se mantivesse, para além dos emolumentos pagos à Universidade, a doação de objectos de uso pessoal aos doutores que mais directamente intervinham no acto, como é o caso das luvas, ou a entrega de doces ou o oferecimento de um banquete e ainda o pagamento de uma série de despesas do cerimonial, particularmente a «charamela», que acompanhava musicalmente o acto e que aparecia também, como vimos, na prova de «repetição» da licenciatura. Acresce ainda salientar neste comentário, conforme aliás já tinha sido notado, que o cerimonial do doutoramento estava ainda profundamente imbricado com a Igreja e a religião católica". TORGAL, Luís Reis – Quid Petis ... , p. 202.

²⁹ A. U. C. - Canones, Actos e Grãos e Actos Grandes, f. 260 v.

Avelar: opositor, lente substituto e lente proprietário. Sabemos, por fontes recentes, que ao longo deste caminho, e por imperativos vários, Avelar teve que reger cadeiras díspares. Assim, em 1790, aparece-nos responsável pelas Primeira e Segunda Sintética de Cânones³⁰, em 1793 regia a Segunda Sintética de Cânones, para no ano seguinte retornar à Primeira Sintética. Com a História Eclesiástica, associa-se entre os anos de 1795 a 1811, regressando no triénio seguinte à Primeira Analítica de Cânones e à História Eclesiástica, de que se tornou lente proprietário, até à sua saída para a diocese do Porto. Paralelamente, entre os anos de 1812 e 1813, ocupou o cargo de director da Faculdade de Cânones³¹.

Opositor a uma colegiatura de Cânones em 15 de Dezembro de 1777, rapidamente a situação contratual de Avelar sofrerá alterações. Detectámos que nos anos de 1780 – 1782, Avelar é citado nas actas das congregações da sua faculdade na qualidade de lente substituto e foi-lhe destinada a Primeira cadeira de Sintética das Decretais³². Enquanto lente, o vencimento auferido variava de acordo com a qualidade (substituto ou proprietário) e com a cadeira regida. Desta forma, e seguindo o que se encontra registado nas actas da faculdade, entre 1772 e 1779, o vencimento dos lentes era o que a seguir se demonstra:

Vencimento dos lentes da universidade de Coimbra (1772-1779)

CATEGORIA / CADEIRA REGIDA	VENCIMENTO
	(em réis)
Lente da Primeira Cadeira Analítica	800\$000
Lente da Segunda Cadeira Analítica	700\$000
Lente da Primeira Cadeira Sintética das Decretais	600\$000
Lente da Segunda Cadeira Sintética das Decretais	550\$000
Lente da Cadeira de Decreto	500\$000

³⁰ Actas das Congregações da Faculdade de Cânones (1772-1820), vol. I. Coimbra, 1983, p. 320.

³¹ RODRIGUES, Manuel Augusto - MEMORIA PROFESSORVM ... , vol. 2, p. 92. RIBEIRO, José Silvestre - Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal Nos Sucessivos Reinados da Monarchia, t. V. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1876, p. 76-77.

³² Actas das Congregações ..., vol.1, p. 51-67.

Lente da Cadeira de Instituições Canónicas	450\$000
Lente da Cadeira de História da Igreja e do Direito Eclesiástico	400\$000
Lentes substitutos	350\$000
Bedel da Faculdade	150\$000 ³³ .

Como atrás afirmámos, os vencimentos a que os docentes tinham direito dependiam da categoria profissional detida, bem como da cadeira regida. Assim, sabemos que no ano lectivo de 1794 – 1795, Avelar, na qualidade de lente substituto de Cânones, venceria a quantia de 350\$000 réis³⁴.

Posteriormente, seguiu-se o processo de inquirição a que Avelar teve de sujeitar-se para adquirir a colegiatura de Cânones³⁵. Cremos que este estatuto profissional tenha permanecido inalterável até 1787. Por essa altura, mais precisamente em 23 de Janeiro, Avelar é nomeado, como substituto extraordinário, para a Segunda Sintética das Decretais, numa sessão que contou com a presença do Reitor da Universidade³⁶.

³³ Actas das Congregações ..., vol.1, p. 321. Para um período posterior, mais concretamente para as vésperas da revolta de 1820, veja TORGAL, Luís Reis – Universidade, conservadorismo e dinâmica de mudança nos primórdios do liberalismo em Portugal, Revista de História das Ideias, vol. 12. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 1990, p. 182. Aí se verifica que os lentes de Cânones e de Leis usufruíam de vencimentos idênticos mas claramente superiores aos de Teologia. Veja-se, igualmente, CEREJEIRA, M. Gonçalves – Notas Históricas Sobre os Ordenados dos Lentes da Universidade, Biblos, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. III. Coimbra: Coimbra Editora, 1927, p. 30-57.

³⁴ A. U. C. - Processo do Professor Doutor João de Magalhães e Avelar.

Jata de 22 de Maio de 1782 e foi realizada no Colégio de S. Pedro. Perante um juiz comissário, lente de Leis e um escrivão, a inquirição procedeu-se debaixo do juramento e na conformidade dos estatutos daquele Colégio. Durante três dias procedeu-se à confrontação de várias testemunhas que afiançaram dos bons comportamentos da família Avelar e que nem este nem os seus ascendentes "haviam padecendo de qualquer enfermidade contagiosa, tais como tísica e lepra". Confirmada, da mesma forma, era a naturalidade, residência, idade, estado religioso e comportamento do habilitando. Igualmente, aferiu-se que o candidato não possuía qualquer parentesco, dentro do quarto grau de consanguinidade ou afinidade, com os restantes colegiais. Por último, constatava-se da decência, estima, comportamento exemplar do candidato e da sua capacidade de viver em comunidade. No total, testemunharam 11 pessoas a que se juntaram mais 3 de abono às testemunhas anteriores. A inquirição deu-se por terminada a 25 de Maio de 1782. Cf. A. U. C. - Colégio de S. Pedro, cx. 26, nº 1, 3, 5, f. 2-26.

³⁶ Actas das Congregações ..., vol.1, p. 65.

A condição de lente substituto foi mantida ainda durante alguns anos³⁷. Entre 1790 e 1795 todos os documentos que nós consultamos mantêm aquela designação. Variaram, isso sim, as cadeiras a cargo de Avelar, como poderemos ver nesta pequena síntese:

1790 – 1791 lente substituto³⁸; 1791 – 1792 lente substituto;

1792 – 1793 lente substituto; secretário da Congregação, cargo de que foi dispensado a 5 de Outubro de 1793, nomeando-se dois substitutos extraordinários;

1793 – 1794 lente substituto; Primeira Cadeira das Decretais, cujo proprietário era o Dr. António Ribeiro dos Santos³⁹;

1794 – 1795 lente substituto; ausente um mês, vencendo o seu ordenado⁴⁰.

O ano de 1795 marca uma efectiva alteração na carreira académica de Magalhães e Avelar. Na essência, trata-se de uma mudança qualitativa. No dia 25 de Abril, a rainha D. Maria I comunica ao Reitor da Universidade a nomeação de Avelar para lente da Faculdade de Cânones, regendo a cadeira de História Eclesiástica. A categoria profissional era, agora, a de oitavo lente daquela faculdade e para que o seu novo proprietário a lesse e continuasse no exercício dela, na forma dos Estatutos, "tenha o Ordenado, Propinas, Honras, Privilegios e Izençoens que em razão da dita Nomeação lhe pertencerem"⁴¹.

³⁷ Embora diversos almanaques, especificamente entre os anos de 1790 e 1799 apresentem sempre Avelar na posse da mesma categoria profissional, sabemos, por confrontação de outras fontes, para nós mais credíveis, que tal não aconteceu. Cf. *Almanak Para o Ano de 1785 a 1799*, Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias.

^{38 &}quot;Dona Maria (...) que tendo visto os votos do Concurso da Faculdade de Canones no anno mil sete centos setenta e nove: As informaçens do Reytor Reformador que então era, as Vossas, e outras que me forão prezentes (...) Tendo (...) os merecimentos do Dr. João de Magalhaens e Avelar (...) Hey por bem (...) nomear, e prover Lente Substituto das Cadeiras da Faculdade de Canones (...). Dada nos Paços Riaes das Escolas da Universidade de Coimbra aos vinte trez de Fevereiro: Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos noventa". A. U. C. - Faculdade de Cânones, documentos diversos, sécs. XVIII-XIX, nº 261.

³⁹ A. U. C. - Processo do Professor Doutor João de Magalhães e Avelar. A. U. C. - D. João de Magalhães e Avelar, cx. 14. Actas das Congregações ..., vol.1, p. 242-243.

⁴⁰ A. U. C. - D. João de Magalhães e Avelar, cx. 14.

⁴¹ A. U. C. - Faculdade de Cânones, documentos diversos, sécs. XVIII-XIX, nº 214.

108 *polissema 9* 2009

O início do século XIX continuou a encontrar Avelar por terras coimbrãs. Reunida aos 8 de Fevereiro, a Congregação da Faculdade, presidida pelo Dr. Manuel Paes de Aragão Trigoso, segundo lente desta faculdade e Vice-Reitor da Universidade, faz, no ponto único dos trabalhos, a leitura da carta régia de 30 de Janeiro último. Aí, é mencionada a nova distribuição do serviço lectivo aos lentes e substitutos designados. Entre essas informações, sobressai aquela em que Avelar era nomeado 5º lente e conservado no exercício da cadeira de História Eclesiástica⁴².

Os últimos anos de vida académica (1811-1816) trouxeram, também, alterações à sua categoria profissional. A 6 de Junho toma parte como primeiro lente da Faculdade de Cânones, decisão que teve chancela do Príncipe Regente D. João, 43 a 6 de Fevereiro precedente 44. A partir de então, João de Magalhães e Avelar passava a assinar na qualidade de decano, como prova o auto de posse das cadeiras da respectiva faculdade 45. Cabia-lhe a função de presidir às congregações que continuavam a ter como pano de fundo, o problema das faltas do corpo discente. Articulado com este, notavam-se problemas de carácter ordinário como eram os da presidência e argumentação dos actos, as habilitações necessárias para a realização de exames privados e a aceitação dos temas para futuras dissertações. A estes

⁴² Actas das Congregações ..., vol. II, p. 293-297.

⁴³ A. U. C. - Faculdade de Cânones, documentos diversos, sécs. XVIII-XIX, nº 214, f. 20. A. U. C. - Processo do Professor Doutor João de Magalhães e Avelar. "Devendo ter demora na Real Assignatura a Carta expedida a favor do Doutor João de Magalhaens e Avelar para Primeiro Lente da Faculdade de Canones na Universidade de Coimbra He o principe Regente Nosso Senhor Servido, que sem embargo da falta da Aprezentação da mesma Carta que o dito Doutor deverá Aprezentar corrente dous mezes depois que ella voltar assignada do Rio de Janeiro o referido Doutor entre logo no exercicio da Sua Cadeira. O que participo a V. S. para que aassim se execute. Deos Guarde a V. S. Palacio do Governo em 6 de Junho de 1812.

^{44 &}quot;Francisco Antonio Duarte da Fonseca Montanha, Vice Reitor da Universidade de Coimbra: Eu o Principe Regente vos envio muito Saudar. Tendo consideração ao que por vos me foi reprezentado sobre a necessidade que ha de se proverem interinamente algumas cadeiras da Faculdade de Canones dessas Universidade por se acharem vagas quasi todas emquanto se não faz o Despacho regular; e Attendendo aos merecimentos e serviços dos Lentes abaixo declarados: Hei por bem de os Promover às cadeiras da mesma Faculdade pela ordem, e maneira seguinte; a saber à Primeiro Lente della o Dr. João de Magalhaens e Avelar, á segundo Lente o Dr. Antonio Jose Saraiva do Amaral, a Terceiro Lente o Dr. José Joaquim da Cruz, á Quarto Lente o Dr. José Fernandes Alvares Fortuna, e a Quinto Lente o Dr. Antonio José da Silva Camizão o que me pareceo participantes para que assim o tenhaes entendido, e façaes executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Fevereiro de 1812. Principe." Cf. Actas das Congregações ... , vol. II, p. 352-353.

⁴⁵ A. U. C. - Canones, Actos e Grãos e Actos Grandes, f. 23-23 v.

juntavam-se os prémios a atribuir aos melhores alunos de cada ano⁴⁶ e a tomada de posse, pelos professores, das respectivas cadeiras⁴⁷.

Tal situação manter-se-ia até 1816. Este ano iria marcar o início de um novo ciclo na vida desta personagem – a passagem de académico para bispo da diocese do Porto. Para o passado, ficaria uma vida dedicada, no essencial à Universidade, mas também à Igreja e às letras. A cadeira do quarto ano de História Eclesiástica da Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra ficaria, assim, à espera de um novo rosto.

1.4. O bibliófilo.

Na segunda metade de setecentos, Portugal incorpora um conjunto de alterações, quer ao nível mental e cultural, quer no campo político, económico e social. Tempos de iluminismo e de regalismo, foi também culturalmente uma fase de adaptações, conflitos e choques. Apesar de espiado, entre outros, pelo diligente Pina Manique, o comércio de livros, especialmente os mais censurados, era constante e revelava procura crescente, a que não seria estranha a existência de número considerável de livreiros de origens geográficas esparsas. Estes tinham papel ímpar na difusão, em Portugal, das correntes do pensamento europeu. Assim, tomos proibidos à circulação eram lidos por aqueles que tinham (ou não) autorização para o fazer, mas inequivocamente influenciaram as mentes dos portugueses de então. Em encontros, mais ou menos programados, ou em serões mais ou menos produtivos e inflamados, discutia-se o teor dos escritos, numa atitude raramente bem compreendida e aceite pelas autoridades nacionais. Aí, tudo

⁴⁶Avelar faz parte da congregação da Faculdade de Cânones que aos 26 de Julho de 1814 premiou o estudante João de Melo Soares Vasconcelos, filho de João Bernardo de Melo, natural de S. Pedro do Sul, Viseu, pelo distinto merecimento que mostrou no 2º ano jurídico, na forma nele declarado. Cf. A. U. C. – Faculdade de Cânones, documentos diversos, sécs. XVIII-XIX, nº 214, f. 23.

⁴⁷ Actas das Congregações ... , vol. II, p. 356-369.

era questionado, a doutrina, as instituições, as pessoas, a moral, a inquisição⁴⁸.

O ideário europeu ia penetrando em estruturas importantes da sociedade coeva – intelectuais, clérigos, aristocratas, burgueses e, até, militares; da capital a zonas mais ou menos remotas da fronteira⁴⁹. Lenta, mas inexoravelmente, o desprezo e a desconfiança, ante aquilo que era diferente de nós, ia dando lugar à curiosidade, à vontade de conhecer, de aprender, de confrontar com aquilo que caracterizava as ideias de além Pirinéus. Como consequência, cada vez mais frequentemente, se assistia a uma mais larga e assídua comunicação internacional, de que Portugal não escapava, mau grado a nossa localização periférica. Assim se fez a difusão, para um universo culto, de literatura clandestina, ou não, que gerava novos gostos literários, determinando novas atitudes e opções morais e mentais menos ortodoxas. Livros, gazetas, publicações periódicas, folhetos, originais ou traduções, tudo servia para alimentar novos gostos intelectuais. França era, por natureza, local de referência e de eleição, daí fazendo alastrar para toda a Europa uma "vaga de heterodoxia" que influenciava o presente e o futuro próximo das sociedades europeias e não só.

Deu-se, entre nós, no século XVIII, o choque de duas atitudes mentais e morais opostas de que a intelectualidade portuguesa não se vai alhear e que traria consequências várias, em planos diferenciados, como o político, o social e o cultural. A renovação da cultura nacional dá-se, inevitavelmente, por influência de estrangeiros e de estrangeirados⁵¹, como a própria diplomacia. Vão-se edificando e cimentando novas correntes de opinião que, embora minoritárias, vão, lentamente, delinear o processo de secularização do pensamento filosófico e científico iniciado

⁴⁸ RAMOS, Luís A. de Oliveira - Franceses em Portugal nos Fins do Século XVIII (subsídios para um estudo) in *Da Ilustração Ao Liberalismo. (Temas Históricos)*. Porto: Lello Irmão - Editores, 1979. RAMOS, Luís A. de Oliveira – Para a História Social e Cultural (Fins do Século XVIII – Princípios do Século XIX), *Bracara Augusta*, vol. XXXI, t. II, n°71-72 (83-84). Braga, 1977, p. 291-320.

⁴⁹ RAMOS, Luís A. de Oliveira – Para a História Social..., p. 291-320.

⁵⁰ CIDADE, Hernani - Lições de Cultura e Literatura Portuguesas, 2º vol. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1984, p. 363.

⁵¹ DIAS, J. S. da Silva - *Portugal e a Cultura Europeia (Sécs. XVI a XVIII)*, Separata da revista <<Biblos>>, vol. XXVIII, Coimbra, MCMLIII. p. 118. PIWNIK, Marie-Helene - *Echanges Erudits Dans La Peninsule Iberique (1750-1767)*. Paris: F. C. G., Centre Culturel Portugais, 1987.

no século precedente. O desdém e a oposição às novas ideias vai cedendo e dando lugar à adesão, cada vez mais significativa, de intelectuais portugueses⁵². Os pilares trono e altar são questionados, principalmente este último, fruto de uma literatura das luzes extremamente cáustica, neste particular⁵³.

Naturalmente, o número de publicações que vai afluindo ao reino, oriundas do exterior, era cada vez mais extenso. Legal ou clandestinamente, chegavam às mãos de um público cada vez mais ávido de novas ideias, mentalidades predispostas à mudança, que questionavam cada vez com maior vigor e intensidade. A própria maçonaria, disto, também não está isenta⁵⁴.

Mudam-se alguns valores: os parâmetros escolares e culturais pombalinos preenchem-se de sentido iluminista e objectivam uma cultura como factor de progresso e de felicidade dos povos⁵⁵. Há, efectivamente, uma nova atenção que desperta para as "ideias do século", necessariamente iluministas que entroncam, paralelamente, com um interesse cada vez maior de conhecimento e de difusão desse mesmo saber. Uma atitude que não conhece fronteiras e que procura "uma filiação ideológica no estrangeiro" e evitar, a todo o custo, "um certo isolacionismo". Tudo isto a par de um fenómeno importante e característico deste período: a dessacralização da cultura⁵⁶.

De certa forma, anuncia-se o século XIX. Há a edificação de novas estruturas ideológicas, políticas e culturais que vão, mais tarde, frutificar na formação de uma nova "intelligentsia" que se demarca da anterior pelos objectivos que pretende atingir. Os eclesiásticos e os juristas, de há longa data, portadores privilegiados do saber, tendem, cada vez mais, a ser substituídos por emergentes

52 DIAS, J. S. da Silva - Portugal e a Cultura ..., p. 257.

⁵³ RAMOS, Luís A. de Oliveira – Situações propostas de mudança em Portugal no final do Antigo Regime, *Bracara Augusta*, vol. XXXIV, nº 78, (91). Braga, 1980, p. 673-692.

⁵⁴ RAMOS, Luís A. de Oliveira – Os Agentes da Introdução do Ideário da Revolução Francesa em Portugal e as Alavancas da Repressão in *Portugal da Revolução Francesa ao Liberalismo*. Braga: Universidade do Minho, 1987, p.11-27.

⁵⁵ TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel - Vintismo e "Instrução Pública". Imobilismo, Reformismo e Revolução, *Biblos*, vol. LIX (1983). Porto: Paisagem Editora, 1984, p. 434.

⁵⁶ Imprensa Nacional. Actividade de uma Casa Impressora, 1768-1800, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975, p. 22-25.

intelectuais, com formações díspares e alcance diferenciado⁵⁷. Não se trata, ainda, de um circuito onde abundem os actores. É um círculo letrado, de pequena expressão quantitativa, embora alargue paulatinamente, e cada vez mais, o seu raio de acção. Numa sociedade altamente analfabeta como a portuguesa, cabia a uma elite culta e desejosa de transformações sociais ser o motor de arranque, o veículo e o condutor de todo este processo⁵⁸.

Essa elite prima, naturalmente, pela erudição e intelectualidade. Dois conceitos que assentam, na perfeição, no perfil de Avelar. O primeiro pela sua formação académica, de que já falámos, o segundo por uma opção personalizada, assumida e cultivada: o gosto pelos livros, pela sua aquisição, posse e utilização. Disto vamos, agora, falar.

Há, em primeiro lugar, que aclarar objectivos. Não será nunca nossa intenção dissertar sobre o conteúdo da biblioteca de João de Magalhães e Avelar. Em parte, já o fizemos e seria repetitivo voltar ao mesmo assunto⁵⁹. Por outro lado, um estudo aprofundado da livraria de Avelar, por si só e tendo em consideração a sua valia quantitativa e qualitativa, seria motivo de um trabalho académico de grande fôlego e que consumiria tempo e energias que aqui não se justificam. Igualmente, não pretendemos fazer qualquer história do livro ou das bibliotecas e muito menos da leitura. É nosso objectivo, tão só, chamar a atenção para a importância que esta realidade teve na personalidade de Avelar - por isso, o apelidamos de bibliófilo – e mostrar o destino dado aos livros após a tomada do poder pelas forças liberais e o simbolismo do seu núcleo bibliográfico. Terminaremos com a descrição dos conflitos, entre os familiares do bispo e o Estado, motivados pelo pagamento de uma indemnização que aqueles exigiram, ao governo português, como herdeiros de pleno direito.

⁵⁷ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos - Intelectuais Portugueses ..., p. 16 e 336.

⁵⁸ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos - As penas de viver da pena: o mercado do livro no Século XIX, Análise Social, vol. XXI, 2º. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1985, p. 188.

⁵⁹ OLIVEIRA, José António – *A Paixão da História na Biblioteca de D. João de Magalhões e Avelar.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995 (dissertação de mestrado policopiada).

<u>polissema 9</u> 2009 113

Esta faceta de bibliófilo apaixonado e arrumado mereceu já, de alguns autores, breves considerações. Pinho Leal atribuiu à biblioteca do prelado um valor superior a 70 contos de réis⁶⁰; Inocêncio Francisco da Silva afirma que a sua riquíssima livraria de mais de 32 000 volumes, formada ao longo de mais de 30 anos, com avultado dispêndio de capitais, era profícua em assuntos e em autores⁶¹. José Silvestre Ribeiro apelida-a de magnífica e escolhida, considerando-a a melhor e a maior livraria particular existente, ao tempo, em Portugal. Crê que iniciada em 1778, quando o seu proprietário frequentava o sexto ano de Cânones e anualmente adquiria uma quantidade avultada de livros, tarefa facilitada pela circunstância de Avelar possuir recursos pecuniários avultados⁶².

Assim, foi formando uma biblioteca ímpar no panorama lusitano⁶³, fruto de uma paixão tão intensa "que o seu único passeio era para casa dos livreiros a saber de qualquer publicação Litteraria, e a compral-a, ou encommenda-la", daí sucedendo, inúmeras vezes, ser o único detentor de obras raras, mesmo de matérias alheias às suas necessidades profissionais. Zelo absoluto que Avelar simbolizava nas enormes dificuldades que criava ao empréstimo das obras, embora disponibilizasse o acesso à sua biblioteca⁶⁴. Reuniu, em Coimbra, mais de 30 mil volumes a que acrescia muitos e valiosos manuscritos, bem como alguns escritos pelo seu punho⁶⁵, de valor próximo, em 1815, de 20 contos de reis. Várias personalidades atestaram, mais tarde, o valor da biblioteca, sendo elas Alexandre Herculano, os livreiros Jorge Rei e Borel, Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato e António Camelo Fortes de Pina⁶⁶.

Também o Monsenhor José Augusto Ferreira e o historiador Fortunato de Almeida veicularam informações laudatórias sobre a livraria de Avelar. O primeiro

⁶⁰ LEAL, Pinho - Portugal ..., vol. 1, p. 238-238 v.

⁶¹ SILVA, Innocencio Francisco – Diccionario ..., p. 404.

⁶² RIBEIRO, José Silvestre - *Apontamentos Históricos Sobre Bibliotecas Portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914, p. 93-94.

⁶³ Malhados são os Malhantes. Porto, Imprensa do Gandra e Filhos, 1832, p.1.

⁶⁴ RIBEIRO, José Silvestre - Apontamentos Históricos ..., p. 94.

⁶⁵ B. P. M. P. - ms. 499, Leis Antigas.

⁶⁶ RIBEIRO, José Silvestre - Apontamentos Históricos ..., p. 95-96.

apelidou-a de "preciosa"⁶⁷ enquanto que o seguinte afirma que o seu detentor era um dos portugueses mais ilustrados do seu tempo e destina à biblioteca o epíteto de notável, justificando-o pela quantidade de volumes (cerca de 40 000) e pela raridade de algumas obras e pelo valor e número de muitos dos manuscritos aí presentes⁶⁸. Outros autores, mais recentes, igualmente lhe dedicaram algumas (poucas) linhas. De entre vários, escolhemos a referência que no 150° aniversário da Biblioteca Pública Municipal do Porto surgiu. É a mais próxima da realidade presente. A descrição é linear: "formada por mais de 36 000 volumes impressos e cerca de 300 manuscritos, constituiu o primeiro núcleo da Biblioteca Pública Municipal do Porto"⁶⁹.

As novas necessidades de conhecimento, o domínio do saber teórico e a premência da informação levaram Avelar a agregar uma vastíssima biblioteca, que à sua morte teria mais de trinta e seis mil volumes. Na busca de um conhecimento profundo, alicerçado em autores diversos e nem sempre condizentes, do ponto de vista ideológico, Avelar passava todos os seus tempos livres em contacto directo com aquilo que lhe proporcionava mais prazer: os livros. Assim, sempre que folgava dos afazeres de académico ou dos da diocese, era vê-lo nos contactos com a memória escrita da humanidade, que guardava zelosa, metódica e arrumadamente. Era, sem dúvida, um autodidacta.

Podemos ter contacto com o catálogo da sua biblioteca. Reside, hoje, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, tal como os demais volumes da livraria. Trata-se de um conjunto de seis manuscritos, da sua autoria, que ilustram e testemunham a riqueza, a abundância, o sumo daquela biblioteca privada. Não conhecemos nenhuma, em Portugal, de carácter privado, de tamanha dimensão. Uma contagem superficial que fizemos aproxima-nos do quantitativo que já mencionamos – trinta e seis mil volumes. Ilustra matérias plurais, milhares de

⁶⁷ FERREIRA, J. Augusto - *Memorias para a Historia d'um Scisma (1832-1842).* Braga: Cruz e Ca-Editores, 1916, p. 407, n. 1.

⁶⁸ ALMEIDA, Fortunato de - História da Igreja ..., p. 582.

⁶⁹ Biblioteca Pública Municipal do Porto - Exposição no 150 Aniversário da Sua Fundação 1833-1983. Porto, 1984, p. 44.

autores, de ideias, de pensamentos, conservadores ou não. Rica pela quantidade de autores polémicos ou interditos, presentes com mais que uma edição. A diversidade de projectos aí representados só pode resultar de uma preocupação séria de conhecimento constante e inesgotável e de uma ânsia enorme de abarcar novas concepções e ideais dos quais se poderia, em última análise, discordar. Ter e ler não significava, pois, ir pelo mesmo caminho, mas conhecer permitia concordar ou discordar, autonomamente.

Trata-se, nesta matéria, de um espírito iluminista, que buscava informação para a sua própria formação e ilustração. Sede de saberes, na versão mais extensa que o plural nos pode indicar. Assim, cimentou uma cultura do saber pelo saber que, obviamente, utilizava nas suas actividades profissionais e académicas. Um verdadeiro erudito.

Os catálogos, apesar das limitações intrínsecas⁷⁰, põem-nos em contacto com um espírito sábio, metódico, meticuloso, lúcido e racional. Lá podemos encontrar inúmeras informações que radiografam cada uma das obras referenciadas e em poder de Avelar. Autor, título, local de edição, editor, data de edição, nº da edição, tomos ou volumes, formato, custo, livreiro a quem foi adquirida, tudo isto nos é disponibilizado de uma forma simples, baseado numa ordem alfabética, onde a palavra de entrada é o último nome do autor, escrito em maiúsculas⁷¹.

Esta passagem pelo mundo da cultura escrita, elitista, pode-nos ajudar a perceber a personalidade do seu detentor. Sendo um "organismo vivo" onde pupulam concepções e ideologias diversas, uma biblioteca permite ao leitor uma determinada relação com os livros e uma apreensão dos conteúdos, sem

⁷⁰ LISBOA, João Luís – A leitura em Portugal..., p. 78.

⁷¹ B. P. M. P. - Ms. 374, 375, 376, 377, 378, 379. Índices da biblioteca do Bispo do Porto D. João de Magalhães e Avelar. Diz-nos o saudoso Prof. António Cruz que "com o século dezassete, assiste-se a uma evolução que tende ao aperfeiçoamento, concretizada através de normas que teriam geral aceitação na centúria seguinte e também, com ela, expressões de tipo diverso. Precedeu a organização desses primeiros catálogos uma arrumação dos volumes e o seu agrupamento de acordo com uma sistematização que logo facilitava a sua procura. Nas lombadas de muitos deles, hoje incorporados em diversas das nossas bibliotecas e todas provindo de livrarias conventuais, há sinal do sistema adoptado e que era indicado por meio de letras e números." Cf. CRUZ, António - Bibliotecas e Arquivos. Três Apontamentos. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968, p. 8.

intermediários. Se ler não é um acto passivo, pelo menos, abre portas infinitas ao nível da reflexão, do estudo e da meditação individual. O livro, deste modo "tornase assim o companheiro privilegiado de uma intimidade inédita. E para aqueles que a podem ter, a biblioteca passa a constituir o lugar por excelência do retiro, do estudo e da meditação solitários"⁷². Um local de liberdade total que pode possibilitar mudanças ou mera consolidação na estruturação de uma determinada ideologia.

Assim se poderá compreender que muitas das decisões tomadas por Avelar tenham origem na sua formação intelectual, com base na leitura. Formação que se quedou, amiúde, com os livros que dispunha, dentro de uma lógica de obrigações profissionais mas, também, numa concepção de "refúgio apetecido para todo o erudito, propiciando-lhe a rebusca de ignorados subsídios e, por tal via, algumas horas de íntima satisfação"⁷³, quase aventura⁷⁴, com o tal companheiro privilegiado – o livro.

Numa época em que possuir livros era sinónimo de prestígio social e de prazer⁷⁵, e num período em que quase não havia tradição de bibliotecas públicas no nosso país, contrariamente ao que acontecia noutras realidades geográficas, Avelar detinha a sua livraria privada como uma necessidade quotidiana, como algo de normal, um apêndice ao seu próprio ser. Não como um totem, que orgulhosamente se exibe, mas um indício singular e seguro de renovação activa do pensamento. Um ilustrado, bem enquadrado no tempo que, então, se fazia sentir.

1.4.1. A transferência da biblioteca de Coimbra para o Porto.

Iniciado em 1816 o governo da diocese do Porto, pouco tempo depois, Avelar dá ordem de transferência para a sua imprescindível biblioteca transitar da

⁷² CHARTIER, Roger - As Práticas da Escrita ..., p. 119 -128 e 136 -151.

⁷³ CRUZ, António - Biblioteconomia (Noções Elementares). Porto: Livraria Tavares Martins, 1959, p. 9.

⁷⁴ ECO, Humberto - A Biblioteca. Lisboa: Difel, 1983, p. 32.

⁷⁵ PIMENTEL, António Filipe - Bibliotecas in PEREIRA, José Fernandes (dir. de) - *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Ed. Presença, 1989, p. 89-92.

cidade de Coimbra para o Porto. Aí e durante o governo da diocese, muito embora os imensos afazeres pastorais, Avelar foi engrandecendo o seu acervo privado com edições recentes ou com aquelas que não sendo das mais actuais, ainda não existiam à sua guarda. Aquando da sua visita a Portugal, Balbi⁷⁶ ficou impressionado com a valia da livraria do prelado, motivando mesmo um comentário elogioso por parte daquele viajante. Por outro lado, a sua situação de prelado e, antes, a de académico reconhecido, possibilitava-lhe, como já afirmámos, situações de excepção. Não é pois de estranhar que possuísse permissão para ter e ler certos livros "mais ousados", licença essa concedida pela Real Mesa Censória, ao tempo entidade "reguladora" dos espíritos lusitanos⁷⁷.

Ao cuidado de fazer transportar a sua livraria para o Palácio da Mitra, juntou-se-lhe a preocupação de não a misturar com os livros já existentes e de pertença da diocese. Embora não dispondo de elementos com que possamos caracterizar o processo de mudança, pelo volume de exemplares em causa, na altura cerca de trinta mil, não será difícil imaginar que tratar-se-ia de um trabalho demorado e que requeria cuidados vários: desde logo a certeza do não extravio de nenhum exemplar, igualmente o devido acondicionamento na viagem, bem como a protecção contra os elementos da natureza e, por fim, a sua colocação na nova residência.

Do mesmo modo, preocupou-se Avelar em separá-la da biblioteca da Mitra, mandando elaborar um auto de inventário e separação da livraria. Este procedimento teve lugar no Paço Episcopal e realizou-se a 13 de Novembro de 1826. Presentes estiveram o Procurador-geral da Mitra e Desembargador do Bispado, José Francisco Valente, o Dr. Bento de Mena Falcão, Desembargador e Juiz dos Resíduos, e Avelar, na qualidade de proprietário. O motivo apresentado era de que o bispo, por motivos de Estado, estava de saída para Lisboa; querendo acautelar possíveis dúvidas, Avelar avança com esta inventariação, evitando, assim,

⁷⁶BALBI, Adrien - Essai Statistique ..., t. 2, p.87.

⁷⁷ I.A.N./T.T. – Real Mesa Censória, cx. 173.

problemas futuros⁷⁸.

Para a realização deste trabalho contribuiu a circunstância de, ao tempo da vacatura da Sé, se ter realizado um inventário dos livros pertencentes à Mitra que então se achavam localizados numa grande sala, contígua ao Palácio Episcopal. Considerando tal documento, tornava-se mais fácil o reconhecimento dos bens pessoais do Bispo, os quais haviam sido adquiridos com recurso ao seu património e não a réditos da Mitra. Assim, todos os livros em depósito nas salas e corredores do Paço eram propriedade de Avelar, exceptuando os tais exemplares que estavam localizados em sala adjacente. Mais se aferiu: todo um conjunto de outros bens, móveis, medalhas antigas (gregas, romanas e góticas), portuguesas e estrangeiras, medalhões e outros objectos, tudo era pertença do prelado e havia transitado de Coimbra ou fora adquirido durante a sua prelatura, na cidade do Porto. Neste novo local, a disposição dos livros de Avelar seria a seguinte: divisão em salas, por sua vez estas agrupadas por estantes e estas por prateleiras ("cazas"), tudo agrupado segundo uma ordem pré-definida, baseada no nome do autor ou, na falta deste, no título das obras⁷⁹.

De facto, durante o episcopado, é vária a correspondência que Avelar troca com os livreiros⁸⁰, seus habituais fornecedores, demonstrando, uma vez mais, que na sua mente e na sua atitude, o apetrechamento da sua biblioteca era uma preocupação diária e constante – uma tarefa infindável.

Testemunharam o auto de inventário e de separação Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, Jorge Rei e Borel, o conselheiro Luís Pereira de Sousa Barradas, Alexandre Herculano de Carvalho Araújo e Guilherme Henriques de Carvalho. Todos, além de testemunharem o facto, convieram na riqueza da biblioteca bem como na preocupação constante do seu proprietário em adquirir

⁷⁸ AVELAR, Fernando de Magalhães - *Memória acerca da Livraria dos Herdeiros do Bispo do Porto, D. João de Magalhães e Avelar....* Lisboa: Typ. de António José da Rocha, 1846, p. 39-46.

⁷⁹ A. D. P. - Cartório da Mitra, ms. 257.

⁸⁰ A. D. P. - Cartório da Mitra, ms. 198, docs. 14, 31, 36 e 37.

novos exemplares⁸¹. Assim se manteve a livraria do bispo até aos fatídicos acontecimentos de 1832.

1.4.2. Do sequestro à fundação da Real Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Horas antes das tropas pedristas tomarem, sem dificuldade, a cidade do Porto, Avelar, na qualidade de Bispo, assim como demais personalidades do burgo, abandonaram-no. Essa atitude foi interpretada pelas forças liberais como uma clara demonstração do posicionamento político dos ausentes. Resistente ao regresso, Avelar confundiu-se num claro apoiante de D. Miguel, valendo-lhe, assim, o epíteto de desertor.

Em resposta a tal atitude e como o bispo não regressava à diocese, Joaquim António de Magalhães, a 7 de Dezembro de 1832, assina a portaria que determina o sequestro dos bens pessoais de D. João de Magalhães e Avelar. Em nome de D. Pedro, a Secretaria dos Negócios Eclesiásticos ordenava ao Corregedor da Comarca que executasse a ordem, tendo especial atenção à biblioteca do prelado. Fez-se depositário dos bens o escrivão da Câmara Eclesiástica, João Luís de Melo, e decidiu-se trancar as portas da biblioteca com as formalidades do costume, até se proceder a competente inventário, por bibliotecário nomeado para o efeito. O restante, livraria do bispado, alfaias, ornamentos e outros bens, que não eram propriedade do Bispo ausente, seriam entregues, por inventário, a pessoa a nomear pelo Vigário Geral que então fazia as vezes do Prelado. Tudo deveria ser cumprido com a maior diligência e regularidade⁸².

Desta forma, foi colocada em depósito judicial a jóia da coroa de Avelar. A

⁸¹ AVELAR, Fernando de Magalhães - Memória acerca ... , p. 46.

⁸² Chronica Constitucional do Porto, nº 126. Porto: Typ. de Viuva Alvares Ribeiro e Filho, 1832, p. 558. REIS, António do Carmo - O Liberalismo em Portugal e a Igreja Católica. A Época de Sua Majestade Imperial e Real D. Pedro. Porto: Editorial Notícias, s.d., p. 111, n. 46. VALENTE, Vasco – Biblioteca Pública Municipal do Porto. Novas achegas para a sua história. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. I, fasc. III. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1938, p. 454.

ela juntar-se-ão outras livrarias pertencentes a conventos suprimidos ou a particulares que, como Avelar, se tendo ausentado da cidade, foram considerados, pelos liberais, como rebeldes ou proscritos. Crê-se que, na sua totalidade, o número de volumes tenha atingido a cifra de oitenta mil que deram, por sua vez, origem à biblioteca portuense. Aos volumes impressos, acresce os manuscritos, valor por ora impossível de calcular⁸³. Inúmeras bibliotecas particulares e conventuais, que até então serviam para usufruto dos seus detentores e de pessoas mais próximas, na ausência de uma instituição pública capaz de as agregar em condições satisfatórias, foram conduzidas, pelos liberais com o objectivo de criar uma instituição aberta a todos os cidadãos portuenses⁸⁴.

Tal procedimento não foi executado com base em qualquer movimento anárquico que supusesse a tomada, pela força, de edificios e bens. Não se verificaram atitudes irracionais, antes houve a preocupação de prover, o melhor que as circunstâncias o permitiam, a situações devidamente programadas e controladas. Assim, dois dias antes da elaboração da lei que sequestrava os bens de Avelar, as forças liberais faziam publicar uma portaria que criava uma comissão que tinha como missão prover sobre a boa arrecadação e guarda das livrarias, alfaias e demais bens pertencentes a particulares, conventos e mosteiros desta cidade e que se encontravam abandonados pelos seus proprietários; objectivava, igualmente,

⁸³ Biblioteca Pública Municipal do Porto - Documentos Para a Sua História. Porto: Imprensa Portuguesa, 1933. PERES, Damião - Instrução e Cultura in PERES, Damião, CRUZ, António e BASTO, A. de Magalhães (dir. de) - História da Cidade do Porto, nona parte. Porto: Portucalense Editora, 1965, p. 480. Boletim Municipal da Câmara Municipal do Porto - II série, ano 1, nº4, Abril, 1984, p. 15. Boletim Municipal da Câmara Municipal do Porto - II série, ano 2, nº3, Dezembro, 1985, p. 24.

⁸⁴ CRUZ, António - Bibliotecas Publicas in SERRÃO, Joel (dir. de) - Dicionário de História de Portugal, vol. I. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 340-341. No Porto foram sequestradas, entre outras, as livrarias particulares do Visconde de Balsemão, Alexandre Garrett, do médico Almeida, de Bento de Mena Falcão, Aires Pinto, de D. Margarida Teles da Silva, do Dr. Ferro e a livraria do Pacheco. Conventuais, cita-se Carmelitas, Congregados, Lóios, Santo António da Cidade, S. Bento da Vitória, S. Domingos, S. Francisco, S. João Novo, Seminário e S. João da Foz. Fora da cidade: Serra do Pilar, S. António do Vale da Piedade, Congregação de Oliveira do Douro, Conceição de Matosinhos, Formiga, Paço de Sousa, Alpendurada, Santo Tirso, Vila do Conde (S. Francisco, Carmo e S. António de Azurara), Tibães, Vila da Feira (Cocujães e Lóios) e Santa Cruz de Coimbra. Cf. Biblioteca Pública Municipal do Porto - Exposição no 150 ..., p. 17-22. VILAS, Jorge - Biblioteca Pública Municipal vai "renascer" aos 150 anos, O Tripeiro, série nova, ano II, n°5. Porto, 1983, p. 131-135. BRITO, Francisco Nogueira de - Livrarias Notáveis Pertencentes a Particulares. Subsidios Para a História da Biblioteca Nacional de Lisboa, Separata dos Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal, vol. III, n°10 e 11. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917, p. 6-8.

promover a conservação dos edifícios e outras estruturas físicas. Pretendia-se, desta forma, obstar à destruição, perda e extravio dos bens sequestrados. Esta missão foi entregue a um conjunto de sete pessoas encabeçadas pelo Padre Marcos Pinto Soares Vaz Preto⁸⁵ que tinham como missão lutar pela preservação dum património móvel e imóvel de valor muito significativo e que convinha cuidar.

O passo seguinte foi o de disponibilizar os fundos sequestrados e incluídos nos bens da nação, ao público em geral e aos portuenses em particular. Cientes do valor dos bens em causa, em especial a livraria do Bispo, notam-se pressões de alguns cidadãos do Porto para que estes milhares de exemplares pudessem ficar à disposição dos leitores, de uma forma organizada e em condições de segurança. Desta forma, a 6 de Março de 1833, foi enviada a D. Pedro uma representação da denominada *Comissão Municipal do Porto*, que insistiu nas vantagens da fundação de uma biblioteca pública nesta cidade. Fazendo reparo que o Porto, sendo a segunda cidade do reino, não possuía nenhum estabelecimento deste género, a Comissão apelou ao monarca para a rápida constituição de uma instituição que provesse e promovesse o fomento da leitura mas, igualmente, desse lugar conveniente e próprio à numerosa colecção de livros da livraria do bispo ausente e de outras proveniências. Articulavam-se, pois, as forças vivas da cidade com as da edilidade local⁸⁶ na prossecução do mesmo objectivo.

Como a resposta não foi célere, pelo menos na óptica dos requerentes, a 20 de Maio seguinte, a Câmara volta a chamar a atenção de D. Pedro para o problema. Apela-se a D. Pedro que, perante a possibilidade da biblioteca do Bispo estar depositada em local menos próprio e conveniente, exposta a elementos físicos que a degradassem e estar a sofrer delapidações e extravios de alguns dos seus exemplares, urgia avançar com a proposta. O certo é que a exposição não deu,

⁸⁵ Chronica Constitucional do Porto, nº 131. Porto: Typ. de Viuva Alvares Ribeiro e Filho, 1832, p. 578.
Os outros membros eram o abade António Manuel Lopes Vieira de Castro, Joaquim José de Sá Passos, Narciso António de Araújo Guimarães, Francisco da Rocha Soares, António Maria de Magalhães e Jerónimo José de Faria.

⁸⁶ BASTO, A. de Magalhães - A quem se deve a fundação da Biblioteca Pública do Porto, O Tripeiro, 5ª série, nº7, ano XV. Porto, 1959, p. 194.

logo, os frutos desejados. Em resposta, três dias depois, pelo Ministério do Reino, o Duque de Bragança remeteu à Comissão Municipal um extracto do encarregado da arrecadação das bibliotecas sequestradas onde este assegurava que, de acordo com o que as circunstâncias permitiam, a livraria do Bispo se encontrava nas melhores condições, garantindo que até então, não se efectuara nenhuma delapidação ou perda de exemplares⁸⁷.

Mas a tão aguardada notícia não demoraria muito a chegar. Constantemente pressionado pela edilidade e pelas circunstâncias em que se encontravam milhares de livros e outros objectos de grande valor, D. Pedro, aquando da celebração do primeiro aniversário da entrada do exército liberal no Porto, por decreto, institui a biblioteca portuense. Baptiza-a de Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto e ficaria debaixo da tutela do Ministério dos Negócios do Reino. Estabelecida na casa que servia de Hospício dos Religiosos de Santo António do Val da Piedade, à praça da Cordoaria, tinha como objectivo satisfazer a utilidade pública, estando aberta todos os dias, excepto domingos e dias santos de guarda. Propriedade da cidade do Porto, ficava sujeita à administração da Câmara que se obrigava à sua guarda, manutenção, conservação, bem como à constante aquisição de espécies⁸⁸.

87 Biblioteca Pública Municipal do Porto - Documentos Para ..., p. 23.

^{88 &}quot;Tomando em consideração o Relatorio do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, Hei por bem, em Nome da Rainha, Decretar o seguinte:

Artigo 1º Será estabelecida nesta mui antiga, e mui leal Cidade do Porto, uma Livraria com o titulo de Real Bibliotheca Pública da Cidade do Porto.

Art. 2º A Real Bibliotheca Pública ficará debaixo da Inspecção immediata do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino, e será destinada para Instrucção do Público, ao qual estará patente todos os dias, exceptuando os Domingos, e Dias Santos de guarda.

Art. 3º Servirão de primeiro fundo para a organização da Real Bibliotheca Pública as Obras, que compunham as Livrarias dos Conventos abandonados, e que pelo Decreto de 15 de Maio proximo passado ficáram incorporadas nos bens Nacionaes; e bem assim de quaesquer outras, que por via de arrematação, adjudicação, ou execução venham a pertencer á Fazenda Pública nesta Cidade.

Art. 4º A Real Bibliotheca será estabelecida na Casa, que servia de Hospicio dos Religiosos de Santo Antonio de Val da Piedade, sita na Praça da Cordoaria desta Cidade, ora pretencente aos bens Nacionaes, e que pelo presente fica destinada para este estabelecimento de utilidade Pública. Esta doação, assim como a de que trata no Artigo antecedente, serão em tempo opportuno submetidas á approvação das Côrtes.

Art. 5º Esta Real Biblotheca, fundada á custa da Fazenda Pública, pertencerá de propriedade á Cidade do Porto, debaixo da Administração da Camara Municipal della, a cujo cargo ficará depois, como a Commissão, que hoje a representa, propoz, prover á custa dos seus rendimentos á conservação, e costeamento da dita Bibliotheca, assim pelo que toca ás despezas ordinarias, como á acquisição das Obras, Brochuras, ou Folhas Periodicas mais interessantes em todos os generos, que se publicarem em Paizes Estrangeiros.

<u>polissema 9</u> 2009 123

Este decreto, instituidor da real biblioteca pública, solucionava e respondia a dois problemas: satisfazia os anseios do público portuense que exigia a existência de

Art. 6º Para a direcção e serviço da Real Bibliotheca Pública haverá um primeiro Bibliothecario com ordenado annual de um conto de réis; um segundo Bibliothecario com quinhentos mil réis, tres Guardas das Salas com duzentos e quarente mil réis cada um; um Porteiro com duzentos mil réis; um Moço para o serviço ordinario com cento quarenta e quatro mil réis annuaes.

Art. 7º O primeiro Bibliothecario ser-me-há proposto pelo Ministro Inspector da Real Bibliotheca Pública; o segundo Bibliothecario será igualmente nomeado por Mim sobre proposta triplice da Camara Municipal; feita de acordo com o primeiro Bibliothecario: todos os outros logares serão nomeação, e provimento da referida Camara.

Art. 8º A Camara Municipal ouvido o primeiro Bibliothecario, e de acordo com elle, ordenará a lista das Obras, que se julgar conveniente comprar para enriquecer o estabelecimento: para acquisição destas Obras, e para as despezas ordinarias e eventuaes destinará a Camara, pelo menos, uma somma annual de seis centos mil réis.

Art. 9º A Camara Municipal enviará ao Inspector no corrente mez de Janeiro de cada anno a relação das Obras, de que tiver feito a acquisição no anno antecedente.

Art. 10º Além deste recurso, e para tornar mais rico em Escriptos Nacionaes tão importante Estabelecimento, ser-lhe-hão applicaveis as Disposições comprehendidas no Alvará de 12 de Setembro de 1805, a contar do dia da publicação do presente Decreto em diante sómente fazendo-se assim as remessas dos Impressos, como a verificação dellas pelo modo estabelecido no referido Alvará.

Art. 11º Devendo achar-se na reunião de todas as Bibliothecas parciaes, que na conformidade do Artigo 3º do presente Decreto devem servir de primeiro fundo para a Real Bibliotheca Pública, muitas Obras dobradas, as quaes não convem que fiquem inuteis para o commodo e utilidade pública, praticar-se-hão a esse respeito as seguintes disposições.

1º Depois de bem e devidamente provida a Real Bibliotheca Pública, será doada, e incorporada na livraria da Real Academia de Marinha, e Commercio desta Cidade um exemplar completo de cada uma das ditas Obras, de que existitem dous, ou mais, e que tenham por objecto Sciencias Mathematicas, Navegação, Commercio, Agricultura, Industria, e Artes, Geografia, Chronologia, Historia, ou quaesquer outros ramos de conhecimento particularmente ligados com aquelles.

2º Outro sim será doado, e incorporado na Livraria da Eschola de Medicina, e Cirurgia desta Cidade um Exemplar de cada uma das obras, que, do mesmo modo, se acharem dobradas, e que tenham por objecto a Medicina, a Cirurgia, a Historia Natural, a Phisica, a Chimica, ou qualquer outra Sciencia, a Historia Natural, a Phisica, a Chimica, ou qualquer outra Sciencia intimamente connexa com estas.

3º A separação de todos estes Exemplares será feita pelo primeiro Bibliothecario, de acordo com os Membros da Camara municipal, e debaixo da sua commum responsabilidade; e delles se fará entrega aos Directores do dous referidos estabelecimentos, de quem se cobrarão os competentes recibos em duas expedições. Destas, uma será guardada no Archivo da Real Bibliotheca Pública, e outra será enviada ao Inspector della, acompanhada do Catalogo das Obras, que houverem sido entregues a cada um.

Art. 12º De todas as mais Obras dobradas, ou mutiladas, que sobejarem depois de feita a separação indicada nos paragrafos antecedentes, se formará um Deposito em uma Sala separada da Casa da Real Bibliotheca Pública; e dellas enviará a Camara Municipal ao Inspector uma nota especificada, e assignada pelo primeiro Bibliothecario, a fim de se lhe dar ulteriormente o destino que convier.

Art. 13º Em todos os assumptos relativos ao melhor serviço da Real Bibliotheca Pública, e que não vão especificados nos Artigos do presente Decreto, o primeiro Bibliothecario se dirigirá ao Ministro Inspector propondo, e sollicitando as providencias, que tiver por acertadas.

Art. 14º Em quanto se recolherem os Livros ao Edificio destinado para a Real Bibliotheca Pública, e se fizer delles a separação, e distribuição determinada no presente Decreto, O ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino, Inspector da mesma Real Bibliotheca, Me proporá o Regimento conveniente para o serviço, e policia interior della.

O mesmo Ministro e Secretario d'Estado o tenha assim entendido e faça executar. Paço no Porto, em nove de Julho de mil oitocentos trinta e tres. D. PEDRO, Duque de Bragança". Candido José Xavier. Cf. Collecção de Decretos e Regulamentos Mandados Publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino Desde que Assumiu a Regencia até á Sua Entrada em Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1834, p. 242-244.

um núcleo bibliográfico organizado em moldes modernos que pudesse satisfazer as necessidades e as curiosidades dum grupo social heterogéneo; por outro lado, caucionava a situação da arrecadação e da conservação de milhares de espécies que, doutro modo, corriam o sério risco de se perderem ou de se danificarem seriamente.

Agradecidos se mostraram os habitantes portuenses. Em 11 de Julho fazem publicar na imprensa uma nota de profundo reconhecimento pela decisão de D. Pedro, expressando votos de sério louvor pelo favor e impulso de sua Majestade Imperial. A Comissão Municipal agradeceu, penhorada, a decisão numa atitude que mereceu do monarca a maior consideração e abono.89

Responsável directo pela biblioteca ficou Diogo de Gois Lara de Andrade, nas funções de 1º bibliotecário, nomeado a 10 de Junho de 1833. Cabia-lhe zelar pelo bom estado e funcionamento do núcleo bibliográfico, um depósito de todos os conhecimentos humanos, onde os cidadãos podiam, livremente, consultar as fontes da ciência ou estancar a sede louvável da instrução. O estabelecimento de bibliotecas públicas seria, então, o complemento do sistema instrutivo, típico e característico dos países civilizados, a exemplo do que se fazia em França, isto no dizer de um cidadão de então⁹⁰.

⁸⁹ Chronica Constitucional do Porto, nº 162, 11 de Julho. Porto: Typ. de Viuva Alvares Ribeiro e Filho, 1833, p. 52. SAMPAIO, José Pereira de - Portuenses Ilustres, t. III. Porto: Livraria Magalhães e Moniz, Editora, 1908, p. 8-9.

⁹⁰ XAVIER, Cândido José - Chronica Constitucional do Porto, nº 162, 9 de Julho. Porto: Typ. de Viuva Alvares Ribeiro e Filho, 1833. BESSA, Alberto - A Biblioteca Portuense, O Tripeiro, nº 92. Porto, 1911, p. 306-308 BESSA, Alberto - A Biblioteca Portuense (conclusão), O Tripeiro, nº 93. Porto, 1911, p. 322-325. Em Louvor da Biblioteca Portuense, O Tripeiro, VI série, nº 9, ano III. Porto, 1963, p. 270-272. FERRÃO, António - Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920, p. 205.

1.4.3 O desenlace final.

O decreto de 9 de Julho de 1833 se resolveu, de facto, o problema da instituição da biblioteca pública portuense não esgotou, todavia, as peripécias em torno da livraria do já falecido Bispo do Porto. A sua incorporação no fundo inicial da biblioteca não significou o fim dos conflitos e das querelas. Falecido a 16 de Maio de 1833, coube, aos familiares de Avelar, na qualidade de herdeiros, a condução do processo com o intuito de exigir do Estado a parte a que julgavam ter direito.

Reclamando um bem que por direito sucessório lhes pertencia, a família de Avelar encontrou, desde logo, um adversário de peso que tudo fez para obstar aos objectivos propostos – a Câmara Municipal do Porto. Conhecedora directa do valor patrimonial e cultural do espólio em causa, a edilidade tudo vai fazer para dificultar a pretensão dos requerentes. E argumentava com os argumentos que, na altura, lhe pareceram os mais correctos: ao momento seria impossível fazer uma clara distinção entre as obras que pertenciam a Avelar e as restantes e, no dizer da Câmara, não havia provas de que os livros tivessem sido adquiridos com rendimentos privados do Bispo, ou se o havia feito com os réditos provenientes da Mitra portuense.

Estas duas alegações não convenceram os herdeiros do Bispo. Cientes da fragilidade da argumentação camarária, ouvido o parecer do Conselheiro Procurador Geral da Coroa, decidem apurar, por via legal e em juízo de contencioso, a posse efectiva da biblioteca. Na impossibilidade de reaver as espécies, exigiu a família queixosa a competente indemnização. Nesta pretensão e para que constasse do processo judicial, os herdeiros deitaram mão ao auto de inventário realizado por Avelar em 1826, como prova da identificação e valia do núcleo bibliográfico, bem como da fácil distinção das obras que a compunham. Igualmente, apresentaram como testemunhas as mesmas que, ao tempo, participaram nesse inventário.

Conscientes do valor irrefutável das provas documentais em apreço, a táctica das autoridades camarárias e governativas alterou-se. A partir de então, não se questionou a legitimidade da propriedade da livraria, antes entendeu-se como melhor opção o estabelecimento de um justo valor que pudesse indemnizar os familiares herdeiros de Avelar, conciliando, assim, os interesses particulares com os de proveito público. Aqui nova fractura: o valor pretendido pela família era de quarenta contos de réis e aquele que as autoridades pretendiam pagar era de apenas vinte contos⁹¹. O certo é que nesta premissa levou a melhor o erário público. Depois de um primeiro julgamento proferido em instância inferior, a Relação do Porto ditou sentença definitiva na qual ficaram habilitados os herdeiros legítimos do falecido bispo à quantia de vinte e quatro contos de réis. Esta quantia visava ressarcir os herdeiros pela incorporação ilegal da biblioteca e impedir que a cidade do Porto e a sua biblioteca pública ficasse desprovida do seu fundo principal e mais valioso. Para dar provimento à decisão judicial, a 5 de Abril de 1843, por proposta de lei, foi o governo autorizado a comprar, aos seus legítimos proprietários, a livraria do Bispo Avelar. Para tal, era concedido ao governo um crédito suplementar de vinte e quatro contos destinado a efectuar o pagamento, valor fixado pela sentença da Relação. Depois de pagos, seriam os bens incorporados na fazenda nacional e doados à Real Biblioteca Pública da cidade do Porto, circunstância que, de facto, já acontecia. O pagamento seria efectuado em quatro prestações anuais de 6 contos de réis⁹².

O parecer da Comissão da Fazenda de ambas as Câmaras foi positivo, dando-se o competente provimento à proposta apresentada. Por carta de lei de 30 de Junho de 1843⁹³ estava o governo autorizado a comprar a livraria nas condições atrás descritas e que teoricamente punha fim à questão. A 7 de Março de 1844, foi oficialmente lavrada a escritura do contrato realizado entre o representante do

⁹¹ VALENTE, Vasco – Biblioteca Pública ... , p. 454-457. COUTINHO, Dom António - Xavier da Gama Pereira - *D. João de Magalhães ...* , p. 36.

⁹² Biblioteca Pública Municipal do Porto - *Documentos Para* ... , p. 99-100.

⁹³ A *Coallisão*, nº 80, 19 de Julho. Porto: Typographia de Faria Guimarães, 1843.

Estado português e os herdeiros de João de Magalhães e Avelar. O local foi a repartição do Governo Civil de Lisboa, na presença de José Bernardo da Silva Cabral, por parte do Governo e Fernando de Magalhães e Avelar, representante da família do Bispo. O diploma de confirmação do contrato data de 20 de Março desse ano e exibe a chancela de António Bernardo da Costa Cabral⁹⁴.

Fim da questão? De todo. Efectivamente e dando cumprimento ao estipulado entre as duas partes e ao que estava consignado em lei, a primeira prestação foi liquidada a 24 de Agosto de 1844; referia-se ao ano económico de 1843-1844. Mas, e contra todas as expectativas, o futuro seria repleto de surpresas desagradáveis para os familiares de Avelar. Paga a primeira prestação, todas as demais (segunda, terça e quarta) ficariam por liquidar, escusando-se os diversos responsáveis governamentais em explicações, pouco ou nada convincentes, para não satisfazerem o que fora anteriormente acordado.

Perante tão estranha atitude dos governantes, a família herdeira efectiva uma representação às duas Câmaras do Parlamento, em Março de 1845. Solicitava que no ano económico de 1845-46 fosse incluída uma verba de doze contos destinada, exclusivamente, ao pagamento das duas prestações em atraso. Apesar do assunto ter sido debatido na Câmara dos Pares, não teve final feliz para os pretendentes. Emaranhada em diversos trâmites processuais que visaram, unicamente, não dar saída ao tema, foi, por fim, elaborada uma proposta que disponibilizava o restante pagamento em prestações de 500\$000 réis mensais, alegadas as dificuldades de tesouraria. Efectivamente só duas dessas prestações foram liquidadas, apesar dos constantes esforços da família que perduraram até ao ano de 185495.

Desta forma, pouco límpida e carente de legitimidade, o Estado português dava solução a um problema que já se arrastava desde 1832. Por sete contos de réis adquiriu uma biblioteca que efectivamente já detinha, que fora avaliada em vinte e

94 Biblioteca Pública Municipal do Porto - Documentos Para ... , p. 104-113.

⁹⁵ COUTINHO, Dom Antônio - Xavier da Gama Pereira - D. João de Magalhães ..., p. 31-34.

quatro contos, mas que de facto valia muito mais⁹⁶. Este "belíssimo" negócio está patente, hoje, nas estantes que servem de apoio à sala de leitura geral da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

ARQUIVO DIOCESANO DE LAMEGO (A.D.L.)

Livro de Registo Paroquial, Vila Nova de Souto de El Rei / Arneirós, 1726-1755.

Arquivo Distrital do Porto (A.d.P.)

Cartório da Mitra, ex. 198.

Cartório da Mitra, ex. 257.

Cartório da Mitra, ex. 1837.

Arquivo da Universidade de Coimbra (A. U. C.)

Canones, Actos e Grãos e Actos Grandes

Colégio de S. Pedro, cx. 26, nº 1, 3, 5.

D. João de Magalhães e Avelar, cx. 14

Faculdade de Cânones, documentos diversos, sécs. XVIII-XIX, nº 214, 261.

Livro de Matriculas (Canones) 1770

Livro de Matrículas (Matemática) 1773.

Livro de Matrículas (Filosofia) 1774.

Processo do Professor Doutor João de Magalhães e Avelar.

Biblioteca Pública Municipal do Porto (B.P.M.P.)

⁹⁶ OLIVEIRA, José António – Itinerários de uma biblioteca privada portuguesa (séculos XVIII-XIX), Revista Portuguesa de História do Livro, nº 7. Lisboa: Centro de Estudos de História do Livro e da Edição, Edições Távola Redonda, 2001, p. 47-48.

Ms. 374, 375, 376, 377, 378, 379. Índices da biblioteca do Bispo do Porto D. João de Magalhães e Avelar

Ms. 499, Leis Antigas

Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (I.A.N./T.T.)

Habilitações do Santo Ofício, M.171, doc. 1506, João.

Real Mesa Censória, cx. 173.

Fontes impressas

Periódicos

Almanak Para o Ano de 1785 a 1799. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias.

Boletim Municipal da Câmara Municipal do Porto. Porto,1984-1985.

Chronica Constitucional do Porto. Porto: Typ. de Viuva Alvares Ribeiro e Filho, 1833.

Coallisão (A). Porto: Typographia de Faria Guimarães, 1843.

Malhados são os Malhantes. Porto: Imprensa do Gandra e Filhos, 1832.

Legislação

Collecção de Decretos e Regulamentos Mandados Publicar Por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino Desde Que Assumiu a Regencia Até Á Sua Entrada em Lisboa. Segunda Serie. Lisboa: Imprensa Nacional, 1834.

Bibliografia

Actas das Congregações da Faculdade de Cânones (1772-1820), vol. I e II, Coimbra, 1983.

ALMEIDA, Fortunato de - História da Igreja em Portugal, Nova Edição, Preparada e Dirigida por Damião Peres, vol. III, Livro IV, Desde o Princípio do Reinado de D. José I até à Proclamação da República (1750-1910). Barcelos: Livraria Civilização - Editora, 1970.

ANTUNES, Maria do Carmo Garcia Faria Gaspar – O Ensino na Faculdade de Cânones. *Universidade(s) História Memória Perspectivas. Actas do Congresso História da Universidade 7º Centenário*. Coimbra, 1991, vol.1, p. 123-130.

AVELAR, Fernando de Magalhães - Memória acerca da Livraria dos Herdeiros do Bispo do Porto, D. João de Magalhães e Avelar.... Lisboa: Typ. de António José da Rocha, 1846.

AZEVEDO, D. Joaquim de - Historia Ecclesiastica da Cidade e Bispado de Lamego, Continuada e Annotada por um cónego da Sé de Lamego. Porto: Typographia do Jornal do Porto, 1878.

BALBI, Adrien - Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et D'Algarve, Comparé Aux Autres Etats de L'Europe... Paris: Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822.

BASTO, A. de Magalhães - A quem se deve a fundação da Biblioteca Pública do Porto, *O Tripeiro*, 5ª Série, nº7, Ano XV. Porto, Novembro, 1959, p. 193-196.

BESSA, Alberto - A Biblioteca Portuense (conclusão), *O Tripeiro*, nº93. Porto, Janeiro, 1911, p. 322-325.

_____ A Biblioteca Portuense, O Tripeiro, nº 92. Porto, Janeiro, 1911, p. 306-308.

Biblioteca Pública Municipal do Porto - Exposição no 150 Aniversário da Sua Fundação 1833-1983. Porto, 1984.

_____ Documentos Para a Sua História. Porto: Imprensa Portuguesa, 1933.

BRITO, Francisco Nogueira de - Livrarias Notáveis Pertencentes a Particulares. Subsídios Para a História da Biblioteca Nacional de Lisboa, Separata dos "Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal", vol. III, nº10 e 11, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917.

CARVALHO, Rómulo de — História do Ensino em Portugal Desde a Fundação da Nacionalidade Até o Fim do Regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste

<u>polissema 9</u> 2009 131

Gulbenkian. 1996.

CEREJEIRA, M. Gonçalves – Notas Históricas Sobre os Ordenados dos Lentes da Universidade, *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. III. Coimbra: Coimbra Editora, 1927, p. 30-57.

CHARTIER, Roger - As Práticas da Escrita, in ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir. de) - *História da Vida Privada*, vol. III. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 113-161.

CIDADE, Hernani - *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, 2 vols. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, 1984

COSTA, M. Gonçalves da - Bispos Naturais da Diocese de Lamego. Lamego, s.d.

______ Lutas Liberais e Miguelistas em Lamego (documentos inéditos). Lamego,
1975.

______ História do Bispado e Cidade de Lamego, vol. V. Lamego, 1986.

______ Avelar, D. João de Magalhães e in Dicionário de História da Igreja em
Portugal. Lisboa: Editorial Resistência, vol. 2, 1981.

COUTINHO, Dom António - Xavier da Gama Pereira - D. João de Magalhães e Avelar, Bispo do Porto, Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. III - fasc. III. Porto, 1940.

CRUZ, António - *Biblioteconomia (Noções Elementares)*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1959.

_____ Bibliotecas e Arquivos. Três Apontamentos. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968.

Bibliotecas Publicas in SERRÃO, Joel (dir. de) - *Dicionário de História de Portugal*, vol. I. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 340-341.

CUNHA, Rosalinda Silva; COSTA, P. Manuel Gonçalves - Avelar, D. João de Magalhães in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Planeado e iniciado por António Banha de Andrade, Direcção de Fernando Jasmins Pereira. Lisboa: 2º vol., Editorial Resistência, 1981, p. 55-56.

DIAS, José Sebastião da Silva – Portugal e a Cultura Europeia (Sécs. XVI a

XVIII), Separata da revista «Biblos», vol. XXVIII. Coimbra, MCMLIII.

ECO, Humberto - A Biblioteca. Lisboa: Difel, 1983.

Em Louvor da Biblioteca Portuense, O *Tripeiro*, VI série, n°9, ano III. Porto, 1963, p. 270-272.

FERRÃO, António - Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

FERREIRA, J. Augusto - Memorias para a Historia d'um Scisma (1832-1842). Braga: Cruz e C^a- Editores, 1916.

_____ Memórias Archeologico-Historicas da Cidade do Porto. (Fastos Episcopais e Políticos), Séc. VI - Séc. XX, t. I. Braga: Cruz e Comp^a - Editores, 1923.

Imprensa Nacional. Actividade de uma Casa Impressora, 1768-1800, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa Pinho - Portugal Antigo e Moderno, vol. I. Lisboa, 1873.

LISBOA, João Luís - A leitura em Portugal: os finais do «Antigo Regime» in Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850. Lisboa: Vega, s.d., p. 78-81.

OLIVEIRA, José António – *A Paixão da História na Biblioteca de D. João de Magalhães e Avelar.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995 (dissertação de mestrado policopiada).

_____ Itinerários de uma biblioteca privada portuguesa (séculos XVIII-XIX). Revista Portuguesa de História do Livro, nº 7. Lisboa: Centro de Estudos de História do Livro e da Edição, Edições Távola Redonda, 2001, p. 25-48.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme - Portugal – Dicionário, vol. V. Lisboa: João Romano Torres e C^a Editores, Lisboa, s.d.

PERES, Damião - Instrução e Cultura in PERES, Damião; CRUZ, António; BASTO, A. de Magalhães (dir. de) - *História da Cidade do Porto*. Nona Parte, Porto: Portucalense Editora, 1965.

PIMENTEL, António Filipe – Bibliotecas in PEREIRA, José Fernandes (dir. de) - *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Ed. Presença, 1989, p. 89-92.

<u>polissema 9</u> 2009 133

PINTO, António Ferreira –Cabido da Sé do Porto. O Mestre Escola ou Mestre Escolado, *Lumen*, Revista de Cultura Para o Clero. Lisboa, 1939, p. 79-84.

PIWNIK, Marie-Helene - Echanges Erudits Dans La Peninsule Iberique (1750-1767). Paris: F. C. G., Centre Culturel Portugais, 1987.

RAMOS, Luís A. de Oliveira –Para a História Social e Cultural (Fins do Século XVIII – Princípios do Século XIX), *Bracara Augusta*, vol. XXXI, t. II, nº 71-72 (83-84). Braga, 1977, p. 291-320.

_____ Franceses em Portugal nos Fins do Século XVIII (subsídios para um estudo) in *Da Ilustração Ao Liberalismo. (Temas Históricos)*. Porto: Lello Irmão - Editores, 1979.

_____ Situações propostas de mudança em Portugal no final do antigo regime, *Bracara Augusta*, vol. XXXIV, nº 78, (91). Braga, 1980, p. 673-692.

Os Agentes da Introdução do Ideário da Revolução Francesa em Portugal e as Alavancas da Repressão in *Portugal da Revolução Francesa ao Liberalismo*. Braga: Universidade do Minho, 1987, p.11-27.

REIS, António do Carmo - O Liberalismo em Portugal e a Igreja Católica. A Época de Sua Majestade Imperial e Real D. Pedro. Editorial Notícias, s.d.

REIS, Henrique Duarte e Sousa - Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto, III vol. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1992.

RIBEIRO, José Silvestre - Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal Nos Sucessivos Reinados da Monarchia. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, t. V, 1876.

RIBEIRO, José Silvestre - *Apontamentos Históricos Sobre Bibliotecas Portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914.

RODRIGUES, Manuel Augusto —MEMORIA PROFESSORVM VNIVERSITATIS CONIMBRIGENSIS 1772-1937, vol. 2. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.

SAMPAIO, José Pereira de - Portuenses Ilustres, t. III. Porto: Livraria

Magalhães e Moniz, Editora, 1908.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – As penas de viver da pena: o mercado do livro no Século XIX, *Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXI – 2°. Lisboa, 1985, p. 187-227.

_____ Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

SILVA, Innocencio Francisco – *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, t. 3, MDCCCLIX.

TORGAL, Luís Reis –Universidade e Sociedade nos Primórdios do Liberalismo Português. Revolução, Reformismo e Continuidade in *Portugal da Revolução Francesa ao Liberalismo*. Braga: Universidade do Minho, 1987, p. 39-56.

_____ Universidade, conservadorismo e dinâmica de mudança nos primórdios do liberalismo em Portugal, *Revista de História das Ideias*, vol. 12. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 1990, p. 129-220.

Quid Petis ? Os "Doutoramentos" na Universidade de Coimbra, Revista de História das Ideias, vol. 15. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 1993, p. 177-316.

TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel - Vintismo e "Instrução Pública". Imobilismo, Reformismo e Revolução, *Biblos* - vol. LIX (1983). Porto: Paisagem Editora, 1984.

_____ A revolução de 1820 e a instrução pública. Porto: Paisagem Editora. 1984.

VALENTE, Vasco – Biblioteca Pública Municipal do Porto. Novas achegas para a sua história, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. I, fasc. III. Porto: Câmara Municipal do Porto,1938, p. 445-473.

VILAS, Jorge - Biblioteca Pública Municipal vai "renascer" aos 150 anos, O Tripeiro, série nova, ano II, nº5. Porto, Junho/Julho, 1983, p. 131-135.

LITERATURE, TRANSLATION AND NATIONAL IDENTITY: CHRISTINA ROSSETTI AND ROSALÍA DE CASTRO IN THE WORK OF PLÁCIDO CASTRO

Luisa Langford
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
Grupo de Investigación Traducción & Paratraducción (T&P)
langford@iscap.ipp.pt
Maria Helena Guimarães
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
Grupo de Investigación Traducción & Paratraducción (T&P) da Universidade de
Vigo
mop88770@mail.telepac.pt
Portugal

Abstract

Plácido Castro's work has aroused our interest, because it evolves around the question of Galician personality and identity. While working as a journalist and a translator or while writing essays on different literary issues, Plácido Castro has never forgotten his roots or his nation. One could even say that his whole life turns around Galicia. Our purpose is to make a critical analysis of his work, especially as a translator, and try to show how he used translation in order to develop national conscience and identity and to see how far his ideology interfered in the interpretation and translation of Rossetti's poetry, in which he found a great similarity with Rosalía de Castro's work.

Sinopse

O nosso interesse pela obra de Plácido Castro (1908-1967) surge após termos constatado circular toda ela em torno da questão da personalidade e da identidade Galegas. Quer trabalhando enquanto jornalista, quer enquanto tradutor, quer enquanto ensaísta, Plácido Castro nunca, em momento algum, esquece as suas raízes nacionais. O nosso objectivo é, assim, proceder a uma análise crítica da sua obra, nomeadamente da sua produção tradutiva, e com isso mostrar a forma como ele utiliza a tradução para desenvolver uma consciência e uma identidade nacionais e ver até que ponto a sua ideologia interfere na interpretação e tradução da poesia de Christina Rossetti, em cuja obra o autor afirma encontrar pontos de grande similitude com a de Rosalía de Castro.

Palavras-chave: Plácido Castro, Rosalía de Castro, Christina Rossetti, tradução, cultura, nação, identidade, ideologia.

Keywords: Plácido Castro, Rosalía de Castro, Christina Rossetti, translation, culture, nation, identity, ideology.

Introduction

Plácido Castro (1908-1967), a famous Galician translator, English teacher and journalist, considered that there was great similitude between the poetical creations of Christina Rossetti and Rosalía de Castro, a similarity we would like to disclose by comparing the poetry of these two great poetesses. While analysing their poetry, we considered the method and postulates of Modern Comparative Literary Studies, paying special attention to Michael Riffaterre's advice concerning the need of not being confused with the genesis or the reception of literary works,

138 <u>polissema 9</u> <u>2009</u>

while carrying out any kind of research in the field of comparative literature (cf. 1999: 73). As a matter of fact literature is the text itself, and once it is established, and the author is gone and can no longer make alterations, the text is ahistorical and its significance remains above all contexts (cf. ibid: 71).

Literature is central to discourse, culture and ideology, because it encompasses all of them and raises questions about all of them. Nevertheless, we are facing the urgent need today of having recourse to other areas, such as Cultural Studies or Translation Studies, as is the case here, since we intend to analyse not only the similitude and difference between the works of these two poetesses, but also to come to some fruitful results as far as the mediator is concerned, that is, the translator.

Plácido Castro and the role of translation in the construction of national identity

According to Daniel Landesa (cf. 2002), Plácido Castro considered poetry as being the basic and necessary vehicle for a nation to express itself and build its own identity. This would explain both the hidden and the expressed essential element of poetics. And this was what made him establish a strong liaison with both his beloved countries: Galicia and Britain. The fact that he was Galician and that he had a deep knowledge of both British and Irish realities brought him to the conclusion that the feeling of *saudade* is partly configured by the Celtic soul, as in the expression "the remote as remote" (ibid.). Having taken this argumentation, that is, this idea that there is a Celtic spirit in literature, from Havelock Ellis, Plácido Castro quickly comes to the point that the origin of Galician literature is in fact Celtic. He considered that both the Welsh and Irish literary production was also part of this circle of Celtic literature, in which he includes some English writers such as Shakespeare, Keats and Coleridge, and above all the poetess Christina Rossetti, whose work he partly translated, having written several essays on her also.

In his articles, Plácido Castro was clearly in favour of the complete autonomy of Galicia and did not hide his very friendly feelings towards British democracy. His true passion for the British system was widened through the mass media. According to Xulio Ríos, back in Galicia, he would be permanently in touch with Antón Vilar Ponte¹, reaffirming the need to recover Galicia's identity (cf. 2001). He identifies the elements of Galician culture, upon which Galicia could build its identity, as being *saudade* and Celticism.

According to Alberto Álvarez Lugrís, Plácido Castro took on the task of educating the Galicians in their own Galicianism using literature and translation as tools (cf. 2005). As a matter of fact, translation can be a strong instrument for normalization and standardization of languages, not only because it demonstrates that the target language is as valid and effective as the source language to create and express scientific knowledge, literary creations and theological principles, but also because it enables the target language to enrich its lexical resources through foreign influence. Therefore, in Galicia, translation was and remains a means used towards recovering and strengthening national identity.

Plácido Castro's knowledge of the English language and of English and Irish cultures was quite thorough and extremely important for his work as a translator. By analysing his translation of several poems of Christina Rossetti into Galician, we noticed, however, that his utmost aim was to confirm his own theory on the Celtic origins of Galicia and the role of *sandade* in the construction of national identity. And he succeeded perfectly in doing so. Paraphrasing Abel Salazar, we would say, however, that every artistic manifestation can not *a priori* obey any kind of doctrine or theory because if it did so it would be only part of theoretic speculation (cf. 1961: 163).

We agree that nationhood depends upon cultural and linguistic means for its creation. This means was used both for colonialist purposes, while extending the

¹ Antón Vilar Ponte was born in Viveiro in 1881 and died in 1936. He was one of the most important galicianists before the civil war.

borders of a certain nationhood and for the dismantling of this same imperialism.

Plácido Castro's discourse concerning national identity may be classified as foundational, as he claims the existence of a moment of origin underlying unity. However, more recent critical voices, like Michel Foucault's notion of *national discursive formation*, show that national identity is better described as a never-ending, conflicting process, driven by changing cultural practices, because as Foucault states:

It is no longer origin that gives rise to historicity; it is historicity that, in its very fabric, makes possible the necessity of an origin which must be both internal and foreign to it: like the virtual tip of a cone in which all differences, all dispersions, all discontinuities would be knitted together so as to form no more than a single point of identity, the impalpable figure of the Same, yet possessing the power, nevertheless, to burst open upon itself and become Other. (1994: 329)

Paraphrasing Venuti, Plácido Castro's translation nationalism focuses on concepts of essentialism "to articulate a discourse of nation" (2005: 192), which seeks not just "to articulate the meanings of foreign texts, but to use those texts in constructing national identity" (ibid.). By acting so, the translator is, above all, trying to deliver his own understanding of national identity.

In his essay "La Saudade y el arte en los pueblos célticos", written in 1928, Plácido defines *saudade* as:

La saudade es una forma más de "la rebeldía de los celtas contra el despotismo de los hechos", rebeldía que a primera vista puede parecer una simple perversidad, pero que es en realidad un producto del infinito anhelo de belleza y de la identidad que sienten los celtas. Y precisamente porque en la

<u>polissema 9</u> 2009 141

saudade de la tierra predomina el deseo, les parece a los gallegos (...) que están en cierto modo ausentes y siguen anhelando una unión más íntima con su tierra, buscan algo en ella que no es material, procuran un anhelo imposible de satisfacer. De ahí nace la interpretación mágica de la naturaleza [...].De ahí proviene también, a mi entender, todas las fantasías de la literatura popular y erudita de los celtas.

In our opinion, the real definition for what Plácido claims here to be *saudade* may be found in philosophical anthropology: it is the so-called Myth of Eternal Return, explained by Mircea Eliade as being the rebellion against concrete historical time and the nostalgia for the periodical return of the mythical time of the origins. As a refusal of *continuum* in time, it may constitute a kind of metaphysical view of human existence. The adherence to the Myth of Eternal Repetition reveals a clear ahistorical attitude and a strong will of protection against history (cf. Eliade, 1985: 136-137).

The presence of this Myth is to be found in the unconscious of many people around the world. The explanation of the feeling *saudade* as exclusively Galician or Portuguese represents an ethnocentric view of culture. How can we then explain the Greek feeling of melancholy or the Russian feeling of nostalgia? A plausible explanation may be perhaps the atavism present in all people.

Rosalía de Castro's poetry is melancholic, and at times really sad, but these feelings are mostly provoked by her observation and understanding of people's suffering. They are just a result of her deep sensitivity, which gave her a different *Weltanshauung*.

142 <u>polissema 9 2009</u>

Christina Rossetti versus Rosalía de Castro

When we first decided to compare the poetry of Rosalía de Castro (1837-1885) and Christina Rossetti (1830-1894) we thought that there would be much in common between the two poetesses concerning the themes and the vocabulary they chose. Without a pre-defined idea we decided to study both as a whole. We were not aware at first that Plácido Castro had already referred to this idea in both his book *Mostras de Poesia de Christina Rossetti vertidas do Inglês ó Galego* and in his thesis "Christina Rossetti e Rosalía de Castro" (1963).

Christina Rossetti grew up in a family of artists. Her father, Gabriele Pasquale Guiseppe Rossetti was a poet, a mystic and an authority on Dante whose work he revered. Having fled from Italy for political reasons he lived in England and taught Italian at King's College in London while his house was turned into a haven for other exiled patriots. Christina's mother, Frances Polidori, was a devout Anglican. Her brother Dante Gabriel was a painter and poet and reflected, both in looks and temperament, his Mediterranean origin, he was known for being 'dangerously charming'. Her brother William Michael was also connected to the arts and there was one more sister, Maria Francesca.

Christina was born in London and was educated by her mother, at home. At the age of 14 she suffered from depression, an illness which would repeat itself throughout her life. She was engaged to be married twice, the first time to the painter James Collinson and the second time to the linguist Charles Cayley but did not marry either of them for religious reasons. Christina started writing poetry at the age of 7 but it would not be until she was 31, in 1862, that *Goblin Market and Other Poems* was published. This first work has been interpreted in many different ways, and in spite of its apparent simplicity, a story of two sisters and their adventures with goblins, there are several ways of understanding it. Some opinions favour the theory that it represents an allegory of temptation and salvation, others feel the author alludes to the role of the Victorian woman, and still, others see it as

being about social redemption or religious issues such as temptation, sin and redemption through suffering. Rossetti continued to write and publish for the rest of her life, writing poems inspired by religion or poetry for children in particular. She had a large circle of friends, was very religious and for years she was a volunteer at an institution which helped prostitutes.

In order to study Christina Rossetti's poetry it is essential to mention her background and the influence of the Pre-Raphaelite Brotherhood in her life.

In 1848 a group of young artists and writers got together and rebelled against the traditional way that art was conveyed to students, and referring to the simplicity expressed by the early Italian painters they called themselves The Pre-Raphaelite Brotherhood, a name that in a certain way imitates medievalism. They were tired of and disillusioned by what they were taught as being art so they looked for inspiration in all art before Raphael.

The aim of the Pre-Raphaelite Brotherhood was to produce and express new ideas and therefore reject all forms of art which were related to previous conventional art. Nature was their main inspiration and by studying it in detail they would then express their ideas through it producing exceptional work.

Although they were part of a brotherhood they expressed themselves individually using their own methods and techniques for producing different forms of art. They were also greatly inspired by medieval culture and wanted to bring back the integrity and purity they believed had been lost in time.

The Pre-Raphaelites expressed themselves in a monthly publication *The Germ: Thoughts towards Nature in Poetry, Literature and Art*, and defended above everything else, simplicity in art. One of the original members of the Brotherhood, F.G. Stephens wrote in No.4 of *The Germ*:

The Public are taught to look with delight upon murky old masters, with dismally demoniac trees, and dull waters of lead, colourless and like ice, upon rocks that make geologists

wonder, their angles are so impossible, their fractures are so new...so it is that the world is taught to think of nature, as seen through other men's eyes, without any reference to its original powers of perception. (apud Thompson, 1988: 50)

The first members of this Brotherhood were William Holman Hunt, John Everet Millais and Dante Gabriel Rossetti who was the mentor of this artistic movement which was based on the belief that art, drawing and literature emerged from a common creative base. For this reason *The Germ* published graphic and literary work in both poetry and prose.

In Botticcelli the Pre-Raphaelites found a reference. His painting *Primavera* was out of sight for many years, centuries even, in private collections but is now housed in Florence at the Uffizi Gallery. It is easy to see in this painting what fascinated and inspired the Pre-Raphaelites. This painting is full of symbolism; Mercury, Flora, the nymphs and other figures are placed upon a tapestry of wild flowers which also have their particular symbolism.

Melancholy and sadness in the expression of the figures will be constant throughout Pre-Raphaelite painting. We remember here the paintings *Presperine*, the sultriest of Dante Rossetti's many images of Janey Morris, and John Everett Millais' painting *Ophelia*, perhaps one of the most representative paintings of the Pre-Raphaelite Brotherhood's works of art, where Ophelia is shown floating in a stream surrounded by nature painted in great detail using the translucent colours that imitated the stained-glass effect. This effect was obtained by using a specific painting technique, brought about by thinly glazing pigment on a wet white ground retaining the effect of jewel colours in transparency. In using this technique they despised the murky oil paintings produced by earlier painters such as Reynolds, Wilkie and Haydon. The pictures based on nature are full of sad and melancholy symbolism.

The cover of Christina Rossetti's first book, Goblin Market and Other Poems,

shows a drawing by a member of the Pre-Raphaelite Brotherhood, her brother Dante. It shows two people with the traditional faces painted by the Pre-Raphaelites and also includes images of nature. The nymphs in Botticcelli's paintings and later in the Pre-Raphaelite paintings reflected a neutral beauty as nymphs have no gender.

These women could be appreciated not as women but just for their sheer beauty. We could in a certain way link this to the goblins, definitely not for beauty but for what they symbolize in *Goblin Market*; they are the key characters in this long poem in which Rossetti also writes about pagan beliefs. The nymphs are a symbol of positive beauty but the goblins represent something extremely negative such as temptation and transgression. Thus the children in this poem are permanently reminding themselves not to be tempted by the goblins and not to buy the appetising goods they are shown. In this poem we find all the naturalistic elements of the Pre-Raphaelite paintings such as willow, rushes, moonlight, dewdrops, orchard-fruit, pomegranates, all sorts of flowers and small animals.

Christina Rossetti has a vivid way of describing nature and the reader is quite involved in the wild natural beauty of the English countryside. She is not limited to mentioning a fruit-tree for example; instead she mentions every possible flower or fruit, which is admirable since she did not have much contact with the countryside during her life and did not enjoy nature as she describes it. She lived practically all her life in the city and indoors because of her several illnesses, some of which disfigured her so that she would retire into her home. We feel that this inspiration and naturalistic detail that we find in her poetry would have come from the influence of the Pre-Raphaelites, and in particular through two of its members, both her brothers Dante and William.

Plácido Castro was interested in Irish poets, some Scottish and several English, the *Lake Poets* in particular. In his interesting paper, *Christina Rossetti e Rosalía de Castro* (1963) a mild comparative analysis is made of both poetesses. Castro, however, does not succeed in showing they had so much in common. We

146 *polissema 9* 2009

understand that he admired Christina Rossetti's poetry, as he also admired Rosalía de Castro's work. We have made several attempts to make a comparison between both these poets but it is almost impossible to establish a connection.

We may consider that there is a coincidental point however. Rosalía de Castro wrote about Galicia and its beautiful countryside but she also wrote a lot about *saudade* and nationalism. Christina Rossetti did not write about *saudade* or nationalism. A common point would have been the poetic descriptions of nature and the countryside. However the influence of nature in Christina Rossetti's work came from her connection to the Pre-Raphaelite Brotherhood. Therefore, the common ground is not relevant enough. Even Plácido Castro, while comparing Christina Rossetti's lyrical sadness with Rosalía de Castro's *saudade*, admits that:

A natureza non tivo grande influencia na formación do espírito de Christina Rossetti. Non a interpretou, non se meteu nela, non lle concedeu cualidades máxicas, como fixeran os românticos ingleses, que a precederam. É certo que toda a súa vida con breves intervalos, pasouna nunhas poucas ruas do centro de Londres. Maila a isso, na sua poesia figuran abundantes elementos naturais, pero case exclusivamente para reflecti-los seus propios sentimentos. (1963)

Christina Rossetti did not live among the natural elements she describes; she imagined them and wrote in a very vivid and clear way. Having been ill very often and having withdrawn into religion surely gave her poems a sad tone. The fact that she was devoted to the Anglican Church but felt many uncertainties concerning it and made it her duty to carry out religious activity that often interfered with her life is also reflected in what she wrote. And Plácido Castro continues: "O seu temperamento cálido e libre converteuse nunha fonte pechada; só conservou a sua espontaneidade na expresión poética. Pêro internamente gardou um certo humorismo, que había de mostrarse nas poesias infantis e algo lixeiras de *Sing*-

Song."

What Plácido Castro does, using musicality and language, is to translate Christina Rossetti's poetry into Galician, and just the fact that it is in Galician, renders it somehow similar or at least reminds us of Rosalía de Castro's poems. When you read Christina Rossetti's poetry in English you are not reminded of Rosalía de Castro. What comes to mind is the works of the Pre-Raphaelite painters we have already mentioned. What happens is that Christina Rossetti is *converted* into Rosalía de Castro through Plácido Castro's translation; it is a result of an exercise. Here are some examples:

Christina Rossetti	Plácido Castro's translation	Rosalía de Castro – Follas
		Novas
Birthday	Nadal	I
My heart is like a singing bird Whose nest is in a watered shoot; My heart is like an apple-tree Whose boughs are bent with [thick-set fruit	Meu cor é páxaro a cantar que aniña en brote ribeirán; meu cor é árbore a dobrar pónlas co peso das mazáns;	Era no mês de maio, no mês do amor, das prantas e das frores, mes dos soaves prefumes i os transparentes cores.
When I am dead my dearest	Amor meu, cando eu morra	
When I am dead, my dearest, Sing no sad songs for me, Plant thou no roses at my head Nor shady cypress tree. Be the green grass above me With showers and dewdrops wet, And if thou wilt, remember, And if thou wilt, forget.	Non cantes tristes cantos amor meu, cando eu morra, nin me prantes atesta ciprés sombrizo, ou rosas. Orballo e choiva mollen sobre min a herba verde e, si queres, relembra, e, si queres, esquece.	Baixaron os ánxeles Adonde ela estaba; Fixéronlle un leito Côas prácidas alas, E lonxe a levano Na noite calada.
Song	Cantiga	II
Two doves upon the selfsame [branch, Two lilies on a single stem, Two butterflies upon one	Duas pombas nunha pónla só, Dous lírios que un só tallo tem,	Hai un niño de rosas silvestres Cabo da fonte escondido, I un prado de herba trebiña []

148 *polissema 9* 2009

flower: Oh happy they who look on them.	Duas volvoretas nunha fror: Ai ledos, ledos os que as vem.	Na fronda cantan os xilgaros, As margaridas sorrinme, I oio o marmurar do rio.	
Echo	Eco	Aqueles doces cantares,	
Come to me in the silence of the [night; come in the speaking silence of a [dream: come with soft rounded cheeks [and eyes as bright As sunlight on a stream; Come back in tears, O memory, hope, love of finished [years.	Ven a min no silenzo dunha noite; dun soño no silenzo, en que se fala; com lene rostro e ollos que relocen [cal luz do sol na iáuga; ven, entre choros, memoria, espranza, amor dos anos [mortos.	Aquelas falas de amor, Aquelas noites serenas, Ó por qué non son? Aquel vibrar sonoroso Das cordas da arpa i os sons Da guitarra malencónica ¿quen os levou? Todo é silensio mudo, Soidá, delor, Onde outro tempo a dicha Sola reinou	

One of the great defenders of Christina Rossetti's reputation as a poetess of genius is Sir Maurice Bowra. He understands that Christina Rossetti has a dual personality in that which concerns her poetry. As we have mentioned above, her Pre-Raphaelite side was patent when she told stories and was lost in her own imagination. An example of this is naturally *Goblin Market*. Sometimes she invents images and makes them real by criticising life through her stories for children.

Again, as mentioned before, the pictorial element of this poem shows how fond of nature and animals she was. But these goblins were quite grotesque and bestial, quite unlike charming animals:

One had a cat's face,
One whisked a tail,
One tramped at a rat's pace,
One crawled like a snail,
One like a womhat prowled obtuse and furry,

<u>polissema 9</u> 2009 149

One like a ratel tumbled hurry skurry.

The message we get from *Goblin Market*, which is a children's story and has a moral, is that it is dangerous to play with the unknown and that humans who do so pay for it.

Another side of Christina Rossetti's personality was her religious devotion. When her sister Maria died she entered the Anglican Sisterhood of All Saints and her life was filled with devotional duties. She often put both sides of herself into her poetry, using her Pre-Raphaelite images to illustrate her religious beliefs:

She holds a lily in her hand,

Where long ranks of Angels stand:

A silver lily for her wand

One more side of Rossetti's poetry is clear in what she wrote during her episodes with Collinson and Cayley. Because she was so devoted to her religion, the reason for which she did not marry either of them, she exercised self-discipline and self-denial. In these poems she releases feelings that her conscience would never have approved. Her love for Cayley lasted for years and her poetry was intense; however, there was no joy or hope. In feeling no hope she joins the idea of love to death and this becomes an obsession. In *Song* there is a preview of how she imagines death and desires it.

I shall not see the shadows,
I shall not feel the rain;
I shall not hear the nightingale
Sing on as if in pain;

Although she longed for it she felt that love was not for her to enjoy and in her poetry she refuses and denies it. It had not always been that way, since in 1857 when she wrote Birthday she clearly anticipated her lover's presence:

My heart is like a singing bird
Whose nest is in a watered shoot:
My heart is like an apple-tree
Whose boughs are bent with thickset fruit;

Her attachment to Cayley lasted for over 20 years but it was early on that she decided that their love would not blossom during their lives, so dreaming of death and finding in it the only possible way to deal with her feelings she writes poems such as *Monna Innominata* and *Mirage*.

Even the lives of both poetesses have fewer similarities than may seem at the beginning. It is true that both began writing quite young. Rosalía, however, publishes her first work while still very young, in Madrid in 1857; this collection of poems, *La flor*, was to receive a warm review from Miguel Murguía, a journalist and well-known defender of the Galician national cause, who became her husband in 1858. Rossetti never got married and while Rosalía and her family lived in various places, including Santiago, Madrid, A Coruña, Rossetti never left London. Though both died from cancer, death is treated in their poetry in a different symbolic way.

Rosalía's collection *Cantares gallegos* appeared in 1863, representing a major contribution to the revival of Galician literature after centuries of non-existence. In this book Rosalía's *saudade* for Galicia is everywhere present. In 1880, another Galician volume, *Follas novas*, was published, followed in 1885 by *En las orillas del Sar.* Both these books are pregnant with *saudade* and pessimism.

When, in 1954, a monument was inaugurated in Porto in honour of Rosalía de Castro, the great Portuguese poetess Sophia de Mello Breyner Andresen, wrote the following poem:

Suas mãos no silêncio repousadas.

O caminho do céu buscam perdidas.

These simple verses of Sophia express both Rosalía's solidarity towards the people and her own loneliness, while searching for the presence of God. This is how Rosalía reveals herself in the book *Follas Novas*, both lonely *no fondo sen fondo do seu pensamento*, and solidary, defending *the insulted and humiliated* of her homeland and of her time.

Conclusion

We have come to the conclusion that, in spite of certain similarities in, for example, their use of themes from Nature, these two poetesses have little in common as far as their personalities are concerned. Christina Rossetti, brought up in the *safe* environment of the Pre-Raphaelite Brotherhood, tends more to express her personal and religious sentiments, whereas Rosalía de Castro uses her poetry to give a voice to her vaster nationalistic feelings.

Concerning Plácido Castro's translation work, Lugrís affirms that he tries to keep a certain formal similitude with the original without falling into literalism, in terms of form and contents. By comparing fragments of Rossetti's translation by Plácido Castro, it is easy to agree that he had recourse to a different kind of metrics and prosody, as well as to small omissions and changes.

As far as the contents and significance of the poems are concerned, it is, in our opinion, obvious that Plácido Castro is apparently faithful to the original text by endeavouring to understand it, and by interpreting it with some complicity. The problem, however, is that being a poet himself and by knowing Rosalía's poetry so well, Plácido delivers us a rosalian Rossetti. When we read Rossetti in Plácido Castro's translation, we think we are reading Rosalía de Castro and that is because of the translator's unconscious need to show that indeed there is a true similarity

between both poetesses. By doing so, Plácido could prove he was right about the Celtic roots of their poetry.



Cover of Goblin Market and other Poems by Dante Rossetti

Bibliografia

BARREIRO, Xosé Luís. 2008. "Plácido Castro e o debate sobre o celtismo en Galicia". *IX Conferencia Anual Plácido Castro 2008*. Vigo. Fundación Plácido Castro. 2 April 2008 http://www.igadi.org/index.html.

CALERO, Ricardo Carballo. 1979. Estudos Rosalinos – Aspectos da Vida e da Obra de Rosalia de Castro. Vigo: Editorial Galáxia.

CASTRO, Rosalía. 2006. Follas Novas. Santiago de Compostela: Fundación Rosalía de Castro.

CASTRO, Plácido. 1997. Mostras da poesía de Christina Rossetti vertidas do inglés ó galego. Cambados: Edita da Família Lede Castro.

ELIADE, Mircea. 1985. O Mito do Eterno Retorno. Lisboa: Edições 70.

FOUCAULT, Michel. 1994. The Order of Things – An Anthology of the Human Sciences. New York: Vintage Books Editions.

GÁNDARA, Alfonso Alvarez. 2002. "O galeguista anglófilo". <u>Texturas</u> <u>Internacionais 4</u>. Vigo. Fundación Plácido Castro. 2 April 2008 http://www.igadi.org/index.html.

LANDESA, Daniel (2002), "A poesía en voz de Plácido", in Texturas

<u>polissema 9</u> 2009 153

<u>Internacionais 4</u>, in acervo da Fundación Plácido Castro, 2 April 2008 http://www.igadi.org/index.html.

LUGRÌS, Alberto. 2007. "Nación e tradución en Plácido Castro". Universidade de Vigo: Departamento de Tradução. 15 March 2008. http://faitic.uvigo.es/>

RÍOS, Xulio. 2001. "Plácido Castro, un exilio na Gran Bretaña". Vigo. Fundación Plácido Castro. 2 April 2008 (http://www.igadi.org/index.html).

RIFFATERRE, Michael. 1999. "On the Compementarity of Comparative Literature and Cultural Studies". Charles Bernheimer (ed.). *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.

ROSSETTi, Christina (1997), Florilegio, Madrid, Poesia Hiperión.

SALAZAR, Abel. 1961. Que é Arte?. Coimbra: Arménio Amada Editor.

SAMPSON, George, 1975, *The Concise Cambridge History of English Literature*, Cambridge University Press.

THOMPSON, E.P. 1988. William Morris, Romantic to Revolutionary. Stanford: Stanford University Press.

VENUTI, Lawrence. 2005. "Local Contingencies: Translation and National Identities". *Nation, Language, and the Ethics of Translation*. Sandra Berman and Michael Wood (Eds.). Princeton and Oxford: Princeton University Press.

CONSTRUCTING CULTURAL POLICIES IN ROMANIA. A POSSIBLE MODEL FOR COMMUNICATING THE NATIONAL VALUE SYSTEM

Mălina Ciocea National School of Political Studies and Public Administration College of Communication and Public Relations Roménia malina.ciocea@comunicare.ro

Abstract

The premise of this paper is that a model for communicating the national value system must start from a strategy aimed at the identification, the cultivation and communication of values that give consistency to the value system. The analysis concentrates on the elements of such strategies and on the implications of applying a value communication program on the identity architecture of the community. The paper will also discuss the role of the national value system in the context of the emerging global culture, where the individual has the power to create his/her own hybrid cultural model.

Abstrait

La prémisse de cette étude est qu'un modèle de sécurisation de l'identité d'une nation doit envisager la sécurisation de son modèle des valeurs par une stratégie dirigée vers l'identification et la communication des valeurs qui le rendent consistant. Quels sont les éléments d'une telle stratégie et quelles sont les implications de l'application d'un programme de communication des valeurs au

niveau de l'architecture identitaire de la communauté, tels sont les points centraux de la présente analyse. L'étude fait une analyse du rôle du modèle des valeurs dans le contexte de l'apparition d'une culture globale.

Keywords: cultural policies, national value system, communication strategy, identity, hybrid cultural model

Mots clé: politiques culturelles, modèle des valeurs d'une nation, stratégie de communication, identité, modèle culturel hybride.

1. Introduction

The national value system is increasingly relevant in an epoch where identities come apart and regroup under the pressure of cultural flows transporting ideas, behaviors, exhibits from different cultures. Maintaining those elements that build identity: language, culture, religion, is a must for ensuring societal security, which is indispensable to any political construct. The threats against the value system supporting the identity become risks leading to social insecurity. "Different societies have different vulnerabilities depending upon how their identity is constructed" (Buzan, Waever and de Wilde 124), and the Romanian society, built on cultural rather than political foundations, is all the more vulnerable to threats against the value system. Culture unifies, makes the community homogeneous and creates loyalties. Consequently, "[...] national identity is a central component of security, whether aligned with the state or not" (Buzan 82, my translation). Actions building societal security will then be aimed at preserving the value system which permeates the community life.

As a result, national cultural policies should follow a project where the national value system would be correctly identified and communicated to the audience. *Identified*, because this identification process helps construct a correct

156 *bolissema 9* 2009

description of the system, and *communicated*, for it to be accepted in national consciousness. The institutional mechanisms for securing the value system will be developed based on the identification, the correct classification of vulnerabilities, risks, threats and on the appointment of functional actors in the securitizing process (officials in charge with cultural policies, cultural agents, information managers). A second stage of a cultural policy in the present political and cultural context should identify which values must be activated following the changes in the cultural context, and the final stage should harmonize the national value system with the European system and construct responses to the challenges of cultural globalization.

2. Redefining the role of the individual

National cultures need to reconsider the consistency of their own values and imagine adaptation strategies in a cultural space dominated by the idea of an emerging cosmopolitan culture, whose tendencies for hegemony are deeply inculcated in its program (see, for instance, Tomlinson's analyses, 2002, 2007). Although a global community is still very much a utopia, the impact of its promotion on the community's value system is undoubted. The coming into being of a cosmopolitan conscience would change dramatically not only the map of social relations, but also the way individuals interact with their own culture. Global culture brings about changes in the structure of communities' symbolic power and is a potentially insecure development for the community, because the individual is highly valued. One could claim that the term of "global culture" is incoherent, systemically inconsistent, over-simplifying, but the impact of the manifestations of global culture on communities is a reality. "The modern problem of the rupture of culture and society has become the problem of the plurality of culture(s)" (Connor 376).

The variety of social relations in this new historical context could be

consistently analyzed only from the perspective of a definition of culture as a system of culturally significant practices:

"an analysis of global culture does not require the identification of homogeneity, shared values or social integration. Rather it requires the identification of a set of practices that constitute a cultural field within which struggle and contestation occurs". (Goodman, 335)

Following the interpretation given by Giddens in The Consequences of Modernity, Tomlinson understands modernity as institutionalization of cultural practices. It is not the Western way of thinking which is spread through globalization, but modern cultural institutions (Tomlinson 2000, 270). Identity is increasingly relevant in this context. It is not the manifestation of global culture as such, but the creation of cosmopolitan conscience which is interesting, as it changes dramatically the map of social relations. We are witnessing "a change of the geography of global cultural interaction" (Held, McGrew, Goldblatt, and Perraton 387, my translation), since reflexivity is increasingly significant (Giddens). The dystopia of global capitalist monoculture, the dystopia of westernization, the homogenous culture, the hybrid culture, deterritorialized culture (in Tomlinson's terms), "Davos culture" and the "faculty club" culture (Peter Berger's proposals), McWorld (Benjamin Barber's), McDonaldization (George Ritzer's) are processes of cultural globalization which evolve simultaneously and interact in a complex way, have their origins in the West and use the same linguistic vehicle - English, but, more importantly, feed on a common ideology that promotes cosmopolitanism.

Unlike national culture, global culture does not require absolute loyalty from participants in a culture. The individuals can have a dual cultural existence, within traditional culture and global culture as well. Global culture claims to offer freedom to the individual ("all sectors of the emerging global culture enhance the

158 <u>polissema 9</u> <u>2009</u>

independence of the individual against tradition and collectivity" – Berger 2002, 9). Pop culture is deeply democratic as to the cultural forms it promotes and the public it selects. The individual does not feel discriminated for lacking training in the norms of high culture and discovers that s/he can be part of a community of equals. Nor do the media that pop culture uses for promotion exclude a certain segment of the public: pop culture is ubiquitous, from street to media messages. Secondly, pop culture gains the loyalty of its public by offering it immediate cultural satisfaction. Some of the reasons why the individual joins the game of pop culture are: the immediate understanding of messages (generally, with a facile idea behind), the simplified form of the messages, the ubiquity of messages, the type of reaction demanded from the public (rapid identification of the cultural product – acknowledgement of the value behind the product – acceptance of this value), and its accompanying effect: the consumption of the cultural goods. Thirdly, the association of global culture with modernization transforms the consumption of the products – even in the sugar-coated form of pop culture – in an imperative.

The individual departs from the community and acts as an autonomous producer of culture under the pressure of consumerist culture. The reconstruction of identity is probably the most significant influence of global culture over local culture. Many of the identity traits are transformed into consumer goods, which can be launched on the market, traded and altered to answer the laws of the market: once their market value disappears, they can be sacrificed. Moreover (partly because of the ubiquity of communication systems), communities are forced to function in a social environment regulated by these norms, in a new "Empire" (following the proposal of Hardt and Negri who, in their book of 2000, suggest that a global civic sphere is being born, which is governed by media industries).

Pop culture gives the individual the power to create value and select a set of values to characterize him/her. Since pop culture brings about the decrease of the importance of communities' traditional values, it pretends it is liberating. The individual can construct his/her own hybrid cultural paradigm, putting together

those values from diverse cultures which resonate with his/her principles, values which may be more or less harmonized, but dramatically influence the cultural behavior of the individual, who feels freed from the pressure of the "official" culture. Pop culture comes with its own set of values, already simplified, tagged and self-explanatory, and with their own interpretation grid which attaches significance to values. The individual accepts the convention of this grid, since this form of culture does not bring about the obligation of final attachment, nor pretends to form a new cultural system for that individual who would no longer find himself/herself in his/her own culture. The popular culture is, very appropriately put, a consumerist culture, almost an "instant" culture, whose elements can be easily moved and recombined, following the rise and fall of values that build their prestige on the capacity to create cultural goods which answer the laws of the market. At the level of concepts, however, the alleged freedom of the individual proves to be quite limited. While analysts of consumerist culture frequently invoke the ideology of human rights, attributing value to the individual is made by virtue of a new anthropology – individuals are "autonomous, rational, resourceful, and acquisitive" (Hunter and Yates 339), "pragmatic ... self-directed agents" (ibid. 340).

3. How do cultural policies communicate the value system in Romania?

Which is the role of national cultural policies in this context? A first step would be to correctly identify the fundamental values from the core of the value system, which outlines the identity. A second would be to correctly translate the value system into cultural actions.

An argument in favor of the idea that in Romania the representativeness of cultural values still raises some eyebrows is the emotional approach of all cultural debates. A recurrent dispute on the "export" cultural model brings the challengers face to face: intellectuals blamed for their obsolete attitudes and the "extreme modernists". Nothing new so far. In any culture the negation of tradition can give

160 *polissema 9* 2009

birth to innovating trends. Yet, when the dispute touches on the problem of redefining the value system, this is a sign that the public develops a different attitude towards contemporary culture. This is the perspective that I will use in the pages to follow to discuss the arguments given in the most recent "quarrel" on exported Romanian values: the "pink pony" scandal (taking its name from the star exhibit, the famous pink pony, now embellished with a swastika) and the scandal of Bochum, Germany exhibition. I will concentrate exclusively on the elements indicating a redefinition of cultural values' representativeness, not on the esthetic content of creations triggering the dispute.

In August and September 2008, The Romanian Cultural Institute (ICR) that intends to promote contemporary Romanian art through the Program Cantemir, was attacked in the press for spending public money to organize exhibitions in New York ("Freedom for Lazy People!") and Bochum (together with the Association Danubium, as part of the larger event "Romanian Cultural Days in the Ruhr Basin"). The exhibits were considered to infringe on religious and moral norms and to be anti-semitic and non-artistic. The dispute then moved into the Parliament, which ordered an investigation led by the Parliament's Culture Commission.

The arguments presented by the intellectuals involved in the dispute are particularly interesting for this analysis. The institutional dimension is not to be neglected: ICR is, indeed, financed by the state and is an "official" promoter of Romanian values (which does not necessarily imply that it is a promoter of "official" Romanian values). Although the institutional aspect was greatly exaggerated in the dispute (for instance, the exhibition in Germany was only cofinanced by ICR), still it allowed the rejection of the argument that an exhibition must only be true to itself and to art principles, in line with the following logic: an exhibition financed by the Institute should obey the criterion of representativeness, meaning that it should be an illustration of largely accepted Romanian values.

Moving away from the anger deforming the arguments of both sides and

<u>polissema 9</u> 2009

leaving aside any arguments apart from sociological ones (although the conviction of the author is that those creations presented in the exhibitions are far from the harmony of high art and from morality), I assert that the Romanian culture still lacks a definition of cultural model (more precisely, of the *representative* cultural model). This triggers as a side effect the impossibility to construct those instruments that allow new values to be introduced in the cultural model and those strategies that could promote the Romanian cultural model in the country and abroad. I pleaded in another article (Ciocea 2008) that it is mandatory for the Romanian cultural model to become mature. The dispute of ICR exhibitions demonstrates that there is still no clear vision of fundamental and less important values in our culture.

For instance, moral or historical arguments (the imagery built by the two exhibitions would not correspond to the "traditional" symbols of Romanian culture, legitimated by works of art that stood the test of shifting cultural paradigms) are given an answer in line with cosmopolitan global ideology, whose arguments can be neither moral nor historical (since they reflect an ideology in the making, of cosmopolitan conscience). Such are the arguments of multiculturalism and plurality (all cultural groups, irrespective of the imagery they use, have the same right to express themselves as majority culture) in the Romanian culture, which is historically defined as a homogeneous culture. During the exhibitions' dispute these cosmopolitan arguments were asserted and fragmented in a series of discourses: the discourse of legitimacy, of dispute, of radicalism and of aesthetic arguments. The minority group seeks a "voice" in the larger culture – for instance, the online journal edited by ICR publishes an issue on the exhibition called "The pink pony replaces Miorita". The works of art are allegedly revolutionary:

Behind the pony there is a culture without inhibitions, ready to criticize, laugh at itself and question itself, which does not take anything for granted and which cannot be modeled in the name of the People or the Country or of Tradition understood as a standstill. (Cercel, in Observatorul cultural)

The Romanian culture needs "a new soul": "What we need to conquer today is a cosmopolitan, emancipated, modern public, who are used to information transfer and multiplication" (Şuteu, the Director of ICR New York, in *Dilema veche*). Any form of art is valid and cannot be judged outside aesthetic criteria:

...the objection to the creation's lack of representativeness is irrelevant. The artist does not represent anyone but himself. His work is liked or disliked, reveals hidden meanings or bewitches through its intuitions. If representativeness does occur, this is the consequence of time-honored selection. (Boiangiu, in Dilema veche)

The argument is essentially cosmopolitan, because it opposes the community's value system against a construction with unstable architecture, which gathers discourses and values from different cultural spaces.

A derived problem is that of the export cultural model. Derived, because traditionally the external public is exposed to "high" patrimonial cultural products, legitimated by time and aesthetic interpretations. The idea behind this tendency is that, since Romanian cultural manifestations cannot reach the critical mass to perform well on the market of cultural products, they must recover this handicap through quality. Consequently it is high culture, a synthesis of the Romanian cultural model, which is mainly promoted. On the other side, the "avant-garde" cultural promoters consider that the public must not be exclusively exposed to patrimonial works of art, but to live contemporary art:

... a neuter observer will easily remark how much we still concentrate on the patrimonial value of national culture

representativeness. We do it because we are uncertain, because we experience an identity crisis, because we cannot free ourselves from the dense cobweb of arts as instruments of propaganda. (Suteu, in Dilema veche)

The arguments of the opposing parties prove that not only do they have different perceptions on the value of art in general, but these differences also extend on the role of the public and of art. If in the traditionalist paradigm the public is mainly the receiver and is not expected to deny the value of a work of art, in the paradigm adopted by the "new promoters" the active public participates in the construction of value and, by the very act of being exposed to art, builds the art-like quality of the creation. While in the first paradigm elites were called upon to confirm value, in the new paradigm it is the public that fulfills this task. I have shown above that the individual approaches pop art without the fear of making mistakes in understanding it (which would happen without proper elitist education in the traditional paradigm). Pop culture is deeply democratic and proposes works of art which can be rapidly understood by the public – a culture with "instant" reception.

The premises of the new paradigm say that the context where the understanding of a work of art takes place has changed dramatically. The argument of global culture, of the cosmopolitan public, is often used. Global culture is built from fragments of diverse cultures, from works that illustrate the low layers of art (such as street-art), from "live" art which is itself diverse, fragmented, a mere mélange (which allows it to resonate with works from other cultural spaces).

A derived idea is that this type of art selects a different public from the traditional one, and this difference extends to the values it promotes and its composition. This public is not interested in the patrimonial value or in representativeness, but in individuality and uniqueness – which does not mean that the public is only touched by minor or eccentric art. One might however claim,

164 <u>polissema 9 2009</u>

with some degree of correctness, that the cosmopolitan public is interested mainly in the hybrid works of art, as a sign of their own search for cultural identity (the pressure for such findings is exerted by the increasingly global culture). Just as the contemporary individual lives simultaneously in the given social space and in the chosen one (which is often virtual), s/he also has the freedom to build a personalized cultural space for him/herself (the freedom comes in part from the weaker institutional pressure of the traditional high culture). Since the commandments of contemporary culture are submitted to the market laws (the works of art are cultural goods with a certain market value), a creation will be valuable through the economic value it generates, rather than through its aesthetic value. From this perspective a controversial or a hybrid work of art are potentially more valuable than elitist or classical ones. The criterion of representativeness would then be less important than the criterion of relevance to the public.

This partial conclusion leads to other issues: if the criterion of representativeness no longer functions, how can the national cultural model still be asserted? The argument that the promotion of a national model would be obsolete no longer stands. On the contrary, in the hybrid cultural space it is this very difference, "the local color", which facilitates the reception and acceptance of the work of art (a secondary effect of this simplified reception is frequently used in the tourism industry, for instance, which encourages stereotypes as a way to fix the image of a country in the mind of the tourist).

As a moment in the history of cultural mentalities, the dispute on the two exhibitions will probably have its importance, since it marks not as much as a change in mentality, but a different construction of the concept of representativeness. The dispute on the principles governing the export cultural model, on receiving new values in the Romanian culture, on cultural policies and cultural management, will probably influence the construction of the cultural model. Whether or not these creations will finally be accepted as works of art reflecting a change in the mentality of young artists, a synchronized response to the

<u>polissema 9</u> 2009 165

emerging global culture, is still unknown. The more interesting issue at stake is whether such disputes can help outline those fundamental and secondary values from the value system and the build-up of awareness that it is important to construct a self-regulating mechanism to help new values enter the system. Only the fine tuning of such a mechanism to re-assess the architecture of the value system can avoid the great ruptures insecuritizing the value system and, finally, the societal coherence of the community.

4. Conclusions

How should then the strategy of promoting the national cultural model be rethought? A first difficulty that needs to be surpassed is to establish the degree of representativeness of the works of art that will be selected for promotion. It is hard to establish an inventory of the fundamental values that allow the construction of coherent strategies in the field of culture. Yet the correct identification of fundamental values, their place in the value system and the cultural context that they help create is one of the premises for the success of cultural policies. If values are not accompanied by the proof of the role they have played in outlining the cultural specificity and by a permanent assertion of their legitimacy in the present, they cannot become fundamental values. Cultural policies should follow this "enrichment" of value perception by the community and should build their legitimacy based on precise historical moments when these values added consistency to the cultural model. Any cultural action which incorrectly identifies the importance of certain values in the architecture of culture or which fails to decode the characteristics of a cultural space is doomed to failure.

Functional cultural policies should first start from the creation of a proper context for the reception of meaning. In the case of Romanian culture, re-building the legitimacy of the value system in the present historical context might also be important. Another step would be to discover the means of creating values in the

Romanian culture, which are not limited to cultural actions (for instance, such an instrument was the program-language of the 19th century which renewed language as part of a program to re-educate social identity). The identification of actors who can create value (public and private institutions, cultural institutions, universities, NGOs, cultural networks) is as important, together with the choice of an institutional (directive, top-down) program or a mass program (where members of culture would be invested with legitimacy, as cultural actors). The exclusively institutional solutions to communicate the value model would not be fully efficient, since they would lack validation from the community. Nor would programs investing the community with the power to promote those particular values that better represent its identity resist without being confirmed institutionally. Nor would transferring these responsibilities to elites work, since such actions would promote the somehow dangerous idea that only elites can enrich culture.

An understanding of the natural mechanisms developed by culture in time to defend and promote the value system is consequently essential for creating the institutional mechanisms for implementing a cultural program. Constructing such mechanisms is the last step in outlining a functional strategy to cultivate contemporary values in Romania. Only then, starting from an organic program for Romanian culture, could we hope for the efficiency of cultural actions.

Bibliography

Barber, Benjamin R. "Jihad vs. McWorld." *Globalization and the Challenges of a New Century: A Reader.* Eds. Patrick O'Meara, Howard D. Mehlinger and Matthew Krain. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2000.

Berger, Peter L. "Four Faces of Global Culture." *Globalization and the Challenges of a New Century: A Reader.* Eds. Patrick O'Meara, Howard D. Mehlinger and Matthew Krain. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2000.

Berger, Peter L. "The Cultural Dynamics of Globalization." Many

Globalizations. Cultural Diversity in the Contemporary World. Eds. Peter L. Berger and Samuel P. Huntington. Oxford: Oxford University Press, 2002.

Boiangiu, Magdalena. "Departe de manualele școlare." [Far from School-Books]. *Dilema Veche* 238 (year V). 4 Sept. 2008 http://www.dilemaveche.ro/index.php?nr=238&cmd=articol&id=9032.

Buzan, Barry, Ole Waever and Jaap de Wilde. Security: a New Framework for Analysis. Boulder, London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

Buzan, Barry. Popoarele, statele și teama. O agendă pentru studii de securitate internațională în epoca de după războiul rece [People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations]. 2nd ed. Chișinău: Editura Cartier, 2000.

Cercel, Cristian. "Dincolo de ponei." [Beyond the Pony]. Observatorul cultural (August 2008) http://www.observatorcultural.ro/Dincolo-de-ponei*articleID 20253-articles details.html>.

Ciocea, Mălina. "Resolving the Integration Paradox. A Cultural Solution." Education, Research and Innovation. Policies and Strategies in the Age of Globalization. Eds. Alina Bârgăoanu and Remus Pricopie. București: Comunicare.ro, 2008.

Connor, Steven. "Cultural Sociology and Cultural Sciences." *The Blackwell Companion to Social Theory*. Ed. Bryan S. Turner. 2nd ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2000.

Giddens, Anthony. *The Consequences of Modernity*. 2nd ed. Cambridge: Polity Press, 2005.

Goodman, Douglas J. "Globalization and Consumer Culture." *The Blackwell Companion to Globalization*. Ed. George Ritzer. Malden: Blackwell Publishing, 2007.

Held, David, Anthony McGrew, David Goldblatt and Jonathan Perraton. Transformări globale. Politică, economie și cultură [Global Transformations]. Iași: Editura Polirom, 2004.

Hunter, James Davison, and Joshua Yates. "In the Vanguard of Globalization. The World of American Globalizers." Many Globalizations. Cultural

168 *polissema 9* 2009

Diversity in the Contemporary World. Eds. Peter L. Berger and Samuel P. Huntington. Oxford: Oxford University Press, 2002.

Ritzer, George ed. *The Blackwell Companion to Globalization*. Malden: Blackwell Publishing, 2007.

Şuteu, Corina. "Diplomaţia culturală fără complexe." [Getting Rid of a Complex: Cultural Diplomacy]. *Dilema Veche* 238 (year V). 4 Sept. 2008http://www.dilemaveche.ro/index.php?nr=238&cmd=articol&id=9004.

Tomlinson, John. "Globalization and Cultural Identity." *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate.* Eds. David Held and Anthony McGrew. 2nd ed. Cambridge: Polity Press, 2003.

Tomlinson, John. *Globalizare și cultură* [Globalization and Culture]. Timișoara: Amarcord, 2002.

Tomlinson, John. "Cultural Globalization." *The Blackwell Companion to Globalization*. Ed. George Ritzer. Malden: Blackwell Publishing, 2007.

Web sites

Institutul Cultural Român. 2008. 12 Oct. 2008. http://www.icr.ro>.

Programul Cantemir. 2008. 1 Nov. 2008. http://www.programulcantemir.ro>.

FORMAR INTÉRPRETES À DISTÂNCIA: O ENSINO DA INTERPRETAÇÃO REMOTA E DE TELECONFERÊNCIA NO ISCAP

Marco Mendes Furtado
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
mfurtado@iscap.ipp.pt
Paula Ramalho Almeida
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
palmeida@iscap.ipp.pt
Sara Cerqueira Pascoal
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
spascoal@iscap.ipp.pt
Portugal

Resumo

No ano lectivo 2007-2008, foi inaugurado o novo Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto/Politécnico do Porto. Aquando da criação deste Mestrado, reformulado a partir da antiga Licenciatura homónima, foi integrada a unidade curricular "Interpretação Remota e de Teleconferência", já como resultado de investigação realizada, no que concerne a influência da imagem sobre o processo de aprendizagem dos estudantes-intérpretes.

Este ensaio pretende dar conta do desenvolvimento e da implementação desta unidade curricular, de duas perspectivas metodológicas distintas: por um lado, através do relato de estratégias pedagógicas e de experiências realizadas; por outro, através de uma reflexão científico-pedagógica gerada por este relato, apoiada por trabalhos de investigação recentes sobre interpretação remota (IR) e a comunicação

em ambientes virtuais/multimédia.

Em comparação com a interpretação tout court, a IR consiste numa modalidade relativamente recente, apenas viável com o avanço tecnológico. As reacções dos intérpretes profissionais a esta forma de trabalho nem sempre têm sido positivas, considerando que o esforço mental e físico exigido pela interpretação é acrescido de outros conhecimentos mais tecnológicos, de uma parafernália de equipamentos e de condições de recepção de som e imagem por vezes insatisfatórias. Queixam-se, igualmente, de um sentimento de alienação, conferido quer pela sua própria ausência física, quer pela ausência física da audiência e/ou do orador. Neste sentido, é fundamental preparar os estudantes-intérpretes para diferentes situações comunicativas, recorrendo a diversas tecnologias e abordagens pedagógicas.

Tentaremos, pois, responder a questões tais como: Que necessidades deve preencher uma unidade curricular desta natureza? Que peso conferir ao desempenho linguístico, comparativamente à capacidade de lidar com a interpretação à distância? Quais as estratégias pedagógicas preferenciais? Que metodologias contribuem para um processo de ensino-aprendizagem mais rico e mais profícuo? Como transmitir aos estudantes-intérpretes a diferença entre a interpretação 'em presença' e a interpretação remota ou 'à distância'?

Palavras-chave: ensino de interpretação, interpretação remota, videoconferência, teleconferência, multimédia

1. Introdução

A origem da interpretação remota (IR) está ligada, fundamentalmente, à comunicação mediada pela tecnologia: quando a tecnologia avança ou se altera, a IR também deve reequacionar-se. Assim, em comparação com a interpretação *tout*

court, a IR consiste numa modalidade de interpretação relativamente recente, apenas viável com o avanço tecnológico. Esta interdependência surtiu os seus efeitos sobre a própria designação da unidade curricular que nos propomos tratar, dado que se optou por acrescentar 'e de Teleconferência' não apenas para cobrir mais um modo de IR, mas também para precaver qualquer insuficiência tecnológica que impedisse a correcta implementação da parte prática. Note-se que nos reportamos aqui aos conceitos ideados por Panayotis Mouzourakis, para quem a IR pressupõe que os intérpretes trabalham "in front of a screen without direct view of the meeting room or the speaker" (Mouzourakis, 2000), "where the interpreter is not in the same room as the speaker or his/her audience or both" (Mouzourakis, 1996: 23), e a teleconferência consiste numa forma de comunicação "comprising at least an audio stream, between spatially distant participants in a meeting" (Mouzourakis, 1996: 22)¹. Estes conceitos acabam por resultar numa definição mais lata de IR, que, para nós, integrará todas as modalidades onde a interpretação é mediada pela tecnologia, incluindo tanto o modo simultâneo como o modo consecutivo.

Hoje a interpretação remota torna-se cada vez mais comum, especialmente com o livre acesso a ferramentas de conversação como o *Skype*, mas também com a ubiquidade a nível institucional e empresarial de aplicações profissionais de videoconferência como o *Polycom VSX 7000*. Se bem que seja difícil calcular o número de indivíduos ou de organizações a fazerem uso da IR para reuniões à distância, uma busca rápida na internet revela um sem número de empresas a fornecer este serviço em todo o mundo, seja ao nível da interpretação de comunidade, de conferência ou de *liaison*, acompanhando o fenómeno conhecido por 'globalização'. A tecnologia de videoconferência é particularmente útil para a interpretação gestual, que não pode ser realizada sem recurso à imagem, mas é nossa convicção que a interpretação verbal também tem vantagens em recorrer à

¹ Se, no primeiro caso, a 'ausência' do intérprete é notória, pois os outros intervenientes estão 'presentes' no acto comunicativo, no segundo, ou os intervenientes estão todos 'ausentes', incluindo o intérprete, ou os intervenientes estão todos 'presentes', excepto alguns (por exemplo, membros da assistência ou oradores).

tecnologia de vídeo: afinal, qualquer cabine de interpretação digna dessa designação tem vista tanto para os oradores como para a assistência.

Contudo, as reacções dos intérpretes profissionais a esta forma de trabalho nem sempre têm sido positivas, considerando que o esforço mental e físico exigido pela interpretação é acrescido de outros conhecimentos mais tecnológicos, de uma parafernália de equipamentos e de condições de recepção de som e imagem por vezes insatisfatórias. Queixam-se, igualmente, de um sentimento de alienação, conferido quer pela sua própria ausência física, quer pela ausência física da audiência e/ou do orador. Neste sentido, é fundamental preparar os estudantes-intérpretes para diferentes situações comunicativas, recorrendo a diversas tecnologias e abordagens pedagógicas.

Quando foi inaugurado o novo Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas no ISCAP, no ano lectivo de 2007-2008, iniciou-se um novo percurso no ensino da interpretação. Seria o primeiro curso de Mestrado em Portugal, senão na Europa, a integrar no seu currículo uma disciplina dedicada à "Interpretação Remota e de Teleconferência" (IRT). Muito embora a problemática interpretação/imagem já antes tivesse sido pensada por nós em termos do processo de aprendizagem da interpretação simultânea, à semelhança de outros estudos no âmbito da interpretação², foi necessário sistematizar, actualizar e integrar conhecimentos na área específica da IR. Além disso, e talvez de forma mais significativa, foi imprescindível reflectir sobre uma didáctica adequada à disciplina, criar conteúdos e desenhar sequências de ensino-aprendizagem, em coordenação com as disciplinas congéneres igualmente integradas no Mestrado ("Interpretação de Acompanhamento" e "Interpretação de Conferência"). Note-se, ainda, que a tradicional divisão bipartida em interpretação simultânea e consecutiva é preterida em função de uma postura essencialmente pragmática, onde a constituição da

² Reportamo-nos, nomeadamente, ao artigo «Imagem com Som ou Som com Imagem?: Uma Experiência Laboratorial em Interpretação Simultânea», de 2005, publicado em *Tradução e Comunicação*: Revista Brasileira de Traduções, e «Como Convive a Interpretação com os Aspectos não Verbais da Comunicação», 2007, publicado em *Polissema-Revista de Letras do ISCAP-*Vol. 7, entre outros.

situação comunicativa, de natureza diádica ou monológica, passa a enformar o ensino-aprendizagem da interpretação.

Tendo em conta todas estas considerações, este ensaio pretende revelar o desenvolvimento e a implementação da unidade curricular IRT de duas perspectivas metodológicas distintas: por um lado, através do relato de estratégias pedagógicas e de experiências realizadas; por outro, através de uma reflexão científico-pedagógica gerada por este relato, apoiada por trabalhos de investigação recentes sobre IR. Escrito a três mãos, o artigo não poderá senão sintetizar as nossas experiências individuais num único relato colectivo. No final deste relato e após a indicação de novos percursos, tentaremos, pois, responder a questões tais como: Que necessidades deve preencher uma unidade curricular desta natureza? Que peso conferir ao desempenho linguístico, comparativamente à capacidade de lidar com a interpretação à distância? Quais as estratégias pedagógicas preferenciais? Que metodologias contribuem para um processo de ensinoaprendizagem mais rico e mais profícuo? Como transmitir aos estudantesintérpretes a diferença entre a interpretação 'em presença' e a interpretação remota ou 'à distância'? Pensamos que um exame cuidado destas problemáticas poderá lançar luz sobre os caminhos a enveredar no que concerne o ensino, a aprendizagem e a prática da interpretação.

2. Relato pedagógico

2.1. Aulas introdutórias

O Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas surgiu da reformulação da Licenciatura homónima, que, por sua vez, teve origem no antigo Curso de Estudos Superiores Especializados (CESE) em Tradução Especializada. Ao nível da Licenciatura, insistia-se no cariz prático das aulas de interpretação, referindo aspectos teóricos apenas quando necessário e de uma forma

complementar. Ao nível do mestrado, que já exige uma componente teórica mais substancial, dado tratar-se de um nível de ensino supostamente mais exigente em termos investigacionais, foram incluídos no programa de IRT conteúdos teóricos visando a compreensão aprofundada e problematizada da IR. Estes conteúdos incluem noções de pragmática da comunicação, considerações sobre a percepção em ambientes virtuais e semiótica (áudio)visual, e história, definição e problemática da IR.

Neste primeiro ano em que se realizou o mestrado, deparámo-nos com um grupo de alunos heterogéneo, constituído quer por recém-formados com a nova licenciatura de 3 anos, quer ainda por alunos com a licenciatura de 5 anos ou com o antigo CESE. Com o intuito de os dividir por turmas e de os alertar para as exigências profissionais do intérprete, os estudantes foram submetidos, ao longo das primeiras duas aulas, a três testes de aptidão diferentes: sobre a língua A (Português), sobre a língua B (Francês, Alemão ou Inglês) e sobre cultura geral. Estes testes, dado o número elevado de alunos, foram realizados por escrito, e serviram de base a alguns comentários tecidos em aula sobre a importância das vertentes linguística e extra-linguística para a prática da interpretação.

As aulas subsequentes foram dedicadas à definição e problematização de termos relacionados com a interpretação mediada por tecnologia, como sejam teleconferência, videoconferência e interpretação remota, fundamentados em estudos de Panayotis Mouzourakis (1996, 2000, 2006) e Sabine Braun (2006), relacionando as diferentes acepções com situações comunicativas.

Estas situações comunicativas foram, posteriormente, enquadradas por noções de pragmática verbal e não-verbal, passando por uma reflexão sobe a importância de elementos para-linguísticos e extra-linguísticos, sem, no entanto, nos alongarmos, já que seriam aspectos abordados na unidade curricular de Interpretação de Acompanhamento.

Os intérpretes exigem, normalmente, uma cabine com vista para a audiência e para os oradores. Ou seja, inseridos numa determinada situação comunicativa,

consideram-se interlocutores e, para tal, necessitam comunicar de forma directa com os seus emissores e receptores, conforme nos recorda Sergio Vaggio (1997: 284):

To the chagrin and irritation of most conference organizers, interpreters are notoriously testy when it comes to visibility from their booths: they rightly demand to be able to see not only the speaker, but also their audience — except that in most cases they would be at a loss to explain why.

Ora, se assim é numa situação de interpretação de conferência, usualmente em modo simultâneo, torna-se fulcral reflectir com os alunos sobre a importância de elementos não-verbais para a IR - será necessário vislumbrarmos os interlocutores para garantir a qualidade da interpretação? O que se perde com a perda de vista quer do emissor quer do receptor? Consideramos que, não raro, a IR se desenrola num contexto de interação reduzida (Poyatos, 1997: 279) e, como tal, devemos ter noção dos elementos para-linguísticos e quinésicos que constituem a comunicação oral formal e informal (e que se encontram, aliás, noutras formas de comunicação, como a literária). Portanto, dentro da paralinguagem, foram referidos elementos como a entoação, tom de voz, ritmo e articulação, os caracterizadores vocais (choro, bocejo) e as vocalizações (Cunha, 2007: 152). No que diz respeito à quinésica, referimo-nos aos emblemas, marcadores de discurso, gestos icónicos, entre outros (Poyatos, 1997: 267-270). Todos estes elementos, que complementam e por vezes substituem a linguagem verbal, contribuem para uma melhor compreensão do texto de partida e para uma visão mais clara das condições de recepção do texto de chegada, atenuando, assim, a ansiedade.

Outra questão relevante e também, de certa forma, ligada à interacção reduzida, foi a explicitação do conceito de *presença*. Desde logo sendo identificado como oriundo da filosofia da percepção, este conceito é determinante para a análise de qualquer acto comunicativo mediado por tecnologia. Tomando como exemplos

a obra de arte total de Wagner e as inúmeras invenções que pautaram o século XX (desde o 'sensorama' ao 'cinerama') e este início do século XXI ('second life'), discutiu-se o que significa 'estar lá' (Mouzourakis, 2003) — o 'estar no mundo' de Heidegger, tanto para o intérprete como para qualquer um que comunica a partir de um ambiente multimédia ou mesmo virtual. Concluiu-se que o conceito de presença, 'o estar lá', depende não apenas da capacidade tecnológica para criar uma realidade virtual 'quasireal', mas também e sobretudo da capacidade de cada um para se sentir como parte integrante dessa realidade, desligando-se do mundo físico que o rodeia. O conceito de presença está, pois, intimamente ligado a aspectos perceptivos e cognitivos: acreditamos que estamos lá quando a tecnologia passa de mediadora à realidade própria, ou quando se cria a "ilusão perceptiva da não-mediação" (Lombard/Ditton, 1997):

The term "perceptual" indicates that this phenomenon involves continuous (real time) responses of the human sensory, cognitive, and affective processing systems to objects and entities in a person's environment. An "illusion of non-mediation" occurs when a person fails to perceive or acknowledge the existence of a medium in his/her communication environment and responds as he/she would if the medium were not there.

Pelas razões expostas, torna-se claro que não basta o contacto assíduo com as novas tecnologias para um intérprete adquirir as mesmas competências e revelar o mesmo desempenho a que estará acostumado em circunstâncias ditas 'normais'.

Outra aptidão a desenvolver foi a atitude analítica perante a mensagem audiovisual, para a qual recorremos à semiótica, particularmente no que concerne ao conceito de modalidade. Fazendo a ponte com o conceito de presença já abordado, a modalidade refere-se ao estatuto de realidade reclamado por um signo, texto ou género, à fiabilidade e ao estatuto ontológico de uma mensagem. Assim,

178 *bolissema 9* 2009

decidimos se o que estamos a ver é realidade ou actuação, avaliando o grau de plausibilidade ou possibilidade dos eventos representados a partir do nosso conhecimento do mundo e do meio em questão (Kress/van Leeuwen 1996: 159). Impôs-se, igualmente, a compreensão da semiose gerada pela câmara através da sua movimentação e das tomadas de vista, pelo que foram exemplificados planos de enquadramento e movimentos, descritos por terminologia adequada.

2.2. Aspectos tecnológicos

As aulas de IRT decorreram nos laboratórios de língua do Centro Multimédia de Línguas (CML) do ISCAP, onde dispomos de 72 terminais ligados através de uma Ethernet e controlados a partir da aplicação Lab300, da SANAKO. A consola do professor está ainda equipada com um sistema de emissão de vídeo/áudio Classnet que permite o uso de várias fontes disponíveis, desde a voz do professor, de um aluno modelo a ficheiros multimédia, DVD ou VHS. Os postos dos alunos possuem um gravador áudio digital "Media Assistant Duo", que grava simultaneamente em duas faixas áudio: uma faixa pertence ao posto do professor, sendo a outra faixa do aluno. Para além deste software, os computadores estão também equipados com o software de comunicação PVX, versão 8.0, pelo qual os alunos conseguem receber tanto o som, como a imagem de uma videoconferência que esteja a decorrer, fora do espaço físico dos laboratórios. Só este tipo de sistema multiponto permite realizar simulações de vídeo-conferências em que o intérprete está fisicamente ausente do local da reunião. Não obstante as semelhanças entre este software e programas convencionais de vídeo-conferência e mensagens instantâneas, como o Skype, o MSN Messenger, ou Netmeeting, a principal diferença reside no facto de possibilitar o contacto visual e auditivo de três pontos diferentes, enquanto programas como o Skype apenas permitem realizar uma videoconferência entre dois terminais de computadores distantes.

Estes recursos tecnológicos, como já foi referido, e como veremos mais em

detalhe na revisão das situações comunicativas, constituem ferramentas essenciais tanto para a prática como para o ensino de interpretação. Daí insistir-se, igualmente, no bom domínio destas aplicações, quer ao nível da sua instalação, quer ao nível do seu uso. A interpretação remota implica, não raro, o isolamento físico do intérprete, o que significa que este terá de saber lidar com as vicissitudes da informática, através da compreensão dos conceitos básicos e do funcionamento das diversas aplicações. A título de exemplo, o modo de instalação do PVX varia consoante se está a trabalhar em rede, com firewall, com *router*, etc. Se bem que o intérprete poderá obter alguma assistência técnica à distância, este auxílio não trará resultados se o intérprete não estiver apto perceber a informação que lhe é transmitida e de agir em consonância. Por tudo isto, também se avalia a forma como os estudantes-intérpretes lidam com a vertente tecnológica, devendo ser capazes de, autonomamente, instalar o PVX (juntamente com a câmara), e usá-lo de forma eficiente, para além de estar à vontade com as ferramentas electrónicas em geral.

2.3. Descrição de situações comunicativas

Num contexto pedagógico que faz claramente sobrepujar a relevância da dimensão pragmática, dedicámos extrema atenção ao desenho de situações comunicativas que pudessem ilustrar, da forma mais adequada possível, os vários cenários de comunicação passíveis de pertinência para a Interpretação Remota, e cuja natureza podia ser dialógica ou monológica.

Sendo a comunicação interpessoal um processo multimodal, que envolve interacções complexas entre comportamentos verbais e não-verbais, interessavanos sobremaneira perceber, por um lado, de que forma pode a comunicação, de carácter monológico ou dialógico, ser afectada quando a experiência é mediada pela tecnologia e, por outro, que implicações se podem observar ao retirarmos os interlocutores do local da reunião, e ainda se a situação se altera ao retirarmos

ambos os interlocutores (teleconferência, nas palavras de Braun³) ou apenas o intérprete.

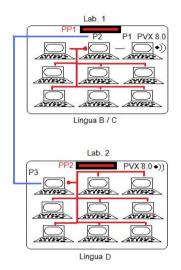
2.3.1. Interpretação Remota com Relais

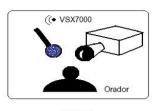
Uma das situações comunicativas que pretendemos de imediato pôr em prática prendia-se com o treino da Interpretação Remota com recurso a *relais*. Em contextos como os de conferência multilingue ou no caso de uma realidade tão complexa como a da União Europeia, que conta, após o último alargamento, com 23 línguas oficiais, torna-se, por vezes, impossível encontrar intérpretes para todos os pares linguísticos. Por esta razão, recorre-se frequentemente à interpretação com recurso a *relais*, isto é a interpretação por intermédio de uma terceira língua: a língua A é interpretada para uma língua B (a língua pivot), e depois para uma ou várias línguas C, por intérpretes que trabalham a partir da língua B (DGSCIC; AIIC).

Os objectivos desta situação comunicativa eram os de simular a interpretação por parte de um grupo de alunos de uma língua B para uma língua C, a partir de uma intervenção de um orador que, via videoconferência, está a falar na língua A. Pretende-se, desta forma, não só melhorar o desempenho linguístico dos intérpretes em formação, como igualmente alertar para a importância da função de *pivot* numa interpretação de *relais*.

Assim sendo, desenhámos o seguinte esquema de comunicação, para ilustrar uma situação comunicativa de carácter monológico:

³ "Teleconferencing includes all types of synchronous, real-time interpersonal communication with the primary participants at different locations, i. e. audioconference, videoconference and chat." (Braun 2006: 5).



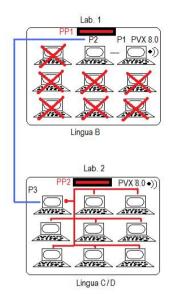


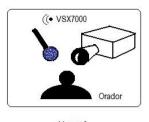
Lingua A

Embora tenhamos testado a situação comunicativa e todo o processo tenha decorrido sem quaisquer falhas, a simulação em aula não decorreu como esperado, principalmente para os alunos que se encontravam no Lab. 2, uma vez que estes ouviam todo o som captado pelo microfone do posto 2, ou seja, ouviam não apenas a voz do aluno no posto 1, mas sim dos restantes alunos nos outros postos. No entanto, a experiência foi positiva para os alunos que se encontravam no Lab. 1, pois estes não ouviam qualquer interferência no som.

A experiência de IR com *relais* foi repetida, recorrendo agora ao seguinte esquema:

182 *bolissema 9* 2009





Lingua A

Uma vez que, à data, não existiam cabines de interpretação no CML, foi necessário "transformar" o Lab. 1 num espaço semelhante a uma cabine, isolando o *pivot* de forma a que as deficiências referidas na experiência anterior fossem colmatadas. De acordo com as suas combinações linguísticas, os alunos puderam assim efectuar, nesta aula, a interpretação para a sua língua B, no Lab. 2, a partir da língua A que lhes estava a chegar através do *pivot* que, isolado, interpretava a partir da língua C.

Gostaríamos de sublinhar que a inexistência de cabinas de interpretação e o facto de, consequentemente, termos sido obrigados por vezes a criar e a adaptar condições de trabalho de tais cabinas num dos laboratórios, configurou um entrave técnico *per se* à própria actividade interpretativa. Contudo, esta situação foi ultrapassada, a partir do momento, em que foram adquiridas duas cabinas de interpretação, com a possibilidade de instalação de computadores com acesso à internet e equipados com o PVX, nas quais os discentes usufruem de todas as condições técnicas para realizar tarefas de interpretação remota.

2.3.2. Interpretação Remota com ou sem recurso à imagem

Uma outra situação comunicativa que julgámos pertinente abordar pretendia testar as diferenças de desempenho no que concerne a utilização de recursos audiovisuais, tentando perceber se a imagem representa ou não uma sobrecarga cognitiva suplementar à já por si só árdua tarefa de interpretar.

Para aferir das diferenças mais relevantes que dizem respeito à interpretação com ou sem recurso à imagem, aos intérpretes em formação foi pedido que interpretassem em modo simultâneo um discurso proferido em língua inglesa, não tendo qualquer tipo de contacto visual com o orador. De seguida, simulou-se a mesma vídeo-conferência, durante a qual os alunos já visualizam o *rostrum* do orador, enquanto ouvem a segunda parte do discurso. No final, do exercício é distribuído um questionário de retroacção aos alunos. Os resultados indicam, de uma forma geral, que os aprendentes preferem a versão áudio. Uma avaliação da qualidade das prestações a nível de competência e desempenho linguísticos e competências pragmáticas revelam que, *grosso modo*, as prestações efectuadas na segunda parte do exercício, foram significativamente piores do que as da primeira parte do discurso (versão áudio). Os aprendentes alegam como justificações falta de concentração, realização de duas tarefas em simultâneo (ver e ouvir), cansaço, etc.

Estes resultados vão, aliás, de encontro a experiências realizadas no ISCAP, neste âmbito e cujas conclusões partilhamos:

Em termos pedagógicos, [...] a utilização de vídeo deverá ser iniciada após um treino intensivo em interpretação dividido por várias sessões [...] de aprendizagem. Torna-se evidente pelos resultados da experiência que é tirado maior proveito da percepção visual se a percepção auditiva já for feita sem esforço e as técnicas de interpretação estiverem bem integradas pelos aprendentes. Quando uma tarefa se torna automática, o

184 <u>polissema 9 2009</u>

esforço dispendido pelo cérebro é menor, pelo que a sua atenção poderá ser concentrada noutras tarefas fundamentais para um óptimo desempenho. (ALMEIDA / CUNHA, 2005:143)

2.3.3. Interpretação Remota de natureza dialógica: a interpretação de liaison

Foram apresentados quatro temas aos mestrandos, todos relacionados com situações de interpretação, "ao serviço da comunidade", i.e. uma situação num consultório médico e três situações em esquadra de polícia (consultório médico; dois depoimentos (vítima e testemunha) de um assalto a automóvel e outro depoimento (vítima) de um assalto por esticão. Em cada uma destas situações, a interpretação foi efectuada através de vídeo-conferência, em modo consecutivo, com ou sem recurso a imagem, treinando competências específicas da interpretação como a tomada de notas ou a memorização, mas igualmente aperfeiçoando o desempenho linguístico das línguas A e B, uma vez que as situações obrigavam ao recurso a *retour*.

Também, no final, destes exercícios foi distribuído um questionário aos alunos. De forma consensual, os alunos manifestam também a sua preferência pela versão áudio, alegando que a imagem, continua a ser um elemento perturbador e de distracção. Contudo, foi também referido por alguns alunos que, apesar de não terem grande domínio da língua Alemã, elementos paralinguísticos como a linguagem gestual foram extremamente úteis no desempenho da tarefa.

2.3.4. Interpretação Remota com o Skype

Impossibilitados de realizar vídeo-conferências com o exterior, por motivos de ordem técnica, que mais tarde seriam ultrapassados, decidimos utilizar para o efeito o software com o qual os alunos mais estavam familiarizados, o Skype.

Foram, no total, três as aulas que dedicámos ao uso do Skype, cumprindo, cada uma delas, objectivos específicos.

Na primeira aula, efectuámos uma ligação ao estrangeiro (Grécia), via Skype, onde, em modo consecutivo, os alunos interpretaram uma entrevista relativa ao multilinguismo infantil. No decorrer deste cenário específico, os estudantes-intérpretes tinham contacto visual do entrevistador (tanto no ecrã, como fisicamente), só viam contudo, o rostrum da pessoa entrevistada, que participava via vídeo-conferência. Na sessão seguinte foi distribuído um questionário aos formandos, no qual estes, em termos gerais, já apontam a imagem, como um elemento de auxílio no seu desempenho como intérpretes, i.e. o elemento "imagem" já não surge como algo perturbador. Como elementos perturbadores e factores de distracção são agora referidos problemas de ordem técnica, tais como interferências no som ou na imagem. Para ultrapassar tais dificuldades, os formandos indicam ter usado como estratégias a antecipação do que poderá vir a ser dito, em determinada situação comunicativa, concentrando-se em todo o seu contexto.

Uma outra situação comunicativa treinada com o Skype envolveu a participação de uma convidada que trabalha no Departamento de Tradução da Assembleia da República Portuguesa, que via vídeo-conferência possibilitou aos intérpretes em formação a ocasião de treinarem interpretação em modo simultâneo e consecutivo com recurso a *relais*.

Finalmente, uma vez que como defendem vários autores, entre os quais Lee (2007) e Mouzourakis⁴(2009), a Interpretação Remota também deve ser treinada com recurso ao ensino à distância, utilizámos o Skype para uma experiência de interpretação remota em modo consecutivo, que envolveu a participação dos vários alunos que em suas casas puderam experimentar as várias dificuldades de interpretar um discurso etéreo, apenas com recurso a áudio, uma vez que o Skype

⁴ Referimo-nos aqui ao *paper* apresentado por Panayotis Mouzourakis nas Jornadas Internacionais de Interpretação do ISCAP (JOININ): Interpretação Analógica e Digital, que decorreram no ISCAP em 14 de Novembro de 2008 e cujas actas se encontram no prelo. Cf. http://www.iscap.ipp.pt/joinin/

186 polissema 9 2009

não permite visualizar mais do que duas pessoas.

A introdução de programas de *b-learning* nos curricula de Interpretação é aliás uma realidade estruturada no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, uma vez que de forma alargada os professores usam a plataforma on-line *Moodle*, para disponibilizarem ficheiros áudio e vídeo aos alunos, que assim podem de forma autónoma aperfeiçoar e monitorizar o seu desempenho, visto que os ficheiros disponibilizados têm, não raras vezes, para além da versão original, a versão de um intérprete profissional.

2.4. Competências avaliadas

Tendo em mente aqueles que são os desiderata que o Directório Geral de Interpretação da Comissão Europeia subscreve num documento intitulado "European Masters in Translation"⁵, datado de 2006, e que serve como referência para o planeamento, avaliação e comparação de currículos programáticos na área da Tradução e Interpretação, bem como de um documento assinado por Yves Gambier em nome do EMC e publicado em 2008, sob o título "Compétences pour les traducteurs professionnels, experts en communication multilingue et multimédia",⁶ e não descurando, finalmente, toda a nossa experiência prévia e investigação no ensino e desenho de curricula em Interpretação, nomeadamente para a Licenciatura Bi-Etápica em Tradução e Interpretação Especializadas, delimitaram-se como essenciais para a disciplina de IRT, as seguintes competências:

- 1. Adquirir fluência e domínio discursivo na língua activa A (Português);
- 2. Consolidar competências comunicativas e de escuta avançadas na língua activa B (Francês/Alemão/Inglês);
 - 3. Dominar as novas tecnologias ao serviço da interpretação, nomeadamente

 $http://ec.europa.eu/dgs/translation/external_relations/universities/master_curriculum_en.pdf$

⁵ Disponível em:

⁶ Disponível em:

http://ec.europa.eu/dgs/translation/external_relations/universities/emt_dgt_emt_expert_group_en.htm

no contexto da interpretação remota e da interpretação com recurso à imagem;

- 4. Integrar teorias e conceitos do domínio da interpretação remota;
- 5. Identificar situações e contextos de comunicação para melhor adaptar estratégias de interpretação.
- 6.Desenvolver estratégias de trabalho específicas para o exercício da profissão de intérprete no contexto da interpretação remota;
 - 7. Preparar-se autonomamente para sessões de interpretação;
- 8. Monitorizar o processo e o desempenho, desenvolvendo a capacidade de auto-correcção.

Foi nosso intento que estas oito competências básicas desenvolvessem *grosso modo* as seis competências que o estudo coordenado por Yves Gambier releva como sendo fundamentais para o ensino e aprendizagem da interpretação e da tradução, a saber:

- (i) "compétences en matière de prestation du service"
- (ii) "compétence linguistique",
- (iii) "compétence interculturelle",
- (iv) "compétence en matière d'extraction d'information"
- (v) "compétence thématique"
- (vi) "compétence technologique".

Assim sendo, poderíamos dizer que à primeira competência descrita por Gambier corresponderia a nossa competência número 6, o desenvolvimento de estratégias de trabalho específicas para o exercício da profissão de intérprete no contexto da interpretação remota, à competência linguística corresponderiam os nossos primeiro e segundo ponto, a competência intercultural estaria integrada no ponto número 5, "identificar situações e contextos de comunicação para melhor adaptar estratégias de interpretação". À competência de extracção de informação equivaleriam os pontos 4 e 8, isto é a integração de teorias e conceitos no âmbito da Interpretação remota e o saber monitorizar o processo e o desempenho, desenvolvendo a capacidade de auto-correcção. Quanto às duas últimas

188 <u>polissema 9</u> <u>2009</u>

competências, a temática e a tecnológica, seriam abarcadas pelo ponto 7, prepararse autonomamente para sessões de interpretação e dominar as novas tecnologias ao serviço da interpretação, nomeadamente no contexto da interpretação remota e da interpretação com recurso à imagem.

Neste contexto, e como já foi relatado, foram vários os cenários comunicativos desenhados, de forma a treinar e a desenvolver competências no âmbito da interpretação remota e da tecnologia utilizada, o que conduzia *a posteriori* a uma reflexão de cariz teórico sobre as consequências e vicissitudes que envolvem cada situação comunicativa específica. Este trabalho de apuramento da técnica de interpretação remota, não secundarizou, porém o trabalho linguístico, que acreditamos dever ser preponderante na formação de intérpretes.

Portanto, no decorrer do curso, para além de diversas experiências colaborativas e multilingues levadas a cabo com o software da Polycom ou simplesmente com o auxílio do Skype, insistiu-se na quantidade e diversidade de discursos audiovisuais a que se expuseram os alunos, bem como na importância da preparação prévia do trabalho do intérprete. O uso de recursos audiovisuais para o ensino da interpretação tem já longa tradição no ISCAP. Data já da antiga Licenciatura Bi-Etápica em Tradução e Interpretação Especializadas a introdução de textos audiovisuais no ensino da Interpretação e, por conseguinte, o treino de interpretação à distância é algo com o que os alunos do ISCAP estavam já amplamente familiarizados.

A nossa experiência prévia de uso de recursos audiovisuais durante a antiga Licenciatura não foi descurada aquando da preparação da nova disciplina de Interpretação Remota. De facto, se no início o objectivo da introdução destes textos tinha sido o de meramente treinar a variedade e versatilidade de discursos, rapidamente nos apercebemos de que a Interpretação Remota, apesar das resistências, não deixará de ser uma realidade muito próxima. A utilização destes recursos cumpria, assim, um duplo objectivo. Por um lado, expunha os formandos a situações reais, oradores reais e variados, treinando, simultaneamente uma

situação comunicativa que, num futuro próximo fará parte do quotidiano profissional do intérprete, o trabalho à distância⁷.

Desta forma, avaliação da qualidade da interpretação teve em conta aqueles que são os critérios usados pelos clientes dos serviços, nomeadamente a fiabilidade a fidelidade e fluidez do discurso, o que supõe um perfeito domínio linguístico, sintáctico, semântico e pragmático, entendendo a adaptação ao contexto de interpretação remota como uma competência de carácter pragmático.

Por conseguinte, quando ponderámos que relevância conferir ao desempenho linguístico em relação à capacidade de lidar com a interpretação à distância, cedo nos apercebemos que, se é verdade que a exposição e o treino intensivo das condições do novo *modus operandi* servirão para formar uma nova geração de intérpretes, a melhoria do desempenho linguístico de uma tarefa cognitiva de tanta exigênci, deve ser sempre o objectivo primeiro e último de qualquer formação em interpretação, uma vez que toda a formação de intérpretes tem claramente uma vertente profissional.

2.5. Novos percursos

Resolvidos que estão problemas de ordem técnica, temos treinado, neste ano lectivo, a interpretação com recursos que, em quase todas as apresentações e conferências, servem de suporte aos discursos dos oradores. Para esse efeito, incluímos exercícios de interpretação remota, nos quais a atenção dos nossos discentes não estará centrada apenas na interpretação do discurso a ser proferido por determinado orador, mas também em *powerpoints*, ficheiros multimédia, etc. O equipamento VSX 7000 é, neste caso concreto, particularmente útil, ao permitir a visualização simultânea do orador e do ficheiro *powerpoint* no posto de cada

⁷ Talvez resida aqui uma das razões que explica a aceitação das condições de trabalho remoto pelos nossos alunos. De facto, embora tenhamos consciência de que há causas multifactoriais que o explicam, quando abordávamos a questão da desconfiança dos intérpretes profissionais sobre as condições de trabalho à distância, isto causava sempre a perplexidade dos nossos habituados a trabalhar sem contextualização e sem recursividade da audiência.

190 <u>polissema 9</u> <u>2009</u>

intérprete, podendo aumentar "the perceptual illusion of non mediation", nas palavras de Lombard e Ditton (1997).

Acreditamos ser de vital importância que os alunos de IRT não adquiram apenas as competências necessárias para a realização de diversos exercícios e tarefas de interpretação simultânea ou consecutiva, mas também competências imprescindíveis para proferir discursos, utilizando para tal o equipamento VSX 7000. Pretendemos, por um lado, que os nossos formandos tenham uma postura correcta, quando estão a proferir determinado discurso, perante uma câmara de vídeo. Por outro lado, temos como objectivo mostrar que uma postura incorrecta de um orador, numa situação destas, irá, decerto, dificultar a tarefa do intérprete. Como tal, temos vindo a insistir, cada vez mais, em actividades, nas quais os alunos não realizam apenas exercícios de interpretação, mas em que preparam os seus próprios discursos - geralmente de temas livres à sua escolha - e profiram os mesmos, utilizando o equipamento referido. Esses discursos são interpretados por um ou dois alunos, enquanto docentes e restantes discentes estão a apontar aspectos positivos e menos bem sucedidos, tanto do discurso proferido como da interpretação realizada. Esses aspectos, geralmente, são debatidos em uma ou duas sessões de aulas subsequentes à realização destas actividades. É, enfim, extremamente importante apostar na formação como formadores de intérpretes e na formação dos nossos discentes, com actividades extra-curriculares. Na já referida JOININ, organizadas pelo CML em Novembro de 2008, estiveram presentes Panayotis Mouzourakis (Parlamento Europeu), cujos fundamentos teóricos sobre IRT serviram de grande inspiração para as nossas aulas teóricas; Gary Mullender (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa); Elena Zagar Galvão (Faculdade de Letras da Universidade do Porto) e Luis Alonso Bacigalupe (Universidade de Vigo). Foram debatidos, também em conjunto com discentes, vários aspectos científico-pedagógicos imprescindíveis para a formação de intérpretes do século XXI. O tema incidiu sobre a "Interpretação analógica e digital", focalizando a ambiguidade de sentido patente no título: o adjectivo

'analógica' remetendo para o significado 'semelhante à realidade', para a tecnologia analógica hoje já ultrapassada e, ainda, para a quinésica; o adjectivo 'digital' tendo como referente a tecnologia actual, a realidade virtual e os dedos, teclando⁸.

Devemos, igualmente, referir, no âmbito dos eventos realizados no ISCAP, as III Jornadas de Francofonia, que decorreram em Março de 2009. No decurso destas jornadas, dois alunos interpretaram remotamente as intervenções de Isabelle Roussel-Gillet, professora da Universidade de Lille 2, e de Marina Salles, professora da Universidade de La Rochelle, que estavam ligadas a este evento via videoconferência.

3. Conclusões

A implementação de uma unidade curricular é sempre um processo moroso e problemático, cujas vicissitudes devem ser colmatadas casuisticamente, aperfeiçoando as metodologias que se revelaram adequadas, rejeitando as que não resultaram e experimentando estratégias pedagógicas renovadas numa busca contínua por melhores resultados. A reedição do segundo ano do Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas veio possibilitar a concretização de projectos pedagógicos já idealizados, no ano lectivo anterior, mas que não tinham sido possíveis por motivos de ordem técnica. De facto, as complexidades das redes informáticas e a necessidade que as instituições têm de se proteger contra o exterior fazem com que haja bloqueios aos sistemas de vídeo-conferência, que só são ultrapassados com a colaboração do departamento informático, no levantamento de protecções e *firewalls*.

Todas as actividades e exercícios relatados até agora foram realizados nos laboratórios do CML. São estes os espaços físicos que temos à disposição, para transmitir conteúdos teóricos e realizar exercícios práticos com os nossos

⁸ Aliás, a comunicação de Elena Galvão foi bastante esclarecedora desta ambiguidade, e deu enfoque à importância dos gestos para o trabalho do intérprete.

formandos. Contudo, coloca-se, neste momento, a questão, se tais exercícios de interpretação remota não deveriam ser realizados em modalidade à distância. De facto, os programas das unidades curriculares, no âmbito dos estudos de interpretação simultânea e consecutiva, estão concebidos para uma forma de ensino tradicional, i.e. para regimes quase exclusivamente presenciais. Contudo, com o desenvolvimento das TIC surgiram igualmente novas condições de trabalho para uma nova geração de intérpretes, que têm futuramente de estar preparados a realizar as suas tarefas, estando em locais deveras distantes de um orador e/ou de um público-alvo, ao qual se dirige determinado discurso. Desta forma e de modo a preparar os nossos discentes que realmente pretendem seguir uma carreira de intérpretes da nova geração, não podemos ignorar, por completo, a modalidade da formação à distância, o que já é prática comum em outros cursos superiores de tradução e/ou interpretação, disponíveis em estabelecimentos de ensino superior, por todo o mundo⁹. Aliás, há que encarar esta modalidade como um desafio, tal como refere Ko (2006:67):

The challenge facing educators is to overcome the technical constraints, maximize the advantages and the potential of current technologies, and adapt pedagogies to best fit the new technologies so as to achieve results comparable to those of oncampus teaching.

Com o ensino à distância, julgamos, também, que se tornará mais fácil transmitir aos estudantes-intérpretes a diferença entre a interpretação 'presencial' e a IR. Apenas quando desprovidos de qualquer contacto físico com os restantes alunos e com os professores é que será possível sentirem verdadeiramente a sua própria ausência e compreenderem o que poderá significar ser um intérprete à distância, sem rede, sem apoio técnico e com *input* sensorial reduzido. Assim, a

⁹ Uma hipótese de funcionamento seria dividir a turma: num dia comparecia uma metade, noutra aula, outra metade, obrigando-nos a lidar com o conceito de distância e com situações comunicativas diversas.

<u>polissema 9</u> 2009

educação tecnológica constitui tanto um meio como um fim.

Outra questão que se nos coloca no ensino da unidade curricular de IRT é a avaliação do desempenho e a tendência para se relegar para segundo plano a vertente linguística, valorizando os aspectos que caracterizam e que são determinantes para o ensino da IR. Como demonstra Pedro Duarte¹⁰, ao propor, a partir do esquema de Daniel Gile IS = O + P + M + C, o esquema IRT = O + P + M + T + C (2008:20), o esforço despendido na IR é muito maior do que na interpretação presencial. Isto significa que, idealmente, os alunos já deviam ter tido um treino intensivo e exigente em interpretação – o que nem sempre se verifica – para permitir lidar eficazmente com as diferentes situações e tecnologias, sem que estas afectem negativamente o seu desempenho. Devemos, pois, reflectir, no início de cada semestre, sobre o domínio linguístico dos alunos e, conforme os casos, adequar os exercícios às suas necessidades.

Por outro lado, é peremptório, cada vez mais, em qualquer área, envolver os estudantes no processo da sua aprendizagem, co-responsabilizando-os pelos seus sucessos e fracassos, permitindo-lhes uma consequente consciencialização do que significa 'aprender'. As metodologias de ensino devem, de facto, passar pela integração do aluno na procura das estratégias pedagógicas mais adequadas. Isto não significa, contudo, ceder a um certo facilitismo, como, por exemplo, retirar do programa da unidade curricular IRT os conteúdos teóricos, indo ao encontro da ideia de que 'o que interessa é a prática'. Se bem que tenderemos para uma maior dinâmica entre a teoria e a prática, e que esta dinâmica seja fundamental, a apreensão de conceitos basilares e mesmo a consolidação da vertente mais tecnológica advêm da reflexão e da capacidade para a abstracção. Como tal, consideramos o pensamento crítico decisivo para o sucesso presente e futuro dos nossos alunos, para que saibam sempre das suas limitações, das limitações dos

Pedro Duarte, enquanto aluno deste primeiro ano de mestrado e pela sua ligação ao CML, colaborou na implementação da vertente tecnológica. Ao esquema de Gile, em que IS – Interpretação Simultânea; O- esforço de ouvir, analisar e compreender; P – esforço de produzir; M- esforço de memória de curto prazo; e C – esforço de coordenação, Pedro Duarte acrescenta o T: 'o esforço de mediação tecnológica'.

outros e da própria tecnologia.

Por fim, já não se justifica trabalharmos isoladamente. Por isso, contamos enriquecer os nossos curricula com contactos com estabelecimentos de ensino superior, de modo a planearmos e realizarmos, conjuntamente, estratégias pedagógicas, exercícios e actividades, no âmbito da formação de intérpretes.

Referências bibliográficas

AIIC Technical & Health Committee (1998-2008). Guidelines for Remote Conferencing - Efficient communication in remote conferencing is best served by all interpreters being at the same location as the speakers. Disponível em: http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/article85

ALMEIDA, PAULA RAMALHO; CUNHA, SUZANA NORONHA (2005). Imagem com Som ou Som com Imagem?: Uma Experiência Laboratorial em Interpretação Simultânea. Tradução e Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores, n.º 14 São Paulo. 119-147.

ANDERSON, LINDA (1994). Simultaneous Interpretation: Contextual and Translation Aspects. Bridging the Gap — Empirical research in simultaneous interpretation (101-120). Org. Sylvie Lambert and Barbara Moser-Mercer. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company,.

ANGELELLI, CLAUDIA V. (2004). Revisiting the Interpreter's Role – A study of conference, court, and medical interpreters in Canda, Mexico, and the United States. John Amsterdam / Philadelphia: Benjamins Publishing Company.

BACIGALUPE, LUIS ALONSO (1999). Visual Contact in Simultaneous Interpreting: Results of an Experimental Study. Anovar/anosar – studios de traducción e interpretación, volume I (123-138). Org. Alberto Álvarez Lugrís e Anxo Fernández Ocampo. Servicio de Publicacións da Universidade de Vigo.

BRAUN, SABINE (2006). «Multimedia communication technologies and their impact on interpreting». EU-High - Level Scientific Conference Series. *MuTra* 2006 – *Audiovisual Translation Scenarios: Conference Proceedings*. Disponível

em:http://www.euroconferences.info/proceedings/2006_Proceedings/2006_Braun_Sabine.pdf

CUNHA, MARIA CLARA (2007). «Como Convive a Interpretação com os Aspectos Não Verbais da Comunicação». *Polissema-Revista de Letras do ISCAP-*Vol. 7. 151-158.

DUARTE, PEDRO (2008). A Tecnologia no Ensino da Interpretação: Implementação da Unidade Curricular de Interpretação Remota e de Teleconferência. Dissertação de mestrado policopiada. ISCAP

EUROPEAN PARLIAMENT (2005). Report on the 3rd Remote Interpretation Test, 22.11 - 10.12.2005 – Study concerning the constraints arising from Remote Interpreting. European Parliament, Interpretation Directorate, Brussels. Disponível em: http://www.euractiv.com/29/images/EPremoteinterpretingreportexecutive summery tcm29-151942.pdf

IJSSELSTEIJN, WIJNAND; GIUSEPPE RIVA (2003). «Being There: The Experience of Presence in Mediated Environments». *Being There: Concepts, effects and measurement of user presence in synthetic environments*. G. Riva, F. Davide, W.A IJsselsteijn (Eds.). Amsterdão, Ios Press.

Kress, Gunther; Theo van Leeuwen (1996). Reading Images: The Grammar of Visual Design. Londres: Routledge.

KO, LEONG (2006), Teaching interpreting by distance mode. Possibilities and constraints. Interpreting, volume VIII, no.2; John Benjamins, 67-96.

LEE, JIEUN (2007). Teaching interpreting by distance mode – Possibilities and constraints. Interpreting, volume VIII, no.1. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Co.,. 67-96.

LEE, JIEUN (2007). Telephone interpreting – seen from the interpreters' perspective. Interperting, volume IX, no.2 Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins., 231-252.

LOMBARD, MATTHEW; THERESA DITTON (1997). «At the Heart of it All: The Concept of Presence». *Journal of Computer Mediated Communication 3 (2)* Setembro 1997. Disponível em http://jcmc.indiana.edu/vol3/issue2/lombard.html

MOSER-MERCER, BARBARA (2003). Remote interpreting: Assessment of human factors and performance parameters Joint project International Telecommunication Union (ITU)-Ecole de Traduction et d'Interpretation, Université de Genève (ETI). Disponível em: http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/article879

- 1 · · ·
MOUZOURAKIS, PANAYOTIS (1996). Videoconferencing: Techniques and challenges.
Interpreting, volume I, no. 1. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins. 21-38
(2000). An Interview with Panayotis Mouzourakis. Disponível em:
http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/article66
(2003). That feeling of being there: vision and Presence in Remote
Interpreting. Disponível em: http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/article911
(2006). Remote interpreting – A technical perspective on recent
experiments; in: Interpreting, volume VIII, no.1.Amsterdam / Philadelphia: John
Benjamins. 45-66.
NISKA, HELGE (1999). Quality Issues in Remote Interpreting. Anovar/anosar –
studios de traducción e interpretación, volume I.Org. Alberto Álvarez Lugrís e Anxo
Fernández Ocampo. Servicio de Publicacións da Universidade de Vigo. 109-121.
PASCOAL, SARA CERQUEIRA (2004). «O Fio de Ariadne ou os Labirintos da
Memória – Um Estudo sobre Interpretação Consecutiva», publicado em <i>Polissema</i> -
Revista de Letras do ISCAP-Vol. 4. 151-163.
POYATOS, FERNANDO (2002a). Nonverbal Communication across Disciplines. vol.
1: "Culture, Sensory Interaction, Speech, Conversation". Amsterdam /
Philadelphia: John Benjamins
(2002b). Nonverbal Communication across Disciplines, vol. 2:
"Paralanguage, Kinesics, Slence, Personal and Environmental Interaction".
Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.
(1997). «The Reality of Multichannel Verbal-Nonverbal
Communication in Simultaneous and Consecutive Interpretation». Fernando
Poyatos. Nonverbal Communication and Translation. 249-282.
(2002). «Nonverbal Communication in Simultaneous and

Consecutive Interpretation: A Theoretical Model and New Perspectives». Franz Pöchhacker e Miriam Shlesinger. *The Interpreting Studies Reader.* Londres: Routledge, 2002. 235-246.

RODRIGUES, ADRIANO DUARTE (2005). A Partitura Invisível: Para a abordagem interactiva da linguagem. Lisboa: Edições Colibri.

VIAGGIO, SERGIO (1997). «Kinesics and the Simultaneous Interpreter: The Advantages of Listening with One's Eyes and Speaking with One's Body». Fernando Poyatos. *Nonverbal Communication and Translation*. 283-293.

WADENSJÖ, CECILIA (1999). Telephone interpreting & the Synchronization of Talk in Social Interaction. The Translator, volume V, no.2 (247-264). Manchester: St Jerome Publishing.

O ESTUDO DA PERSONAGEM EM *O MEU MUNDO NÃO É*DESTE REINO: DESCONSTRUIR PARA RECONSTRUIR

Maria Luísa de Castro Soares Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro Portugal Isoares@utad.pt

Resumo

A arte na actualidade, nomeadamente a literatura, caracteriza-se pela recorrência a temas de feição neobarroca e pós-moderna, como a vulnerabilidade humana¹, o sentimento de culpa, a invasão da interioridade, a perda da identidade, com recurso a formas que têm a ver com a fragmentação discursiva. Na narrativa de João de Melo, *O meu mundo não é deste reino*, o processo de desconstrução identitária, seja através do deslocamento do sujeito a partir de um centro para a periferia, seja através da construção de identidades parcelares, imperfeitas, monstruosas, fragmentadas, é usado com o intuito último de reafirmar o Homem e a condição humana.

Résumé

Actuellement l'art, spécifiquement la littérature, se caractérise par l'emploi de thèmes néobaroques et postmodernes, tels que la vulnérabilité humaine, le sentiment de culpabilisation, l'invasion de l'intériorité humaine, la perte d'identité, à travers des formes d'expression dont la fragmentation discursive est un exemple. Dans le récit de João de Melo, *O meu mundo não é deste reino*, le procès de perte

¹ Cf. Machado, Álvaro Manuel, *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 308.

d'identité du sujet - soit par un déplacement du centre, soit à travers la construction d'identités incomplètes, imparfaites, monstrueuses, fragmentées – est un moyen de ré-affirmation de l'homme et de la condition humaine.

Palavras-chave: desconstrução identitária, pós-modernismo, neo-barroco, João de Melo.

Mots-clés: déconstuctrion, identitaire, post-modernité, néo-baroque, João de Melo.

Sem pretendermos debater ou reafirmar a controvérsia filosófica respeitante ao pós-modernismo, que tem como principais intervenientes Habermas e Lyotard², evidenciaremos alguns traços definidores do termo, quando aplicado à literatura, dando particular atenção à questão da desconstrução identitária.

O termo pós-moderno – considerado "bon à tout faire" (Eco 1992: 226) – é polissémico e aplicável a praticamente tudo o que o utilizador quiser. De igual modo, o pós-modernismo, no dizer de Umberto Eco, não corresponde a um período cronologicamente definido, sendo antes uma categoria ideal, "a kunstwollen, a way of operating" (Idem, ibidem). Caracteriza-se latu sensu por uma tendência revivalista do passado, ao contrário do modernismo, que assinala vivamente a rejeição aos pressupostos e tendências da tradição. Se o modernismo se caracteriza pela criação de formas novas³, o pós-modernismo reutiliza as formas préexistentes. Assim, ao invés da tentativa de derrogação do passado, revisita-o, em qualquer época histórica, com ironia, consistindo esta revisitação⁴ num dos traços caracterizadores do romance pós-moderno indicados por Linda Hutcheon

² A propósito desta controvérsia e dos traços definidores do pos-modernismo, cf. Lyotard, Jean-François (1979): *La Condition postmoderne* - Rapport sur le savoir, Paris, Éditions Minuit.

³ O termo moderno vem do grego modos, que significa etimologicamente hodierno, actual.

⁴A revisitação irónica do passado, característica do romance pós-moderno, dir-se-ia uma espécie de ressurgimento da ironia romântica.

(Hutcheon 1995), a par de uma marcada consciência autoral do tempo e do espaço e de uma intertextualidade conscientemente assumida.

Fernando Guimarães inclui o pós-modernismo num movimento mais amplo e abrangente, o *revival*, imbuído de uma "sensibilidade de procedência barroca", que nos faz confrontar com um "barroco autoconsciente ou, se se preferir, com um neo-barroco" (Guimarães 1994: 19).

Numa mesma linha de pensamento, ao proceder a um estudo alargado de várias manifestações culturais contemporâneas, que lhe permitem defender a tese da existência de uma idade neo-barroca, Omar Calabrese opõe barroco a clássico, definindo este como um conjunto de "categorizações dos juízos fortemente orientados para as homologações estavelmente orientadas" (Calabrese 1999: 39) e aquele como um conjunto de "categorizações que excitam fortemente a ordenação do sistema e que o desestabilizam em algumas partes, que o submetem a turbulências e flutuações e que o suspendem quanto à resolubilidade dos valores" (Idem, ibidem).

Efectivamente, na história da arte, os casos mais elucidativos do estabelecimento de uma tensão no limite das regras que tornam um sistema homogéneo - pondo à prova a sua elasticidade e levando ao extremo os dados da perspectiva linear - são os casos do Maneirismo e, depois, do Barroco⁵:

O clássico, enquanto sistema baseado em modelos, preocupa-se com a perfeição, mas a perfeição não é mais do que aquilo que foi convencionado ser o ideal, consistindo pois numa medida média. E tudo aquilo que ultrapassa os limites dessa justa medida é considerado defeituoso, monstruoso, imperfeito. Neste sentido, perfeição é sinónimo de mimese selectiva e idealizante do real, depurado este de traços transitórios e acidentais. (Soares 2007: 47-51)

_

⁵ Cf. a propósito, Aguiar e Silva, Vitor Manuel Pires de (1971): *Maneirismo e o Barroco na poesia lírica portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos

Por outro lado, o barroco procura fugir do centro. Perspectiva as realidades a partir de variados pontos de vista, leva ao extremo os limites do sistema, recusa a construção exemplar e simetricamente equilibrada que caracteriza o género clássico (Idem, 50). Contudo, apesar das significativas diferenças entre os dois estilos de época e seus códigos literários, consideramos que se complementam.

Alguns autores (Sarduy, 1979; Aguiar e Silva, 1971; Idem, 1984; Martinho, 1996; Calabrese, 1999) têm reflectido sobre a existência e recuperação do barroco na literatura actual, ao defenderem que as formas da arte contemporânea obedecem a manifestações que devem ser apontadas como neobarrocas⁶. Esta reactualização do barroco conduz, além disso, à questão de saber se esse estilo é uma *constante* da arte, da literatura e da cultura ou se é um fenómeno historicamente datado e demarcado.

A filosofia e o formalismo estético apresentados por Wolfflin reenviam para um classicismo e barroco eternos, apesar de o autor centralizar o seu estudo na arte dos séculos XVI e XVII. E, se é certo que, ao longo da história, o pensamento humano oscilou entre dois pontos aparentemente contraditórios: o *logos* e o *mythos*, a ordem e o caos, o simétrico e o assimétrico, o racional e o obscuro, o clássico e o barroco, as contradições são, porém, mais aparentes do que reais, pois o pensamento mítico e o pensamento lógico não se excluem mutuamente. Ao invés, cooperam na construção da imagem que o *ser* faz do mundo e de si mesmo como duas vias que vão ao encontro das necessidades primordiais do homem. Este, em permanente dialéctica, vive na procura de certezas, mas experimentando a dúvida e a crise; na procura de unidade, mas experimentando a dissipação e a desconstrução

⁶ O discurso engenhoso que caracteriza o estilo barroco - retomado na actualidade - recusa a expressão simples e directa, pelo cultivo de verdadeiras filigranas verbais. Eis algumas das características neobarrocas apontadas pelos autores que vale a pena sublinhar: as figuras da oposição (a antítese e o paradoxo); a multiplicação de processos de acumulação (a anáfora, o polissíndeto, o paralelismo e a enumeração); o ressurgimento da metáfora hiperbólica; o recurso global a procedimentos de superlativação ou intensificação; o recurso aos efeitos de desordem, irregularidade e assimetria; a predominância de temáticas tradutoras do movimento, no sentido de inconstância que altera perpetuamente a realidade.

identitárias neobarrocas7.

A crise de identidade é uma das partes de um processo de deslocamento de estruturas e processos centrais das sociedades modernas. A falta de uma *Ordo* préestabelecida veio abalar os quadros de referência que propiciavam ao indivíduo uma ancoragem estável no mundo social (Hall 1998: 7).

A tradicional unidade do indivíduo dá lugar à pluralidade. Nas palavras de Cahoone:

Everything is constituted by relations to other things, hence nothing is simple, immediate, or totally present, and no analysis of anything can be complete or final. [...] The human self is not a simple unity, hierarchically composed, solid, self-controlled: rather it is a multiplicity of forces or elements. It would be more true to say that I have selves, than a self'. (Cahoone 1996: 15)

A identidade individual sofre um deslocamento, uma descentralização, frequentemente não implicando a substituição de um centro por outro, mas por uma pluralidade de centros, resultando daí uma variedade de posições ou identidades do sujeito perante as múltiplas divisões e os antagonismos sociais.

O sujeito pós-moderno é, pois, fragmentado, sem identidade fixa permanente, "formado e transformado continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam" (Hall 1998: 13).

Tendo em conta o atrás exposto, procuraremos de seguida demonstrar que o processo de desconstrução identitária - seja através do deslocamento do sujeito a

⁷ Na expressão neobarroco, neo poderá significar ruptura, mas pode levar à ideia de repetição, regresso, reciclagem de um período específico do passado que seria o barroco. Severo Sarduy define Barroco como uma atitude generalizada e uma qualidade formal. Neste sentido, pode haver barroco em qualquer época da civilização. O neobarroco seria assim uma espécie de reciclagem do barroco histórico feita nos dias actuais.

partir de um centro para a periferia, seja através da construção de identidades parcelares, imperfeitas, monstruosas, fragmentadas - é usado na narrativa de João de Melo, *O meu mundo não é deste reino*8, com o intuito último de reafirmar o Homem e a condição humana.

Não sendo o Homem inseparável daquilo que o rodeia, e desempenhando a ambiência social um papel importantíssimo na construção da sua identidade, procederemos de seguida a uma reflexão sobre algumas personagens mais significativas na sintagmática da narrativa em questão, mas também a uma abordagem de um aspecto que consideramos intimamente ligado à identidade individual e à preocupação com a reafirmação da dignidade humana: o espaço habitacional, logo apontado no título: *O meu mundo não é deste reino*.

O título da obra sobressai como uma subversão do texto bíblico "O Meu reino não é deste mundo" (*Biblia Sagrada*: Jo, 18, 36). O enunciado que João de Melo constrói altera os dados e, desta forma, subverte o texto evangélico, negando um reino promissor e centrando a atenção não no *reino*, mas no *mundo* concreto. Por sua vez, o trocadilho é gerador de ambiguidade e o leitor poderá ler o enunciado à luz do complemento metafórico, se *mundo* se circunscrever à vivência insular do enunciador, e *reino* remeter para o mundo exterior a essa vivência, onde a vida parece estar submetida a uma ordem diferente e menos humilhante.

O mundo da vivência insular é, na verdade, percebido como submundo e o mundo exterior assume as proporções desse reino messiânico de que fala o texto bíblico. O leitor fica assim condicionado, desde logo, para o encontro com um mundo afastado de um universo ideal. A acção da obra centra-se na miséria a que se encontra reduzida a comunidade rural açoriana, acompanhada de indicações sobre a relatividade da vida e a desconfiança face à existência de uma força maior a reger as acções do homem.

O título é, pois, a primeira indicação de uma subversão do real, transmitindo

 $^{^8}$ A edição por nós utilizada, a que se referirão todas as citações deste estudo, é a seguinte: Melo, João de (2001): O meu mundo não é deste reino, 7^a ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

ao leitor um espírito de desconfiança, de cepticismo, de contrastes.

Em *O meu mundo não é deste reino*, o contraste conseguido através da descrição de diversos espaços habitacionais caracterizados pela excentricidade (no sentido de "deslocado do centro", "afastado da mediania") resulta no sublinhar implícito da importância de uma habitação condigna à condição humana.

As "casas encardidas do litoral, com seus tectos de colmo e adobes de uma argamassa em tudo semelhante ao barro amassado em sangue" que se "enlaçavam umas nas outras, ao longo de canadas tortuosas" (p. 11) servem de morada aos habitantes da Achadinha e não passam de locais minúsculos, onde ratos e homens convivem.

A casa de João-Maria (pai José-Maria e ilustração das famílias oprimidas) pode ser considerada um paradigma deste tipo de habitação:

"A Casa.

A Casa respirava através das gretas do telhado, onde os ninhos dos murganhos se tinham multiplicado às dúzias e os roedores passarinhavam de noite no intervalo das ripas. Ouvia-se essa respiração através das janelas mutiladas que o vento hatia tristemente entre a madeira e a madeira, através ainda do ferro das camas e do bolor do sobrado apodrecido em redor das camas. A Casa era uma espécie de pulmão de bolor e sal e água, um pulmão adoecido no seu olhar, como se toda a humidade tivesse sido transferida para o interior das paredes. E havia um hálito que cheirava à porosidade latente. Chovia, e esse hálito avolumava-se em todos os materiais desfeitos na sua aparente espessura. E tudo isso tinha o nome da ruína". (p. 108)

Nem mesmo a determinação de Sara - que tinha a obsessão da limpeza e da ordem - em "dar um revirote naquela casa de murganhos e besugos, a cheirar a lodo e a bagacina" (p. 112) surte qualquer efeito. Na verdade, quando o filho José-

Maria regressa da sua *peregrinação*, encontra "barrotes comidos pelo fumo e paredes totalmente descarnadas [...] e o forro [...] completamente devorado pelos ratos" (p. 239).

Em contraponto a estas habitações, comuns à generalidade dos rozarenses, o padre Governo é instalado "na melhor casa do Rozário" (p. 21). Mas é sobretudo o luxo do seu mausoléu - casa de morte - maior e mais rico do que qualquer habitação da freguesia, que contrasta com as precárias condições em que vive a maior parte das pessoas.

O apelo a um espaço condizente com a dignidade humana verifica-se, portanto, através deste contraste entre a miserável habitação dos oprimidos e a morada (sobretudo para a morte) dos opressores. E o restabelecimento de um equilíbrio consegue-se, quando o padre Governo morre e José-Maria reconstrói a casa de seu pai, possibilitando-lhe um sentimento de emoção e de esperança:

"Ao ver a velha casa transformada num lugar sonoro, cheirando a tintas e a limpeza, sem o ar defunto das madeiras apodrecidas e mastigadas pelos ratos, João-Maria lembrou-se do dia da sua miséria, quando a enfrentou e viu que se encontrava em completo estado de ruína. Agora, em lugar do desejo de morrer que então experimentara, foi acometido pela emoção e deixou de acreditar nos factos que tinham feito da sua vida um desmazelo de morte e solidão". (p. 250)

O próprio processo de reconstrução da casa de João-Maria, levada a cabo pelo seu primogénito, com a ajuda dos "rapazes da sua idade" e respectivas mulheres, merece da parte do narrador uma simpatia que deixa transparecer a valorização dada ao trabalho do homem. Há uma clara cumplicidade do narrador com o mérito daquilo que é conseguido pelo próprio esforço humano, sobretudo se considerarmos o desprezo que se sente diluído no texto pela inanidade da casa que José Lisboa mandou construir com o produto do saque dos destroços do avião:

206 polissema 9 2009

"um palácio haixo e longilíneo, de cujas janelas pendiam jarras de azáleas, e lojas de fazendas, mercearias para ninguém, oficinas de sapateiro e de máquinas de costura e tudo quanto pudesse imaginar-se". (p. 235)

Enquanto a casa de João-Maria, reconstruída pela diligência do homem, é um espaço de reabilitação, de quase *ressurreição*⁹, o palacete construído à custa da desgraça alheia - compreendendo embora a possibilidade de fornecer produtos e serviços vários - é um edifício "para ninguém", sem qualquer capacidade de regenerar ou sequer de contribuir para a melhoria dos seres humanos.

Se dos espaços nos fica a visão contrastiva da penúria e da riqueza, as personagens de *O meu mundo não é deste reino* têm identidades fragmentadas¹⁰. São construídas de forma descentrada em relação à mediania e assumem contornos monstruosos ou mesmo fantásticos¹¹, ao sofrerem processos de metamorfose carregados de simbologia.

Esta fragmentação correspondente, em primeira instância, a aspectos internos (interesses próprios, tendências, capacidades psicológicas), reflecte-se amiúde no aspecto físico das personagens, cujas características corporais, à imagem do que se passa na sua identidade intrínseca, contemplam aspectos de imperfeição hiperbólica, resultantes em figuras de aspecto repulsivo. Disso é exemplar o momento em que a personagem João-Maria se transforma em rato, pela convivência com estes animais e pela sua renúncia à vida:

"...viu sem qualquer assombro, que o seu corpo se estava

⁹ Na verdade, o espaço da casa é portador de esperança, ao provocar o ressurgimento da vontade de viver à família (sobretudo ao pai, João-Maria) que a vê renovada da sua humildade de piso de terra batida e tosco soalho.

¹⁰ Para além da fragmentação das personagens, também o processo narrativo desta obra é de carácter fragmentário e não linear. Baseia-se frequentemente num sistema de retoma situacional (e mesmo textual) ora proléptico, ora analéptico, característico do pós-modernismo.

¹¹ Cf., a propósito do fantástico na obra, Gonçalves, H. M., "O universo do fantástico em *O meu mundo não é deste reino* de João de Melo". In http://www.ipn.pt/literatura/letras/ensaios.htm

<u>polissema 9</u> 2009

transformando num gigantesco rato amarelo de cidra. Tinha as mãos e os pés espalmados e de veludo, o rosto afocinhado e um pouco aflito, e o ventre tão mole e tão bicudo como a quilha de um barco fora da água. Mesmo as unhas, aumentadas de volume e duras até o limite da espessura, prolongavam as suas mãos, dando-lhe o aspecto talvez terrível de garras. Faltava apenas que lhe crescesse uma cauda, pequena que fosse, para poder então considerar-se um rato perfeito...". (Melo, 1996: pp. 116-117)

No texto, as identidades segmentadas, as relações estabelecidas entre as personagens ao longo da narrativa e a funcionalidade de cada uma, no seu conjunto, resultam num panorama de crítica à exploração do homem pelo homem e numa reafirmação da condição e dignidade humanas. De uma forma simples e directa, diz João-Lázaro a Cadete: "A única tragédia desta terra são as suas três doenças capitais: o padre, o regedor e você" (p. 223).

Eis aqui enunciado o trio das personagens que, cada uma à sua maneira, usa o poder que tem sobre a população da Achadinha para a manter numa condição infra-humana.

O padre Governo, representante de uma igreja que tem interesse em manter os fiéis num obscurantismo favorável ao seu bem-estar individual, é uma personagem que força os limites temporais da narrativa, dominando várias gerações de rozarenses.

Acabado de sair do seminário, o padre Manuel Governo chegou à Achadinha com "a missão de restaurar [...] sobretudo o terror das eternas esperanças do céu" (p.21). A sua condição de pobre - fica desde logo a saber-se - é apenas provisória, ao ficar instalado na melhor casa do Rozário, reconstruída pelos habitantes.

A par do terror obscurantista em que pretende manter os rozarenses apoiando inclusive as medidas governativas do despótico regedor - o padre Governo preocupa-se sobretudo consigo mesmo e com o seu medo de morrer, obsessão permanente que o leva à construção do referido luxuoso mausoléu.

É exactamente no momento da morte que os traços da sua personalidade fragmentada se manifestam no seu aspecto físico, com as narinas e as orelhas anormalmente grandes (representativas do apego do sacerdote à vida mundana), o enorme ventre (símbolo do gosto pela materialidade) e um *rictus mortis* denunciador da luta travada no momento supremo contra o destino final de qualquer ser vivente – tudo características que se não coadunam com a espiritualidade, que devia ser o traço mais importante de um homem do clero:

"ele jazia assim: muito esticado, com as narinas excessivamente abertas e o ventre tão inchado como um bombo, um saco de areia ou apenas uma dorna de vinho em fermentação, enquanto as orelhas, ainda e sempre sôfregas de som, tinham aumentado de tamanho, até ficarem com a dimensão das de um burro. Tinha, além disso, uma testa altíssima e muito cinzenta, ao passo que a pele do rosto se apresentava biliosa e baça como as imagens de cera adormecidas durante séculos em cima de um altar. Ao contrário de todos os mortos, padre Governo não sorria, pois trazia os dentes em posição de morder a alma no momento da fuga; via-se, aliás, que essa separação devia ter sido penosa, porquanto o rosto mantinha a expressão fechada de uma recusa ou mesmo de uma revolta contra essa espécie de paixão que lhe viera apagar a última vela, a lua derradeira do *espírito*". (p. 263)

Em suma, as características psicológicas do padre Governo evidenciam-se no seu cadáver, que "apresentava uma tal fealdade que ninguém teve coragem para o amortalhar" (p. 26).

A reforçar a imagem de um mundo caótico, dualista, desprovido de

polissema 9 2009

coerência e de equilíbrio surge, no texto, a personagem do Goraz - Guilherme José Tavares Bento - a quem cabe, em sorte, a nomeação de regedor da freguesia.

É o próprio narrador que o apresenta de início como uma "figura monstruosa", de natureza cruel e sanguinária, ao salientar as características físicas anormais que reflectem as suas tendências despóticas:

"Pesava cento e vinte quilos, era tão bovino como um touro de cobrição e esses olhos de peixe-elefante metiam medo tanto às crianças como aos cachorros. [...] era bem homem para agarrar um gueixo pelos cornos e levá-lo ao chão sozinho e sem grande suadouro; [...] erguia à altura da cabeça cinco homens deitados num molho, hebia de um só fôlego cinco litros de vinho e fora a única criatura viva daquele lado da Ilha capaz de endireitar uma casa que ameaçara ruir no último terramoto". (p. 56)

São frequentes as analogias do regedor ora com mamíferos de grande porte (bovinos, elefantes e baleias), ora com outros animais geralmente conotados com a negatividade, de que são exemplos o dragão expulso das cavernas e o sapo ("aquele rosto apresentava o aspecto do sapo e os olhos esbugalhados inspiravam o vómito" p.81). A repulsa que o Goraz desperta ultrapassa mesmo a dos répteis e provoca o desvio compulsivo do olhar:

"ele tinha qualquer coisa de rã, assim bojudo nas faces e com o cabelo em parafuso para o alto da cabeça, além de que os olhos se esbugalhavam muito sobre o perfil dos malares. De resto, o corpo era um todo de sapo, e o seu modo de andar, sempre aos saculões, aboiava o corpo para a frente, enquanto as mãos disformes eram como as de uma garça faminta e lembravam também o saltar das rãs. Era preciso olhá-lo de través ou desviar simplesmente o olhar e seguir adiante". (p.

88)

O seu aspecto físico muda, contudo, quando se começam a sentir as consequências da sua ambição prepotente e é despoletado o conflito que agudiza a separação entre oprimidos e opressores. Colocam-se, de um lado, os rozarenses atulhados de multas e expropriações ilegítimas e, do outro, o regedor, decidido a "assumir o seu papel de grande senhor, de dono absoluto do Rozário" (p. 87). Fundem-se, aqui, as suas características de bovino e de anfibio, que o convertem "numa figura híbrida, quase touro e quase rã, como se houvesse resultado de algum miraculoso cruzamento de espécies animais tão distintas entre si" (p. 88).

Nomeado regedor por sorteio e com o aval do padre Governo, o Goraz logo se sobrepõe aos restantes poderes locais, ora intimando o padre a colaborar nas suas iniciativas legislativas (p.61), ora obrigando o presidente da junta a assinar, por meio da ameaça, os seus decretos, dispensando-se progressivamente de seguir qualquer procedimento legal para aplicação das leis por si construídas: "Mais tarde, dispensou-se até desses incómodos e passou a espancar pessoas" (p. 64).

Uma vez submetidos ao poder despótico do Goraz todos os habitantes da Achadinha - depois de despojados de toda a dignidade e haveres - a principal vítima dos abusos é a sua mulher, "criatura sem existência espiritual". Esta - que "não fora vista pela vizinhança mais do que uma mão cheia de vezes, geralmente lá para o fundo do quintal, a estender a roupa ou a amanhar porcos e galinhas" (p. 90) - apenas na morte encontra a libertação da fadiga de viver os excessos do seu monstruoso marido.

Pela voz do narrador, em forma de prolepse, atentemos na seguinte descrição da morte da mulher do regedor:

"Diz-se que, na noite em que a matou, o mastodonte fornicou-a seis vezes ininterruptas, rugindo que lhe desse um filho. À sétima tentativa, encheu-se de uma ira sem explicação e enfiou-lhe as mãos à volta do pescoço. Ao ver que

tinha debaixo de si um cadáver ainda quente, levantou-se e começou a despi-la. Depois, preparou uma corda e, enforcando-a, simulou o suicídio dela¹²". (p. 90)

Outra personagem desprovida de proporção e fragmentada - ferreiro de profissão e senhor de uma obscura ciência de curandeiro - é Cadete, que resolve aplicar "nos humanos as experiências colhidas no foro animal" (p.27). Para o efeito, depois de fechar a oficina, abre um tosco consultório e apoia-se, principalmente, na "bola perpétua do peregrino Bárbaro" (p. 27) para aplicar emplastros de ervas a todo o tipo de maleitas. O seu sucesso nesta actividade é tal, que pouco tardou para reconhecerem nele "a iluminação e o prodígio dos anjos de Deus" (p. 28).

Após uma tentativa gorada de castração de um cavalo que lhe arranca o couro cabeludo, Cadete passa três dias entre a vida e a morte. E, tendo ministrado a si mesmo "a medicina das ervas xaroposas e amargas" (p. 28), passa por um processo de metamorfose que, além de o transformar num gordo de cabeça *encodoada*, lhe confere um "aspecto vagamente luminoso e baço, de um brilho metálico quase incandescente" (p. 29), amplificador da glória da sua medicina.

A metamorfose desta personagem de feição neobarroca, de acordo com um universo diegético bem definido, surge como eixo essencial de significação. Na verdade, as personagens bem como o espaço geográfico da ilha-prisão - que sofre "da febre do ventre materno"(p.77) - caracterizam-se pela inconstância e pelas alterações metamórficas, que pretendem retratar, respectivamente, a angústia existencial e a ameaça vulcânica, alheia à atemporalidade das coisas que permanecem:

¹² Uma síntese do que foram a vida e a morte desta mulher às mãos de seu marido é facultada pelo seu cunhado, num discurso marcadamente violento, tradutor da brutalidade do Goraz sobre sua mulher: "Ele vinha-a matando um pouco em cada dia. Umas vezes, batia-lhe até ela desmaiar, outras vezes instalava-se por dentro dos seus ossos (...). A minha cunhada devia ter uma pássara tão rasgada como os figos quando estão maduros e escorrem uma baba de podridão. O ventre parecia mole e escorregadio como a lama, e ela já não era bem uma mulher, mas um bocado de terra muitas vezes lavrada e sempre sem semente. E, da mesma forma que algumas substâncias se combinam para originar outra substância nova, assim os dedos verdes do meu irmão, o cheiro do esperma e do suor impregnavam aquele corpo do seu próprio corpo" (pp. 254-255)

212 *polissema 9* 2009

"Abriu-se, com efeito, uma fenda no silêncio, porque as pessoas puderam então ouvir o canavial assobiar. Era um uivo subterrâneo, semelhante ao som dos mortos acordados, o som dos seus passos mortais em peregrinação pelo mundo, com o ninho da morte às costas. [...] Caíram logo as primeiras casas. Torciam-se no ar como bocas paralisadas pelo pânico e continuavam a vibrar no chão até à morte, porque todos os outros seres vivos, os bois, as cabras, os cães e os ratos, andavam à solta, levando consigo, para parte nenhuma, uma furiosa loucura sem alegria". (pp. 18-19)

No espaço geográfico da ilha, insinua-se a transgressão, o valor mágico e subversivo de João–Lázaro e Cadete. Este mantém a população do Rozário no obscurantismo de um tempo ultrapassado pelo progresso, de que João-Lázaro é o profeta. É este o defensor do tempo da ciência e da verdadeira medicina, alheia a diagnósticos marginais de curandeiros. Nesse sentido, Cadete é incluído por aquele no grupo das personagens que constituem as três doenças capitais da localidade, de par com o padre Governo e o regedor.

O tratamento concedido a Cadete ao longo da obra por parte do narrador é, todavia, bastante mais complacente do que o relativo às outras duas personagens do grupo, talvez por esta personagem - fazendo embora parte de *um mundo* que *não* é deste reino e usando métodos que não são deste tempo - ter efectivamente sido de alguma utilidade ao seu semelhante, ao contrário dos outros dois. Na verdade, procurou fazer algum bem público e para muitos conseguiu a cura ou o alívio dos seus males.

Quanto ao defensor do progresso, João-Lázaro - que é chegado à freguesia por altura da Quaresma, vindo ninguém sabia bem de onde - é uma personagem-chave na estrutura da obra, sendo necessário distinguir dois momentos fulcrais da sua actuação: o antes e o após a sua ressurreição, momento que marca o surgimento de uma personagem transformada.

Possuidor de um nome falante e exprimindo-se numa linguagem incompreensível que contribui para a sua aura de ser intemporal, contemporâneo de Cristo, João-Lázaro pede esmola pelas portas, aceitando apenas côdeas e torresmos.

Com o intuito de o expulsar, atiçam-lhe cães, atiram-lhe pedras e mandam contra ele cavalos e touros não castrados. Mas os cães lambem-lhe as chagas, as pedras desviam-se do alvo e os cavalos e touros vão ao seu encontro como animais amestrados.

Torna-se portanto habitual a presença desta personagem pelas ruas da localidade, pedindo côdeas e torresmos. Mas o carácter sobrenatural deste homempássaro acentua-se por alturas da peste: casa por onde ele passe é sítio livre da maleita. Apercebendo-se disto, os habitantes levam-no de casa em casa, serviço a que ele se presta com os ombros trementes ["como duas asas de águia a arrancar para um voo derradeiro" (p.172)], como se consciente da pena capital que este acto representa.

Certo dia, uma vez terminada a visitação dos moribundos, "João-Lázaro caiu no chão e começou a agonizar" (p. 173), sendo enterrado numa sepultura sobre a qual cresceram cabelos e cuja "própria terra se elevava e descia, muito devagar" (p. 174), tendo a sua memória desaparecido por completo entre os rozarenses.

Ressuscitado, todavia, no dia da visitação dos mortos e dos fiéis defuntos, João-Lázaro apresentou-se agora como o profeta do futuro, "eterno como a pedra que ninguém pode mover" (p. 232), "e explicou, assaz docemente, que estava ali enviado pela sabedoria dos povos e das nações, a fim de anunciar as alegrias efémeras da vida e suavizar o sofrimento dos homens da Ilha" (p. 178). Assume-se ainda como o anunciador da revolta dos cavadores, "o povo com a razão que trabalha do lado certo" (p. 224), contra o despotismo do regedor, o domínio do padre Governo e as mixórdias de Cadete.

É clara a identificação da personagem João-Lázaro com as figuras bíblicas de Lázaro (ressuscitado, depois de ter morrido) e de Jesus Cristo, o Ressuscitado, que veio anunciar um reino que não é deste mundo, reino onde os pobres terão primazia. Do mesmo modo, João-Lázaro vem anunciar aos habitantes da Ilha um mundo onde os pobres e oprimidos, por sua iniciativa, viverão dias melhores.

Nesta intertextualidade por desvirtuação, também ela característica do pósmodernismo, verifica-se a preferência por uma solução terrena, humana e natural para o sofrimento humano. O próprio título da obra - *O meu mundo não é deste reino* reenvia para a tentativa de inclusão do mundo insular num reino terreno, ao passo que o enunciado bíblico, que o título da obra glosa, é uma frase pronunciada por Cristo, que sugere uma solução sobrenatural para recompensa dos humildes: *O Meu Reino não é deste mundo*¹³.

João-Lázaro não é, pois, o profeta que oferece um lenitivo ao sofrimento humano pela mensagem de uma bênção a receber em outra vida, em outro mundo, mas o áugure dos tempos em que os humildes tomarão na sua mão o seu próprio destino e retomarão, com a sua ousadia, a dignidade roubada pelos opressores.

Oprimido e espoliado das suas propriedades por Goraz (como, aliás, a maior parte dos habitantes da localidade) surge João-Maria. Descrente na actuação das autoridades, após um mês de porfiadas demandas e gastos, vê-se sem terras e na penúria. João-Maria - a personagem mais acarinhada pelo narrador - refugia-se, então, na apatia do convívio com as aranhas e os murganhos, escondido numa manjedoura desconjuntada, sofrendo um processo de metamorfose incompleta, transformado num misto de homem e de rato: "Faltava apenas que lhe crescesse uma cauda, pequena que fosse, para poder então considerar-se um rato perfeito..." (pp.116-117).

É clara a simbologia desta metamorfose, de gosto neobarroco e pósmoderno, por ser representativa da condição infra-humana a que é remetida a personagem, em resultado da acção combinada das adversidades e da inacção a que se vota, vencida pelas dificuldades.

¹³ Jo, 18, 36. A edição da *Biblia Sagrada* é a da Difusora Biblica (Missionários Capuchinhos), 8ª ed., Lisboa, 1978. A passagem referida encontra-se na página 1430.

João-Maria figura na narrativa como uma personagem-símbolo, na medida em que representa todos os que foram vítimas dos abusos da autoridade, desprovidos dos seus bens e da sua dignidade. Só a morte de Sara, sua mulher, faz João-Maria despertar do seu estado de hibernação, do meio dos ratos e das aranhas, com um corpo que "deixara subitamente de parecer-se com o de um rato gigante" (p. 136), pelo simples acto de se levantar, que lhe devolve a fisionomia humana.

A morte assume sempre, na narrativa, um fulgor e uma pluralidade que a conotam com a ressurreição. Assim, paulatina mas decididamente, João-Maria reassume a sua condição de homem, reunindo-se a seus filhos para com eles chorar a morte de Sara, e revoltando-se contra o padre Governo¹⁴: "Sirva-se da sua religião para a justiça dos pobres, ou então deixe-os definitivamente em paz" (p. 144).

Ou, ainda, reagindo contra o Goraz, que o havia espoliado: "A ti corto-te o pescoço. Se não for hoje, um dia será. Mas hei-de cortar-te o pescoço" (p.155).

É indubitável que estes pensamentos da personagem são o produto ficcionado da mundividência do seu autor. Na verdade, João de Melo inscreve-se na geração de ficcionistas que se revelou após o 25 de Abril, geração que acompanhou o processo de revolução e trouxe para o mundo ficcional a reflexão e a vivência individual e colectiva. A sua escrita, contudo, abre perspectivas para novas temáticas em que privilegia, designadamente, o universo mágico das comunidades açorianas, com questões reincidentes como: "o sofrimento dos humilhados e ofendidos, a solidão, a vulnerabilidade humana, a solidariedade, o humorismo, o amor e a morte, a terra natal mitificada, a mulher como arquétipo de mistério e ambivalência entre o bem e o mal" (Machado 1996:308).

Cumpre-nos, então, reflectir sobre a personagem feminina mais trabalhada na narrativa de João de Melo: Sara. Confrontada com a desistência de viver do marido, João-Maria, vê-se obrigada a tomar sobre os seus ombros a responsabilidade de dirigir a casa e de cuidar dos seus filhos:

¹⁴ O padre Governo, como de algum modo já o referimos, representa na narrativa uma religião castradora que prima pelo abuso de poder e pela ambição

216 polissema 9 2009

"Começou a erguer-se ainda mais cedo, e cada vez mais cedo, muito antes de o sol nascer, possuída nas virilhas por uma espécie de cólera madrugadora, e aí se punha ela num perfeito alevante: esvaziava os baldes de lavagem nas gamelas dos porcos e das galinhas, remexia no poleiro à cata dos ovos da noite, atinava com a limpeza e a raspagem dos atalhos e dos aterros e despejava as águas podres na estrumeira. Daí, saltava de talhão à cabeça até à fonte e guarnecia todo o vasilhame da cozinha". (p. 111)

Os filhos, em crescimento e com crescente apetite, impelem-na - depois de ter consumido todas as provisões disponíveis, incluindo o cão que tinha morrido há um mês e que, a coberto da noite, foi desenterrar - a recorrer à mendicidade. Além disso, sem condições e a troco de uma ninharia, tem de submeter os seus filhos ao serviço do lavrador Leandro que, "sempre sorrindo com o seu ouro" (p. 114), explora a situação.

Símbolo da mulher sobrecarregada pela solidão em que exerce todas as responsabilidades da direcção e sustento da família, passando todo o tipo de necessidades e humilhações, Sara é elevada à categoria de santa, cuja ascensão se consuma através da queda das folhas da figueira junto da qual é sepultada: "as folhas da figueira não eram mais do que asas de anjos invisíveis, mandados à terra para resgatar a alma daquela santa" (p.160).

Coincide com a morte de Sara o fim da chuva dos noventa e nove dias, como se subitamente os céus não tivessem mais necessidade de chorar a ausência da regressada.

José-Maria, o primogénito de João-Maria e de Sara, cresce, transfigura-se, faz a sua viagem iniciática pelo exterior (embora nunca abandone a área geográfica de influência açoriana) e regressa à freguesia para obter a bênção de seu pai e repor a justiça. Sobressai como a esperança de um homem novo, capaz de construir um

mundo melhor.

Perante os olhos atónitos de Maria Água, José-Maria sofre uma radical transmutação, que é simultaneamente crescimento físico e determinação transformadora do mundo:

"Primeiro, engrossaram-se-lhe os pulsos e os músculos, depois uma barba da cor do musgo das rochas despontou-lhe em todos os poros do rosto e, por último, o gomo da maçã de Eva, a mulher-serpente, ficou-lhe atravessado no pescoço. Cresceram-lhe também cabelos no peito, nos braços e no púbis, e o seu animal espermático foi abalado por uma convulsão sísmica, tornando-se logo grosso e erecto como uma estaca. A culminar este processo de crescimento, o corpo de José-Maria sofreu um derradeiro esticão muscular, obrigando a roupa a estalar e a rasgar-se nas costuras - e ela tinha agora perante si um homem tão sólido como o cimento, em cujos olhos navegava já uma grande vontade de dominar o mundo". (pp. 230-231)

Uma vez realizada a viagem iniciática que lhe permite perceber que o mundo é igual em toda a parte, conclui que, "se podia vencer os seus [das baleias] dezoito metros de comprido [...] podia também regressar a [sua] casa na Ilha e vingar-[se] dos ricos, dos padres velhos, dos regedores do mundo" (p. 248). Resolve assim voltar à sua terra, impressionando o seu pai com o modo como crescera:

"Não havia certamente outro homem tão forte em todo o concelho do Nordeste, pois os seus ombros chegavam a sugerir a ideia de que o rapaz teria passado uma parte da vida a destruir o mundo e outra a muscular-se na sua reconstituição. Nem mesmo Guilherme José ou Vitorino de Sousa seriam tão fortes, não obstante possuírem uma estatura lendária e

colossal". (p. 239)

Ao invés do que poderiam sugerir estas descrições, não é pela violência que José-Maria opta para devolver a dignidade a seu pai: não usa de força para confrontar o Goraz e o obrigar à reposição dos bens que havia ilegitimamente tomado para si. Apenas pretende reconstruir pacificamente o seu mundo, a começar pela sua casa.

As próprias características físicas desta personagem, hiperbolicamente descritas, merecem, por parte do narrador, uma interpretação diferente das feitas ao Goraz. Se, neste, a força hercúlea está associada ao animalesco e à sua tendência para a tirania, em José-Maria, o seu aspecto não é mais do que a manifestação física de uma força interior imensa que o torna capaz de enfrentar as adversidades e reconstruir o seu mundo, pela reconquista de uma condição de dignidade há muito perdida. E se, no subtexto bíblico, Cristo é o mensageiro de um mundo sobrenatural, em que os pobres e os humildes se verão recompensados, José-Maria surge como a figuração da recompensa possível neste mundo. É a ilustração do homem humilde e explorado que tem força interior suficiente para tomar nas suas mãos a construção de um mundo novo, como senhor do seu destino, não se limitando a esperar um refrigério no Além.

Neste sentido, José-Maria é a encarnação da esperança no homem novo, capaz de resistir aos abusos dos que, de modo prepotente, se dedicam à exploração do seu semelhante.

O caminho percorrido pelas personagens é grande e aponta para a esperança no futuro dos homens *Ilhéus*. E José-Maria é o primeiro dos cavadores que, no final da narrativa, são descritos como:

"mudos homens da terra, os mesmos de sempre, com a única diferença de que não eram já os seres cabisbaixos de outrora, [...] eram OS CAVADORES.

E tinham enfim perdido a locomoção sem jeito de quem

aprendera a andar sozinho e sem amparo de mãe, [...] voavam um pouco mais à frente, [...] não tensos, [...] viajavam dentro deles outros desconhecidos pássaros sem nome". (p. 264)

Livres, por sua iniciativa, da tirania dos opressores, os cavadores voam em silêncio em direcção a um futuro melhor.

Dois são, enfim, os vectores em que assenta a reafirmação da condição humana, em *O meu mundo não é deste reino*: o primeiro consiste no contraste baseado na utilização de personagens de pendor fragmentário, excessivo, representando realidades extremas, usualmente conotadas com animais (a baleia, o touro, o sapo, o rato), que conduzem o leitor ao desejo do equilíbrio, da *mediania*; o segundo é todo o processo de construção da personagem José-Maria que, crescendo numa família a quem foi roubada a dignidade, cujos elementos simbolizam os efeitos extremos do aviltamento provocado pela prepotência de terceiros (o pai metamorfoseado em rato, a mãe-coragem roubada pelos céus, o irmão impedido de crescer), surge no final da narrativa como uma personagem inteira, consistente, construída.

Em suma, a desconstrução identitária que se verifica nas personagens de *O meu mundo não é deste reino*, consubstanciada essencialmente no uso de figuras fragmentadas, excessivas e excêntricas (no sentido de *desviado do centro*, da *mediania*), resulta no apelo à reafirmação da condição humana. Este apelo faz-se através de um conjunto consequente da interacção de diferentes *tipos*, em que se opõem opressores (Goraz, padre Governo e Cadete) e oprimidos (Sara e João-Maria, simbolizando o conjunto dos rozarenses vítimas do despotismo), mediados pelo profeta dos tempos vindouros (João-Lázaro). A dignidade humana é, então, alcançada pela iniciativa dos humilhados, representados pelo homem novo, criado na adversidade - José-Maria - a única personagem da qual se apresenta um percurso dinâmico de construção desembocante numa figura *inteira*, não fragmentada. Eis, pois, que *O Meu mundo não é deste reino* se afirma, no plano da construção figurativa,

como a expressão do desconstruir para reafirmar.

Bibliografia

Aguiar e Silva (1984): Teoria da Literatura. 8ª edição. Coimbra: Almedina.

Aguiar e Silva, Vitor Manuel Pires de (1971): *Maneirismo e o Barroco na poesia lírica portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos.

Augé, Marc (1998): *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade.* Venda Nova: Bertrand Editora.

Bíblia Sagrada (1978): Missionários Capuchinhos, 8ª ed. Lisboa: Difusora Bíblica.

Cahoone, Lawrence E. (1996): From Modernism to Postmodernism: an Anthology. Cambridge, Massachussets: Blackwell Publishers.

Calabrese, Omar (1999): A idade neobarroca. Lisboa: Edições 70.

Calvino, Italo (2002): *Seis propostas para o próximo milénio*. Lisboa: Editorial Teorema.

D'Ors, Eugenio (s/d): O Barroco. Lisboa: Vega.

Dorfles, Gillo (1986): Elogio da desarmonia. Lisboa: Edições 70.

Eco, Umberto (1992): "Postmodernism, Irony, the Enjoyable", in Brooker, Peter, *Modernism / Postmodernism*, N. Y., Longman: 226 e sqq.

Gonçalves, Henriqueta Maria (2006): "Narrativa portuguesa contemporânea e sensibilidade apocalíptica". In *Tendências da Literatura*. *Olhares sobre o Fantástico na Literatura*, UTAD: Publicações Pena Perfeita.

Gonçalves, Henriqueta Maria "O universo do fantástico em *O meu mundo não* é deste reino de João de Melo". In http://www.ipn.pt/literatura/letras/ensaios.htm. Consultado em: 27/04/12009

Guimarães, Fernando (1994): Os problemas da modernidade. Lisboa: Presença.

Hall, Stuart (1998): *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A.

<u>polissema 9 2009</u> 221

Hutcheon, Linda (1995): A Poetics of Postmodernism: History, Theory, Fiction. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Lipovetsky Gilles (1989): O Império dos sentidos. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Lyotard, Jean-François (1979): La Condition postmoderne - Rapport sur le savoir. Paris: Éditions Minuit.

Machado, Álvaro Manuel (1996): *Dicionário de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.

Martinho, Fernando J. B. (1996): *Tendências Dominantes da Poesia Portuguesa da Década de 50*. Lisboa: Edições Colibri.

Melo, João de (2001): *O meu mundo não é deste reino*, 7ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Meschonnic, Henri (1994): *Modernité, modernité*. Paris. Folio-Essais: Gallimard.

Sarduy, Severo (1979): "O Barroco e o neobarroco". In Moreno, César Fernandez, *América latina em sua literatura*, Madrid, Ed. Perspectiva: pp.178 sqq.

Sarduy, Severo (1989): O Barroco. Lisboa: Vega.

Soares, Maria Luísa de Castro (2007): Do Renascimento à sua questionação, Vol.I, Vila Real: UTAD.

Tadié, Jean-Yves (1992): O romance no século XX. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

UMA PERSPECTIVA POLISSISTÉMICA SOBRE AS TRADUÇÕES DE FRIEDRICH DÜRRENMATT

Micaela da Silva Marques Moura
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
Portugal
micaela.marques.moura@gmail.com

Sinopse

Neste artigo será feita uma análise polissistémica da obra traduzida para o português de Friedrich Dürrenmatt (Suíço, 1921-1990). Recorrendo às opiniões apresentadas por vários articulistas em diversos jornais nacionais, salienta-se, sobretudo, o rumo que as traduções tiveram aquando da viragem do Regime em 1974.

Abstract

Im folgenden Aufsatz wird eine polysystematische Analyse der Übersetzungen Friedrich Dürrenmatts (Schweizer, 1921-1990) ins Portugiesische gemacht. Es wird hauptsächlich die Richtung die die Übersetzungen nach Wende des Regimes in 1974 genommen haben, hervorgehoben.

Palavras-chave: Tradução, Teoria dos Polissistemas, Friedrich Dürrenmatt, Itamar Even-Zohar, 25 de Abril 1974, Portugal

Schlüsselwörter: Übersetzung, Theorie der Polysysteme, Friedrich Dürrenmatt, Itamar Even-Zohar, 25. April 1974, Portugal

A Teoria dos Polissistemas

No seu artigo intitulado "Translation Theory Today", de 1981, Even-Zohar propôs uma abordagem sistémica que se opusesse à falta de rigor existente até aí nos Estudos da Tradução (cf. Bassnett: 2001: 289-290).

Esta primeira abordagem sistémica, que segue o modelo da Teoria dos Polissistemas proposto pelos Formalistas Russos (cf. Even-Zohar, 1990: 1), foi mais tarde desenvolvida num estudo intitulado "Polysystem Studies", publicado em 1990, onde o autor defende que, apesar de os historiadores terem consciência da importância que as traduções tiveram no estabelecimento das culturas nacionais, poucos estudos foram efectuados nesta área. Em geral, as histórias das literaturas só mencionavam as traduções quando não existia nenhum meio de o evitar. Por conseguinte, faltavam estudos que mostrassem a função da literatura traduzida na literatura chegada, e que indicassem a sua posição dentro dessa mesma literatura. Além disso, também não existia a consciência duma possível existência da literatura traduzida como sistema literário particular. Even-Zohar não apenas compreende a literatura traduzida como fazendo parte de um sistema integral dentro de qualquer outro polissistema literário, como também a considera um sistema muito dinâmico. Afirma que até então os textos traduzidos tinham um estatuto periférico dentro do polissistema literário. No entanto, o lugar da tradução dentro deste sistema depende da constelação especial do dito sistema, podendo ocupar um lugar central ou periférico. No caso de ocupar uma posição central no polissistema literário, a literatura traduzida participa activamente na formação do centro do polissistema. Como tal, as traduções podem fazer parte integrante das forças inovadoras e, quando novos modelos literários surgem, elas podem tornar-se um meio para a elaboração de um repertório novo. Através das obras estrangeiras são introduzidas na literatura de chegada elementos em direcção a um encontro de culturas, que antes lá não existiam. Isto possibilita não apenas que os modelos novos de realidade substituam os antigos, mas também que outros elementos surjam, como,

por exemplo, uma nova linguagem poética ou novos modelos e técnicas de escrita. As obras traduzidas são determinadas pela situação do polissistema da língua de chegada: os textos são escolhidos de acordo com a sua compatibilidade com as novas abordagens e o papel inovador que possam assumir na literatura de chegada.

Assim, Itamar Even-Zohar define três casos em que a literatura traduzida ocupa um lugar central no polissistema literário de chegada:

- 1. quando o polissistema ainda não estiver estabelecido, isto é, quando a literatura ainda é "jovem" e que se encontra em processo de estabelecimento;
 - 2. quando a literatura de chegada for periférica ou/ e "fraca";
- 3. quando, na literatura de chegada, acontece um ponto de viragem, uma crise ou se cria um vácuo literário (cf. Even-Zohar, 1990: 45-47).

A obra traduzida para o português de Friedrich Dürrenmatt

Tendo em conta o exposto, estudaremos agora, mediante a análise da recepção feita nos jornais portugueses, a posição da obra do autor suíço Friedrich Dürrenmatt no panorama literário nacional, cujos textos foram traduzidos para o português em dois períodos decisivos da vida política portuguesa – antes e depois do 25 de Abril. Gostaria de lembrar que foram representadas, deste escritor, em palcos portugueses, antes de 1974, quatro peças¹, e publicadas oito traduções em livro. Após esta data histórica, e até hoje, subiram ao palco outras quatro peças, e mais sete traduções foram editadas em livro.

Passando à situação da literatura e das outras artes em Portugal antes da "Revolução dos Cravos", foi-me possível encontrar no panorama teatral do Estado Novo grande parte das características que o estudioso Even-Zohar enumerou para a segunda fase do polissistema, isto é, Portugal era um país com uma literatura estabelecida, mas periférica, tendo para isso contribuído, naturalmente, a sua

¹ Refiro-me aqui apenas ao número de traduções de peças e obras, e não ao número de vezes que as mesmas subiram ao palco ou foram editadas.

situação geográfica. Além disso, havia recursos escassos e os empresários do teatro tinham exclusivamente interesses económicos (cf. Redondo Júnior, 1958: 271). Excepções a estas empresas são o Teatro Novo, os Comediantes de Lisboa e a companhia de Amélia Rey Colaço-Robles Monteiro (cf. Redondo Júnior, 1958: 271/272). Havia, por isso, uma lacuna ou um vazio, que poderia ser preenchido por obras importadas.

Sabemos também que aquele período histórico estava marcado pela proibição de representação e publicação de obras; no entanto, Friedrich Dürrenmatt conseguiu que o seu primeiro grande sucesso como dramaturgo – A Visita da Velha Senhora -, fosse representado em palcos portugueses, em 1960, devido a alguma abertura na censura portuguesa. Após a representação da peça acima referida, outras peças do autor deveriam facilmente entrar no nosso país. No entanto, sabemos que mais tarde foi proibida a entrada em Portugal de outra peça de Dürrenmatt - com Marcelo Caetano já no poder (1968-1974) -, devido à entrada em vigor da Lei do Teatro de 1971, cujo estímulo era a difusão das grandes obras da dramaturgia mundial, mas que se traduziu na realidade na proibição, entre várias outras, da peça Frank V. Komödie einer Privatbank [Frank, o Quinto. Comédia de um banco privado]² de Friedrich Dürrenmatt (cf. Rebello, 1977: 33).

A lacuna acima referida foi sendo preenchida por obras estrangeiras, que vinham principalmente de França, que era então a cultura de referência para Portugal. Os textos chegavam através dos intelectuais, que dominavam a língua francesa, e que se deslocavam, sobretudo, à capital francesa, tal como Amélia Rey Colaço ou Olavo d'Eça Leal o fizeram. Ou então através da leitura de revistas francesas, como o fez o articulista do *Diário de Lisboa*, a 20 de Fevereiro de 1960, que traduziu a descrição que faz da peça *A Visita da Velha Senhora* do jornal francês "L'Express" e que foi redigida pelo conceituado jornalista e autor suíço Franck Jotterand (1923–2000), que era, por esta altura, correspondente cultural em vários jornais franceses.

² Minha tradução.

226 <u>polissema 9 2009</u>

Através destes dois processos as novidades literárias e teatrais foram chegando ao nosso país. No primeiro artigo relativamente à *Visita* publicado, no jornal *O Século*, a 7 de Março de 1960, dia de estreia da peça no Teatro D. Maria II, o articulista menciona precisamente a entrada com esta peça em Portugal de "uma concepção nova na criação dos ambientes" a que a "originalidade do desenvolvimento do conflito" obriga. No entanto, a notícia de chegada desta novidade ao panorama teatral nacional não é apenas mencionada por este diário, mas sim, é referida um pouco por todos os jornais. O *Diário de Lisboa*, por exemplo, considera, a 7 de Março de 1960, a peça uma "novidade de uma peça moderna, estranha, original e audaciosa, contundente e sarcástica". Também o diário *República*, no dia 7 de Março de 1960, se refere a esta novidade no panorama teatral português, e salienta a questão do tratamento do tema da peça, afirmando o articulista L.O.G. que se trata de "uma obra teatralmente invulgar da dramaturgia do nosso tempo".

A peça subiu mais duas vezes aos palcos portugueses (em Outubro de 1960 no Porto e em 1967, de novo, em Lisboa), e também por essas ocasiões os testemunhos recepcionais salientam esta novidade teatral. No *Comércio do Porto*, a 21 de Outubro de 1960, o articulista L.G. refere que os espectadores estavam habituados a peças de teatro nos "moldes fundamentais e clássicos" e que esta peça se integra no teatro moderno.

Aquando da terceira representação da peça, o articulista do artigo publicado a 20 de Maio de 1967, no *Diário Popular*, considera a actriz Amélia Rey Colaço "sempre pioneira do Teatro português", designando a "peça «revolucionária», em ideias e formato (sem que as ideias fossem revolucionárias, é claro)", e salienta o carácter moderno da peça.

A representação de *A Dança da Morte em Doze Assaltos* em 1970/1972 também ficou marcada por uma novidade: pela primeira vez, em Portugal, utilizavase um palco de ronda. A actriz Carmen Dolores afirma, num artigo de *A Capital*, datado de 5 de Abril de 1972, que gostou muito de representar a personagem Alice,

"porque foge mais à rotina do género de papéis que costumamos fazer." No *Jornal de Notícias*, datado de 3 de Junho de 1972, esta actriz, de novo, salienta que este conceito de palco é uma novidade em Portugal, porque foi apresentado um novo conceito de palco, que permitia a interacção com o público. E, como a actriz afirma: "Com esta peça aprendi a ser espectadora (...) o público ajuda, sente-se."

O reconhecimento de que *A Dança da Morte em Doze Assaltos* enriquecera a temporada teatral de 1971/1972 foi unânime entre os vários articulistas. Maria Helena Dá Mesquita, por exemplo, afirma num artigo de *A Capital*, de 7 de Abril de 1972, que a temporada foi "tristemente parca, e eis que surge um texto arrebatador, arrojada concepção dramática". Também no diário República, de 6 de Abril de 1972, o encenador da peça *A Dança da Morte em Doze Assalt*os, Jorge Listopad, comenta que a temporada fora fraca, e que esperava que esta peça fosse vista como uma peça moderna, quebrando, de alguma forma, "o tédio da actual temporada".

Pelas opiniões dos articulistas aqui apresentadas, verificamos a importância que as traduções da obra de Dürrenmatt tiveram ao entrarem em Portugal antes de 1974. Tratava-se de um país com uma literatura limitada, que não tinha desenvolvido a panóplia de actividades literárias que outras literaturas centrais já possuíam. E tal como Even-Zohar (1990: 47) explica na sua teoria, as peças que deste autor suíço subiram aos palcos portugueses eram consideradas como sendo uma grande novidade para o panorama teatral português.

Como já foi exposto anteriormente, a terceira situação do polissistema surge quando a dinâmica deste sofre pontos de viragem. Isto é, quando em momentos históricos modelos estabelecidos já não convencem as gerações mais jovens. Nestes momentos, e mesmo em literaturas centrais, os textos traduzidos podem assumir uma posição central. Tal é sobretudo verdade quando num ponto de viragem não existe, no país de chegada, repertório que possa ser aceite. Existe, assim, um vácuo literário, onde a literatura traduzida se infiltra e pode assumir uma posição central (cf. Even-Zohar, 1990: 48).

Transpondo esta situação de vácuo literário para o panorama político

português, e tendo em mente a Revolução de 1974, estávamos perante um momento histórico em que foi permitida a entrada em Portugal de textos porque existia uma total liberdade de produção. No entanto e em relação às obras de Friedrich Dürrenmatt, verifiquei que o número de peças representadas se manteve tal como antes da Revolução de Abril. Todavia, a sua mensagem de crítica social, que antes era omitida, ou pouco salientada, como pudemos ver num artigo do *Diário Popular* de 20 de Maio de 1967, onde o articulista designa a peça de Friedrich Dürrenmatt como uma "peça «revolucionária», em ideias e em formato (sem que as ideias fossem revolucionárias, é claro)", agora surge de forma mais explícita.

Assim, por exemplo, a representação de *Rómulo* foi caracterizada pela crítica de teatro Manuela de Azevedo, num artigo publicado no *Diário de Notícias* a 9 de Outubro de 1981, como uma peça carregada "de sarcasmos críticos dirigidos ao mundo em que vivemos, aos homens que o habitam, aos governantes que o regem, aos regimes que eles adulteram, consoante os interesses pessoais de cada um". Tito Lívio, crítico de cinema e de teatro, poeta, ensaísta e encenador, professor de teatro e fundador do Teatro Ibérico, sobejamente conhecido no meio teatral português, refere, em relação à mesma peça e relativamente à tradução a nível cénico, num artigo de *A Capital*, de 27 de Outubro de 1981, que a representação não soube mostrar a ironia e o sarcasmo da peça, que muito tinha a ver com a realidade da política nacional de então.

A propósito de *O Colaborador*, e num artigo publicado no *Público*, a 26 de Outubro de 2001, a jornalista Maria José Oliveira afirma que a peça é "uma clara denúncia de uma sociedade que colabora com o poder, tornando-se uma espécie de cúmplice do terror que agora atravessa o mundo". Esta peça foi representada em Portugal, coincidentemente, pouco tempo depois dos atentados de 11 de Setembro de 2001.

Relativamente à publicação do romance *A Justiça*, no semanário *Expresso*, de 29 de Agosto de 1987, José Manuel Cortês afirma que o romance é uma "espécie de parábola crítica dos mecanismos sociais e políticos das classes dominantes

suíças."

Pelas opiniões dos articulistas aqui apresentados podemos integrar este período na terceira situação, postulado por Even-Zohar, no qual as traduções, tomam uma posição central, ocupando um vazio deixado no polissistema de acolhimento.

Considerações finais

Com este pequeno ensaio tentei aplicar a Teoria dos Polissistemas à obra traduzida para a língua portuguesa do autor suíço Friedrich Dürrenmatt, antes e depois do 25 de Abril.

Sabemos que a situação da literatura em Portugal antes desta data histórica se caracterizava, sobretudo, pela proibição, por parte da censura, da representação de grande parte das peças de teatro estrangeiras em palcos nacionais, tornando-a assim, naturalmente, uma literatura periférica, tal como descrita por Itamar Even-Zohar na segunda fase da sua Teoria dos Polissistemas. A referida censura espelhase também nas opiniões dos articulistas aqui apresentadas, que, apesar de elogiarem as novidades do teatro dürrenmattiano, são muito contidas, salientando, no entanto, o carácter original das peças e das encenações. Após a Revolução de 1974, por outro lado, e já autorizadas a representação de grande parte do repertório estrangeiro, as opiniões encontradas na imprensa nacional são visivelmente marcadas por uma muito maior liberdade de expressão, devido ao surgimento de um ponto de viragem – no caso de Portugal, político – descrito por Even-Zohar como sendo a terceira fase da sua teoria polissistémica.

Bibliografia

A.F., "No Avenida: A 2.ª Visita da Velha Senhora", in: *Diário Popular*, 20/5/1967.

[ANÓNIMO], "'A Dança da Morte' em ringue de boxe", in: *A Capital*, 5/4/1972.

[ANÓNIMO], "No D. Maria II: Dentro de dias «A visita da velha senhora», de Friedrich Dürrenmatt", in: *Diário de Lisboa*, 20/2/1960.

[ANÓNIMO], "'A Visita da Velha Senhora': Uma tragédia contada em tom de farsa – diz-nos Cayetano Luca de Tena", in: *Diário de Lisboa*, 7/3/1960.

[ANÓNIMO], "'Dança da morte em 12 assaltos' no Teatro António Pedro: Três actores num ringue de boxe – Um trabalho 'difícil e apaixonante'", in: *Jornal de Notícias*, 3/6/1972.

[ANÓNIMO], "Esta noite no D. Maria II a estreia da farsa", in: O Século, 7/3/1960.

[ANÓNIMO], "A Dança da Morte em Doze Assaltos' na Casa da Comédia – O encenador Jorge Listopad fala-nos desta peça", in: República, 6/4/1972.

AZEVEDO, Manuela de, "Rómulo, o Grande' no Nacional", in: *Diário de Notícias*, 9/10/1981.

BASSNETT, Susan, 2001, "Da Literatura Comparada aos Estudos de Tradução", in: *Floresta Encantada – Novos Caminhos da Literatura Comparada* (Org. Helena Buescu, João Ferreira Duarte, Manuel Gusmão), Publicações D. Quixote, Lisboa, pp. 289-313.

CORTÊS, José Manuel, "Dürrenmatt: o cidadão e a culpa", in: Expresso, 29/8/1987.

DÜRRENMATT, Friedrich, 1960, A Visita da Velha Senhora – Tragicomédia, Tradução de Olavo d'Eça Leal e revisão de Rosário Corte-Real, Teatro no Bolso, Lisboa, Contraponto.

1965, A Visita da Velha Senhora: Comédia trágica, com posfácio – Os Físicos,
Tradução de Irene Issel e Jorge de Macedo, Lisboa, Portugália Editora.

1980, "Der Mitn	nacher – Ein Ko	omplex", Werka	ausgabe in dre	ißig Bänden,
Band 14, Zürich, Diogenes.				

19	80, "Frank,	der Fünfte:	Komödie	einer	Privatbank",	Werkausgabe	in
----	-------------	-------------	---------	-------	--------------	-------------	----

dreißig Bänden, Band 6, Zürich, Diogenes.

_____1980, "Play Strindberg – Totentanz nach August Strindberg", in: Friedrich Dürrenmatt, *Play Strindberg – Porträt eines Planeten – Übungsstücke für Schauspieler, Werkausgabe in dreißig Bänden*, Band 12, Zürich, Diogenes, pp. 9 – 93.

_____1980, "Romulus, der Große – Eine ungeschichtliche historische Komödie", in: Friedrich Dürrenmatt, *Dürrenmatt Werksausgabe in 29 Bänden*, Bd. 2, Zürich, Arche.

_____1998, "Der Besuch der alten Dame – Eine tragische Komödie – Neufassung 1980", Werkausgabe in siebenunddreißig Bänden, Band 5, Zürich, Diogenes.

_____2006, "Friedrich Dürrenmatt – O Colaborador – Uma Comédia", Tradução de Júlia Garraio, *Cadernos do CIEG* n.° 22, Coimbra, Centro de Interuniversitário de Estudos Germanísticos.

EVEN-ZOHAR, Itamar, 1990, "Polysystem Studies", *Poetics Today* International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication, Volume 11, Number 1.

GROßE, Wilhelm, 1998, "Literaturwissen für Schule und Studium Friedrich Dürrenmatt", Stuttgart, Philipp Reclam jun..

JÚNIOR, Redondo, 1958, "Encontros com o Teatro", Lisboa.

L.G., "'A visita de velha senhora' – farsa-trágica em três actos de Friedrich Dürrenmatt, traduzida por Olavo d'Eça Leal.", in: *Comércio do Porto*, 21 de Outubro de 1960.

LÍVIO, Tito, "Um Durenmatt [sic] "Soft": Rómulo, o Grande, no Nacional", in: *A Capital*, 27/10/1981.

L.O.G., "No Teatro Nacional: 'A visita da velha senhora", in: República, 07/03/1960.

MESQUITA, Maria Helena Dá, "A Dança da Morte em 12 Assaltos", in: *A Capital*, 7/4/1972.

MOURA, Micaela, 2007, Recepção e Tradução da Obra de Friedrich Dürrenmatt em Portugal, Tese de Mestrado, Universidade do Porto.

_____, 2008, "Tradução Directa ou Indirecta? A Recepção da (primeira) Obra de Friedrich Dürrenmatt em Portugal", in: *Polissema – Revista de Letras do ISCAP* n.º 8, pp. 137-144.

OLIVEIRA, Maria José, "Teatro do Noreste estreia "O Colaborador", in: *Público*, 26/10/1981.

REBELLO, Luiz Francisco, 1977, Combate por um teatro de combate, Lisboa, Seara Nova.

LA MEDECINE INDIGENE COMME INSTRUMENT NORMATIF SOCIAL: L'EXEMPLE DU CORPS MALADE NAVAJO.

Nausica Zaballos Paris IV Sorbonne França nisz@hotmail.fr

Abstrait

La médecine traditionnelle indigène peut parfois se poser comme un instrument normatif désignant le malade comme celui qui transgresse l'ordre établi par les ancêtres sacrés et permet à la maladie d'advenir. Un tiers malveillant ou un sorcier peuvent également être les causes du désordre physiologique et moral du corps social communautaire. L'étiologie navajo repose sur deux phénomènes : l'existence de sociosomas (troubles liés à une mauvaise relation à l'entourage) et de mouvements d'exclusion ou d'inclusion du corps étranger, de la conduite déviante. L'étude de la figure du malade dans les mythes soulignera l'aspect normatif des thérapeutiques navajo. Enfin, une réflexion sur la justification idéologique de l'intégration des pratiques ancestrales au protocole de soin montrera dans quelle mesure la collaboration entre praticiens traditionnels et personnels de santé contribue à stigmatiser le malade comme l'épitome de toutes les déviances : par rapport à la tradition mais aussi au modèle social dominant.

Abstract

Traditional medicine can sometimes assign a role of transgressor to the person who shows the signs of illness. Physiological and psychological disorders

<u>polissema 9</u> 2009 235

become symptomatic of a mistake committed by the patient who did not abide by the teachings transmitted in the sacred stories. This carelessness or deliberate transgression enables the illness to manifest itself to the ethnic or religious community the sick person belongs to. An analysis of some Navajo myths featuring the figure of the sick person will show that Navajo etiology and traditional therapeutics are based on two phenomena: the acknowledgment of the existence of sociosomas (illnesses resulting from a conflictive interaction with the cosmos) and exclusion or inclusion patterns. Lastly, a reflection on the integration of traditional therapeutics into what can be labelled mainstream or Anglo medicine will try to show that the Navajo patient is more than often considered as a deviant individual who proves unable to respect any norms, be they traditional or Anglo.

Mots clés: Norme; corps; frontières; mesure; thérapeutiques traditionnelles.

Keywords: Navajo medical practitioners; transgression; traditional healing; sympathetic magic.

La médecine traditionnelle indigène peut parfois se poser comme un instrument normatif désignant le malade comme celui qui transgresse l'ordre établi par les ancêtres sacrés et permet à la maladie d'advenir. Le patient est invité à s'identifier à des héros mythiques ayant connu la maladie après avoir cessé d'observer les règles instituées par les *Yei*, forces atmosphériques, animales, végétales ou minérales présidant au bien-être des Navajo. La maladie peut également être causée par un tiers malveillant, le sorcier. L'étiologie navajo repose donc sur deux phénomènes : l'existence de causes sociales, des sociosomas et de mouvements d'exclusion ou d'inclusion du corps étranger, de la conduite déviante.

Dans quelle mesure les thérapeutiques navajo signifient l'acquiescement du malade à un ordre social garant de santé pour l'ensemble de la communauté ?

Existent-ils des topos discursifs définissant la pathologie comme une des conséquences de l'acculturation des individus ? L'étude de l'étiologie et de la figure du malade dans les mythes soulignera l'aspect normatif des thérapeutiques navajo. Enfin, une réflexion sur la justification idéologique de l'intégration des pratiques traditionnelles au protocole de soin montrera dans quelle mesure la collaboration entre les hommes médecine - *hataali* - et personnels de santé contribue à stigmatiser le malade comme l'incarnation de toutes les déviances : par rapport à la tradition mais aussi au modèle social dominant que les *hataali* rejettent mais servent également malgré eux.

Connaissance et maladie.

Pour les Navajo traditionalistes, la maladie est issue d'une mauvaise interaction entre le souffrant et le cosmos. Le *hataali* va se charger de rappeler au patient les modalités d'interaction avec les autres membres de la Création à travers les chants et la représentation picturale que constituent la ou les peintures de sable réalisées lors de la Voie. La Voie est le moyen utilisé pour guérir et atteindre *hozho* l'harmonie - le but ultime pour tout Navajo. Selon le mythe des Origines, les ancêtres, des proto-formes navajo, auraient émergé des entrailles de la terre à l'emplacement actuel de la réserve après avoir été bannis des mondes inférieurs où la luminosité et la connaissance étaient moindres. Avec chaque ascension, les Navajo acquièrent de nouveaux savoirs et leur apparence se modifie : de simples insectes (dans le premier monde), ils deviennent humains à partir du quatrième monde.

Les errements des Navajo sont sources de conflits mais permettent de définir des règles préalables à l'institution du contrat social célébré par Premier Homme lors de la délimitation du temps et de l'espace à la surface de la terre. Le monde créé à la surface de la terre est exempt de maladies à condition de vivre en intelligence avec la Création.

Les Navajo estiment que chaque élément est investi d'une énergie première qui peut parfois se révéler pathogène si elle n'est pas appréhendée correctement. Le principe de sympathetic magic (magie par contagion) identifié par Sir James Frazer en 1922 structure les relations interpersonnelles de l'individu navajo et son rapport à la maladie¹. L'énergie, pathogène ou bénéfique, peut être transmise à un sujet par un simple contact, visuel, corporel, auditif ou suggéré. L'office for Diné Education and Culture publie une brochure à l'intention des familles afin de rappeler aux jeunes les modalités d'interaction avec certains Yei animaux comme le serpent: "Vous ne devez jamais contempler un serpent faire sa mue. Vous ne devez jamais regarder un serpent manger, s'accoupler, ramper"2. Eddie Tso, responsable d'un programme de formation pour hommes-médecine, me relata le cas d'un enfant de 4 ans dont le ventre ne cessait de gonfler et se couvrait de squames. Le diagnostiqueur découvrit que la mère avait mangé du serpent lorsqu'elle était enceinte. L'enfant reçut la cérémonie appropriée et fut guéri³. La connaissance est garante d'hozho. Contrairement aux mondes inférieurs caractérisés par des luttes intestines, le monde scintillant à la surface de la terre est un monde ordonnancé où les individualités s'effacent au profit du bien commun. Chaque élément possède une fonction propre qui doit être connue de tous. Ainsi, un des chants de la Voie de la Bénédiction affirme: "l'ai pleine connaissance de l'origine de Femme Montagne (...) j'ai pleine connaissance de l'origine de diverses pierres précieuses (...) maintenant j'ai pleine connaissance de l'origine de la longue vie et du bonheur"4.

Une organisation apollinienne de la société

La recherche de hozho légitime une vision et organisation apolliniennes de la

¹ Frazer, James. The Golden Bough. New York: Macmillan, 1922.

² Diné Traditional Ways, Belief and Values, brochure éditée par l'Office of Diné Education and Culture, Window Rock, Arizona, 1992, np.

³ Eddie Tso, Window Rock, Arizona, 19 juillet 2006.

⁴ Wyman, Leland C. Blessingway, with Three Versions of the Myth. Tucson: University of Arizona Press, 1970, page 113.

polissema 9 2009 238

société. Puisque chaque élément de la création est interdépendant des autres, puisqu'il existe des prescriptions qui régulent les contacts avec les êtres sacrés, la mesure doit gouverner toute conduite. La maladie résulte d'un conflit entre les aspirations de l'individu et la doxa sociale. Ainsi, les patients originels sont décrits par les Voies comme des individus en marge, des asociaux qui sont exclus du groupe en raison de leur hybris ou de leur incapacité à agir. Le héros de la Voie de la Nuit est en proie aux rebuffades de sa famille qui déplore son manque de virilité. Le héros de la Voie de la Plume est lui, un joueur invétéré, qui est contraint de quitter ses proches après avoir perdu au jeu tous leurs biens. Ces héros sont en fuite mais leurs pérégrinations vont leur permettre d'acquérir de nouvelles connaissances auprès des êtres sacrés. Leur recherche identitaire se double d'une quête de reconnaissance. Les savoirs qui sont transmis par les êtres sacrés à ces bannis leur permettent de regagner la confiance et l'estime des leurs. La guérison passe donc par la reconstruction du lien social et la réaffirmation de l'attachement individuel aux croyances qui fondent l'identité de la communauté. La médecine navajo trouve donc son origine dans l'établissement d'un contrat social qui célèbre l'effacement de l'individu au profit du bien-être de la communauté à laquelle il appartient. La reconstruction du lien social passe par la destruction des passions personnelles. Garçon-Pluie de la Voie de la Pluie désire une femme interdite. Il sera mis en pièces par Tonnerre d'Hiver. Les éléments destructeurs sont des divinités commandant aux forces naturelles. Après annihilation de l'ambition, des désirs qui font désordre, le corps est reconstitué:

> "Son sang est récolté par les fourmis, ses nerfs replacés par les araignées (...) son corps et sa chevelure par la Lune et le Peuple-Obscurité, son visage par le Peuple-Aube, son esprit par Dieu-qui-Parle".5

⁵ Haile Berard. "Origin Legend of the Navaho Flint Way" University of Chicago Publication in Anthropology, 1943, p.35.

La maladie est manifeste car elle immobilise physiquement et psychologiquement le souffrant. Les Voies rappellent au chanté, le malade du temps profane, que la guérison se trouve à la surface de la terre, au sein de l'enclave sacrée, recréation du monde mythique, recelant les enseignements des *Yei*, à qui veut bien entendre et voir. Ainsi, une des mélopées de la Voie du Projectile invite le chanté à s'abandonner à la connaissance transmise par les *Yei* et le *hataali*:

"Que m'instruise le pollen de l'aube, sur ma poitrine déposé. Que m'instruise le pollen du crépuscule, sur mon dos déposé (...) Puissé-je marcher instruit par le pollen de l'oiseau bleu, du ciel et du rayon de soleil, (...) Sur le chemin de la connaissance, je marche".6

La maladie forclot le souffrant dans une captation de signes étranges et étrangers qui le séparent des bien-portants. La Voie est un processus qui permet d'aller de soi-même vers les autres, de l'intérieur vers l'extérieur. Prisonniers de schémas compulsifs répétitifs, égarés par leurs passions ou peurs, les archétypes navajo du héros malade sont enterrés vivants, démembrés ou confrontés à des forces naturelles paralysantes. Dans le mythe des Origines, le premier mort apparaît dans les mondes inférieurs. La mort, mettant un terme au processus cumulatif d'acquisition de nouvelles connaissances, ne peut avoir lieu que dans les mondes inférieurs, symboles de tâtonnements. Par conséquent, pour les Navajo, toute mort est pathogène car ce qui subsiste du mort, le *chindi*, représente toutes les erreurs du défunt. Celui qui commet des erreurs devient aveugle à la beauté du monde scintillant et connaît la même insatisfaction que les proto-formes navajo. Ainsi, le malade est souvent représenté comme prisonnier des entrailles de la terre et le patient doit retrouver le chemin qui le mènera à la surface de la terre, au sein du

⁶ Extrait de la Voie du Projectile in Crossman, Sylvie, Barou, Jean-Pierre. *Hozho Peintures de guérison des Indiens Navajo*, catalogue de l'exposition présentée à la Galerie des Hospices de Limoges du 1^{ier} juin au 13 octobre 2002. Montpellier: Editions Indigènes, 2002, p.71-72.

bogan, habitation où se trouve rassemblée la communauté autour du corps malade:

"Tueur de Monstres avec sa baguette noire ouvre un passage pour moi (...) jusque là où gisent mes pieds, là où gisent mes membres, là où gît mon corps, là où gît mon esprit (...) De nouveau à l'endroit d'où je peux voir dans quelle direction se dresse mon hogan (...) sur le chemin du retour il grimpe devant moi".

Pour que la guérison advienne, il faudra renoncer aux velléités de domination sur la matière et le temps et accepter de *revenir* auprès des siens. La Voie doit permettre au malade de réitérer sa confiance en un ordre parfait et immuable, d'où la maladie est absente. Ainsi, à la fin de la cérémonie, le chanté peut affirmer:

"Les montagnes ont regagné leur place, les arbres ont regagné leur place, toute la végétation pousse de nouveau à sa place, tout est redevenu beau. J'ai échappé à la peur (...) Les dieux me bénissent. Je suis heureux!"8

Le patient a retrouvé la vue et peut de nouveau contempler la beauté de *Dinetah*, à la surface de la terre:

"Par bonheur mes yeux retrouvent leur pouvoir. Par bonheur ma tête est apaisée. Par bonheur mes membres retrouvent leur pouvoir. Par bonheur j'entends de nouveau. Par bonheur pour moi le sort est écarté. Par bonheur je peux marcher".

⁷ Matthews Washington. «The Prayer of a Navaho Shaman » *American Anthropologist*, Old Series 1 (1888), p.147-170.

⁸ Prière au Peuple Etoile, Natani Tso in Sandner, Donald. Rituels de guérison chez les Navajo. Editions du Rocher, 1996, p.166-67.

⁹ Matthews, Washington. "The Night Chant: A Navaho Ceremony" Memoirs of the American Museum of Natural History, 6, 1902, p.144.

Frontières psychiques et physiques.

L'univers navajo est borné: quatre montagnes sacrées délimitent *Dinetah*, le territoire où résident *Yei* et humains. Le macrocosme est reflété dans l'agencement du *hogan*, habitation octogonale construite autour de quatre piliers. A cette délimitation spatiale vient s'ajouter la création de barrières psychologiques: les quatre montagnes sacrées ou piliers marquent les frontières entre le monde sacré (*Dinetah*) et profane (le reste des Etats-Unis), le dedans et le dehors, le connu (source de bienfaits) et l'inconnu (source d'erreurs), le maîtrisable et l'incontrôlable, le communautaire et l'étranger. Selon Alexander Mitchell, fils de *bataali*, les cérémonies ne sont effectives qu'au sein de l'enclave sacrée. Si un Navajo résidant à Phoenix requiert les services d'un *bataali*, il doit se rendre à *Dinetah* pour connaître la guérison. Si la cérémonie est réalisée à Phoenix, il ne guérira pas et son état pourrait même empirer.

Le Navajo traditionaliste estime que le corps humain est un conglomérat de matières présentes dans l'enclave sacrée. Les artères, les veines et les os sont constitués de corail, de turquoise et de coquillages blancs. La chair est une mixture de maïs blanc et jaune. Le fonctionnement des organes n'obéit donc pas à des règles validées par la science mais procède d'une vision panthéiste de la Création génitrice. Selon le mythe des Origines, Femme Changeante, la Terre Mère, décide de créer d'autres humains après la naissance de Jumeaux. Elle utilise des morceaux de sa peau mélangés à de la terre.

La représentation traditionnelle du corps humain reflète la volonté de s'ancrer culturellement, spirituellement et intellectuellement dans une entité géographique dotée d'une identité, d'une autonomie et d'une vie propre. Cet attachement viscéral à la terre résulte d'une filiation qui a laissé ses stigmates sur les corps et les organes. La Terre charrie et accouche des Navajo. Les premiers Navajo avaient émergé de ses entrailles, des mondes inférieurs, d'autres ont été modelés à partir de ses composants. Les principes de vie résident dans l'enclave sacrée. Les

matières naturelles présentes dans le corps des Navajo ne peuvent jouer leur rôle qu'en interaction avec l'environnement physique de la réserve d'où la nécessité d'être perpétuellement lié à celle-ci¹⁰. L'individu navajo est relié psychiquement et organiquement à la réserve, ce qui lui assure bien-être et harmonie à condition de respecter son environnement et les enseignements transmis par les *Yei*¹¹. Cependant, il peut être sujet aux agressions extérieures.

Corps étrangers et ethnocentrisme

La Voie de l'Aspiration permet d'extraire les corps étrangers utilisés par les sorciers pour assujettir leurs victimes. Dans toutes les cérémonies navajo, un premier temps est consacré à l'ingestion d'émétiques afin de purifier le corps. Pendant la Voie de la Grande Etoile, les formes géométriques dessinées près de l'émétique sont rondes ou convexes et s'ouvrent sur l'extérieur en un demi-cercle pour symboliser l'extraction du mal de l'organisme du patient et son rejet vers l'extérieur.

Si la maladie est signifiée métaphoriquement et physiologiquement par l'ingestion du corps étranger, le recours à certaines cérémonies dévoyées de leur sens originel témoigne de l'ethnocentrisme de certains Navajo qui considèrent tout contact avec un non-Navajo comme pathogène. Aujourd'hui, Joanna George affirme que la Voie de l'Ennemi est la plus populaire des célébrations. Autrefois réservée aux combattants navajo qui l'utilisaient pour se prémunir des fantômes des personnes étrangères à la tribu tuées au combat, elle est aujourd'hui utilisée par de nombreux individus qui entrent en contact avec des non-Navajo¹². En 1946, le Père Haile écrivait déjà :

¹⁰ Alexander Mitchell, entretien accordé le 24 juillet 2006 au Diné College, Tsaile, Arizona.

¹¹ Pour une discussion des constructions identitaires selon les frontières corporelles et spatiales navajo, voir aussi Trudelle Schwarz, Maureen. *Molded in the Image of Changing Woman, Navajo views on the Human Body and Personbood.* Tucson: University of Arizona Press, 1997.

¹² Joanna Georges, 25 juillet 2006, Saint Michaels, Arizona.

<u>polissema 9</u> 2009 243

'Depuis (...) 1868, les Navajo n'ont plus jamais été en guerre (...) Pas un été sans que soient organisées une ou plusieurs Voies de l'Ennemi (...) Les Navajo sont 'le Peuple' et Diné signifie 'le Navajo' (...) en opposition au Zuni, Mexicain, Américain, Japonais, Chinois ou Russe. Tous sont 'ana', des ennemis''i3.

Cette peur du non-navajo a souvent constitué un frein à l'acceptation du protocole de soin en milieu hospitalier. Certains actes médicaux suscitent l'opprobre des Navajo les plus traditionalistes qui redoutent une possible contamination du patient. Ainsi, Eddie Tso m'expliquait qu'il conseillait aux familles de refuser toute greffe, prise de sang ou procédures chirurgicales. Le chirurgien Peter Tempest affirmait en juillet 2007 que certains parents insistaient pour assister à l'opération afin de s'assurer qu'aucun tissu organique n'était conservé par des sorciers œuvrant au sein même de l'hôpital. Pendant longtemps, ce type de croyances a nourri le mécontentement des praticiens à l'égard des hommes médecine, souvent accusés de mettre en danger la vie des patients. Aujourd'hui, certains hataali sont employés par les hôpitaux publics (sous tutelle de l'Indian Health Service) ou privés. L'accès des Navajo aux carrières médicales et la mise en cause de l'abandon du mode de vie traditionnel dans l'apparition de pathologies comme le diabète ou l'alcoolisme ont justifié le recours à la médecine traditionnelle - néanmoins tributaire du regard occidental qui ne reconnaît son efficacité que dans le traitement de certaines pathologies: maladies mentales et addictions.

¹³ Haile, Berard. *The Navaho War Dance, Squaw Dance.* St Michaels Press: St Michaels, Arizona, 1946, p.3,4,5,6.

Le corps malade communautaire et l'intégration des thérapeutiques traditionnelles au protocole hospitalier

Les *hataali* s'occupent de patients que l'on considère perdus pour la science occidentale car leurs pathologies sont le fruit d'un mauvais rapport à la culture ancestrale, rapport perverti ou tronqué. Selon Ervin Tsosie du Rehoboth McKinley Hospital à Gallup, plus de la moitié des patients franchissant les portes de la Behavioral Unit sont étrangers à la culture navajo¹⁴. Ils ont grandi en dehors de la réserve dans des pensionnats tenus par des missionnaires protestants. Ervin Tsosie, ancien alcoolique, aujourd'hui chargé de la sélection des candidats au programme traditionnel, reconnaît que d'autres raisons au nombre desquelles de nombreux facteurs socio-économiques, peuvent être incriminées. Cependant, il affirme que les personnes dépendantes partagent des problèmes identitaires qui peuvent s'expliquer par la méconnaissance de leur histoire familiale, des codes qui régissent leur culture ou le rejet de leur identité navajo. Pour Robert Johnson, responsable culturel navajo, l'acculturation est bien la cause de la plupart des désordres physiologiques et sociaux des habitants de la réserve :

"Regardez autour de vous. Les enfants portent des lunettes, des appareils auditifs (...) Personne ne prend soin de la terre. Ils préfèrent s'arrêter aux Wendys, Taco Bells... Autrefois, le cancer et le diabète n'existaient pas. Regardez, tous ces obèses!" 15

La dimension universelle des héros auxquels s'identifiaient les malades pour lesquels la Voie était organisée était suggérée par la formation de leurs noms, précédés du mot celui. Le héros était identifié nominalement par une expression qui désignait son comportement ou ses qualités (Celui-qui-s'éduque-seul), il ne portait

¹⁴ Ervin Tsosie, 16 juillet 2007, Rehoboth McKinley Christian Hospital, Gallup, Nouveau-Mexique.

¹⁵ Robert Johnson, entretien accordé à l'auteur le 20 juillet 2006 à Window Rock, Arizona.

<u>polissema 9</u> 2009 245

pas de prénom mais une appellation générique qui désignait un trait distinctif de sa personnalité. Les termes génériques décrivant le héros du mythe comme un transgresseur ou tout au moins agent causatif *velui-qui* sont depuis quelques décennies repris par la population, les responsables religieux, éducatifs ou culturels et le personnel hospitalier pour désigne le malade comme *Celui-qui-s'est-éloigné-de-la-tradition*. Si l'intégration des thérapeutiques traditionnelles au sein des hôpitaux américains témoigne d'une légitimité accrue des guérisseurs locaux auprès des praticiens et personnels hospitaliers ne se reconnaissant pas dans la tradition navajo, elle contribue également à la multiplication de discours promouvant un certain retour aux sources et condamnant la société américaine, jugée responsable de l'apparition de nouvelles pathologies. Si ces pathologies résultent réellement de l'acculturation, quelle sera la portée de traitements qui culpabiliseraient le malade pour les ajustements qu'il a dû réaliser? Selon Kluckhohn et Leighton, les interdictions et régulations qui assurent la cohésion de la société navajo, induisent également un sentiment d'insécurité et de peur:

"Le Navajo qui les observe se trouve dans la situation du patient obsessionnel-compulsif qui obtient (...) un sentiment de sécurité lorsqu'il évite de toucher certains objets (...) Mais alors que le nombre de choses interdites à faire ne cesse d'augmenter, la vie devient rapidement intolérable".16

Ces patients deviennent également l'épitome du mal qui ronge le corps social navajo. L'identification de conduites à risques dans l'apparition de la maladie (dépendance à l'alcool, consommation de stupéfiants, violences conjugales subies ou administrées), élément nécessaire à l'établissement d'un protocole de soin permettant une prise de position du patient face à sa pathologie se superpose à la

¹⁶ Kluckhohn, Clyde, Leighton, Dorothea. *The Navajo*. New York: The Natural History Library Revised Edition published by arrangement with Harvard University Press, Anchor Books, Double Day & Company, INC, 1962, p.234.

condamnation morale de certains types de comportements signifiée par le mythe. Certains chercheurs ont tenté de démontrer que les comportements déviants identifiés comme agents causatifs de la maladie ne sont pas constitutifs d'une identité anglo (en opposition à une identité navajo). Pourtant, c'est aujourd'hui ce qui prévaut dans les discours sur les conceptions émiques du corps et de la maladie, renforçant ainsi un certain ethnocentrisme religieux et moral navajo. Selon Levy et Kunitz, les causes de l'alcoolisme ne sont pas identitaires mais régionales. Kunitz affirme ainsi que les Navajo ont toujours été de grands buveurs :

"L'alcoolisme sévère, le delirium tremens et ses séquelles, les trous de mémoire et les tremblements touchent les jeunes hommes navajo aussi loin que l'on puisse remonter dans l'histoire de la réserve. Ce n'est pas uniquement le résultat du stress de l'acculturation et de la privation".¹⁷

Les expériences du *hataali* Frank Mitchell avec l'alcool au début du siècle dernier en témoignent¹⁸. Kunitz affirme également qu'autrefois, l'alcool était consommé en grande quantité par les *hataali* et leurs assistants pendant les cérémonies et les fêtes traditionnelles. L'alcool scellait des échanges politiques ou commerciaux, il était un des constituants de la vie communautaire. Les Navajo qui buvaient n'étaient pas des asociaux ou des marginaux mais des figures sociales éminentes. La médecine protestante dénoncerait l'ébriété des Amérindiens car elle stigmatise la consommation d'alcool, conduite déviante. Définir l'alcoolisme comme un mal à éradiquer est la preuve que la culture dominante a réussi à imposer son système de valeurs aux peuples indigènes.

La famille se réunissait autrefois autour du corps malade individuel; aujourd'hui, psychiatres et *hataali* se penchent sur le corps communautaire malade.

¹⁷ Kunitz, Stephen. Disease Change and the Role of Medicine, The Navajo Experience. London: University of California Press, 1989, p.183.

Mitchell, Frank. Navajo Blessingway singer: The Autobiography of Frank Mitchell, 1881-1967, ed. Charlotte J. Frisbie and David Mc Allester, Tucson: University of Arizona Press, 1978, p.138-9.

Paradoxalement, ce qui dorénavant semble donner sa légitimité à la médecine traditionnelle, ce n'est pas l'adhésion de l'individu à des croyances qui fondent son identité et ses relations interpersonnelles mais la reconnaissance des vertus thérapeutiques de cette médecine par des instances administratives et bureaucratiques (Indian Health Service, Navajo Division of Health). Pour survivre, la médecine traditionnelle a donc dû s'institutionnaliser. Mais ce basculement témoigne justement du poids de l'acculturation sur le mode de vie ancestral des Navajo. On peut s'interroger sur les systèmes de guérison traditionnels qui cessent d'exister comme le fondement d'une organisation sociale pour devenir l'expression d'une revendication identitaire. La composante surnaturelle des pratiques des guérisseurs navajo est souvent occultée au profit d'un discours normatif qui identifie des conduites à risque également sanctionnées dans le monde des blancs. Les hataali recourent peu au concept de corps étranger ou à la figure du sorcier pour expliquer la maladie car cela pourrait déresponsabiliser des patients schizophrènes et accentuer leur paranoïa. Les diagnostiqueurs ne mentionnent pas leurs dons de clairvoyance mais élaborent à partir des propos, teintés de repentance, concept étranger à la culture navajo, tenus par les patients lors des talking circles, cercles de discussion. La maladie ne résulte plus de l'action malveillante d'un tiers ou de la méconnaissance des règles qui régissent l'habitat traditionnel des Yei et des Surface People mais de schémas comportementaux déviants dont le patient s'est fait l'esclave par paresse, manque de volonté ou subversion de l'autorité.

L'intégration des praticiens traditionnels à l'offre thérapeutique des hôpitaux participe donc à l'élaboration d'un discours étiologique fondé sur l'identification d'un individu, qui parce qu'il se situe en marge du mode de vie traditionnel et semble en inadéquation avec le modèle dominant, contribue à faire de la norme le centre de la pratique médicale.

248 <u>polissema 9</u> 2009

Bibliographie

Adair, John. Deuschle, Kurt. "Some Problems of the Physicians on the Navajo Reservation." *Human Organization* (Special Issue), 16, 4, 1958.

Bergman, Robert. "A School for Medicine Men." *American Journal of Psychiatry* 130, 1973.

Bozof, P. Richard. "Some Navajo attitudes towards Available Medical Care." *American Journal of Public Health*, décembre 1972, vol. 62, n°12, p.1620-1624.

Csordas, Thomas. Body/ Meaning / Healing. Palgrave Macmillan: 2002.

Donovan Bill. "Navajo Nation struggles to preserve medicine-men tradition." *The Arizona Republic*, 14 mars 1999.

Farella R. John. *The Main Stalk, a Synthesis of Navajo Philosophy*. Tucson: The University of Arizona Press, 1984.

Frazer, James. The Golden Bough. New York: Macmillan, 1922.

Goddard, Pliny. Navajo Texts. *Anthropological Papers of the American Museum of Natural History*. New York: American Museum of Natural History, 1933.

Griffin-Pierce, Trudy. Earth is my Mother, Sky is my Father: Space, Time, and Astronomy in Navajo Sandpainting. Albuquerque: University of New Mexico, 1992.

Haile Berard. "Origin Legend of the Navaho Flint Way" University of Chicago Publication in Anthropology, 1943.

Jones, Alun Robert. *The Secret of the Totem : Religion and Society from McLennan to Freud.* New York and Chichester, West Sussex, Columbia University Press, 2005.

Kluckhohn, Clyde. *Navaho Witchcraft*. Harvard (1^{ière} édition, 1944) : Beacon Press, 1967.

Kluckhohn, Clyde, Leighton, Dorothea. *The Navaho*. New York: The Natural History Library Revised Edition, Anchor Books, Double Day & Company, INC, 1962.

Kunitz, Stephen. *Disease Change and the Role of Medicine, The Navajo Experience*. London: University of California Press, 1989.

<u>polissema 9</u> 2009 249

Leighton, Alexander & Dorothea. "Elements of Psychotherapy in Navaho Religion." *Psychiatry* 4, 1941.

_____. "Therapeutic Values in Navajo Religion." *Arizona Highways* 43, n°8, août 1967: 2-13.

Lewton, Elizabeth L., Bydone, Victoria. "Identity and healing in three Navajo religious traditions" *Medical anthropology quarterly* vol. 14, n° 4 (décembre 2000): p. 476-497.

Levy E., Jerrold, Neutra, Raymond, Parker, Dennis. *Hand Trembling, Frenzy Witchcraft, and Moth Madness, A Study of Navaho Seizure Disorders.* Tucson: The University of Arizona Press, 1987.

Matthews, Washington. Navaho Legends. University of Utah Press, 1994.

Matthews, Washington. "The Prayer of a Navaho Shaman", *American Anthropologist*, Old Series 1 (1888).

McNeley Kale, James. Holy Wind in Navajo Philosophy. Tucson: The University of Arizona Press, 1981.

Mitchell, Frank. Navajo Blessingway singer: The Autobiography of Frank Mitchell, 1881-1967, ed. Charlotte J. Frisbie and David Mc Allester. Tucson: University of Arizona Press, 1978.

Morgan, William. "Navajo Treatment of Sickness: Diagnosticians." American Anthropologist n°33 (juillet-septembre 1931), pages 390-402.

Rhoades, Everett R. American Indian Health: Innovations in Health Care, Promotion, and Policy. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

Sandner, Donald. Navaho Symbols of Healing: A Jungian Exploration of Ritual, Image, and Medicine. Inner Traditions Intl Ltd, juillet 1991.

Trudelle Schwarz, Maureen. Molded in the Image of Changing Woman, Navajo views on the Human Body and Personhood. Tucson: University of Arizona Press, 1997.

Wyman, Leland C. Blessingway, with Three Versions of the Myth. Tucson: University of Arizona Press, 1970.

TRADUZIR CESÁRIO VERDE - CESÁRIO VERDE INTRADUZÍVEL

Pedro Martins Universidade de Siena Itália pscmartins@gmail.com

Abstract

It is main goal of this article to stimulate the debate and reflection on Translation Studies.

Based on Cesário Verde's poem *O Sentimento dum Ocidental* (1880) we will discuss the effectiveness and applicability of poetry translation.

Since the beginning of the XX century Cesário Verde and his work have been studied on an international range. We may therefore make reference to outnumbered translations of his poems in English, French, German, Italian, and Czech.

Poetry translation raises however several difficulties which may affect the comprehension, interpretation and analysis not only of this author but also of his texts. In this manner we will naturally confront as well some of the most relevant items for Translation Studies, namely: Translation purposes and criteria; Translation necessity, possibility and usefulness.

We invite you thus to observe the rich and complex Poetry-Translation relation within the analysis of one Cesário's poem in Italian, English, German and Erench.

polissema 9 2009 251

Resumo

O presente artigo tem como principal objectivo suscitar o debate e a

reflexão em torno da questão da tradução, sua teoria e prática.

A partir de O Sentimento dum Ocidental (Cesário Verde, 1880), discutiremos a

eficácia e exequibilidade da tradução aplicada à Poesia enquanto género literário.

Desde os inícios do Século XX, Cesário Verde e respectiva obra têm sido

alvo de estudo e reconhecimento internacionais, tendo surgido, por isso, inúmeras

traduções dos seus poemas em Francês, Inglês, Italiano, Alemão, Catalão, Checo e

demais línguas.

O acto de traduzir Poesia comporta, porém, várias dificuldades que podem

influenciar determinantemente a compreensão, interpretação e estudo, não só do

autor mas também dos seus textos. Assim, e recorrendo ao legado poético de

Cesário Verde e respectivas traduções em Italiano, Inglês, Alemão e Francês,

propomo-nos examinar diferentes assuntos caracterizadores da conturbada relação

Texto-Tradução, exemplificativamente:

- Propósito da tradução:

- Critérios a aplicar quando se traduz;

- Principais problemas afrontados antes, durante e após a tradução;

- Necessidade, possibilidade e utilidade da tradução.

Estas e questões afins constituem, deste modo, a base para uma discussão

muitas vezes negligenciada, mas fundamental cada vez que se aborda, a nível

internacional e comparado, a divulgação de um autor e da sua obra.

Keywords: Translation, Poetry, Cesário Verde

Palavras-chave: Tradução, Poesia, Cesário Verde

Da Tradução

Traduzir, *lato sensu*, compreende uma variedade muito ampla de termos e consequentes significados que não nos permitem uma definição simples e única daquele conceito ¹.

Friedmar Apel ², por exemplo, admite, pelo menos, cinco possíveis significações para aquele termo: desde a exteriorização através de um qualquer signo que conduza à transmissão da mensagem, passando pela transformação resultante do processo de transcrição e/ou transliteração, até à ideia de reprodução das expressões de uma "língua natural" numa outra "língua natural"³.

Não obstante o acto de traduzir se verifique desde que a Humanidade procurou expressar-se, é-nos, frequentemente, apresentado o mito bíblico da Torre de Babel, tal como previsto nos textos sagrados da *Génese*, como o momento no qual a linguagem dos Homens se desagrega separando-os⁴.

Traduzir (n)outras línguas tornou-se, deste modo, a única acção, o único método, capaz de permitir aos povos o seu recíproco entendimento.

Esta afirmação levanta, porém, a questão do tipo de tradução a realizar: uma que, de certa forma, aproxime o receptor ao texto ou uma outra, que aproxime o

¹ Umberto Eco procura, inicialmente, uma explicação unívoca da questão – traduzir significa dizer a mesma coisa numa outra língua – para, de seguida, ampliar aquela ideia e assim afirmar que se trata de dizer quase a mesma coisa, concluindo, por fim, que traduzir significa compreender o sistema interno de uma língua, bem como a estrutura de um determinado texto com vista à construção de um duplo do sistema textual que, de uma forma discreta, possa produzir efeitos análogos no leitor, quer do ponto de vista semántico e sintáctico, quer do ponto de vista estilístico, métrico, fono-simbólico e passional. Eco, Umberto. Dire quasi la stessa cosa. Milano: Bompiani, 2004.

² Apel, Friedmar. Literarische Übersetzung. Stuttgart: Metzler, 1983.

³ Johann Wolfgang Goethe, nas suas *Noten un Abbandlungen zu besserem Verständnis des Westöstlichen Divans*, havia já apelado para a necessidade de equivalência entre os enunciados a fim de que a tradução não fosse um substituto menor do texto original, mas sim um seu representante paritário. Nergaard, Siri (Ed.). "Note e saggi sul Divan Orientale-Occidentale". *La teoria della traduzione nella storia*. Milano: Bompiani, 2002, pp. 121-124).

⁴ Sobre a etimololgia da palavra Babel e consequentes considerações, observe-se o pensamento de Schelling apresentado por Ortega y Gasset. Ortega y Gasset. "Babele, balbettare, barbaro". *Miseria e splendore della traduzione*. Genova: Il nuovo melangolo, 2001, pp. 84-87);

Consulte-se ainda Nergaard, Siri (Ed.). "Des tours de Babel". Teorie contemporanee della traduzione. Milano: Bompiani, 2002.

texto ao seu receptor⁵.

Para justificar a primeira abordagem, Ortega y Gasset⁶ afirma que só o bom tradutor utopista, consciente das suas limitações, mas determinado a libertar os Homens da distância imposta pelas línguas, procura aproximar o receptor ao texto original, de modo a que aquele se confronte com a linguagem diferente, estranha e "estrangeira" deste último, isto é, só quando arrancamos o leitor dos seus hábitos linguísticos e o obrigamos a movimentar-se dentro daqueles que são os do autor podemos falar de tradução – Esplendor da Tradução.

No segundo caso, para o filósofo e ensaísta espanhol, o mau tradutor utopista, convencido de que a tradução de todo e qualquer tipo de texto é desejável (e logo possível), não executa a sua verdadeira função, pois cria antes uma paráfrase, uma adaptação do texto original, da qual resulta um evidente empobrecimento – Miséria da Tradução.

Independentemente dos casos (ou das vias) pelos quais o tradutor opte para executar a sua tarefa, um dado une muitos dos estudiosos da tradução, a saber, traduzir é praticamente uma utopia. Trata-se, assim, de uma acção cuja intenção inicial não pode ser totalmente concretizada no decorrer do seu exercício, e que conduz a uma, mesmo que mínima, sensação de insatisfação, antes, durante e/ou após a sua realização.

O resultado final, embora por vezes possa ser excepcional, nunca será perfeito nem comparável ao original. Antoine Berman cita na sua obra *La Traduction et la Lettre ou l'Auberge du Lointai* 7 uma metáfora de Cervantes que reflecte exactamente este aspecto; o autor de *D. Quixote de La Mancha* constata que, perante uma tradução, ocorre aquilo que se verifica quando observamos, do avesso, as

⁵ Já no início do século XIX, Schleiermacher descreve as duas vias que um tradutor pode seguir para aproximar escritor e leitor, num texto dotado de forma e conteúdo: ou o tradutor deixa, o mais possível, em paz o escritor e faz com que o leitor se avizinhe ao texto ou deixa, o mais possível, em paz o leitor e avizinhalhe o escritor e o seu texto. Nergaard, Siri (Ed.). "Sui diversi metodi del tradurre". *La teoria della traduzjone nella storia*. Milano: Bompiani, 2002, pp. 143-179.

⁶ Ortega y Gasset. "Miseria e splendore della traduzione". *Miseria e splendore della traduzione*. Genova: Il nuovo melangolo, 2001, pp. 27-54.

⁷ Berman, Antoine. La traduzione e la lettera o l'abergo nella lontananza. Macerata: Quodlibet, 2003.

tapeçarias da Flandres: apesar de se verem as figuras, essas encontram-se cobertas de fios que as ensombram e que nos impedem de as admirar em toda a sua magnificência.

Não se pretende com esta última afirmação, contudo, anular todo o discurso precedente, nem sequer apelar a argumentos contra a tradução ⁸. Aliás, num mundo onde ninguém domina todas as línguas, urge reafirmar a necessidade da tradução, como acção, como resultado, para a compreensão entre os Homens.

De O Sentimento dum Ocidental

A nossa escolha para ilustrar a problemática da tradução na obra de Cesário Verde não foi acidental.

Resulta, em primeiro lugar, do facto de, neste poema, estarem reunidos muitos dos referenciais temáticos e estruturantes da sua poesia (entre outros, o binómio cidade-campo, a evocação da memória, o carácter pictórico e sensitivo da sua escrita) concorrendo assim para a divulgação do poeta em toda a sua amplitude.

Embora Cesário Verde tivesse lamentado, como disso testemunha a missiva que então endereçou a António de Macedo Papança, Conde de Monsaraz, a falta de consideração e interesse por parte de quase toda a comunidade perante a publicação, em 1880, da sua mais recente composição poética, *O Sentimento dum Ocidental* tornou-se, mais tarde, um símbolo de todo o seu legado⁹.

Resulta, em segundo lugar, da existência de traduções recentes e publicadas nas quatro línguas-alvo da nossa análise: Italiano, Inglês, Alemão e Francês.

Fruto da impossibilidade natural de, neste contexto, proceder a uma

⁸ Argumentos polémicos, históricos e teóricos sobre a objecção à prática da tradução são expostos, entre outros, na obra de Jean-René Ladmiral. Ladmiral, Jean-René. Traduzir: Teoremas para a Tradução. Lisboa: Europa-América, 1979.

^{9 (}Cesário Verde - 29.08.1880) - "Uma poesia minha, recente, publicada numa folha bem impressa, limpa, comemorativa de Camões, não obteve um olhar, um sorriso, um desdém, uma observação! Ninguém escreveu, ninguém falou, nem num noticiário, nem numa conversa comigo; ninguém disse bem, ninguém disse mal!". Serrão, Joel. Obra Completa de Cesário Verde. Lisboa: Livros Horizonte, 1983, p. 218.

(re)interpretação daquele poema na sua totalidade, optámos por seleccionar as suas três primeiras estrofes, de modo a melhor consubstanciar o tema que intitula este artigo.

O Sentimento dum Ocidental

A Guerra Junqueiro

1

Ave-Maria

Nas nossas ruas, ao anoitecer, Há tal soturnidade, há tal melancolia, Que as sombras, o bulício, o Tejo, a maresia Despertam-me um desejo absurdo de sofrer.

O céu parece baixo e de neblina, O gás extravasado enjoa-me, perturba; E os edifícios, com as chaminés, e a turba Toldam-se de uma cor monótona e londrina.

Batem os carros de aluguer, ao fundo, Levando à via-férrea os que se vão. Felizes! Ocorrem-me em revista, exposições, países: Madrid, Paris, Berlim, S. Petersburgo, o mundo!

In O Livro de Cesário Verde, 1887 (ortografia actualizada, n.A.)

Tradução Italiana 10

Tradução Inglesa 11

Il Sentimento di un Occidentale

A Guerra Junqueiro

T

Avemmaria

Nelle nostre strade all'imbrunire, C'è tale tristezza, c'è tale malinconia, Che le ombre, il brusio, il Tejo, l'odore del mare

Destano in me un desiderio assurdo di soffrire.

Il cielo sembra basso e nebbioso, Il gas fuoriuscito mi nausea, disturba ; E gli edifici, con i camini, e la folla, Si coprono di un colore monotono e londinese.

Risuonano le carrozze a noleggio, in fondo,

Portando alla ferrovia quelli che se ne vanno. Felici!

Mi si presentano in revista esposizioni, paesi: Madrid, Parigi, Berlino, S. Pietroburgo, il mondo!

On Being a Westerner

T

Angelus

Here in our streets as dark comes over Such spleen descends, such melancholy swells

That night and noise, the Tagus, the seasmells

Waken in me a senseless wish to suffer.

The sky feels all mist, crouching low And I am sickened, churned by hissing gas; The buildings, chimneys and the human mass

Are shrouded in a dull, a London hue.

Cabs jam together as they bear Citizens to their trains – they are well rid! I recall exhibitions, lands – Madrid, Paris, Berlin St Petersburg, elsewhere!

¹⁰ Ceccucci, Piero. Poesie. Perugia: Umbria Editrice, 1982.

¹¹ Macedo, Hélder et al.. Portuguese Studies. London: Modern Humanities Research Association, 1986.

Tradução Alemã 12

Tradução Francesa 13

Le sentiment d'un occidental

T

Angelusläuten

In unseren Straßen, bei Einbruch der Nacht,

herrscht große Traurigkeit, große Melancholie:

Die Schatten, das Gedräng, der Tejo und der Tanggeruch

bewirken in mir den verrückten Wunsch, zu leiden.

Der Himmel scheint zu drücken, voller Dunst:

vom Duft der Gaslaternen wird mir schlecht; Die Schornstein-Häuser und die Menschenmenge

sind grau eintönig eingefärbt so wie in London.

Mietkutschen klappern dort am Straßenende

und bringen Reisende zum Bahnhof. Diese Glücklichen!

Mir fallen Gallerien ein, und Länder: Madrid, Paris, Berlin, Sankt Petersburg, die

Welt!

L'ANGELUS

Dans les rues de ma ville, à la tombée du soir,

Il y a tant de taciturnité, tant de mélancolie, Que les ombres, les bruits, le Tage, l'odeur de la marée

Eveillent en moi un désir absurde de souffrir.

Le ciel semble bas et fait de brume, Le gaz extravasé m'écoeure et me trouble; Et les immeubles, avec leurs cheminées, la foule,

Se voilent d'une couleur londonienne et monotone.

Les fiacres battent le pavé au fond, Menant à la voie ferrée ceux qui s'en vont. Heureux!

Dans ma pensé défilent des expositions, des pays:

Madrid, Paris, Berlin, Saint-Pétersbourg, le monde!

Após uma leitura atenta, constatamos que, de facto, traduzir conduz, nas diversas concretizações das três vertentes clássicas essenciais para a interpretação de um texto poético – Realização (fonética e gráfica), Forma (gramatical e lexical) e Campo Semântico ¹⁴ –, a modificações, mais ou menos substanciais, do texto

¹² Mesquita-Sternal, Maria de Fátima, Sternal, Michael. Poemas Portugueses – Portugiesische Gedichte. München: DTV, 1997.

¹³ Breyner, Sophia de Mello. *Quatre poètes portugais*, Paris: Presses Universitaires de France, 1979.

¹⁴ Leech, Geoffrey. A Linguistic Guide to English Poetry. London: Longmans, 1969.

original.

Verificamos, por exemplo, que a tradução poética dificilmente é capaz de manter a rima, o esquema rimático, a métrica do texto original; é uma consequência praticamente incontornável em trabalhos deste género. Porém, quando tal não acontece, obtém-se, normalmente, uma perda na correspondência semântica textual: trata-se da eterna dicotomia sobre a valorização (ou não) da forma em detrimento do conteúdo. Observe-se, então, a tradução inglesa, a qual, fruto de uma tentativa exacerbada de manter a rima presente na composição poética original, descurou, por vezes, o conteúdo do poema de Cesário Verde.

Se atentarmos, agora, no respeito pela apresentação gráfica do poema, questão aparentemente consensual entre os tradutores, pode observar-se que todas as versões estrangeiras espelham, a nível da realização gráfica, as quadras de Cesário Verde. Poderá este parágrafo parecer algo despropositado, mas a nossa experiência recorda diversas situações nas quais nos deparámos com verdadeiras alterações da estrutura formal externa de um poema – quadras que se transformavam em conjuntos de dois dísticos, sonetos que deixavam de o ser, *et cetera et cetera*.

Do ponto de vista sintáctico e lexical, é evidente a facilidade, para as línguas italiana e francesa (de derivação latina), em reproduzir a estrutura gramatical do texto original, sendo que as excepções presentes, exemplificativamente, na tradução francesa (alteração sintáctica de *londonienne* e de *monotone*, versos 8 e 9) resultam de uma simples escolha pessoal (não necessária nem obrigatória). Em Inglês, mas sobretudo em Alemão, por razões intrínsecas à sintaxe das próprias línguas, a sequência dos elementos da frase não é, nem poderia ser, semelhante àquela presente no poema de Cesário Verde. Numa tentativa de, neste contexto, aproximar um e outro enunciados, a frase de tipo consecutiva presente na primeira estrofe de *O Sentimento dum Ocidental*, na versão alemã, parece ter sido propositadamente transformada de modo a evitar o posicionamento do verbo *despertar/bevirken* no final do quarto verso, o que implicaria uma ligeira desvalorização ou desconsideração do mesmo; preferiu-se, assim, uma construção

simples marcada pelos dois pontos (:) no final do segundo verso.

A nível do campo semântico, deparamo-nos com particularidades muito específicas que, no âmbito da tradução poética, assumem um valor extraordinário; não obstante todos os instrumentos de trabalho disponíveis, fazer corresponder dois significantes ou, melhor ainda, dois significados será sempre uma das mais árduas tarefas para um tradutor.

Eis porque *tristezza*, *spleen*, *Traurigkeit*, *taciturnité*, dificilmente equivalem à "soturnidade" expressa por Cesário Verde no segundo verso do seu poema. O termo utilizado pelo poeta, aparentemente intraduzível, parece, ao contrário das propostas italiana, inglesa, alemã e francesa, abranger algo mais do que apenas um sentimento, pois também evoca a atmosfera sombria, silenciosa, lúgubre, abafadiça, das ruas de Lisboa, isto é, não só reflecte o mundo sensitivo do poeta, como também, e simultaneamente, apela ao mundo sensitivo do receptor do texto, conhecedor da capital portuguesa¹⁵.

Do mesmo modo, também a metonímia presente no décimo verso (*Levando à via-férrea os que se vão*) não apresenta uma solução fácil ou evidente, e possivelmente só as versões neo-latinas a traduziram verdadeiramente; *Trains* ou *Bahnhof* pertencem, sem dúvida, ao mesmo campo semântico, mas explicitam demasiado a expressão querida pelo poeta, contribuindo, assim, para o desaparecimento daquele recurso estilístico.

Mais e diferentes aspectos poderiam ainda ser considerados, mas os modestos objectivos desta nossa análise não contemplam a exaustão de todas as hipóteses.

Tal como referido no início desta exposição, pretendíamos apenas realçar algumas das questões mais pertinentes sobre este tema de modo a estimular a

¹⁵ Reforça esta ideia da dificuldade em interpretar da mesma forma o texto original e o texto traduzido o uso do adjectivo *londrina* (v. oitavo), já que este assume, aqui em especial, uma significativa carga negativa para o Poeta. Nas palavras de Hélder Macedo "a cor 'londrina' de Lisboa relaciona assim, sugestivamente, 'as nossas ruas' à cidade monstruosa que se tinha tornado, na literatura do século XIX, num símbolo do desespero, da miséria e da opressão da cidade industrial.". Macedo, Hélder. *Nós, Uma Leitura de Cesário Verde.* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976, p. 171.

reflexão sobre a arte de traduzir poesia.

Podemos, todavia, deste modo, concluir que Cesário Verde, em Português ou em qualquer outra língua, continua vivo, presente e passível de ser (re)explorado.

Bibliografia

Apel, Friedmar. Literarische Übersetzung. Stuttgart: Metzler, 1983.

Berman, Antoine. La traduzione e la lettera o l'abergo nella lontananza. Macerata: Quodlibet, 2003.

Breyner, Sophia de Mello. *Quatre poètes portugais*, Paris: Presses Universitaires de France, 1979.

Ceccucci, Piero. Poesie. Perugia: Umbria Editrice, 1982.

Eco, Umberto. Dire quasi la stessa cosa. Milano: Bompiani, 2004.

Ladmiral, Jean-René. *Traduzir: Teoremas para a Tradução*. Lisboa: Europa-América, 1979.

Leech, Geoffrey. A Linguistic Guide to English Poetry. London: Longmans, 1969.

Macedo, Hélder. *Nós, Uma Leitura de Cesário Verde*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976.

Macedo, Hélder et al. Portuguese Studies. London: Modern Humanities Research Association, 1986.

Mesquita-Sternal, Maria de Fátima, Sternal, Michael. *Poemas Portugueses – Portugiesische Gedichte*. München: DTV, 1997.

Nergaard, Siri (Ed.).

- a. "Note e saggi sul Divan Orientale-Occidentale". La teoria della traduzione nella storia. Milano: Bompiani, 2002.
- b. "Sui diversi metodi del tradurre". La teoria della traduzione nella storia. Milano: Bompiani, 2002.

Nergaard, Siri (Ed.). "Des tours de Babel". *Teorie contemporanee della traduzione*. Milano: Bompiani, 2002.

Ortega y Gasset.

- a. "Babele, balbettare, barbaro". *Miseria e splendore della traduzione*. Genova: Il nuovo melangolo, 2001.
- b. "Miseria e splendore della traduzione". *Miseria e splendore della traduzione*. Genova: Il nuovo melangolo, 2001.

Serrão, Joel. Obra Completa de Cesário Verde. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

ALRIGHT: A DISTINCTIVE PATHWAY OF CHANGE FROM THE 18TH CENTURY TO THE PRESENT DAY

Pedro Ruiz Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto Portugal pruiz@iscap.ipp.pt

Abstract

The origins of the vast majority of the words we use in contemporary English go back as far as Old or Middle English. In contrast, *alright* and *all right* in their present-day application appear to be the result of a more recent evolution, as there is no evidence of their use, not even in the two-word form, in the published fiction before the 18th century. Furthermore, there are not in the research literature, at least to my knowledge, any previous linguistic studies on this specific subject matter. The present article is simply an attempt to describe the various processes of diachronic change that brought about the emergence of *alright*.

Sinopse

A grande maioria das palavras que utilizamos no Inglês actual tem a sua origem no Old ou no Middle English. Pelo contrário, alright e all right tal como os usamos hoje aparentam ter resultado de uma evolução mais recente, pois não há indícios da sua utilização na literatura de ficção anterior ao século XVIII. Além disso, não existe na literatura de investigação, tanto quanto é do meu conhecimento, quaisquer estudos linguísticos sobre esta matéria específica. Este artigo é apenas uma tentativa de explicação dos diversos processos de evolução diacrónica que estão na origem do surgimento de alright.

Keywords: adjective, adverb, diachronic, evolution, grammaticalization, noun, occurrences.

Palavras-chave: adjectivo, advérbio, diacrónico, evolução, gramaticalização, substantivo, ocorrências.

1. Introduction

The main purpose of this work is to analyse and try to recognize the mechanisms of morphosyntactic and semantic change that can account for the process of evolution of the lexical items *all* and *right* into *all right* and *alright* as they are currently used in the following settings:

- 1. as an adjective, meaning 'satisfactory, acceptable' as in:
 - If it's all right with you, I'd like to keep it that way.
- 2. as an adverb, meaning in a satisfactory, acceptable manner as in:

Things have thankfully worked out all right.

3. as an emphasizing phrase, meaning 'there is no doubt', as in:

I remember him, all right.

Evidence was found, after consultation of the Oxford English Dictionary (OED) and thorough analysis of the uses of *all* as a noun and as an intensifier and of *right* as an adjective and as an adverb, that *all right* is the result of a relatively recent development, 18th and 19th centuries, when compared with most of the words in present-day English. On account of this, three corpora were used as the main sources for this study: the Chadwyck-Healey's eighteenth and nineteenth-century fiction collections and The Lancaster/Oslo-Bergen Corpus (LOB), a one million word collection of texts from the 1960's. Another source, the British National Corpus (BNC), a 100 million word collection representative of a wide

range of both spoken and written texts from the later years of the 20th century, was also used but only for statistical purposes and in view of the absence of the form *alright* in the other three corpora.

The following section presents some key theoretical frameworks in the field. This is followed by a more extended section where the data collected are analysed, initially in a broad approach, subsequently in a historical and more detailed manner, and the results of the analysis summarised. Finally, the results obtained will be confronted with the theoretical frameworks in order to try to explain the various phenomena that lie behind the specific process of grammaticalization of *all right/alright*.

2. Theoretical background

It is unconditionally acknowledged amongst linguists (Lehmann, 1985:303; Hopper, 1991:17; Brinton, 1996: 50) that the first definition of grammaticalization should be ascribed to A. Meillet (1912:131), who characterized it as "the attribution of a grammatical character to a previously autonomous word".

Hopper, however, who seems to prefer the term 'grammaticization', draws attention to the fact that in his woks Meillet gives more importance to the individual grammatical forms in a language (morphology) rather than its broader structures (syntax) and that because of his predominantly diachronic perspective, Meillet's notion of grammaticalization "did not rest ultimately on a clear definition of a grammatical system as such" (Hopper, 1991:18). Supported by Traugott's research into semantic change (1989), Hopper concludes that

[...] there seems to be no possibility of constructing a typology of grammaticization, or of constructing principles which will discriminate between grammaticization and other types of change. (1991: 19)

For purposes of simplification, the definition of grammaticalization that appears to be the most widely accepted, the one by Kurylowicz (1965: 69), could be adopted here: "[...] the increase of the range of a morpheme advancing from a lexical to a grammatical or from a less grammatical to a more grammatical status [...]" (Brinton, 1996:50).

As far as the mechanisms of change involved in grammaticalization are concerned, Lehmann (1985) was the first linguist to present a comprehensive study on grammaticalization and, most importantly, the first to put forward a grammaticalization scale. Apart from this, he also outlined what he called 'processes' of grammaticalization, among which he includes, for instance, the following: *obligatorification*, which happens when one of the structures, normally the new one, becomes the obligatory one; *coalescence*, a phonological feature, the fusion of two originally different and separate forms; and *condensation* (or loss of scope), which may be considered a minor factor, given the fact that shrinking of scope does not always occur.

Hopper, adopting a wider approach to grammaticalization, and following his studies on Lehmann's parameters and processes, argues that these were very influential but somewhat static. In Hopper's view (1991: 21), Lehmann's principles were useful to explain obvious cases of grammaticalization, but not enough to explain ongoing processes. As a result, he proposes five principles to identify these processes: *layering, divergence, specialization, persistence*, and *decategorialization*. *Layering* concerns the coexistence of older and newer forms and meanings and it appears to be the norm rather than the exception. *Divergence* is a specific case of layering and it happens when the same lexical item turns out to suffer grammaticalization in one context but not in another. *Specialization*, the same as Lehmann's obligatorification, involves "the narrowing of choices that characterizes an emergent grammatical construction" (1991: 25). *Persistence* occurs when traces of the original meaning are still present and recognizable. Finally, *decategorialization* refers to the loss of the morphosyntactic features of the original form(s), which makes major categories like

nouns or verbs become minor categories, like prepositions, conjunctions or pronouns. Hopper points out that this does not necessarily encompass a negative connotation, but that words are purely and simply deprived of the typical features they used to have.

Traugott comes up with the principle of *subjectification*, "the development of a grammatically identifiable expression of speaker belief or speaker attitude to what is said" (1995: 33). In other words, the more grammaticalized a word is the more subjective it will become, which implies that new meanings are always more subjective.

Brinton (1996), adopting a different approach, places a great deal of emphasis on *reanalysis* as probably the most common mechanism of morphosyntactic change, in that it is almost always involved. It appears to be unconscious and it refers to the fact that when the underlying structure of a word is changed in the process of grammaticalization, its surface structure remains unaffected. According to Brinton (1996:53), *renewal*, another very frequent characteristic of grammaticalization, takes place when a new structure occupies the space left by the original structure, as is normally the case of intensifiers. Aside from these formal changes, Brinton equally demonstrates great interest in *semantic change*, a phenomenon which has been studied by several linguists, including Meillet. Also known as *bleaching* or, as Lehmann puts it, *semantic attrition* (1985: 307), it can be described in general terms as a gradual loss of significant semantic meaning (Brinton, 1996:54). In spite of being a controversial issue, it seems to be an important factor, at least in the later stages of the process of grammaticalization.

To conclude this part, let us now briefly turn to the factors responsible for the grammaticalization of words. Among the internal factors, particular importance should be given to 'ambiguity', quite often responsible for syntactic change, and 'systemic pressure', which relates to the fact that languages tend to harmony or symmetry. External factors, such as gender, age, geographical origin or institutional influence cannot be ignored either as they also contribute to grammaticalization

and to the diffusion of innovative forms.

3. The data

3.1. Statistical analysis

The comparative study of the total number of occurrences of *all, right and all right* in the three main corpora used shows that the latter does not seem to be a very common combination in the eighteenth and nineteenth centuries. This will be reinforced by further detailed analysis below, which will demonstrate that most of the occurrences in the eighteenth century and in the early years of the nineteenth century are simple combinations of all + right and not really the present-day collocation.

	18 th century		19 th century		LOB	
all	57,580	94%	157,317	87.73%	2,954	80.7%
right	3,553	5.8%	20,678	11.53%	625	17.1%
all right	35	0.2%	1,327	0.74%	82	2.2%
alright	0	-	0	-	0	-

Table 1. Total number of occurrences in the three corpora analysed

Not counting the late emergence of *all right*, the most striking feature about these preliminary results is probably the perception that the form *alright* does not occur in any of the three corpora. In order to detect the reasons for this absence two lines of approach were taken. Firstly, four dictionaries were consulted to examine its use and appropriateness. The results obtained proved to be rather inconsistent:

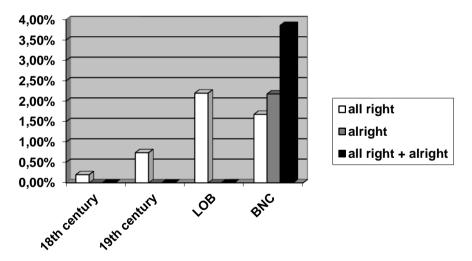
- 1. US spelling (Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English, 1974)
- 2. informal/non-standard/not to be used in formal writing (Oxford Advanced

Learner's Dictionary, 2005)

- 3. an alternative spelling (Collins Cobuild English Dictionary, 1995)
- 4. a frequent spelling (Oxford English Dictionary, 1998).

Accordingly, the form *alright* can be considered a commonly accepted spelling, although it may be regarded by some as a 'sub-standard' form. The absence of instances in the three above mentioned corpora may also be attributed to the fact that the texts used as sources are predominantly in written form and hence in a formal register and/or simply because it is an even more recent development.

The second step was to try and find any developments in a more recent corpus, the BNC. The results obtained were rather surprising, with *alright* achieving 8,329 instances, intriguingly higher than the 6,435 instances of *all right* in the very same corpus, as shown in the graph below.



On the one hand, these figures seem to indicate that there is a widespread trend towards a preferable use of the single-word form. On the other hand, they reveal that the frequency of use of both forms is, at least in comparative terms,

steadily increasing1.

3.2. Descriptive analysis

18th Century Fiction

Since there are clear differences between the first and second halves of this century, that is, there are only 11 instances of *all right* in the first half of this century against 24 in the second, these two periods will be analysed separately.

FIRST HALF (1700-1750)

Most of the examples in the first fifty years, 9 out of 11, are very similar and noteworthy combinations, following either 'put' or 'set':

- 1. (...) Man I loath. This set *all right* again, and our warm (...) (Davys, Mary. *The Lady's Tale*. 1725)
- 2. (...) no Stone unturn'd to set *all right* again. Early in (...) (Haywood, Eliza Fowler. *Love in Excess.* 1725)
 - 3. (...) made the Property to set *all right* again; to this end (...) (ibid.)
- 4. (...) or three months, usually sets *all right* on both sides (...) (Richardson, Samuel. *Clarissa*. 1748)
 - 5. (...) which, he said, would put *all right*: would make my first (...) (ibid.)
 - 6. (...) my brother's scheme, and set *all right*. But what could I (...) (ibid.)
- 7. (...) lost character, and of setting *all right*, in the next adventure? (...) (ibid.)
 - 8. (...) to put all right with every body? --- And what now can be done? (...)

^{&#}x27;These statistics should ideally have taken into consideration the total number of words in every corpus. Unfortunately, the Chadwyck-Healey collections do not possess a 'word count'. Upon request to the editors by email, I was informed that the only word counts they would be able to supply are run by genre and therefore have a total count for the poetry, prose and drama collections in **all** their databases, which turned out to be completely useless for this study.

(ibid.)

9. (...) visits to my several cousins, to set *all right*. Proud spirits (...) (ibid.)

Probably the most remarkable feature in this period is that all the examples here immediately follow a transitive verb; they are plain combinations of the noun *all*, meaning 'everything' with the adverb *right*. None of the previous relates to the collocation *all right* as we use it today. This postulation is supported by the fact that the most typical construction nowadays is normally preceded by the verb 'to be', as will been seen further on in this work, which is not the case here. We can, however, say that these two words are gradually starting to come into use together. Another significant and curious feature is the fact that the last 6 of these 9 examples were produced by the same author.

SECOND HALF (1751-1800)

Sixteen *all* + *right* combinations were selected in this period, out of a total of 24 encountered; eight were not chosen as they were repetitions in new editions of the same work. Ten other examples were also left out because they were found to be simple 'quantifier + noun' combinations and for this reason totally irrelevant to this study. The remaining six examples may be grouped as follows:

- a) Noun + adverb combinations:
- 1. (...) that the husband would set *all right*; and was for encouraging (...) (Richardson, Samuel. *Sir Charles Grandison*. 1754)
 - 2. (...) and that only, can set *all right*. My heart is distressed (...) (ibid.)
- 3. (...) the time that should set *all right*. (...) (Reeve, Clara. *The Old English Baron*. 1780)

Unmistakably, all the three sentences have the same structure as the ones in

<u>polissema 9</u> 2009 271

the previous period. Again, it should be noted that two of these were produced by the same author mentioned above, albeit in a different work now.

- b) The other examples:
- 4. (...) my Mouth. I know them *all right* well, and (...) (Brooke, Henry. *The Fool of Quality*. 1765-1770)

In this case, it appears that *all* relates to *them*, as a quantifier, and *right* to *well*, as an emphasizer. The various uses of *right* in this particular period were then checked to find out about its frequency. This particular use of *right* is not very common in the whole 18th century, where only **two** other instances were found out of a total of 27 examples analyzed:

```
(...) of the Year, and blew right in our Teeth, so (...) (Defoe, Daniel. Captain Singleton. 1720)
(...) variable under the Shore, and right against us; so we concluded (...) (ibid.)
```

This is indeed a completely new structure and if we are, as it seems, in the presence of the earlier uses of *right* as an emphasizer, this could suggest the origin of the use of *all right* as an emphasizing phrase.

- 5. (...) merry enough,--- I find we are *all right*." Mr. Trueworth made (...) (Haywood, Eliza Fowler. *Betsy Thoughtless*. 1751)
- 6. (...) join us, we should be *all right*, and more at liberty (...) (Haywood, Eliza Fowler. *Jemmy and Jenny Jessamy*. 1753)

As far as these two instances are concerned the first observation is that they were produced by the same author, which already seems to be a persistent trait in

this century. Two interpretations of both examples are possible here: we are either in the presence of the present-day collocation, meaning 'okay', or else *all* can be an intensifier of the subject and *right* an adjective meaning 'correct'. In the presence of this uncertainty, the contexts in which both statements occur were subsequently examined to try to throw some light on the question. There appears to be some evidence that the first interpretation is the most tenable one. Still, some semantic ambiguity subsists, which may be interpreted as a sign of development of this combination towards its current use. In any case, another two aspects are worth noticing here: it is the first time that *all right* combines with the verb 'to be' and it occurs in a terminal position in the clause.

19th Century Fiction

Three examples were randomly collected from each decade in this century, with a total amount of 32 examples.

THE EARLY YEARS

The early years of the 19th century, until the 1830s, do not present any significant changes from the previous period. It must also be stressed, though, that this 19th century collection actually includes works from the later years of the 18th century, i.e. 1782-1799.

In this period the combination *all right* occurs between 2 and 11 times in each decade, with a total of 29 occurrences, almost the same as in the second half of the 18th century. Eleven examples were randomly collected in this period. Three of them are clear 'noun + adverb' combinations like the ones in the previous period and therefore will not be considered here. The remaining eight occurrences are the following:

1. (...) and as ridiculous. It is *all right*. Things must (...) (Holcroft, Thomas.

<u>polissema 9</u> 2009 273

The Adventures of Hugh Trevor. 1794-7)

2. (...) so is Isabel, we are *all right*. For look here: (...) (Edgeworth, Maria. *The Absentee.* 1812)

- 3. (...) hurry, so I settled it *all right*; and as there was (...) (Edgeworth, Maria. *Ennui*. 1809)
- 4. (...) fresh confirmation that they were *all right.* The light (...) (More, Hannah. *Coelebs In Search of a Wife.* 1809)
- 5. (...) on the future. It was *all right*, all open, all equal. (...) (Austen, Jane. *Emma*. 1816)
- 6. (...) have no doubt it was *all right*." Vivian was (...) (Disraeli, Benjamin. *Vivian Grey*. 1826)
- 7. (...) of Queensberry at the head. *All right*---See here it is, sir, (...) (Hogg, James. *The Private Memoirs And Confessions Of A Justified Sinner*. 1824)
 - 8. (...) here it is, sir, --- all right---done your work. So you (...) (ibid.)

Once again the contexts in which the words occur had to be examined for a better perception of the whole setting. The possible interpretations are as follows: sentences 2, 4 and 5 seem to be simple collocations of *all* as an intensifier of the subject and *right as* an adjective meaning 'correct'; sentence 3 is ambiguous, but it also appears to be a meaningful example of grammaticalization (although apparently similar to the very first instances in this work, it now contains an object, 'it', before *all right*, which makes it absolutely clear that *all* is no longer a noun); sentences 1, 6, 7 and 8 are typical collocations of *all right* as we use it nowadays (sentences 7 and 8 are particularly out of the ordinary for the time at hand, since *all right* appears in an initial position, showing a shift from propositional to textual meaning). It is also worth mentioning that this is the period when the largest number of diverse combinations were found.

THE 1830S AND ONWARDS

The 1830s can be said to represent the turning point in the pathway of change of *alright*, namely in terms of frequency. The number of instances rises sharply to between 95 and 302 per decade until the end of the century, with a total of 1,298 occurrences. Twenty-one examples from this period, again three per decade, were randomly collected and analyzed and all were found to be *all right* collocations. There is still no evidence of *all right* as an emphasizer. Six examples, by different authors, are given below to illustrate the findings.

- 1. (...) We understand each other. It's *all right*." "I make him come!" (...) (Dickens, Charles. *Barnaby Rudge*. 1840)
- 2. (...) as to say, It is *all right*; the young man is used to claret (...) (Borrow, George Henry. *Lavengro*. 1851)
- 3. (...) as this.' "'Oh, it is *all right*!' he replied, 'only (...) (Brontë, Charlotte. *The Professor.* 1857)
- 4. (...) "I shall soon be *all right*. I must have taken cold (...) (Eliot, George. *Middlemarch*. 1874)
- 5. (...) it, and it was **nearly** *all right*, and he put (...) (Butler, Samuel. *The Way of All Flesh.* 1903)
 - 6. (...) were devils, but that was *all right* enough; there must be (...) (ibid.)

Apart from the fact that all the examples mentioned here already exhibit the verb 'to be', today's most typical structure, it is also significant that *all right* is by now modified (examples 5 and 6 – added emphasis), which is a completely new feature and a clear indication of diachronic change.

<u>polissema 9</u> 2009 275

20TH CENTURY FICTION

A completely different approach was taken for this period in an attempt to enhance the accuracy of the present study. Instead of randomly selecting only a given number of statements, all the 82 sentences found in the LOB corpus were analyzed and grouped according to their meaning and use. As it would be fastidious to quote them all in this work, three examples under the different categories are presented here as a demonstration.

1. 'satisfactory' or 'acceptable'. (17 occurrences)

- a) (...) Mr. Kennedy said to his interpreter: "Ask him if it would be *all right* to shake hands again for the photographers." (...) (text A28 no title, lines 151-154)
- b) (...) Resignedly, I telegraphed back that it was *all right* with me if he insisted. (...) (text G14 no title, lines 174-175)
- c) (...) "Will twenty minutes be *all right* for you?" (...) (text L11 no title, line 203)
 - 2. in a 'satisfactory' or 'acceptable' manner (5 occurrences)
- a) (...) "I reckon we can deal with them *all right*." (...) (text N06 no title, line 201)
- b) (...) "Oh, stop your whinin'!" interrupted the gruff voice. "We'll be met *all right.*" (...) (text N18 She had to decide quickly which man to trust-and she chose the wrong one!, lines 62-63)
- c) (...) "In the Sooth they don't work on any Saturdays at all, and they do *all right*." (...) (text N24 A Night in the Firth, by John MacGillivray, lines 44-45)

3. 'well' or 'safe' (20 occurrences)

- a) (...) "You just stick with us and you'll be *all right*." (...) (text K22 Never speak to strange men, by Diana Athill, lines 64-65)
- b) (...) "She'll be *all right*. It's the men who'll be after that coach I'm interested in, Johnny." (...) (text N06 no title, lines 84-85)
- c) (...) "Don't struggle! It's *all right*, now. I've brought the police and it will soon be over." (...) (text N18 She had to decide quickly which man to trust-and she chose the wrong one!, lines 221-222)

4. as an emphasizer (10 occurrences)

- a) (...) "Who wants to go sailing on dirty water? Yes, the water will be dirty *all right*." (...) (Of shoes and ships and sealing wax, Of cabbages and Kings, lines 155-156)
- b) (...) He didn't know what to make of it, but it was Mr. Copthorne *all right*. (...) (text P01 The black candle, lines 162-163)
- c) (...) "They'll be sweet *all right*. I shall be dreaming of you." (...) (text P10 no title, line 152)

5. for agreeing (20 occurrences)

- a) (...) Bower: *All right*. I will accept probation. (...) (text A34 Excavation Work Identifies Shrine Chapel, line 197)
- b) (...) "Oh, my God! *All right*, you win!" (...) (text L01 'Middle of quote', line 177)
- c) (...) "All right then. Come with me, and we'll get that bottle of beer." (...) (text N21 At that man's mercy, lines 119-120)

<u>polissema 9</u> 2009 277

- 6. for checking agreement or acceptance (2 occurrences)
- a) (...) "Ten-thirty be *all right*?" (...) (text K01 no title, line 19)
- b) (...) And Celia had telephoned in the afternoon, breathlessly, saying that the car had broken down and she was bringing a friend was that **all right**? (...) (text K28 no title, lines 25-27)
 - 7. for showing understanding (1 occurrence)
- (...) "That's *all right*, you weren't to know, girl, but I don't know how Maggie will take this." (...) (text P21 no title, lines 42-43)
 - 8. for challenging or threatening (7 occurrences)
- a) (...) "All right, friend; stick 'em up. I'm perfectly ready to use this thing." (...) (text L17 no title, lines 175-176)
- b) (...) "All right," cut in Juarez sharply, "my crew-men are already aboard." (...) (text N19 He was betrayed by the one man whose loyalty he had always taken for granted, Destination danger, by Ernest Haycox, lines 66-67)
- c) (...) "All right talk," I barked. (...) (text N22 Continuing Reveille's exciting serial, Vice King's sweetheart, Hide-and-seek with a killer, by Douglas Enefer, line 199)

The most frequent uses of *all right* in this corpus are 1, 3, and 5, respectively meanings 'satisfactory' or 'acceptable', 'well' or 'safe' and 'for agreeing', which account for 57 out of a total of 82 occurrences. The use of *all right* as an emphasizer also seems to have established itself, with ten instances.

4. Conclusions

Several principles of grammaticalization such as decategorialization, divergence, and layering have been outlined and described in the theoretical background section of this paper. I will now turn back to them and reanalyse the results obtained in the previous section in order to establish which of those principles are involved in the process of grammaticalization of alright. There is clear evidence from the collection of examples above that layering plays a part in the process: all, right, all right and alright all coexist, despite being different layers of the same process (all + right > all right > alright). The same can be said about divergence, because both the original lexical items, all and right, and the two new forms, all right and alright subsist, without the former having lost their original meanings. Looking back at the set of sentences in the first half of the 18th century, the 'set all right' combinations, we can say that they are an apparent first sign of specialization into a meaning. Persistence also seems to be present, since the original meanings of all (everything) and right (correct) persist in the grammaticalized forms, at least in some of their uses, for instance in agreements. As far as decategorialization is concerned, there should be no doubt: what formerly used to be a 'noun + adjective/adverb combination' has now become an adjective, an adverb, an emphasizer or a discourse marker (see sentences 7 and 8 in the early vears of the 19th century). Coalescence is equally noticeable, for there is clear agglutination of the two original lexical items. If we take into account that in the particular case of the form *all right* the surface structure has not changed, we can also say that reanalysis is evident. As regards subjectification and semantic change, it is true that there appears to be some loss of semantic weight, a shift from concrete to abstract, and more subjectivity. A good example of this could be the use of alright - the discourse marker use of the two-word form is so well established that it is conceptually fixed in speakers' minds as a single word.

The fact that *alright* is the result of a recent development does not make it a

less interesting case of grammaticalization. Quite the contrary, it is indeed satisfying to perceive that as the results and findings come to light they do support many of the existing theories of grammaticalization and diachronic change.

References

1. Background literature

Brinton, L. J. 1996. Pragmatic Markers in English. Grammaticalization and Discourse Functions. Berlin: Mouton de Gruyter.

Hopper, P. J. 1991. On Some Principles of Grammaticization. In Traugott, E. C. & Heine, B. (eds.). *Approaches to Grammaticalization*. Vol. 1:17-35. Amsterdam: John Benjamins.

Lehmann, C. 1985. Grammaticalization: Synchronic Variation and Diachronic Change. *Lingua e Stile* 20/3: 303-318.

Traugott, E. C. 1995. Subjectification in grammaticalisation. In Stein, D. & Wright, S. (eds.) *Subjectivity and Subjectification: Linguistic perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 31-54.

2. Corpora, dictionaries and grammars

Collins Cobuild English Dictionary. 1995. London: HarperCollins.

Eighteenth-century fiction. 1996. Cambridge: Chadwyck-Healey.

Johansson, S., Leech, G. and Goodluck, H. 1978. *Manual of Information to Accompany the Lancaster-Olso/Bergen Corpus, for Use with Digital Computers*. Department of English, University of Oslo.

Johansson, S., Leech, G. and Goodluck, H. 1978. *The Lancaster/Oslo-Bergen Corpus of British English (LOB)*. Department of English, University of Oslo.

Nineteenth-century fiction. 1999-2000. Alexandria (Virginia): Chadwyck-Healey.

Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. 1974 (3rd ed.). Oxford: OUP.

Oxford Advanced Learner's Dictionary. 2005 (7th ed.). Oxford: OUP.

Oxford English Dictionary. 1998 (2nd ed.). Oxford: Clarendon Press.

Quirk, R., Greenbaum, S., Leech, G., Svartvik, J. 1985. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. Harlow:Longman.

The British National Corpus, version 3 (BNC XML Edition). 2007. Distributed by Oxford University Computing Services on behalf of the BNC Consortium. URL: http://www.natcorp.ox.ac.uk/.

RECORDAÇÕES DE VANDELLI: LITERATURA E HISTÓRIA NAS VIAGENS FILOSÓFICAS DE PORTUGAL PELO BRASIL

Teresinha Gema Lins Brandão Chaves Universidade de São Paulo – USP Brasil terechaves@usp.br

Resumo

O confronto entre certas criações ficcionais e a dinâmica da colonização nos leva a diversos campos disciplinares. Se a história registrou o intenso intercâmbio de mercadorias e idéias que ocorreu entre Portugal e Brasil, a partir da descoberta do Novo Mundo, a literatura revisitou e recriou esse passado. É o que se constata na obra do escritor brasileiro João Guimarães Rosa, em que articulando a realidade e a imaginação, a natureza e o homem, o regional e o universal, o escritor de perfil naturalista ilumina a linguagem da História e da Ciência pela Arte.

Com relação às expedições científicas portuguesas pelo Brasil, a história relata que, na segunda metade do século XVIII, Portugal impulsionou a elaboração de um projeto de confecção de uma História Natural, tendo como espaço de criação cultural a Academia Real das Ciências de Lisboa. Esse empreendimento, no entanto, não teria sido possível sem as "viagens imaginárias" do intelectual Domenico Agostino Vandelli, correspondente de Lineu e um dos principais articuladores da política portuguesa dirigida às colônias. Assim, instruídos conforme o livro Viagens filosóficas ou dissertações sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar, alunos da Universidade de Coimbra, onde Vandelli era professor de História Natural e Química, são preparados para explorar as colônias ultramarinas.

Em meio à produção literária de Guimarães Rosa, destacamos o conto "O

recado do morro", do livro *Corpo de baile*, lançado em 1956, para um paralelo com a História. Nessa ficção, um narrador conta a estória de uma pitoresca expedição, formada por moradores de um vilarejo, contratados por um viajante alemão, que percorre o interior do estado de Minas Gerais. Região de grutas, minerais, vegetação de cerrado (com diversidade em espécies comestíveis e medicinais), de fazendas de gado, animais em perigo de extinção e homens sábios do sertão, é com o uso dessa enigmática paisagem, que o escritor vai moldar o seu "recado".

Através de um estudo comparado entre os ideais naturalistas de Vandelli (evidentes nas correspondências trocadas com Lineu e nas Instruções aos viajantes) e do escritor Guimarães Rosa (expresso de forma ficcional), destacamos a necessidade de se resgatar, nos dias atuais, seus trabalhos, como forma de se propor uma nova relação do homem com o meio ambiente.

```
Nós, de fato, reconhecemos que Deus todo-poderoso escreveu dois livros, a natureza e a revelação [...]
(Lineu, 1765)
```

O confronto entre certas criações ficcionais e a dinâmica da colonização nos leva a percorrer interessantes caminhos da História, da Literatura e das Ciências da Natureza. Se a história registrou o intenso intercâmbio de produtos e idéias, que ocorreu entre Portugal e Brasil, via Atlântico, a partir da descoberta do Novo Mundo, alguns escritores do *Modernismo* brasileiro revisitaram e recriaram esse passado.

No que se refere às expedições científicas portuguesas pelo Brasil, o historiador Oswaldo Munteal Filho lembra que, na segunda metade do século XVIII, Portugal impulsionou a elaboração de um projeto de confecção de uma História Natural de suas colônias, tendo como espaço de criação cultural e reflexiva a Academia Real das Ciências de Lisboa. Esse empreendimento, no entanto, não teria sido possível sem as "viagens imaginárias" do intelectual ilustrado Domenico

Agostino Vandelli, um dos principais articuladores da política portuguesa dirigida às colônias no âmbito da Academia. Segundo seu pensamento, era preciso munir os naturalistas com ferramentas capazes de desvendar um Brasil desconhecido do ponto de vista da ciência e ainda intocado quanto às potencialidades de seus elementos naturais. Portanto, o olhar do naturalista deveria passar, primeiro, pelo utilitário: as virtudes das plantas medicinais, os usos dos gêneros exóticos, o aproveitamento do reino animal e mineral e a fertilidade das extensas terras. Reordenar a Natureza, não mais de forma alegórica, mas através da observação e experiência figurava-lhe como medida necessária e urgente. A par disso e instruídos conforme o livro *Viagens filosóficas ou dissertações sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar,* alunos da Universidade de Coimbra, onde Vandelli era professor de História Natural e Química, são preparados para explorar as colônias ultramarinas (p. 483-518).

Vandelli e a História Natural Lusitana: o a(s)cender das Luzes

Com relação ao projeto de desenvolvimento de uma cultura científica útil, administrada pelo Estado, que se instaurou em Portugal, no século XVIII, Munteal Filho afirma:

A apropriação do mundo natural das colônias e o ato de escrever a sua história através da experimentação e da exploração dos usos e propriedades da Natureza representaram um enorme desafio para a elite burocrática lusitana. Um Estado forte de uma maneira geral, e especialmente na conjuntura que se configurara na Península Ibérica, dependia de uma posição ideológica definida, absolutista e ilustrada e de uma clara perspectiva da conjuntura continental e regional. (p. 500)

Dessa forma, houve um alargamento das preocupações das autoridades portuguesas com relação à exploração natural do Novo Mundo, pois uma utilização racional e "metódica" da Natureza poderia significar um diferencial importante na competição entre as "potências européias". E o Brasil passa a desempenhar um papel fundamental para as pesquisas minerais, zoológicas e botânicas. Mas Portugal precisava de filósofos experientes para a empreitada. Assim sendo, em 1764, o italiano Vandelli, doutor em Medicina pela Universidade de Pádua, autor de trabalhos científicos e correspondente de Lineu, é convidado pelo Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, para lecionar no Colégio dos Nobres, em Lisboa. Foi o próprio Lineu, seu maior influenciador, quem o incentiva a ir para Portugal, por vislumbrar a possibilidade dos países que possuíam colônias tropicais levarem vantagens com relação às descobertas científicas. Estando em Portugal, país de clima ameno e possuidor de territórios ultramarinos, seu correspondente paduano teria o privilégio de poder contar com toda a natureza a seu dispor e a(s)cender as Luzes sobre a História Natural Lusitana.

Portugal e Brasil irão unir e nutrir de entusiasmo e idéias, quanto às possíveis descobertas científicas, os "doutores em matéria divina", conforme atestam as correspondências trocadas, entre os dois naturalistas, durante dezoito anos. No ânimo de sua chegada em Lisboa, em outubro de 1764, Vandelli se exprime, com alegria, ao amigo:

Posto que tardei a te escrever, celebérrimo varão, espero que me desculpes por isso uma vez que conheças a razão de um silêncio tão prolongado: não queria que minhas cartas chegassem a ti sem nenhum presentinho, e por isso esperava até que tivesse algumas sementes do Brasil, que agora receberás. [...] Resido agora em Lishoa. Tomara que me seja possível ir à América; certamente enviarei a ti as mais diversas plantas e insetos. [...] As colinas desta cidade consistem de estratos de rochas calcáreas, mármore, greda,

argila e cascalho, e nelas se escondem grande quantidade de ostras de tamanho peculiar; próximo à cidade de Belém, distante cerca de 3 léguas da cidade, coletei zircão de cor amarelada em uma rocha-matriz dura [...]. Até aqui vi pouquíssimos insetos. Comecei a anotar as plantas nas imediações da cidade [...]. Isso é o que eu aspirava ofertar a ti, digníssimo varão. [...] Se escreveres de volta, envia a carta ao monsenhor Domenico Vandelli em Lisboa. Nesse ínterim, saúdo-te, celebérrimo varão, e continua a estimar-me como fazes. (2008-a, p.54)

Envolvido pelo mesmo entusiasmo, em 12 de fevereiro de 1765, respondelhe Lineu:

> Por muito tempo lamentei a tua ausência, e não sabia que te dirigias à região do planeta onde te encontras até que tua carta entusiasmadíssima, escrita nos idos de outubro, chegasse [...] Manifesto devotissima gratidão pelas sementes e pelo teu sincero afeto por mim. É difícil obter sementes vivas do Brasil; todas estas estavam mortas, exceto aquelas de Cassia. [...] Tomara que tu possas mesmo ir ao Brasil, terra que ninguém calcou, exceto MARCGRAF, com seu servidor PISO, quando ainda não havia um facho de luz aceso na História Natural e por isso tudo deve ser descrito de novo à sua luz. Estarás mais apto que os outros, tu que estás bastante firme no que diz respeito à natureza, incansável no inquirir, extremamente hábil no retratar os exemplares mais belos. Mas talvez ninguém em Portugal reconheça que o fim da criação é a glória de Deus a partir de Sua obra. Nós, de fato, reconhecemos que Deus todo-poderoso escreveu dois livros, a natureza e a revelação [...]. Bom Deus! Se portugueses e espanhóis conhecerem os bens da sua

natureza, quão infelizes serão os outros, que não possuem terras exóticas! [...] Tua carta conduziu-me contigo pelos deleitosos vales lusitanos, onde colhi belíssimas plantas em tua companhia, como em um ameno sonho. (2008-a,p.58)

Não se sabe a razão pela qual Vandelli teria ficado sem exercício de funções oficiais até 1768, quando é finalmente nomeado para dirigir as obras do Jardim Botânico e do Museu de História Natural da Ajuda. "[Sua ligação], durante mais de quatro décadas, à fundação, instalação e direção dos museus de história natural e jardins botânicos da Ajuda, em Lisboa (1768-1810), e da Universidade de Coimbra (1772-1791), faz dele o mais importante museólogo setecentista de Portugal e do seu império", afirma João Carlos Brigola (2008-b, p.41). Foram em suas aulas de filosofia natural ministradas na Universidade de Coimbra, que nasceu o projeto de criação da Academia das Ciências de Lisboa, da qual será um dos fundadores e diretor da seção de ciências naturais.

Quanto às tão desejadas viagens à América ficaram apenas na imaginação. Contudo, isso não o impediu de desenvolver importantes pesquisas no seu "Gabinete de curiosidades", que se tornou um dos mais cobiçados da Europa. Da mesma forma, não foi obstáculo para que a formação dada a seus alunos naturalistas fosse decisiva para a exploração científica das colônias portuguesas.

Assim, em 1783, os primeiros grupos de viajantes, preparados por Vandelli, partem de Lisboa, acompanhados de riscadores, jardineiros-botânicos e burocratas. Conforme Munteal Filho, "[o] olhar viajante sobre as colônias deveria vir acompanhado da formação básica contida nas Instruções, nas correções sobre as remessas de produtos naturais das colônias para a metrópole, assim como nas Memórias Econômico-Científicas [...]" (p. 489). O método utilizado para a exploração da natureza tropical deveria ser rigoroso e preciso e o material estar sempre acompanhado de "[...] diagnósticos sobre assuntos ou temas pontuais previamente indicados pela Academia como problemas a serem resolvidos pelos Sócios (p. 490)". Era preciso, portanto, zelar pela correção das remessas do ponto

de vista do armazenamento, acondicionamento, descrição, dissecação e coleta.

O trecho extraído de carta enviada do Brasil pelo burocrata Luís da Cunha Menezes, ao Ministro do Ultramar, em julho de 1787, confirma a utilização da metodologia de Vandelli e sua articulação com os Projetos do Estado Português:

Encarreguei ao hábil Naturalista o Doutor Joaquim Vellozo de Miranda de procurar por toda esta Capitania todos os gêneros e todas as qualidades de espécies pertencentes à História Natural: faço a primeira remessa nesta ocasião possível, em 3 caixotes com o sobescrito a V.Exa., (...) e de que são inclusos de uma grande parte os pássaros e mais alguns animais que tem sido possível ao dito Naturalista adquirir (ilegível) e que se façam constantes todos da sua narração e descrição também inclusa. (Apud Munteal Filho, p.501-502)

O fragmento abaixo, retirado de ofício enviado de Portugal, em junho de 1798, com recomendações a respeito das descobertas do Boticário Domingos José Correa, também a atesta:

[...] Igualmente passará a V.Sa ordem aos Correios Marítimos, e as Fragatas de Guerra, que atracarem neste porto, que se encarreguem de todos os caixões de plantas vivas, ou de produtos, que o mesmo Boticário me queira remeter para o Jardim Botânico, e serviço de S.Mag. V. Sa. procurará ver também se pode mandar-me a Planta, que o mesmo Boticário descobriu, que tem as mesmas qualidades da Quina, e que é um antifebril admirável. (Apud Munteal Filho,p. 502)

A revolução científica do Systema Naturae inserida nesse momento histórico

terá os naturalistas Lineu e Vandelli como participantes desse processo e a Natureza de Portugal e suas colônias alvos importantes das investigações. Tanto o *Systema naturae* quanto a *Enciclopédia (Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers)* de Diderot e D 'Alembert, que também utilizaram dados da história natural, tinham por objetivo classificar e descrever o conhecimento existente sobre o mundo e fixaram um marco na história. Mas a História das Ciências vai ser marcada, também, pela invasão de Portugal, por tropas de Napoleão, em 1807, ocasião em que se dispersa a rica coleção de História Natural elaborada durante décadas por Vandelli. E com a morte do naturalista, em 1816, encerra-se "[...] todo um ciclo de funcionamento dos jardins e coleções de Portugal como ponto de convergência de uma teia de viajantes e correspondentes coloniais formados sob o comando do diretor da Ajuda", afirma Lorelai Kury (2008-b, p.256).

A literatura no rea(s)cender das Luzes

Percorrendo as trilhas do literário e do cultural, alguns escritores do *Modernismo* brasileiro revisitaram o passado das expedições científicas portuguesas pelo Brasil. É o que se constata na obra de João Guimarães Rosa, em que articulando a realidade e a imaginação, a natureza e o homem, o regional e o universal, o escritor de perfil naturalista ilumina a linguagem da História e da Ciência pela Arte.

Em meio à produção literária de Rosa, destacamos o conto "O recado do morro", do livro *Corpo de baile*, lançado em 1956, para um paralelo com a História. Nessa ficção, um observador conta a estória de uma pitoresca expedição, pelo interior do Estado de Minas Gerais, mais precisamente "nos fundos do município" de Cordisburgo. Tendo como cenário a paisagem real, usando o linguajar local e demonstrando conhecer bem as peculiaridades das pessoas e do ambiente, esse narrador inicia seu relato, apresentando os participantes da expedição, moradores

contratados por um viajante estrangeiro. Pedro Orósio, moço alto e forte, enxadeiro, é o guiador. Frei Sinfrão, "desses de sandália sem meia e túnica marrom", estando de férias, vai como tradutor. O "Ivo, Ivo de tal, Ivo da Tia Merência" é destacado para ir tangendo os burros cargueiros. O "seo Jujuca do Açude", fazendeiro de gado, "moço atilado e ambicioneiro", vai "negociar alqueires e novilhos, madeiras e safras". O estrangeiro, responsável pela viagem, é apresentado com detalhes:

[u]m, de fora, a quem tratavam por seo Alquiste ou Olquiste
— espigo alemão-rana, com raro cabelim barba-de-milho e
cara de barata descascada.O sol faiscava-lhe nos aros dos
óculos, mas, tirados os óculos, de grossas lentes, seus olhos se
amaciavam num aguado azul, inocente e terno, que até por si
semblava rir, aos poucos se acostumando com a forte luz
daqueles altos. Calçava botas cor de chocolate, de um novo
feitio; por cima da roupa clara, vestia guarda-pó de linho,
para verde; trespassava a tiracol as correias da codaque e do
binóculo; na cabeça um chapéu-de-palha de abas demais de
largas, arranjado ali na roça. Enxacoco e desguisado nos
usos, a tudo quanto enxergava dava um mesmo engraçado
valor: fosse uma pedrinha, uma pedra, um cipó, uma terra de
barranco, um passarinho atôa, uma moita de carrapicho, um
ninhol de vêspos. (2001-a, p.28)

Observa-se que o viajante vai percorrer uma região geográfica de grutas onde, conforme descreve o narrador, "[...] se achavam ossadas, passadas de velhice, de bichos sem estatura de regra, assombração deles [...] e homenzarros, duns que não há mais" (Ibid., p.30); "[de] lagôazinhas em pontos elevados, são ao contrário de todas: se enchem na seca, e tempo-das-águas se esvaziam, delas mal se sabe (Ibid.)". Demonstra saber também que lá é região de cerrado, onde a natureza generosa oferece fartura em alimento e espécies com propriedades medicinais; lugar

polissema 9 2009 291

de animais em perigo de extinção, de serras, de muito sol, chuvas ácidas, muitos rios e veredas contrastando com a secura do sertão; lugar onde os moradores "[s]abiam coisas demais do tempo, dos bichos, de feitiços, das pessoas, das plantas [...]"(2001-b, p.213). Ao que tudo indica, o objetivo do viajante é observar, recolher, classificar e catalogar a Natureza da região, pois conforme o narrador:

[O] seu Olquiste estudava o que podia, escrevia amonte em seus muitos cadernos, num lugar recolheu a ossada inteira limpa de uma anta-sapateira, noutro ganhou uma pedra enfeitosa, em formato de fundido e cores de bronze, noutro comprou para si um couro de dez metros de sucuri macha. - 'Cada um é dôido de sua banda!' - definia o Ivo, a respeito. (Ibid., p.54)

Incompreensível para os habitantes, o comportamento do viajante estrangeiro, porém, vai ao encontro dos parâmetros estabelecidos pelo pensamento científico Iluminista. Lembremos aqui de Diderot, para quem o estudo da Natureza requer três meios principais:

[...] a observação, a reflexão e a experimentação. A observação recolhe os fatos, a reflexão os combina e a experiência verifica o resultado da combinação. É preciso que a observação da natureza seja assídua, que a reflexão seja profunda e que a experiência seja exata. Raramente se vê esses meios reunidos. Também os gênios criadores não são comuns. (1989, p.39)

Com relação à Natureza brasileira, na necessidade de conhecer e preservar seu enorme potencial - ideais perseguidos por Vandelli e resgatados por Rosa - encontra-se a chave para a formação de uma consciência crítica a respeito da degradação ambiental. No entanto, conforme manifesta Fabio Rubio Scarano:

[a] pesquisa taxonômica conta atualmente com baixo prestígio e tem sido grandemente negligenciada [...]. Em tempos de rápida perda de biodiversidade, esta é uma lacuna que implicará em sérios problemas para a humanidade – e principalmente para o Brasil, um dos principais detentores dessa riqueza. (2008-a, p.15)

A exploração dos recursos animais de forma rudimentar e predatória, a falta de conhecimento prático das espécies vegetais nativas e sua preservação, as queimadas indiscriminadas, a perda do saber empírico dos índios sobre o uso de plantas como antídoto contra enfermidades, a expansão agrícola pelos rios, tudo isso foi motivo de preocupação e de apresentação de propostas, no século XVIII, não só por Vandelli, mas por outros autores luso-brasileiros como Baltasar da Silva Lisboa, Alexandre Rodrigues Ferreira, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Gregório de Moraes Navarro e José Vieira Couto (Pádua, 2008-b, p. 308). É importante destacar que todos foram alunos de Domenico Vandelli, que jamais se absteve de manifestar dúvidas e condenações sobre o que estava ocorrendo em diversas regiões do Império.

Como se pode perceber, após anos dedicados à História Natural, a alegria e entusiasmo manifestados nas cartas enviadas a Lineu, dá lugar a um discurso apreensivo e pressagioso:

[...] entre as plantas das conquistas existem muitas desconhecidas dos botânicos, principalmente árvores de muita utilidade [...]. Porém no Brasil muitas delas com o tempo se farão raras e dificultoso o seu transporte. Pelo costume introduzido de queimar grandes bosques nas bordas dos rios [...] e acabando-se a fertilidade deste terreno em poucos anos, passam a fazer novas queimadas, deixando inculto o que

<u>polissema 9</u> 2009

antes foi cultivado. E assim se destroem imensas árvores úteis /.../. (Apud Pádua, 2008-b, p. 310)

Na visão de Vandelli, a combinação perigosa do desconhecimento e da subexploração da Natureza, nos poucos assentamentos europeus, levariam ricos biomas do Brasil à total destruição.

Retornando ao conto de Guimarães Rosa, observa-se que durante a expedição, o "Morro da Garça", situado na região, começa a gemer e o chão se sacode. Como num terremoto, ou uma erupção vulcânica, as camadas subterrâneas se movem, trazendo simbolicamente, à superfície, uma história esquecida. E é revisitando os diários dos viajantes e a história das ciências, que o escritor vai moldar o seu recado. Sabedor das potencialidades naturais de seu país, dos perigos de sua exploração predatória e futura extinção, ele resgata, em sua obra, o trabalho de Lineu e Vandelli, suas descobertas, preocupações e "recados". Não é sem motivo que, em *O recado do morro*, Seu Alquiste "[c]olhia com duas mãos a ramagem de qualquer folhinha campã sem serventia para se guardar: de marroio, carqueja, sete-sangrias, amorzinho-seco, pé-de-perdiz, joão-da-costa, unha-de-vaca-rôxa, olhos-de-porco, copo-d'água, língua-de-tucano, língua-de-teiú" (2001-a, p.31). Verifica-se que, entre as espécies colhidas, nove possuem propriedades medicinais e duas são hoje desconhecidas. Provavelmente extintas.

Cumpre, ainda, focar outro detalhe: nos primeiros contatos do viajante com os habitantes da região, o estrangeiro é colocado em posição superior em relação a eles, mas na medida em que se agregam aos objetivos da expedição, o percurso é modificado, a hierarquia se subverte e o saber científico se dilui ao sabor do conhecimento empírico dos personagens. Assim, no início da expedição, o viajante "[t]omava nota, escrevia na caderneta; a caso, tirava retratos. [...] Outramão , ele desenhava, desenhava: de tudo tirava traço e figura leal (Ibid.)". "Quando não provia melhor coisa, especulava perguntas [...] (Ibid., p.32)".

Pois bem, faz parte das Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras

que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar, de Domenico Vandelli, a seguinte recomendação:

Parece supérfluo advertir que o naturalista nunca deve se pôr a caminho sem ir provido de todos aqueles instrumentos que são necessários para os seus descobrimentos, entre os quais não é de menor necessidade uma pena de lápis e o diário para os seus jornais (p.93). [...] O filósofo que viaja [...] pelo Brasil, [...] vê-se metido no meio de um mundo novo, ainda hoje tão desconhecido como no primeiro dia de seu descobrimento, se excetuarmos alguma parte da sua costa [...]. Só a observação e a experiência o podem pôr em estado de penetrar por este vastíssimo país. (p. 123)

Com efeito, na ficção de Guimarães Rosa, no final da "viajação" a expedição se perde. Conta o narrador que:

Frei Sinfrão rezava ou queixava do máu cômodo na sela. Seo Olquiste quase não dava mais ar de influência: por falta de prática, já se via que ele estava cansado de viagem; e com soltura de disenteria, pelos bons de comer nas fazendas. [...] Mas seo Olquiste agora só dava atenção a algum pássaro. O pitangui, escarlate, sangue-de-boi". (2001-a, p. 64-65)

Ter-lhes-iam faltado a observação, a reflexão ou a experiência? A respeito dos transtornos e fadigas, Vandelli jamais deixou de lembrar aos seus viajantes que:

[...] todas as coisas que se deve propor o naturalista para fazer uma história completa dos lugares por onde passar, e um sortimento das produções mais úteis da natureza que possam servir de interesse à sua pátria, [é o] único fim a que

<u>polissema 9</u> 2009 295

devem tender as fadigas de um filósofo que viaja. (p. 123)

Se o estudo da Natureza requer observação assídua, reflexão profunda, experiência exata, compromisso com a pátria e muita fadiga - como escreveram os estudiosos da Natureza – de fato "os gênios criadores não são comuns (Diderot, p.39)". É por essa razão que as grandes revoluções do pensamento também se encontram separadas por longos períodos de acréscimos e ajustes do conhecimento (Kuhn apud Scarano, 2008-a, p.13).

Portanto, em tempos de perda acelerada da biodiversidade, aquecimento global, disseminação de doenças, mudanças climáticas e desastres naturais é preciso resgatar o trabalho dos dois "gênios da criação": Vandelli e Guimarães Rosa. Rea(s)cender as Luzes sobre obras tão significativas, talvez seja uma forma de se devolver à Natureza o seu sentido divino e primordial: de ser um universo cultural, que deve ser conhecido, pode ser racionalmente aproveitado, mas acima de tudo respeitado e preservado.

Bibliografia

Brigola, João Carlos. "Domenico Agostino Vandelli – um naturalista italiano a serviço de Portugal e do Brasil". *O Gabinete de curiosidades de Domenico V andelli*. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008-b, pg. 41-68.

Diderot, Denis. Da interpretação da natureza e outros escritos. [s.ed.]. 1989.

Kury, Lorelai. "As coleções, a invasão francesa e o Brasil". O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008-b, pg. 251-258.

Linné, Carl Von. *De Vandelli para Lineu. De Lineu para Vandelli.* Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008-a.

Munteal Filho, Oswaldo. "A Academia Real das Ciências de Lisboa e o Império Ultramarino (1779-1808)". Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas

abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Furtado, Júnia Ferreira (Org.). Belo Horizonte: UFMG, 2001, p 483-518.

Pádua, José Augusto. "Conhecimento e conservação da natureza brasileira: o legado de Domenico Vandelli". O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008-b, p.307-311.

Rosa, João Guimarães. "O recado do morro". No Urubuquaquá, no Pinhém. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001-a.

_____. "Buriti". Noites do sertão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001-b.

Scarano, Fabio Rubio. "Compartilhando uma revolução científica: as correspondências entre Lineu e Vandelli". *De Vandelli para Lineu. De Lineu para Vandelli.* Rio de Janeiro: Editora Dantes, 2008-a, p.13-15.

Vandelli, Domenico Agostino. *De Vandelli para Lineu. De Lineu para Vandelli.* Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008-a

_____. "Viagens filosóficas ou dissertações sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar". O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008-b, p. 93-170.

ALCIPE, NATHERCIA E TIRSE: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS LUZES NO FEMININO NO PORTUGAL DE SETECENTOS

Vera Peixoto Universidade de Utreque Países Baixos v.peixoto@uu.nl

Resumo

O presente artigo desenvolve-se em torno de três damas esclarecidas da sociedade portuguesa de setecentos: D. Leonor de Almeida (1750-1839), ou *Alcipe*; D. Catarina de Lencastre (1749-1824), ou *Nathercia*; e D. Teresa de Mello Breyner (1739-1798?), ou *Tirse*. Sabendo que o século XVIII foi um período marcado por mudança e controvérsia, pela emergência de novos paradigmas, pelo reequacionamento de estruturas mentais e tradições seculares – ainda que em Portugal se experimentasse uma certa resistência às teorias filosóficas emergentes – a questão que lançamos e procuramos analisar é: qual o reflexo destas transformações no universo feminino? Assim, partindo dos três exemplos referidos e a eles tornando, pretendemos problematizar três questões centrais no discurso iluminista – educação, leituras e viagens – observando como estas matérias, assaz discutidas e teorizadas ao longo do século XVIII, se repercutiram na formação feminina em solo português e, por outro lado, analisar o modesto mas expressivo papel que as referidas damas assumiram na propagação da cultura das luzes em Portugal.

polissema 9 2009 299

Abstract

The 18th century was a period of change and controversy throughout the western world, serving as the stage for a shift in paradigms, the reshaping of intellectual structures and the questioning of ancient traditions. The new philosophical theories met with some resistance on Portuguese soil; therefore, it took some time for these changes to take root in Portuguese society. This essay will analyse the lives and works of three enlightened Portuguese women in the 18th century: D. Leonor de Almeida (1750-1839), also known as Altipe; D. Catarina de Lencastre (1749-1824), or *Natheria*; and D. Teresa de Mello Breyner (1739-1798?), also known as Tirse. In analysing the cases of Alcipe, Nathercia and Tirse, the present essay intends to shed some light on how 18th century social and cultural transformations influenced female education in Portugal; moreover, it examines the extend to which the thoughts and theories of 18th century authors on such thoroughly discussed subjects as education, literature and travelling contributed to the enlightening of women. Finally, this essay will also consider the modest yet expressive role played by these three women in the propagation of Enlightenment ideals in Portugal.

Palavras-chave: género, movimento iluminista, educação, leituras, viagens, transgressão, mediação.

Keywords: gender, Enlightenment, education, literature, travelling, transgression, mediation.

Conta-nos Nelson Pôrto Ribeiro, em jeito de introdução à obra *Alcipe e as Luzes*, como "o movimento iluminista do século XVIII na Europa enterrou tradições que permaneciam desde que a cultura humana se estabeleceu". Com repercussões sentidas a todos os níveis da vivência e cultura europeias, o iluminismo transformou a face – e entranhas – do "velho mundo", sendo responsável "por uma revolução nas estruturas mentais do mundo ocidental muito mais significativa do que a realizada pela própria Revolução Francesa"².

Em terras lusas esta metamorfose assume contornos mais demorados, chegando o supra-citado autor a afirmar que "durante todo o século XVIII prevaleceram as antigas amarras e marcos mentais"³, sentindo-se por conseguinte na sociedade portuguesa uma certa resistência às teorias filosóficas emergentes. As filosofias em confronto nesta centúria portuguesa opunham o secular saber aristotélico às novas posições iluminadas e experimentalistas, e – segundo Aníbal Pinto de Castro – acabaram por tomar formas de "morna querela entre antigos e modernos"⁴, coexistindo ao longo de setecentos. Neste contexto, oscilante entre a mudança e a permanência, viveram as três damas de que nos ocuparemos neste artigo.

Falamos de D. Leonor de Almeida (1750-1839), por casamento condessa de Oyenhausen e posteriormente, por morte do irmão, 4ª marquesa de Alorna⁵, baptizada arcadicamente por *Filinto Elysio* como *Alcipe*⁶. Falamos também de D. Catarina de Lencastre (1749-1824), viscondessa de Balsemão e de pseudónimo

¹ RIBEIRO, Nelson Pôrto. "Para um estudo da cultura e da estrutura mental predominante na sociedade luso-brasileira do século XVIII", in *Alcipe e as Luzes.* Aníbal Pinto de Castro; José Esteves Pereira; Maria Manuela Delille; Teresa Sousa de Almeida. (Org.). Lisboa: Edições Colibri/ Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, vol.1, p. 11.

² BATTISTI, Eugénio, citado por RIBEIRO, Nelson Pôrto, p. 11.

³ RIBEIRO, Nelson Pôrto, p. 12.

⁴ CASTRO, Aníbal Pinto de. "Alcipe entre Clássicos e Românticos", in *Alcipe e as Luzes*. Aníbal Pinto de Castro; José Esteves Pereira; Maria Manuela Delille; Teresa Sousa de Almeida. (Org.). Lisboa: Edições Colibri/ Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, p. 388.

⁵ SANTOS, Zulmira C. "Percursos e formas de leitura "feminina" na segunda metade do século XVIII", in Revista da Faculdade de Letras «LÍNGUAS E LITERATURAS». Porto: XIX, 2002, p. 84.

⁶ CIDADE, Hernâni. A Marquesa de Alorna. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1930, p.17.

polissema 9 2009 301

anagramático *Nathercia* – diz-se que tal nome fora sugerido por *Alcipe*⁷, com quem aparentemente mantinha uma estreita amizade, apesar de por vezes conturbada⁸. Finalmente trataremos também nestas páginas de Teresa de Mello Breyner (1739-1798?), condessa de Vimieiro, também conhecida como *Tirse* ou mesmo *Tirse*⁹.

Sobre a marquesa de Alorna já foram bastantes estudos realizados, situação que parece não encontrar paridade no caso de D. Catarina e Teresa de Mello Breyner. As questões que neste artigo colocamos apontam para a forma como terá beneficiado este grupo de senhoras portuguesas dos contributos da «Filosofia Moderna» e como, paralelamente, terão elas concorrido para a sua divulgação. Para tal análise, debruçar-nos-emos sobre a educação e leituras femininas no Portugal do século XVIII e sobre o papel das viagens no processo de enriquecimento cultural. Em jeito de conclusão, e apontando para a segunda questão por nós colocada, versaremos sobre o papel de mediadoras que assumiram estas três senhoras ao nível da divulgação científica.

Educação

À luz da problemática da transgressão, reflecte Elias J. Torres Feijó, no seu artigo "Ad maiorem gloriam ... feminae", sobre a influência das Luzes no papel social da mulher. Diz-nos o autor que o iluminismo continha variadas ideias sobre a mulher e suas capacidades, assunto que ocupava lugar cimeiro entre os mais controversos da época. Nomeia, a título de exemplo, figuras como o Padre Benito Feijoo e Rousseau, apresentando uma citação do último:

Les femmes en général, n'aiment aucun art, ne se connaissent

⁷ MOREIRA, Zenóbia Collares. O Lirismo Pré-Romântico da Viscondessa de Balsemão. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 16.

⁸ BORRALHO, Maria Luísa Malato R. D. Catarina de Lencastre (1749-1824). Libreto para uma autora quase esquecida. tese de doutoramento. 2 Tomos. Porto: Oficina Gráfica da FLUP, 1999, p. 257.

⁹ VÁZQUEZ, Raquel Bello. "The Countess of Vimieiro and her circle" *Portuguese Studies*, vol.20. Londres: MHRA/Maney Publishing, 2004, p. 89.

à aucun, et n'ont aucun génie. Elles peuvent réussir aux petits ouvrages (...) Elles peuvent acquérir de la science, de l'érudition, des talents, et tout ce qui s'acquiert à force de travail. Mais ce feu céleste qui échauffe et embrasse l'âme, ce génie qui consume et dévore, cette brutale éloquence, ces transports sublimes qui portent leurs ravissements jusqu'au fond des cœurs, manqueront toujours aux écrits des femmes ; ils sont tous froids et jolis comme elles 10.

Apontado como opositor do francês a este propósito, reconhece o beneditino Feijoo na sua "Defesa de las Mujeres" ao sexo feminino "amplitud para todo género de ciencias y conocimientos sublimes" 11. Em Portugal, diz-nos Torres Feijó que em termos educativos dominavam normas "at the service of a supposed bourgeois family stability", como as formuladas por Verney – de quem trataremos mais adiante –, que postulavam a necessidade de formar a mulher como mãe e educadora de futuros homens, e como dona de casa que necessitava da matemática para gerir os gastos do lar¹².

Mas aprofundemos um pouco esta matéria. O tema da educação vinha há já alguns séculos a ocupar escritores que exprimiam nas suas obras a necessidade de instruir as crianças, tanto cultural como moralmente. Ou como referido por Maria de Lurdes Correia Fernandes:

[A] valorização da educação moral infantil e juvenil e o acento na responsabilidade dos pais em, pelo menos, a iniciarem seria, ao longo do século XVIII — e ainda nas primeiras décadas do século XVIII — desenvolvida e

¹⁰ ROUSSEAU, J. J. citado por FEIJÓ, Elias J. Torres. "Ad maiorem gloriam ... feminae: Enlightened Women and the Introduction of Models in Portugal During the Second Half of the Eighteenth Century", in Portuguese Studies, vol.20. Londres: MHRA/Maney Publishing, 2004, p. 76

¹¹ FEIJOO, Benito. Obras Escogidas del Padre Feijoo. ed. preparada por D. Agustin Mittares Carlo. Madrid: Atlas Ediciones, 1961, p. 50.

¹² FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 76.

<u>polissema 9</u> 2009 303

aprofundada em várias obras, nomeadamente em obras portuguesas¹³.

Por outro lado, como é sabido, a educação era uma das grandes preocupações do iluminismo, o trilho para sair das *sombras*, caminhando para a *luz*. E em palco português, cultura, conhecimento, erudição e a forma como estes deviam ser ministrados tornou-se fonte de controvérsia, marcada principalmente por uma longa disputa entre Jesuítas e Oratorianos, cujos pontos altos envolveram as questões do ensino da gramática latina e da «Filosofia Moderna».

É com O Verdadeiro Método de Estudar, obra publicada primeiramente em Nápoles em 1746 e mais tarde atribuída ao exilado Luís António Verney, que se "inicia uma das polémicas mais extensas e prolongadas da nossa história cultural (...) que durou com intensidade até ao terramoto, prolongou-se até 1764 e passou a fronteira com a sua tradução castelhana em 1757-60"14. Numa série de 16 cartas, através da figura Barbadinho da Congregação de Itália, o estrangeirado Verney faz "uma crítica radical da mentalidade escolástica então dominante na Península"15 – identificada largamente com a Companhia de Jesus e os seculares métodos da sua Ratio Studiorum, mas que também leva Oratorianos e outros a sentir-se atingidos, tornando-se abertamente opositores de Verney16. Entre eles destaca-se o Padre João Baptista do Oratório, com a sua Philosophia Aristotelica Restituta, num esforço "para harmonizar a física newtoniana com a metafísica aristotélica, embora contenha a descrição e até a ilustração de experiências científicas"17. Desencadeia-se assim em Portugal "a polémica decisiva do Iluminismo contra a Escolástica"18.

Entre os continuadores do Padre João Baptista, encontramos já na segunda

¹³ CORREIA FERNANDES, Mª de Lurdes. Espelhos, Cartas e Guias – Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica 1450-1700. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa FLUP, 1995, p. 347.

¹⁴ SARAIVA, António José e LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*, 17ª Edição. Porto: Porto Editora, 1996, p. 567.

¹⁵ SARAIVA, António José, p. 567.

¹⁶ SARAIVA, António José, p. 567.

¹⁷ SARAIVA, António José, p. 567.

¹⁸ SARAIVA, António José, p. 567.

metade do século, Padre Teodoro de Almeida, que escreveu entre outras obras a Recreação Filosófica. Nesta vasta obra, à semelhança do seu mentor, o oratoriano demonstra tomar uma posição conciliatória e eclética entre peripatéticos e newtonianos. Nas suas próprias palavras "Naõ me ei-de cingir a nenhuma escola, nem ei-de seguir cegamente a Autor algum determinado; mas o que sinceramente entender, que mais se chega à verdade [sic.]"19.

É este mesmo autor que, na segunda metade de setecentos, dá notícia do «Pensionado» iniciado em 1784 no Mosteiro da Visitação como o primeiro estabelecimento em solo português dedicado especificamente a educar meninas nobres e, aliás, o surgimento deste estabelecimento ao empenho do oratoriano se deve²o. No Livro 5º da *História da Visitação*, Teodoro de Almeida descreve o «Pensionado», expondo desta forma o "primeiro programa completo de educação feminina, em termos de aplicação prática" em terras lusitanas, de que há notícia em ambiente conventual²¹. Este texto permite-nos espreitar a educação da nobreza feminina portuguesa nos finais do século XVIII. Conta-nos Zulmira Santos, na sua dissertação de doutoramento:

este núcleo programático bastante bem definido, apesar de tudo, dirigido a meninas nobres, orientava-se para dois campos diversos: o do desenvolvimento intelectual propriamente dito e o da habilidade manual, nas rendas e nos bordados, como formas úteis de ocupar o tempo livre sem cair na ociosidade²².

Neste último ponto concorda o oratoriano com Verney, que afirma, em O

-

¹⁹ ALMEIDA, Teodoro de. Recreação Filosófica, ou Diálogo sobre a Filosofia Natural, para instrucção de pessoas curiosas, que não frequentárão as aulas. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757, Prólogo.

²⁰ SANTOS, Zulmira C. "Percursos e formas..." p. 76.

²¹ SANTOS, Zulmira C. Literatura e Espiritualidade na Obra de Teodoro de Almeida (1722-1804), dissertação de doutoramento policopiada. Porto: FLUP, 2002, p. 466.

²² SANTOS, Zulmira C. Literatura e Espiritualidade... p. 469.

polissema 9 2009 305

Verdadeiro Método, ser "o trabalho de mãos" muito necessário "para tirar o ócio, e também para saber administrar bem a casa"²³. De facto, Teodoro de Almeida, na esteira de autores como Verney, Fénelon e Rollin – que na viragem do século XVII para o XVIII teorizam sobre as "vantagens do ensino das mulheres, revalorizando posições humanistas"²⁴ – ou Ribeiro Sanchez, "mostra preocupação na educação feminina, confinando-se ao domínio das Línguas, da Geografia e da História sagrada"²⁵. Mas não teriam as meninas nobres da Visitação acesso ao ensino da «Filosofia Moderna»?

A proposta de Teodoro de Almeida parece negligenciar a área que hoje em dia consideraríamos mais «científica», contrapondo-se às «humanidades», i.e. Geometria, Física ou Aritmética, visto que no texto figura simplesmente e sem mais explicações, o verbo contar²6. Pondera Zulmira Santos que talvez faltassem professoras dotadas desses saberes, se bem que, como nos diz a autora, "a avaliar pelo que se conhece da circulação de tais disciplinas, em contexto feminino em Portugal, elas parecem não incorporar os modelos de educação das mulheres nobres em finais do séc. XVIII"²7. Acrescenta particularmente sobre os exemplos de finais de setecentos – i.e. as damas sobre que nos propomos debruçar:

[A] Marquesa de Alorna, a Condessa de Vimieiro ou D. Catarina de Lencastre não parecem ter recebido formação específica nessa área, sendo as referências a Newton, num contexto de «poesia científica», mais produto da divulgação desses saberes que de um conhecimento efectivo da Matemática ou Geometria²⁸.

²³ VERNEY, Luís António, citado por SANTOS, Zulmira C. Literatura e Espiritualidade... p. 471.

²⁴ SANTOS, Zulmira C. Literatura e Espiritualidade... p. 472.

²⁵ Apesar de o oratoriano não teorizar a questão, apresentando um modelo concreto de acção. SANTOS, Zulmira C. *Literatura e Espiritualidade...* p. 469.

²⁶ SANTOS, Zulmira C. Literatura e Espiritualidade... p. 472.

²⁷ SANTOS, Zulmira C. Literatura e Espiritualidade... p. 473.

²⁸ SANTOS, Zulmira C. Literatura e Espiritualidade... p. 473.

Acontece que no século XVIII português, ao nível da nobreza, privilegia-se aquilo que se designava como o domínio da «memória», Línguas e História, na educação do sexo feminino e do «entendimento», Geometria, Física e Lógica, na instrução do sexo masculino, apesar de, no caso dos homens, ambos domínios poderem coexistir²⁹. Este programa revela "a escassa ou até nula permeabilidade da nobreza feminina aos paradigmas da «Filosofia Moderna», num tempo em que a respectiva aceitação se tinha já feito e não havia rasto de polémicas"³⁰.

Poderemos dizer que o programa ministrado às meninas da Visitação corrobora a visão expressa por Torres Feijó que referimos inicialmente, munindo a mulher com as ferramentas culturais e morais adequadas (e não mais que as necessárias) para ser mãe, futura educadora e dona de casa competente. Não podemos no entanto esquecer uma tão importante componente da vida social da época como era a sociabilidade de salão, para que este paradigma de educação parece bem preparar as meninas nobres. Com efeito, privilegiava-se, neste programa:

a preparação de um padrão de sociabilidade que ia de encontro à voga das assembleias e salões, enfatizando a competência nas línguas vulgares e na música, como se intentasse, através dessas jovens aristocratas, desenvolver, ainda muito salesianamente, modelos de comportamento devotos dotados, todavia, das qualidades para brilharem nos círculos de palácio, evidenciando a capacidade de perfeição em qualquer estado e fazendo das cortes modelos a imitar³1.

Mas o «Pensionado» foi um caso e não a regra, e como dissemos, apenas apareceu no final do século. O espaço privilegiado das meninas nobres para o

²⁹ SANTOS, Zulmira C. Literatura e Espiritualidade... p. 478.

³⁰ SANTOS, Zulmira C. Literatura e Espiritualidade... p. 478.

³¹ SANTOS, Zulmira C. Literatura e Espiritualidade... p. 473.

<u>polissema 9</u> 2009 307

estudo era a casa, o convento ou o salão e os agentes educacionais eram geralmente homens, exceptuando casos como o de Marquesa de Alorna, que parece ter tido como professora, em Chelas e mesmo posteriormente, Teresa de Mello Breyner³². A própria Marquesa parece ter desempenhado largamente o papel de professora não só para meninas, como para rapazes, começando por suas filhas³³. Hernâni Cidade refere que quando estava D. Leonor em Almeirim poderia ser surpreendida a ocupar-se "da educação das raparigas do campo, ensinando-lhes leitura e trabalhos domésticos..."³⁴, isto apesar de Torres Feijó concordar que tanto D. Leonor como a Condessa do Vimieiro partilhavam de uma perspectiva elitista da educação³⁵.

Leituras

Quanto a leituras, até que ponto teriam as senhoras esclarecidas em Portugal acesso à divulgação científica? Em primeiro lugar, nunca é tarde lembrar que quando se fala de senhoras esclarecidas (*Enlightened women*) apenas nos referimos a uma fracção reduzida da sociedade, i.e. senhoras nobres ou de estatuto semelhante – como mais tarde mulheres pertencentes à burguesia ascendente³⁶. Recordemos também como nesta época é bem visível a preocupação com a divulgação científica, nomeadamente em língua vulgar – em oposição ao latim em que se usava «escrever ciência», que restringia o publico alvo – pois, como afirma Teodoro de Almeida no prólogo à *Recreação Filosófica*, pareceu-lhe "crueldade barbara obrigar a ser ignorantes aos que, por descuido de seus Pais e Mestres, não sabem outra lingua mais que a sua vulgar [sic.]"³⁷. Mas a verdade é que "em momento algum da *Recreação*, no conjunto de oito volumes de divulgação científica, contempla referências a sectores

³² FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 79.

³³ FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 79.

³⁴ CIDADE, Hernâni, p.33.

³⁵ FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 87.

³⁶ FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 87.

³⁷ ALMEIDA, Teodoro de, Prólogo.

femininos ou integra no diálogo alguma mulher"³⁸. Isto entende-se se tomarmos em conta que:

mesmo considerando esta vontade global de divulgar saberes no âmbito da «Filosofia Moderna», as mulheres em geral e as senhoras nobres em particular não parecem, em Portugal, nesta segunda metade do século XVIII, ter integrado tal projecto de difusão, mais orientado para «cultivar», pelo menos do ponto de vista das intenções, elementos masculinos da nobreza, militares e comerciantes³⁹.

Para além disso, talvez as «Senhoras» da primeira nobreza não tivessem largo acesso a leituras de «Filosofia Moderna» "porque essas fossem, apesar da mudança dos tempos, tidas como ante-câmara de outras mais perigosas em termos espirituais e religiosos" Quanto às nossas três damas, estas poderiam constituir uma excepção, um "grupo relativamente isolado, do ponto de vista documental, de leituras «eruditas» no âmbito da «Filosofia Moderna». E mesmo assim, tais leituras apresentam-se como mais supostas, adivinhadas ou subentendidas que documentadas" Paralelamente, observa-se que os seus conhecimentos no já referido domínio do «entendimento», como Matemáticas, Lógica ou Geometria "pareçam ser absolutamente laterais na formação intelectual (...) presas a um paradigma de aquisição de saber que revelaria, sobretudo, para usar as palavras de D. João, em 1747, do âmbito do «literário»" — o que está de acordo com as conclusões acima referidas em relação à educação das meninas aristocratas da Visitação.

³⁸ SANTOS, Zulmira C. "Percursos e formas..." p. 77.

 ³⁹ SANTOS, Zulmira C. "Percursos e formas..." p. 77.
 ⁴⁰ SANTOS, Zulmira C. "Percursos e formas..." p. 85.

⁴¹ SANTOS, Zulmira C. "Percursos e formas..." p. 84.

⁴² SANTOS, Zulmira C. "Percursos e formas..." p. 84.

<u>polissema 9 2009</u> 309

Viagens

Uma das formas mais típicas da época das luzes de adquirir conhecimento era viajar – aliás, o acto de viajar era, por si só, um acto iluminista⁴³. Como aponta Adélia Maria Caldas Carreira:

[A] presença de portugueses no estrangeiro (na Itália como «bolseiros» do rei, e na Inglaterra, França, Áustria, etc. como diplomatas) e de um crescente número de estrangeiros entre nós (artistas, diplomatas, viajantes, comerciantes, etc.) contribuiu decisivamente para a troca de ideias de todo o tipo e em todos os domínios do saber¹⁴.

Acontecia frequentemente que os portugueses viajados se apercebiam do atraso científico e cultural do seu país – voltando com ideias reformistas que a muitos «estrangeirados» valeram perseguições⁴⁵. Por outro lado, Portugal é muitas vezes descrito e olhado pelos visitantes – com rasgos de etnocentrismo – como "terra exótica onde falta cultura e ainda sobrevivem costumes semibárbaros"⁴⁶.

Mas de que forma atinge esta prática as senhoras esclarecidas em Portugal? Segundo Feijó, "In some cases, going abroad was a way for these women to free themselves from pressures in their own milieu and to gain access to new opportunities for learning"⁴⁷. Foi o caso de D. Catarina de Lencastre que, apenas aquando da sua partida para a capital inglesa em 1774, acompanhando o diplomata seu marido Luís Pinto Coutinho, se apercebeu do quanto a sua educação havia sido

⁴³ RIBEIRO, Nelson Pôrto, p. 12.

⁴⁴ CARREIRA, Adélia Maria Caldas. "O Iluminismo e as práticas urbanísticas em finais de Setecentos" in *Alcipe e as Luzes.* Aníbal Pinto de Castro; José Esteves Pereira; Maria Manuela Delille; Teresa Sousa de Almeida. (Org.). Lisboa: Edições Colibri/ Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, vol.1, p. 61.

⁴⁵ CARREIRA, Adélia Maria Caldas, p. 61

⁴⁶ RIBEIRO, Nelson Pôrto, p. 13.

⁴⁷ FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 80.

lacunar, e diz-se "que pouco após ter chegado a Londres, tomou a resolução de não aparecer em sociedade durante um ano" num projecto de "lagarta que se quer borboleta"⁴⁸. Traçando um plano intelectual rigoroso e disciplinado, D. Catarina estuda as línguas francesa, inglesa, italiana e lê "os mais conhecidos autores daquelas literaturas"⁴⁹, abrindo de seguida as portas dos seus salões à sociedade inglesa.

Foi também o caso de D. Leonor que, apesar de já ter adquirido em Chelas uma formação cultural e literária vasta e variada⁵⁰, encontra nas suas deambulações pela Europa – nomeadamente por Espanha, França, Alemanha e Áustria⁵¹ – um extraordinário alargamento cultural⁵². A essas viagens deveu aquilo que se poderá chamar uma "rápida e completa actualização do seu saber literário"⁵³, complementado pelo impagável contacto directo com algumas das figuras mais ilustres da Europa das Luzes. Como carinhosamente comenta Hernâni Cidade "Se o Conde [de Oyenhousen] morreu sem deixar fortuna a sua mulher, legou-lhe, entanto, uma rica e bela herança espiritual: - tudo quanto, em viagens (...) lhe tinha fecundado e ampliado a alma"⁵⁴.

Transgressão e mediação

Ainda que num espaço restrito, a filosofia das luzes "led to the opening of «a space of possibilities» inaccessible to women up to that time"⁵⁵, i.e., permitiu às mulheres, segundo Torres Feijó, assumir um papel mais activo no programa das

⁴⁸ BORRALHO, Maria Luísa Malato R, p. 216.

⁴⁹ BORRALHO, Maria Luísa Malato R, p. 217.

⁵⁰ CASTRO, Aníbal Pinto de, p. 391.

⁵¹ CIDADE, Hernâni, p. 30.

⁵² CASTRO, Aníbal Pinto de, p. 392.

⁵³ CASTRO, Aníbal Pinto de, p. 392.

⁵⁴ CIDADE, Hernâni, p. 30.

⁵⁵ FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 75.

polissema 9 2009 311

luzes⁵⁶. Conscientes das suas limitações de intervenção enquanto mulheres, pois "[they] were fully aware of dominance and class"⁵⁷ e da "impossibility of free public intervention"⁵⁸, optaram por uma participação menos pública, mas nem por isso menos digna de nota. Desta forma, sugere o autor, adoptam estratégias de defesa da exposição pública, como o anonimato⁵⁹ no caso de Teresa de Mello Breyner ou mesmo a modesta referência de *Alcipe* à sua "pobre condição feminina" expressa em cartas⁶⁰. No caso da Condessa de Vimieiro, tanto o facto de escrever em forma de romance ou tragédia – géneros considerados ideais "for the introduction of models of an Enlightened character"⁶¹ e por isso geralmente reservados ao sexo masculino como agentes privilegiados da intervenção na esfera pública⁶² – como o próprio acto de ter obra publicada, podiam por si só custar-lhe a reputação⁶³.

Escolhiam então estas mulheres agir em pequena escala, patrocinando sociabilidade de salão e contacto com novas ideias e filosofias⁶⁴ – diz-se de *Alcipe* e Catarina de Lencastre que mantiveram em Lisboa "um cenáculo literário de grande nomeada" e bastante frequentado pela intelectualidade da época⁶⁵. Quando habitava D. Catarina a Casa Nobre de Lázaro Leitão, na Junqueira, conta *Filinto Elysio* que sua casa era "freqüentada [*sii*] pelo que havia de mais distinto no país e pelos estrangeiros que vinham a Portugal, e buscavam gozar os encantos de sua conversação"⁶⁶. Quanto à Marquesa de Alorna e o caso concreto da cultura germânica, saiba-se que o facto de ser vista como a primeira mediadora entre a literatura portuguesa e a literatura alemã não se deve somente às várias traduções

 $^{^{56}}$ Referimo-nos, claro, a um grupo restrito de mulheres, e em Portugal bastante restrito, quase reduzido, se não totalmente, às três senhoras de que nos ocupamos.

⁵⁷ FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 81.

⁵⁸ FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 82.

⁵⁹ Que seria, de resto, prática corrente entre ambos os sexos em Portugal de setecentos. VÁZQUEZ, Raquel Bello, p. 94.

⁶⁰ FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 81.

⁶¹ FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 84.

⁶² FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 83.

⁶³ VÁZQUEZ, Raquel Bello, p. 95.

⁶⁴ A *Sociedade da Rosa*, organização semi-clandestina impulsionada pela Marquesa de Alorna será disso testemunho. FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 86.

⁶⁵ MOREIRA, Zenóbia Collares, p. 16.

⁶⁶ ELÍSIO, Filinto citado por MOREIRA, Zenóbia Collares, p. 17.

que fez, "mas sim no seu papel de anfitriã de jovens poetas e escritores, aos quais deu conhecimento da vida cultural dos países de língua alemã"⁶⁷. Através de *Alcipe*, as relações de intertextualidade entre as duas literaturas faziam-se "pela primeira vez, pelo menos com esta dimensão e amplitude, sem recorrer ao papel mediador da França"⁶⁸, o que lhe valeu o nome de Staël portuguesa, pois, como dizia Alexandre Herculano, "Como Mme de Staël ela fazia voltar a atenção da mocidade para a arte da Alemanha, a qual veio dar vida nova à arte meridional"⁶⁹.

Como ficou acima referido, também as traduções – e imitações – que D. Leonor fez de obras de autores alemães – entre as quais se destaca a tradução de muitos cantos de *Oberon* de Wieland para português⁷⁰ – muito contribuíram para o epíteto que Herculano lhe atribuiu. O mesmo se passa com as traduções de D. Teresa – como a de *Osmia* de Marie-Caroline Murray⁷¹. O papel desta actividade não pode ser subestimado pois, subscrevendo as palavras de Itamar Even-Zolar a propósito da função da tradução na sociedade portuguesa de finais de setecentos:

When new models are emerging, translation is likely to become one of the means of elaborating a new repertoire (...) the texts are chosen according to their compatibility with the new approaches and the supposedly innovatory role they may assume within the target literature 72.

Da mesma forma, as composições epistolares, que circulavam numa esfera semi-privada, são um meio de comunicação privilegiado para partilhar e difundir

⁶⁷ EHRHARDT, Marion. "As relações germânicas da Marquesa de Alorna", in *Altipe e as Luges*. Aníbal Pinto de Castro; José Esteves Pereira; Maria Manuela Delille; Teresa Sousa de Almeida. (Org.). Lisboa: Edições Colibri/ Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, vol.1, p. 261.

⁶⁸ CASTRO, Aníbal Pinto de, p. 392.

⁶⁹ HERCULANO, Alexandre citado por EHRHARDT, Marion, p. 261.

⁷⁰ EHRHARDT, Marion, p. 259.

⁷¹ VÁZQUEZ, Raquel Bello, p. 91.

⁷² EVEN-ZOLAR, Itamar citado por VÁZQUEZ, Raquel Bello, p. 92.

<u>polissema 9</u> 2009 313

projectos e exercer influência⁷³.

Evitando a exposição pública, sugere Torres Feijó que estas senhoras optavam de certa forma por influenciar «através dos homens»⁷⁴. Vejamos o exemplo da Condessa de Vimieiro e o seu papel como impulsionadora da Academia das Ciências em 1779. Graças ao seu esforço, anos mais tarde convertiase a Academia em «Real» Academia das Ciências sob protecção mariana. Mas Teresa de Mello Breyner não aparece – naturalmente – na lista de fundadores. Antes aparece o nome de seu amigo Duque de Lafões e de seu marido – apesar deste último aparentemente não se ter dedicado tanto como a mulher ao projecto⁷⁵. Muito empenho mostrou a Condessa nesta iniciativa, que se propunha encorajar o trabalho na área das ciências e literatura, e demonstra, numa carta a *Alcipe*, a impossibilidade – que lhes era comum – de obter visibilidade nessa esfera:

Eu te agradeço por toda ella [Academia], o interesse, que mostras pelo seu progresso, e se os nossos costumes o permitissem tu certamente estavas na lista [de académicos]; mas as tuas Luzes são tais, que podem ajudala muito comunicalhas, que eu fico por porq toda a boa gente que a compoem se te mostre agradecida [sic.]76.

Evitando (dentro do possível) a controvérsia advinda das suas acções interventoras, estas senhoras esclarecidas de Portugal não deixaram, no entanto, de muito contribuir para a vida cultural do país e como prova disso figuram as homenagens que grandes vultos da época lhes prestaram e os méritos que lhes reconheceram. No caso de D. Catarina, refere Collares Moreira "a quantidade de poetas e poetisas que lhe dedicaram poesias e obras poéticas", a D. Leonor

⁷³ FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 84.

⁷⁴ FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 85.

⁷⁵ FEIJÓ, Elias J. Torres, p. 85.

⁷⁶ IAN-TT, Casa Fronteira-Alorna, nº 223 citado por VÁZQUEZ, Raquel Bello, p. 96.

valeram-lhe as "referências, (...) algumas traduções livres" e "imitações de poemas de Safo (...) o cognome de Safo portuguesa" e a mediação luso-germânica a alusão a uma «Staël portuguesa».

Concluindo, é verdade que o seu contributo foi sempre conscientemente modesto e reservado, que actuaram nos bastidores das grandes transformações culturais que se viviam na época, mas mesmo assim estas três damas são ainda hoje lembradas pela sua erudição e amor às artes, pelo seu papel de mediadoras, incentivando a troca de ideias e contactos através dos círculos literários que fomentavam, dos textos que traduziam e produziam ou influências que cultivavam.

Tal só se revelou possível devido à conjuntura vivida em Portugal de setecentos, às querelas científicas e mudanças estruturais que lentamente se operavam, pois, ainda que o acesso feminino à educação continuasse balizado pelas necessidades inerentes ao governo da casa, educação dos filhos e sociabilidade de salão; ainda que a divulgação científica não fosse às mulheres dirigida e abundantes leituras fossem todavia desaconselhadas, a verdade é que a controvérsia gerada em torno das teorias filosóficas emergentes, o reacender de discussões sobre as vantagens do ensino das mulheres, as polémicas científicas e o questionamento de paradigmas criaram um panorama cultural mais permeável à mudança e mais acessível ao sexo feminino.

Para além da sua natural curiosidade e engenho, condições que as terão levado a saber aproveitar a conjuntura e as oportunidades a que tiveram acesso, a excepcionalidade destas figuras deveu-se também em grande medida às viagens que tiveram ocasião de realizar, num exercício de dilatação de horizontes. Assim, acreditamos que *Alcipe*, *Nathercia* e *Tirse* foram fruto e reflexo de um percurso assaz singular, de um contexto específico, alimentado das transformações sentidas no universo cultural português no século XVII, para as quais, como num jogo de espelhos, vieram também posteriormente a contribuir.

⁷⁷ BORRALHO, Maria Luísa Malato R, p. 315.

<u>polissema 9</u> 2009 315

Bibliografia

ALMEIDA, Teodoro de. Recreação Filosófica, ou Diálogo sobre a Filosofia Natural, para instrucção de pessoas curiosas, que não frequentárão as aulas. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757.

BORRALHO, Maria Luísa Malato R. D. Catarina de Lencastre (1749-1824). Libreto para uma autora quase esquecida. tese de doutoramento. 2 Tomos. Porto: Oficina Gráfica da FLUP, 1999.

CARREIRA, Adélia Maria Caldas. "O Iluminismo e as práticas urbanísticas em finais de setecentos" in *Alcipe e as Luzes*. Aníbal Pinto de Castro; José Esteves Pereira; Maria Manuela Delille; Teresa Sousa de Almeida. (Org.). Lisboa: Edições Colibri/ Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, vol.1, pp. 59-68.

CASTRO, Aníbal Pinto de. "Alcipe entre Clássicos e Românticos", in *Alcipe e as Luzes*. Aníbal Pinto de Castro; José Esteves Pereira; Maria Manuela Delille; Teresa Sousa de Almeida. (Org.). Lisboa: Edições Colibri/ Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, vol.1, pp. 383-402.

CIDADE, Hernâni. *A Marquesa de Alorna*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1930.

CORREIA FERNANDES, Mª de Lurdes. Espelhos, Cartas e Guias – Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica 1450-1700. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa FLUP, 1995.

EHRHARDT, Marion. "As relações germânicas da Marquesa de Alorna", in *Alcipe e as Luzes*. Aníbal Pinto de Castro; José Esteves Pereira; Maria Manuela Delille; Teresa Sousa de Almeida. (Org.). Lisboa: Edições Colibri/ Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, vol.1, pp. 251-262.

FEIJÓ, Elias J. Torres. "Ad maiorem gloriam ... feminae: Enlightened Women and the Introduction of Models in Portugal During the Second Half of the Eighteenth Century", in *Portuguese Studies*, vol.20. Londres: MHRA/Maney Publishing, 2004, pp. 73-88.

FEIJOO, Benito. *Obras Escogidas del Padre Feijoo*. ed. preparada por D. Agustin Mittares Carlo. Madrid: Atlas Ediciones, 1961.

MOREIRA, Zenóbia Collares. O Lirismo Pré-Romântico da Viscondessa de Balsemão. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. "Para um estudo da cultura e da estrutura mental predominante na sociedade luso-brasileira do século XVIII", in *Alcipe e as Luzes*. Lisboa: Edições Colibri/ Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, vol.1. pp. 9-40.

SANTOS, Zulmira C. *Literatura e Espiritualidade na Obra de Teodoro de Almeida* (1722-1804), dissertação de doutoramento policopiada. Porto: FLUP, 2002.

______. "Percursos e formas de leitura "feminina" na segunda metade do século XVIII", in Revista da Faculdade de Letras «LÍNGUAS E LITERATURAS». Porto: XIX, 2002, pp. 71-110.

SARAIVA, António José e LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*, 17ª Edição. Porto: Porto Editora, 1996.

VÁZQUEZ, Raquel Bello. "The Countess of Vimieiro and her circle" *Portuguese Studies*, vol.20. Londres: MHRA/Maney Publishing, 2004.

traduções

TRADUÇÃO DO CONTO DE BERTOLT BRECHT "MASSNAHMEN GEGEN DIE GEWALT": MEDIDAS CONTRA A VIOLÊNCIA

Diana Martins²
dscmartins@gmail.com
Isabel Santos
Isa_s1980@hotmail.com
José Santos
josecrsantos@netcabo.pt
Rodolfo Lima
rudy.s@iol.pt
Portugal

Quando o Sr. Keuner, o Pensador, estava a discursar contra a violência, numa sala, perante muita gente, notou que os presentes se iam afastando e saindo. Olhou à sua volta e reparou que atrás de si estava – a violência.

"O que é que estavas a dizer?", perguntou a Violência.

"Eu estava a falar a favor da Violência", respondeu o Sr. Keuner.

Quando o Sr. Keuner se foi embora, os seus alunos perguntaram-lhe se não tinha espinha dorsal. O Sr. Keuner respondeu:

"A minha espinha dorsal não é para partir. É que eu tenho que sobreviver à violência."

E o Sr. Keuner contou a seguinte história:

A casa do Sr. Egge, um homem que sabia quando dizer não, chegou um dia, na época da ilegalidade, um agente que mostrou um certificado emitido por aqueles que dominavam a cidade, do qual constava que lhe pertenceria qualquer casa em que entrasse. Da mesma forma, teria direito a toda a comida que exigisse. Da

² Alunos de Tradução de Textos Literários (Alemão-Português) do Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas do ISCAP.

¹ in Weise, Benno von (ed.)(1977), Deutschland Erzählt, Frankfurt am Main: Fischer, pp.128-129.

<u>polissema 9</u> 2009 321

mesma forma, também deveria ser servido por todo o homem que visse.

O agente sentou-se numa cadeira, exigiu comida, lavou-se, deitou-se e perguntou, virado para a parede, antes de adormecer:

"Vais-me servir?"

O Sr. Egge cobriu-o com um cobertor, enxotou as moscas, vigiou-lhe o sono e, tal como neste dia, obedeceu-lhe durante sete anos. Mas por mais que fizesse por ele, uma coisa não fazia: dizer uma única palavra. Passados sete anos, o agente estava tão gordo de tanto comer, dormir e dar ordens, que morreu. Então o Sr. Egge envolveu-o no cobertor, já velho, atirou-o para fora de casa, lavou o aposento, pintou as paredes, respirou fundo e respondeu:

"Não".

TRADUÇÃO DO CONTO DE FRANZ KAFKA "DER JÄGER GRACHUS": O CAÇADOR GRACO

Diana Martins²
dscmartins@gmail.com
Isabel Santos
Isa_s1980@hotmail.com
José Santos
josecrsantos@netcabo.pt
Rodolfo Lima
rodolfo.lf.lima@gmail.com
Portugal

Dois rapazes estavam sentados no paredão do cais a jogar dados. Um homem lia o jornal sentado à sombra da estátua de um herói brandindo um sabre. Uma rapariga enchia o cântaro de água na fonte. Um vendedor de fruta estava deitado ao lado da mercadoria a olhar para o lago. Pelas frinchas da porta e da janela de uma taberna, viam-se, ao fundo, dois homens a beber vinho. O taberneiro estava sentado numa mesa à frente, a dormitar. Uma barca aproximava-se silenciosamente do pequeno porto, pairando como que suspensa sobre a água. Um homem de camisa azul saltou para terra e atou as amarras às argolas do cais. Atrás do barqueiro, dois homens de casaco escuro com botões prateados trouxeram uma padiola na qual, ao que parecia, estava uma pessoa coberta por um grande lenço de seda florido com franjas.

No cais ninguém se preocupou com os recém-chegados, mesmo quando eles pousaram a padiola, para esperar pelo barqueiro, que ainda estava a mexer nas

¹ in Weise, Benno von (ed.)(1977), Deutschland Erzählt, Frankfurt am Main: Fischer, pp.63-67.

² Alunos de Tradução de Textos Literários (Alemão-Português) do Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas do ISCAP.

bolissema 9 2009 323

amarras; ninguém se aproximou, ninguém lhes dirigiu a palavra, ninguém lhes deu atenção.

O barqueiro ainda se demorou um pouco com uma mulher que apareceu no convés, com uma criança ao peito e os cabelos soltos. Até que veio para terra e apontou para uma casa amarelada com dois andares que se erguia à esquerda perto da água; os homens voltaram a pegar na padiola e passaram pelo portão baixo, ladeado de colunas esguias. Um rapazinho abriu uma janela, viu que o grupo entrou em casa e fechou rapidamente a janela. Também o portão foi então fechado; era cuidadosamente trabalhado em madeira de carvalho. Um bando de pombas, que até então tinha andado a voar à volta do campanário, pousou à frente da casa. As pombas juntaram-se à frente do portão, como que à espera de comida. Uma voou para o primeiro andar e deu umas bicadas no vidro da janela. Eram animais de cor clara, bem tratados e cheios de vida. Com um largo movimento de braço, a mulher da barca lançou-lhes milho de longe, as pombas comeram-no e levantaram voo na sua direcção.

Um senhor de cartola com um fumo preto na manga, desceu uma das pequenas vielas estreitas e íngremes que iam dar ao porto. Com um ar preocupado, olhou atentamente à sua volta, e fez uma cara de nojo ao ver lixo num canto. Junto à estátua havia cascas de fruta e ele, ao passar, empurrou-as com a bengala para baixo da estátua. Bateu à porta da casa e, ao mesmo tempo, de luva preta calçada, tirou a cartola com a mão direita. De imediato a porta abriu-se e cerca de cinquenta rapazinhos abriram caminho ao longo do corredor e fizeram vénia.

O barqueiro desceu as escadas, cumprimentou o senhor, convidou-o a subir e no primeiro andar deu uma volta com ele pelo pátio rodeado por varandins delicadamente trabalhados. Ambos entraram numa sala grande e fresca, em frente à qual não se via nenhuma outra casa, somente um muro de pedra liso e cinzento-escuro, enquanto os rapazes, em respeitosa distância, se acotovelavam. Os homens estavam ocupados a colocar e a acender algumas velas à cabeceira da padiola, mas não se fez luz, apenas sombras que já existiam foram aparentemente afugentadas e

324 <u>polissema 9 2009</u>

nas paredes só se viu um tremeluzir. Tiraram o lenço da padiola. Lá jazia um homem com cabelo e barba completamente emaranhados, pele tisnada e aspecto de caçador. Jazia imóvel, aparentemente sem respirar e com os olhos fechados; apesar disso, só a atmosfera indicava que talvez de um morto se tratasse.

O senhor de cartola aproximou-se da padiola, pousou uma mão na testa do homem, ajoelhou-se e começou a rezar. O barqueiro, com um gesto, indicou aos homens da padiola que saíssem, eles saíram e fecharam a porta, afastando os rapazes que se tinham juntado do lado de fora. Mas o senhor de cartola pareceu ainda não estar satisfeito com o silêncio que se fez; olhou para o barqueiro, este compreendeu e saiu pela porta lateral para o quarto ao lado. Imediatamente o homem deitado na padiola abriu os olhos, virou-se para o senhor com um sorriso sofrido e disse "Quem és tu?" - O senhor levantou-se sem qualquer surpresa e respondeu "O Burgomestre de Riva".

O homem deitado na padiola acenou com a cabeça, com um gesto fraco de braço, apontou para uma poltrona e, depois de o Burgomestre ter aceite o convite, disse: "Eu já sabia, senhor Burgomestre, mas num primeiro instante esqueci-me de tudo, tenho a cabeça à roda, é sempre melhor perguntar mesmo sabendo tudo. Também o senhor provavelmente sabe que eu sou o caçador Graco."

"Com certeza", disse o Burgomestre. "Anunciaram-me que você viria esta noite, já estávamos a dormir há algum tempo. Então a minha mulher, por volta da meia-noite, chamou 'Salvatore', – é o meu nome – 'olha a pomba na janela!' Era realmente uma pomba, mas gorda como uma galinha. Aproximou-se do meu ouvido e disse: 'Amanhã chega o defunto caçador Graco, recebe-o em nome da cidade."'

O caçador assentiu e passou a língua pelos lábios: "Pois, as pombas precedem-me sempre. Acha, no entanto, senhor Burgomestre, que eu deva ficar em Riva?"

"Isso ainda não lhe posso dizer", respondeu o Burgomestre. "O Senhor está morto?"

<u>polissema 9</u> 2009 325

"Sim", disse o caçador, "como pode ver. Há muitos anos, mas deve ter sido mesmo há muitos anos, caí de um penhasco na Floresta Negra – que é na Alemanha – quando perseguia um gamo. Desde então estou morto."

"Mas também está vivo", disse o Burgomestre.

"De certo modo", disse o caçador, "de certo modo também estou vivo. A minha barca da morte não chegou ao seu destino, um movimento errado do leme, um momento de distracção do barqueiro, um desvio pela minha maravilhosa terra natal, não sei o que terá sido, só sei que fiquei na Terra e que a minha barca desde então percorre as águas terrenas. Assim eu, que só queria viver nas minhas montanhas, ando a viajar por todas as terras do mundo depois da minha morte."

"E não tem lugar no Além?" perguntou o Burgomestre franzindo a testa.

"Eu ainda estou", respondeu o caçador, "na grande escada que nos leva para o Além. Ando às voltas nesta infinita escada, ora para cima, ora para baixo, ora para a esquerda, ora para a direita, sempre em movimento. O caçador tornou-se uma borboleta. Não se ria."

"Não me estou a rir", retorquiu o Burgomestre.

"Muito sensato da sua parte", disse o caçador. "Eu ando sempre em movimento. Mas se sinto um grande impulso e se o portão lá de cima já brilha, desperto na minha velha barca encalhada algures nas desérticas águas terrenas. O erro fundamental da minha morte rodeia a minha cabine com um sorriso de escárnio. Julia, a mulher do barqueiro, bate à porta da cabine e leva-me a bebida matinal da terra onde nos encontramos. Durmo num catre de madeira, com uma mortalha suja – o que não é nada agradável de se ver –, o cabelo e a barba grisalhos, completamente emaranhados, as minhas pernas estão cobertas por um grande e feminino lenço de seda florido e esfarrapado. À minha cabeceira está uma vela de igreja que me alumia. Na parede à minha frente está uma pequena imagem, supostamente de um bosquímano, que aponta uma lança para mim e se protege atrás de um escudo com pinturas exuberantes. Nos barcos uma pessoa encontra representações muito absurdas, mas esta é das mais absurdas que já vi. Para além

326 *polissema 9* 2009

disso, a minha gaiola de madeira está completamente vazia. Através de uma escotilha entra o ar quente das noites do Sul, e ouço o bater da água contra a velha barca.

Para aqui estou, deitado, desde o momento em que eu, o caçador Graco, estando ainda vivo, perseguia um gamo na Floresta Negra e caí. Tudo seguiu a sua ordem. Eu perseguia o gamo, caí, esvaí-me em sangue num desfiladeiro, morri, e esta barca deveria levar-me para o Além. Ainda me lembro de como estava contente quando me deitei pela primeira vez neste catre. Nunca antes tinham as montanhas ouvido um cântico meu tão alegre, como o que ecoou naquelas quatro paredes crepusculares.

Tinha gostado de viver e de morrer; de bom grado deitei fora, antes de embarcar, a minha trouxa com uma lata, uma bolsa e uma arma de caça, que transportava sempre com orgulho, e enfiei-me na mortalha como uma menina no vestido de casamento. Para aqui fiquei deitado à espera. Foi então que se deu o infortúnio."

"Que má sorte!", disse o Burgomestre, erguendo a mão num gesto defensivo. "E não tem qualquer sentimento de culpa?"

"Nenhum". Respondeu, "Fui caçador, deveria sentir alguma culpa por isso? Trabalhava como caçador na Floresta Negra, quando ainda havia lobos. Punha-me à espreita, disparava, acertava, esfolava o animal, deveria sentir alguma culpa por isso? O meu trabalho era abençoado. Chamavam-me "O grande caçador da Floresta Negra'. Deveria sentir culpa por isso?"

"Não me cabe a mim responder", disse o Burgomestre, "no entanto, também não me parece que tenha culpa. Mas então de quem será a culpa?"

"Do barqueiro", disse o caçador. "Ninguém lerá o que eu escrevo, ninguém virá ajudar-me; se ajudar-me fosse obrigatório, as portas de todas as casas ficariam fechadas, as janelas também, todos se meteriam na cama tapados até à cabeça com os cobertores, toda a terra pareceria um albergue nocturno. E faz sentido, porque ninguém sabe de mim, e se soubesse de mim, não saberia do meu paradeiro, e se

polissema 9 2009 327

soubesse do meu paradeiro, não saberia como me manter lá, e portanto não me saberia ajudar. A ideia de me querer ajudar é uma doença que tem de ser curada na cama.

Sei disso, e portanto não grito por ajuda, mesmo quando por momentos – descontrolado como estou por exemplo agora – penso no assunto. Mas, para afastar esses pensamentos, basta que olhe à minha volta para me aperceber de onde estou e – talvez o possa afirmar – onde há séculos vivo.

"Extraordinário", disse o Burgomestre, "extraordinário. – E agora? Faz tenções de ficar connosco em Riva?"

"Eu não faço tenções de nada", disse o caçador sorrindo, e, para não ser levado a mal, pousou a mão no joelho do Burgomestre.

"Eu estou aqui, mais do que isto não sei, mais do que isto não posso fazer. A minha barca está sem leme, anda ao gosto do vento que sopra nas zonas mais profundas da morte."

recensão

RECENSÃO DE *A VIAGEM DO ELEFANTE*²⁸⁰ DE JOSÉ SARAMAGO

Dalila Lopes Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto Instituto Politécnico do Porto Portugal dalop@iscap.ipp.pt

Em entrevista concedida a Mário Crespo na SIC Notícias após o lançamento de *A Viagem do Elefante*, José Saramago considerou este seu último romance como o mais bem-humorado e divertido de toda a sua obra, e salientou que o tom divertido se manteve quer durante as primeiras (se não erro 40) páginas, quer durante as restantes, que só foram escritas após um interregno relativamente longo provocado por motivo de doença. José Saramago referiu ainda ter-se baseado em escassos dados históricos (que não encheriam mais do que uma página A4), e ter 'inventado' tudo o resto.

A leitura de *A Viagem do Elefante* confirma, de facto, a afirmação de Saramago quanto ao tom divertido do romance – a que eu chamaria antes um tom de gozo, com todas as acepções que a palavra 'gozo' possa ter -, embora se detecte que esse tom esmorece um pouco após as tais primeiras páginas, o que não invalida a afirmação de que estamos provavelmente perante o romance mais divertido de toda a sua obra. Assim, em *A Viagem do Elefante*, conjuga-se, pela primeira vez, um certo tom de gozo com o inegável carácter sentencioso patente em toda a obra de José Saramago. E não é preciso andar à cata de exemplos para o demonstrar. Essa conjugação perpassa todo o romance, e é particularmente notória quando Saramago fala sobre os que detêm (ou julgam deter) algum poder, sejam eles indivíduos.

.

 $^{^{280}}$ Saramago, José (2008) 6ª edição,
 A $\it Viagem~do~Elefante,$ Lisboa: Caminho.

<u>polissema 9 2009</u> 331

[...] o estribeiro-mor, à frente da sua escolta, [...] entrou na antecâmara que pressurosamente acorreu a indicar-lhe o lacaio-mor, título que, melhor é que o confessemos já, não sabemos se existiu naquele tempo, mas que nos pareceu adequado pela composição do olor corporal, um misto de presunção e falsa humildade, que em volutas se desprendia da personagem (p.27);

classes sociais, como, por exemplo, a monarquia,

A última palavra [da rainha] mal se percebeu, como se o choro, subitamente, tivesse constrangido a real garganta. Um rainha a chorar é um espectáculo de que, por decência, todos estamos obrigados a desviar os olhos (pp.31-32);

nacionalidades,

Um austríaco, mesmo que pertença às classes baixas, não é uma pessoa como qualquer outra, sempre há-de saber tudo o que haja para saber (p.252)

Aqui, em viena de áustria281, cultiva-se a disciplina e a ordem, há algo de teutónico nesta educação, como o futuro se encarregará de explicar melhor (p.253);

e, necessariamente, religiões,

Esse é o grande equívoco do céu, como a ele nada é impossível, imagina que os homens, feitos, segundo se diz, à imagem e semelhança do seu poderoso inquilino, gozam do mesmo

281 Neste romance, tal como em As Intermitências da Morte, José Saramago optou por escrever todos os nomes próprios com letra minúscula.

332 <u>polissema 9</u> 2009

privilégio (p.69).

Propositadamente nada revelarei nesta recensão sobre o enredo de *A Viagem do Elefante*, o tal enredo que Saramago teve que 'inventar' a partir dos escassos dados históricos sobre um acontecimento de meados do século XVI, nem discutirei se estamos ou não perante um romance histórico. Entre a narrativa da História e a narrativa da ficção as fronteiras são por vezes muito ténues; por isso, prefiro deixar o leitor com as palavras de Saramago:

No fundo, há que reconhecer que a história não é apenas selectiva, é também discriminatória, só colhe da vida o que lhe interessa como material socialmente tido por histórico e despreza todo o resto, precisamente onde talvez poderia ser encontrada a verdadeira explicação dos factos, das coisas, da pura realidade. Em verdade vos direi, em verdade vos digo que mais vale ser romancista, ficcionista, mentiroso. (p.227).

Sábio, sentencioso e divertido. É Saramago no seu melhor.

POLISSEMA

NORMAS DE APRESENTAÇÃO

Normas gerais

- Todos os artigos devem ser disponibilizados em RTF (Rich Text Format), e páginas A4, obedecendo à seguinte formatação: espaçamento 1,5 cm; margens laterais 3,17 cm; topo e rodapé 2,54 cm.
- O tipo de letra será Times New Roman: 12 para o corpo de texto; 10 para as notas de rodapé; 11 para citações destacadas e bibliografia.
- O título deverá ser escrito todo em maiúsculas.
- Para efeitos de destaque, não deverá usar negrito ou sublinhado mas sim itálico.
- Não usar cabeçalho e rodapé a não ser para indicar o número da página.
- Quadros, diagramas, gráficos ou imagens deverão ser igualmente entregues em ficheiro anexo.
- Nome, instituição a que pertence e *email* devem vir depois do título.
- Um resumo com 200-300 palavras na língua original do artigo e outro noutra língua devem aparecer no início do artigo.
- 5 a 10 palavras-chave na língua original do artigo e noutra língua devem aparecer no início do artigo, entre os resumos e o texto.
- A revista aceita contribuições em Português, Inglês, Francês, Alemão ou Espanhol.

Normas para citações

- Para citar no corpo de texto, pode usar parênteses ou notas de rodapé.
- Os números das notas de rodapé devem seguir as aspas e vir antes da

<u>polissema 9</u> 2009 335

pontuação. A pontuação deve ser colocada depois de fechar as aspas. Exemplos: O autor diz que "o livro é uma obra de arte"⁴; O autor diz que o livro é uma obra de arte⁴.

- As citações com mais de quatro linhas deverão ser destacadas do corpo de texto.
- Aceita-se as seguintes normas bibliográficas:
 - o MLA (Cf. MLA Manual, OU: http://www.umuc.edu/library/guides/mla.html)
 - o Apelido, Nome próprio do autor. *Título*. Local: Editor, Data de publicação.
 - o Apelido, Nome próprio do autor. "Título de Artigo". *Título*. Organizador. Local: Editor, Data de publicação. Páginas.
 - O LSA (Cf. LSA Bulletin http://www.lsadc.org/dec2001bltn/allbul.htm)
 - Apelido, Nome próprio do autor. Data de publicação. Título. Local: Editor.
 - Apelido, Nome próprio do autor. Data de publicação. "Título de Artigo". Título. Organizador. Local: Editor. Páginas.

POLISSEMA

GUIDELINES FOR CONTRIBUTORS

General Guidelines

- All submissions should be presented in RTF (Rich Text Format) with 1,5 spacing, 3,17 for right and left margins and 2,54 for top and bottom margins, and should not exceed 15 pages (A4) or 30,000 characters (with spaces).
- The required font is Times New Roman, 12 for text body, 10 for endnotes, 11 for displayed text and bibliography.
- No Bold or Underline allowed for emphasis, please use Italics.
- Do not use header or footer except for page numbers and endnotes.
- Tables, charts, graphics, and images should also be provided in a separate file.
- Your name, institutional afilliation, and email should be given after the title.
- A 200-300 word abstract in the original language of the article and another similar abstract in any other of the accepted languages should follow the heading.
- 5 to 10 key-words both in the original language of the article and in any other of the accepted languages should appear between the abstracts and the text.

polissema 9 2009 337

• The journal will accept contributions in any of the following languages: English, French, German, Portuguese, and Spanish.

Citing

- For citing sources within the text, you may use parenthetical or endnote references.
- Endnote numbers should follow quotation marks and come before punctuation marks, and punctuation marks should be placed outside closing quotation marks. Examples: The author says that "the book is a work of art". The author says that the book is a work of art.
- Quotations which are longer than 4 lines are to be displayed and not enclosed in quotation marks.

The following styles of reference are accepted:

MLA Style (See MLA Manual, OR: http://www.umuc.edu/library/guides/mla.html)

Author/(Ed.) last name, first name. Title. Place: Publisher, Date of publication.

Author last name, first name. "Title of article". Title. Editor. Place: Publisher, Date of publication. Page numbers.

LSA Style (See LSA Bulletin http://www.lsadc.org/dec2001bltn/allbul.htm)

Author/(Ed.) last name, first name. Date of publication. Title. Place: Publisher.

Author last name, first name. "Title of article". Title. Editor. Place: Publisher. Page numbers.